

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Larissa Patron Chaves

“Honremos a Pátria Senhores!” As Sociedades Portuguesas de
Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São
Pedro do Rio Grande (1854-1910)

São Leopoldo

2008

LARISSA PATRON CHAVES

“Honremos a Pátria Senhores!”
As Sociedades Portuguesas de Beneficência:
caridade, poder e formação de elites na Província
de São Pedro do Rio Grande (1854-1910).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob a orientação da **Prof^a. Dra. Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos** como requisito parcial e final à obtenção do título de Doutor em História.

São Leopoldo

2008.

CHAVES, Larissa Patron

“Honremos a Pátria Senhores!” As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910). Porto Alegre: Universidade do Vale do Rio dos Sinos/ Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação/ Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

338 p.

Tese (Doutorado) UNISINOS. PPGH

1. Sociedades Portuguesas de Beneficência - Caridade - Elites Regionais I. Título

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não existiria sem o apoio, por vezes incondicional, de muitas pessoas. Dirijo meus agradecimentos:

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, à equipe de professores que, direta ou indiretamente, acompanhou os primeiros anos de elaboração deste trabalho, bem como à secretária Janaína Tescastro pela disponibilidade e dedicação.

À CAPES pela bolsa de estudos que permitiu a realização do curso de doutorado em História, e do estágio de doutoramento na Universidade do Porto, garantindo novas referências de pesquisa.

À professora Dra. Eloísa Capovilla da Luz Ramos, orientadora, pelo incentivo, orientação, firmeza e vibração com os desdobramentos deste esforço, minha admiração e meu muito obrigada.

Ao professor Dr. Ivo Carneiro de Sousa, co-orientador em Portugal, que com grande sabedoria conduziu discussões sobre a pesquisa. A sua orientação foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

À professora Dra. Cleci Eulália Fávaro, pela orientação dispensada a este trabalho. Meu agradecimento pelo exemplo de competência e dedicação na condução do princípio da pesquisa.

À colega Sinara Robin pelas importantes discussões teóricas, pela amizade e pela ajuda no período final da tese.

À Dra. Maria de Deus Manso (Universidade de Évora) pelo acompanhamento em Portugal e contribuições sobre a pesquisa.

À Universidade Federal de Pelotas, em especial à colega de Departamento Carmem Abadie Biasoli, pelo incentivo e ajuda no desdobramento das

questões metodológicas da pesquisa.

Às Sociedades Portuguesas de Beneficências do Rio Grande do Sul, em especial nas pessoas de José Francisco Leal Serra (presidente da Associação em Pelotas), Mário Bezerra (presidente da Associação em Bagé), e às secretárias Rosana da Beneficência em Porto Alegre, e Dilce da Beneficência de RioGrande. Minha estima e consideração pelos muitos apoios auferidos.

Às famílias Vieira Robalo e Vieira Robalo Almeida, pelo apoio concedido durante o estágio de doutoramento em Portugal. Meu agradecimento pelo carinho, amizade, e generosidade dispensados nessa trajetória.

À Marcos e Shirley Patron Chaves, meus pais, por terem investido, desde muito cedo, na educação de suas filhas. Meu agradecimento pelo amor e dedicação, sobretudo por compreenderem que as nossas conquistas são também suas.

À arquiteta Rita Mirele Patron Chaves, minha irmã, pela amizade e companheirismo durante o estágio de doutoramento em Portugal.

A Christian Vieira Spieker, meu marido, pelo amor e amizade inabalável. Meu agradecimento por estar ao meu lado nos momentos que recobriram o período final do trabalho de tese.

A todos os portugueses e brasileiros, de ontem e de hoje, a quem a tese se destina.

*E outra vez, conquistaremos a distância...Do mar ou
outra, mas que seja a nossa.*

Fernando Pessoa

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
SUMÁRIO	7
RESUMO	9
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	25
1.AS BENEFICÊNCIAS COMO ENTIDADES ASSISTENCIAIS.....	25
1.1.ORIGEM E EXPANSÃO DAS SOCIEDADES PORTUGUESAS DE BENEFICÊNCIA:	26
1.1.1.A ASSISTÊNCIA EM PORTUGAL.....	26
1.1.2.A ASSISTÊNCIA NO BRASIL.....	34
1.2.O ESPAÇO DAS BENEFICÊNCIAS NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO	46
1.3.OS ESTATUTOS DAS BENEFICÊNCIAS PORTUGUESAS NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE.....	55
1.4.ASSISTÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE BENEFICÊNCIA	68
1.5.ATIVIDADES POLÍTICAS, SOCIAIS E CULTURAIS	85
CAPÍTULO II.....	99
2.A REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE PORTUGUESA NO BRASIL.....	99
2.1. A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL	100
2.2.OS RITOS: EFEMÉRIDES DAS INSTITUIÇÕES DE BENEFICÊNCIA.	112
2.3.A DEVOÇÃO RÉGIA.....	126
CAPÍTULO III.....	170
3.AS SOCIEDADES PORTUGUESAS DE BENEFICÊNCIA EM RE(A)PRESENTAÇÃO.	170
3.1.A ICONOGRAFIA DOS EDIFÍCIOS-SEDE DAS INSTITUIÇÕES DE BENEFICÊNCIA NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO	171
3.1.1.O ESTILO HISTORICISTA ECLÉTICO NA ARQUITETURA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX.	171
3.1.2.A ARQUITETURA DA FACHADA DOS EDIFÍCIOS SEDE DAS SOCIEDADES PORTUGUESAS DE BENEFICÊNCIA.....	182
3.1.3.ANÁLISE DOS ASPECTOS FORMAIS E COMPOSITIVOS DO PRÉDIO DA BENEFICÊNCIA DE PORTO ALEGRE	184
3.1.4.ANÁLISE DOS ASPECTOS FORMAIS E COMPOSITIVOS DO PRÉDIO DA BENEFICÊNCIA DE PELOTAS	188
3.1.5.ANÁLISE DOS ASPECTOS FORMAIS E COMPOSITIVOS DO PRÉDIO DA BENEFICÊNCIA DE RIO GRANDE.....	194
3.1.6.ANÁLISE DOS ASPECTOS FORMAIS E COMPOSITIVOS DO PRÉDIO DA BENEFICÊNCIA DE BAGÉ.....	200

3.2.AS SOCIEDADES PORTUGUESAS DE BENEFICÊNCIA E O OUTRO: OS IMIGRANTES E AS INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO. 214	
CAPÍTULO IV	230
4.DEMARCANDO O TERRITÓRIO SOCIAL DAS ELITES.	230
4.1.CARIDADE E PODER	231
4.2.SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA EM PORTO ALEGRE....	237
4.2.1.OS ESTABELECIDOS NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE PORTO ALEGRE	237
4.2.2.O DAR E O RECEBER NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE PORTO ALEGRE	242
4.2.3.O CONTINUÍSMO NA DIRETORIA DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE PORTO ALEGRE	247
4.3.A SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA EM PELOTAS	249
4.3.1.OS ESTABELECIDOS NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE PELOTAS 249	
4.3.2.O DAR E O RECEBER NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE PELOTAS	258
4.3.3.O CONTINUÍSMO NA DIRETORIA DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE PELOTAS	263
4.4.A SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA EM RIO GRANDE.....	267
4.4.1.OS ESTABELECIDOS NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE RIO GRANDE	267
4.4.2.O DAR E O RECEBER NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE RIO GRANDE.....	271
4.4.3.O CONTINUÍSMO DA DIRETORIA DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE RIO GRANDE.....	276
4.5.A SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA EM BAGÉ.....	282
4.5.1.OS ESTABELECIDOS NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE BAGÉ	282
4.5.2.O DAR E O RECEBER NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE BAGÉ.....	288
4.5.3.O CONTINUÍSMO NA DIRETORIA DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE BAGÉ	293
4.6.A EMIGRAÇÃO QUE NÃO CORTA LAÇOS: A SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA COMO FORMA DE DISTINÇÃO SOCIAL.	301
CONCLUSÃO	310
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	319
LISTA DE IMAGENS	336

RESUMO

Este trabalho investiga a trajetória histórica das Sociedades Portuguesas de Beneficência, entre os anos de 1854 e 1910, nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Bagé, situadas no extremo sul do Brasil, sua importância como estabelecimentos de assistência hospitalar criados por imigrantes portugueses a partir do modelo institucional da Misericórdia em Portugal, e como construtoras de uma identidade lusa. A pesquisa abordou as relações existentes entre a assistência desempenhada pelas Instituições e a formação de elites locais, evidenciando como o trabalho assistencial, através de funções de “solidariedade”, troca de presentes com instituições e entidades, foi favorecedor de visibilidade social. Dentro de uma interpretação dualista da caridade, ora guiada pelos princípios da fé cristã, representação do ideário da Igreja Católica, ora pelas relações de poder, esta investigação mostrou a representação nas Sociedades de Beneficência como suportes de grupos desejosos de auto-afirmação. Nesse sentido, utilizamo-nos da comparação como perspectiva metodológica, elencando semelhanças e diferenças entre as Instituições analisadas, percebidas através do confronto de suas organizações (estatutos e formas de assistência), práticas (atividades sociais, políticas e culturais) e vida institucional (identidade portuguesa). A tese objetivou, em última instância, enfatizar os fatores que constituíram o processo de legitimação e definição – auto-definição destas Associações nas referidas localidades.

Palavras chave: Sociedade Portuguesa de Beneficência. Caridade. Elites Regionais. Representação.

ABSTRACT

This paper investigates the historical trajectory of the Portuguese Beneficent Societies, from 1854 to 1910, in the cities of Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas and Bagé. It discusses their importance as establishments of hospital assistance created by Portuguese immigrants, based on the institutional model of Mercy in Portugal, as well as constructors of Portuguese identity. The research approaches the existent relationships between the assistance provided by the institutions and formation of the local upper-class. It evidences how the assistance work, through solidary functions, gift exchanges among institutions and entities, were promoters of the social visibility. With a dualist comprehension of charity, sometimes guided by the Christian faith, representing the Catholic concepts, sometimes guided by the power relations, this investigation tried to clarify the Beneficent Societies representations as groups of support willing for self-approval. Comparison was the methodological perspective to specify similarities and differences among the analysed institutions understood through the contrast of its organizations (statutes and assistance means), protocols (social, political and cultural activities), and institutional life (Portuguese identity). The thesis objectified to emphasize the factors that constituted the legitimating and (self) defining process of the referred Associations.

Key words: Portuguese Beneficent Societies. Charity. Regional Elites. Representation.

INTRODUÇÃO

“Honremos a Pátria Senhores!” As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910) é o título desta tese. A frase “Honremos a Pátria senhores!...” foi retirada do discurso proferido pelo presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos (São Paulo) em 1881, quando fazia grandiosa saudação a Portugal distante, e vangloriando-se das audaciosas epopéias de Vasco da Gama e outros heróis portugueses. A expressão tentava referir o quanto as ações dos imigrantes lusos no Brasil deveriam honrar esse passado de glórias.

Foi a partir das reflexões acerca deste discurso que se constituiu, ao fim e ao cabo, o tema da nossa investigação, mais especificamente, as causas da existência dessas Instituições hospitalares criadas por imigrantes lusos no Brasil.

Uma parte considerável de nossa vida acadêmica foi voltada para o estudo da história do Rio Grande do Sul no Império e na República Velha. Pesquisamos sobre o período de opulência e prosperidade dos municípios da metade sul do Estado (1860-1889). Neste contexto, o estudo da imigração portuguesa para o extremo sul do Brasil, bem como a investigação sobre as Sociedades Portuguesas de Beneficência, instituições assistenciais lusas criadas no Brasil durante o século XIX, como representação desse contingente de população estrangeira, sempre constituíram fontes para as pesquisas que desenvolvemos. Foi o caso da *Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé (1871-1878)* e seu estilo arquitetônico, mais especificamente a análise da fachada do edifício-sede onde se presentificam os símbolos da identidade portuguesa e de poder.

Já o estudo da imigração portuguesa foi aprofundado no Mestrado quando trabalhamos com a *Sociedade de Beneficência de Bagé (1878-2002)*. O estudo

foi realizado a partir do resgate da memória e dos fatores¹ que envolveram o papel social daquela Sociedade ao longo de seu funcionamento no contexto municipal e de seu posicionamento face às transformações políticas regionais e nacionais.

Ao processo de investigação e elaboração da Dissertação de Mestrado, somaram-se outras indagações: a importância do estudo da imigração portuguesa para a região sul do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, momento considerado importante pela vinda de um maior contingente imigratório europeu para o Brasil, entre eles portugueses, e do conseqüente papel das Associações de Beneficência na representação desse contingente.

Nesse sentido, ao tema da imigração acrescentamos também o tema da assistência (caridade e filantropia) que, dadas as pesquisas realizadas, nos interessavam de forma concreta. Percebemos que a visibilidade social, que *o fazer caridade* confere a *quem a faz* constitui uma realidade ainda hoje verificada em todos os grupos sociais que desejam emergência social, tanto nos grandes centros urbanos quanto nas pequenas cidades. O confronto entre o bom e o mau exemplo de quem se utiliza do trabalho assistencial como alavanca social faz a virtude da caridade adquirir uma característica dualista, pois “joga” com a possibilidade de existir ou de não existir altruísmo. Logo, a assistência constitui um tema de investigação multi-disciplinar, contribuindo ainda para elucidar questões referentes ao cotidiano da sociedade brasileira ao longo dos séculos XIX e XX.

Ao longo da investigação, a pesquisa historiográfica revelou autores que trabalham com a temática da imigração portuguesa e do assistencialismo.

Ivo Carneiro de Souza, na obra “*Da Fundação da Misericórdia as Misericórdias (1498-1525)*”² aborda o estudo sobre as Misericórdias em Portugal, a partir da sua dimensão espiritual e penitencial no século XV, procurando na assistência um caráter de exemplaridade ético-religiosa individual e fraternal como atrativo programa de representação estamental urbana. Nesse sentido, a ligação de uma

¹ No ano de 2001, ocorreu na cidade de Bagé uma forte tempestade, ocasionando a destruição de muitos edifícios históricos, entre eles o edifício sede da Sociedade Portuguesa de Beneficência. Este evento possibilitou o aprofundamento da pesquisa sobre a qual versava a dissertação de mestrado, no que se refere às questões referentes a memória da instituição. Foram realizadas entrevistas com habitantes do município, visando a investigar quais significados possuíam o antigo sobrado e a Instituição de Beneficência naquela cidade.

² SOUSA, Ivo Carneiro de. *Da descoberta da Misericórdia às Misericórdias (1498-1525)*. Porto: Granito, 1999

Misericórdia com o poder régio é trabalhada pelo autor como forma de garantia de visibilidade, ao mesmo tempo em que a proteção aos grupos subalternos e indigentes é também evidenciada como um dos aspectos fundacionais da entidade.

Da mesma forma, o tema da assistência é trabalhado por Isabel dos Guimarães Sá. Na obra “*Misericórdias, caridade e pobreza em Portugal no período moderno*”³ aborda a trajetória histórica das Misericórdias em Portugal, evidenciando que as práticas da caridade contêm em si mensagens bíblicas, ao mesmo tempo em que expõem a ligação da assistência com o poder régio e as elites locais.

Específico sobre o tema da imigração portuguesa no Brasil, Gladis Sabina Ribeiro, na dissertação de mestrado “*Cabras e pés de chumbo: os rolos do tempo*”. *O anti-lusitanismo no Rio de Janeiro (1890-1930)*⁴ – trata do estudo do anti-lusitanismo no Rio de Janeiro do final do século XIX e primeira centúria do seguinte, sobretudo por meio de processos criminais. A autora refere que a formação e utilização das diversas visões sobre os estrangeiros lusos passam por uma questão de classe e pela manipulação de acordo com os períodos de calma ou de tensão social. Nesse âmbito, considera a representação desses imigrantes portugueses por meio de diversas associações, ente elas a Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro.

Maria Beatriz Nizza da Silva, na obra “*Documentos para a história da Imigração Portuguesa no Brasil (1850-1938)*”⁵ – realiza um levantamento em torno da imigração portuguesa para o país a partir das atuações desse contingente, em especial através das agremiações e jornais, refletindo sobre questões como o anti-lusitanismo. O departamento jurídico existente na Sociedade Portuguesa de São Paulo, por exemplo, é visto pela autora como uma das necessidades dessa população imigrante envolvida, por vezes, em processos criminais.

Questões referentes à sociabilidade do imigrante luso são trabalhadas por Heloísa Paulo. Na obra “*Aqui também é Portugal: a Colônia Portuguesa no Brasil*

³ SA, Isabel dos Guimarães (org). “*Misericórdias, caridade e pobreza em Portugal no período moderno*” Braga. Cadernos do Minho – vol.11 (2), 1998.

⁴ RIBEIRO, Gladis Sabina. *Cabras e pés de chumbo: os rolos do tempo. O anti-lusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Niterói, Dissertação (Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense), 1987.

⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil (1850-1938)*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.

e o salazarismo”⁶ – a autora aborda com base no estudo da colônia portuguesa no Rio de Janeiro entre 1930 e 1960, a trajetória da adesão dos emigrantes ao Salazarismo. O levantamento das manifestações da presença ideológica do Estado Novo junto dessa comunidade é feito através da análise da propaganda salazarista e das relações estabelecidas entre os emigrantes e o governo de Salazar. Nesse sentido, procede investigação sobre os espaços e meios de sociabilidade da colônia portuguesa no Rio de Janeiro ainda nos primeiros anos do século XX, citando como exemplo a Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade.

Zeila de Brito Fabri Demartini, na obra “*Os portugueses em São Paulo no início do século XX*”⁷ – trata da imigração lusa no contexto metropolitano de São Paulo visando a apreender as representações dos integrantes das famílias de portugueses sobre seus cotidianos, vivência e estratégias de atuação que desenvolvem nessa cidade. Dessa forma, destaca as associações de beneficência quanto à realização de inúmeras atividades culturais e sociais, dando o exemplo da Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo e Campinas.

Sobre o contingente de imigrantes portugueses no extremo sul do Brasil, Adhemar Lourenço da Silva Júnior, na tese “*As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*”⁸ – aborda o estudo das associações de socorros mútuos no país, em especial Rio Grande do Sul, através da classificação – mutuais abertas e mutuais fechadas (esta última segundo critérios étnicos e critérios sócio profissionais), revelando o desempenho das suas atividades políticas e sociais como consolidação da união de interesses materiais e espirituais. Ao trabalhar com as Sociedades Portuguesas de Beneficência, como mutuais étnicas, demonstra que a incorporação de valores espirituais a critérios de fechamento não é uma idiossincracia, mas uma necessidade para que a expectativa de reciprocidade se transforme em uma expectativa de lealdade.

Sobre o estudo da Sociedade Portuguesa de Beneficência no Rio Grande do Sul, Walter Spalding, na obra - “*A Beneficência Portuguesa de Porto*

⁶ PAULO, Heloísa. Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa no Brasil e o Salazarismo. Coimbra: Quarteto, 2000.

⁷ DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri. Os portugueses em São Paulo no início do século XX. IN III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Coimbra – Portugal – Fevereiro de 2000.

⁸ SILVA JR., Adhemar Lourenço da. As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940). Porto Alegre, Tese (doutorado em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), 2004.

*Alegre*⁹ - realiza estudo sobre as bases fundacionais da Associação naquela cidade em 1854.

Abílio Garcia, na obra - “*A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé*”¹⁰ - trata da história dessa instituição no município de Bagé, enfocando o princípio das atividades assistenciais na cidade e sua trajetória até a década de 1980.

José Soares Serra, em - “*Portugueses no Rio Grande do Sul*”¹¹ - aborda as instituições assistenciais e de grêmio criadas por portugueses no extremo sul do Brasil, em especial nas cidades de Pelotas e Rio Grande, da segunda metade do século XIX aos dias atuais.

Nosso trabalho de mestrado intitulado (...) *Grandiosos mesmo em portugueses (...). A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé (1878-2002)*, abordou a trajetória histórica da Associação naquela cidade, verificando as relações existentes entre a presença de portugueses na localidade e a Instituição assistencial.

Com base nessa revisão historiográfica concluímos que as Sociedades Portuguesas de Beneficência no extremo sul do Brasil ainda não constituíram tema de estudos comparados.¹² A abordagem do tema da imigração portuguesa para a região como contingente populacional que justifica a criação das associações de beneficência, o estudo de seu papel entre os contingentes imigrantes de origem lusa, e as suas correlações com as Misericórdias em Portugal, ainda é deficitário. Nesse sentido, há necessidade de evidenciar aspectos peculiares e significativos de suas trajetórias históricas.

Os cortes cronológicos desse trabalho são de 1854 (ano da fundação da primeira associação, em Porto Alegre) a 1910 (ano da Proclamação da República em Portugal). Esse período foi arbitrariamente definido, tendo em vista, de um lado, o início das atividades assistenciais da Sociedade de Beneficência de Porto Alegre e, de outro, o desfazer dos laços que as referidas instituições mantinham com a Coroa

⁹ SPALDING, Walter. *A Beneficência Portuguesa de Porto Alegre*. Porto Alegre: Typographia do Globo, 1954.

¹⁰ GARCIA, Abílio. *A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé*. Bagé: Ed. Urcamp, 1985.

¹¹ SERRA, José Soares. *Portugueses no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Caravelas, 1986.

¹² Estudos referenciais sobre as Sociedades Portuguesas de Beneficência, como o de Walter Spalding, Antônio Soares, Francisco Alves, referem a trajetória histórica das Instituições em uma dada localidade. A possibilidade de comparação evidencia as Instituições dentro de sua heterogeneidade. A visualização de um todo não homogêneo permite perceber que elas funcionaram de distintas formas em cada localidade onde se radicaram.

Portuguesa, ou seja, a perda do apoio simbólico desta, com a proclamação da República em Portugal. O interesse pelo papel social das Instituições vinculou-se à tentativa de compreensão da assistência no Rio Grande do Sul do século XIX, e não das práticas médicas, por considerar-la um conjunto de ações mais amplo constituinte de atividades culturais, educacionais e espirituais, característica daquele contexto.

Os distintos locais de pesquisa utilizados tanto no Brasil quanto em Portugal possibilitaram que novas formas de interpretação do tema fossem incorporadas ao trabalho. Verificamos, nesse sentido que as instituições estudadas, reunidas em torno do objetivo de prestar assistência aos sócios portugueses na enfermidade, na necessidade educacional e na morte, desenvolveram a prática da “caridade” a partir de uma perspectiva dual, que norteou nossa abordagem das Instituições estudadas no Rio Grande do Sul. Nesta perspectiva dual, partíamos do princípio de que:

a) O trabalho assistencial estava vinculado ao exercício da fé cristã e, portanto, à representação do ideário pregado pela Igreja Católica;

b) O trabalho assistencial era usado como promotor das Sociedades de Beneficência de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Bagé, esclarecendo-se que as funções de “solidariedade” por elas interpostas, bem como a troca de presentes caritativos com instituições e entidades locais, favorecia a visibilidade, equilibrando disputas de poder.

Concomitante a essa matriz interpretativa, nossas fontes mostraram a existência de um debate sobre a função social e a categorização dos associados, bem como a escolha da diretoria dessas Sociedades, remetendo ao fato de que não existe uma aplicabilidade rígida das regras administrativas, definidas nos estatutos, para a prática social exposta nos relatórios, fazendo do uso da caridade um ato, por vezes, interessado ou “interesseiro”. Portanto, as noções de reciprocidade, podem ser entendidas como trocas obrigatórias feitas voluntariamente, conforme nos aponta Marcel Mauss. Isto é o que amálgama da sociedade. Da mesma forma, a assistência efetuada pelas Instituições de Beneficência traduz essa questão, tanto na concepção quanto na prática, fazendo-nos compreender que as relações sociais, as relações econômicas, jurídicas e políticas, são complementares.

As trocas se traduzem para além de possibilidade individuais e coletivas, elas transformam um altruísmo individual em interesses coletivos. Essa

situação é recorrente na vida prática das Sociedades Portuguesas, uma vez que a assistência dispensada rende prestígio político. Não importa a quantidade das assistências realizadas, mas o quanto politicamente elas podem ser significativas.

Em todas as situações estudadas, foi possível observar ainda que as Associações tenderam a promover a devoção régia à monarquia portuguesa. De fato, para que uma instituição dessa ordem possa existir no Brasil, uma das prerrogativas é obter o “apadrinhamento” de um Monarca Português, visando ao apoio simbólico e material. Para tanto, dezenas de cartas foram emitidas pelas Sociedades Portuguesas de Beneficência que estudamos endereçadas ao Ministério do Reino, em Portugal, mencionando os seus respectivos funcionamentos administrativos; categorias de sócios; premiações; envio de doações ao Reino de Portugal (em virtude das enchentes do Minho e do Douro em 1851 e 1872, por exemplo); movimentos de receita e despesa das associações, entre outros temas. Uma dessas cartas, assinada em 1871 pelo vice-cônsul de Portugal em Pelotas, destacou a situação sócio econômica de associados no município de Bagé, na tentativa de garantir a proteção do príncipe português D. Carlos I.¹³

Com relação à proteção monárquica sobre as Sociedades Portuguesas, os retratos do rei funcionaram como marcadores da égide dos monarcas, aparatos simbólicos da proteção de Portugal, mostrando que a eficácia da presentificação do ausente, através da imagem, se dá pela sua representação.

De uma forma geral, percebemos quão importante para as Associações de Beneficência em Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Bagé foi a demonstração da situação social de boa parte de seus associados. O apoio e a proteção do monarca português foi tão relevante quanto a projeção local/regional dos sócios, sobretudo aqueles que fizeram parte de suas diretorias. Nesse sentido, a imagem do rei foi perpetuada através dos retratos nos salões oficiais. A eficácia simbólica dessa imagem está no preenchimento do espaço vazio. Portanto, na medida em que representa o poder, assumiam uma importância para as Associações, que necessitavam do reconhecimento social nas localidades e também em Portugal.

Localizadas nas cidades mais populosas e com potencial de

¹³ Na tese, a referência à situação econômica e social dos associados das Instituições constitui tema abordado no quarto capítulo – Demarcando o território social das elites.

desenvolvimento na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, as Sociedades Portuguesas de Beneficência em Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Bagé adquiriram, embora de formas diferentes, uma visibilidade real através da prosperidade de seus associados. O continuísmo na ocupação dos cargos diretivos da Instituição de Beneficência Portuguesa foi uma prova de que essas relações de interesse se estabeleceram também, e, principalmente, dentro das Instituições.

O trabalho assistencial, realizado pelas Sociedades Portuguesas de Beneficência deve ser compreendido sob a perspectiva da expectativa de reciprocidade, entendida aqui na perspectiva de Mauss e Davis¹⁴, ou como moeda de troca em relação ao seu reconhecimento social pelas comunidades locais e por Portugal, revelando as práticas da caridade enquanto salvadoras da alma e alavanca de projeção social. A pesquisa realizada mostrou-nos que as Associações de Beneficência atenderam a seus sócios não somente com o intuito de receber o pagamento da mensalidade, como também de receber o reconhecimento da sociedade local (pelo bom trabalho de filantropia efetuado); o reconhecimento dos associados (pela possibilidade de ascensão social); e o reconhecimento da Coroa Portuguesa (pela gratidão e fidelidade ao Reino de Portugal, que esses imigrantes portugueses, mesmo no Brasil, desejam manter). Nesse sentido, a pertencimento identitário tem um dupla significação: diante dos seus pares e diante das comunidades que os recebem. A sociabilidade, em última instância, pode ser olhada como uma ação política, porque a Associação é um lugar onde as pessoas se encontram para uma ação filantrópica, social e cultural.

Sob esse ponto de vista, Natalie Zemon Davis (2003:181) refere que:

As confrarias existem sobretudo entre os laicos, entre pessoas de um mesmo artesanato, de uma mesma paróquia, de uma mesma vila, de uma mesma vizinhança (...)

Ela aponta ainda que *o significado do sacrifício de doar está presente antropologicamente no ser humano....*¹⁵

A partir do exposto três hipóteses a serem comprovadas no decorrer do desenvolvimento da tese foram então levantadas:

¹⁴ MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: edições 70, 2004. DAVIS, *Essai sur le don dans la France du XVI siècle*. Paris : Editions du Seuil, 2003.

¹⁵ DAVIS, Natalie Zemon. *Essai sur le don dans la France du XVI siècle*. Paris : Editions du Seuil, 2003. p 181.

1) As relações de “solidariedade”¹⁶ estabelecidas pelas Sociedades Portuguesas de Beneficência bem como a devoção régia direcionada à Coroa portuguesa foram formas de auto-afirmação dessas instituições lusas nas localidades onde funcionam fazendo da circulação social da “caridade” e da busca pelo reconhecimento régio um ato interessado.

2) As cidades de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Bagé constituiriam cenários diferenciados dentro do território do Rio Grande do Sul e, portanto, as Associações de Beneficência apresentam, em suas trajetórias, semelhanças e dessemelhanças quanto às suas administrações e funcionamento;

3) Tais associações apresentam suas trajetórias históricas correlacionadas à formação de elites locais, funcionando como alavanca de grupos desejosos de auto-afirmação e de projeção social.

A comparação, como perspectiva metodológica, buscou evidenciar quais fatores constituíram o processo de legitimação e definição / auto-definição de tais associações, permitindo a análise das suas atuações sociais, em seu sentido mais profundo, em uma mesma conjuntura. Relacionamo-as, assim, a partir da perspectiva teórica de Marc Bloch (1930:31-39), as Instituições de Beneficência Portuguesa dos municípios de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Bagé, entre os anos de 1854 e 1910, através do confronto da forma como se desenvolveram as suas organizações (estatutos e formas de assistência), práticas (atividades sociais, políticas e culturais) e vida institucional (“identidade portuguesa” e papéis sociais dos grupos que as formam).

Sendo assim, a comparação entre as quatro Instituições é realizada de forma cronológica, isso é verificando como cada entidade atuou em determinada época, pois, a partir de Bloch, a comparação tem duas funções importantes: pesquisar e entender aspectos científicos e gerais de cada fenômeno e auxiliar e compreender as causas e origens dos fenômenos. O método comparativo tem o mérito de possibilitar ao observador afastar-se de seu próprio ponto de observação, ultrapassar o caráter individual e único de cada sociedade observada, permitir a passagem da descrição para a exploração dos processos históricos, sistematizando assim conhecimentos.¹⁷

¹⁶ A pesquisa nos mostrou que a noção de solidariedade foi utilizada pelas Instituições para prestar contas para si e para Deus como um preceito religioso.

¹⁷ BLOCH, Marc. Comparacion. *Revue de Synthèse Historique*, Paris, vol LXIX, boletim anexo, 1930. p. 31-39.

Em face dessas questões, estarão presentes ao longo da tese, entre outras, as seguintes categorias de análise:

1) Dádiva: As práticas assistenciais desempenhadas pelas quatro Sociedades Portuguesas de Beneficência estudadas, que, mediante o ato de doar almejam uma auto-promoção local e uma compensação dada pela misericórdia Divina, faz da caridade uma expectativa de reciprocidade. Nesse ponto, conforme revela Maurice Godelier (1996: 21), o estabelecimento da dádiva contém em si mesmo uma dupla relação a vazar nas noções de solidariedade e de superioridade: *solidariedade porque aquele que dá, partilha com outrem algo que é seu; de superioridade, porque aquele que recebe fica em falta para com seu doador.*¹⁸

2) Identidade: A busca do patrocínio da Monarquia Portuguesa por tais Associações demonstra a preocupação com a garantia do reconhecimento desse Poder Régio. Da mesma forma, o critério da nacionalidade portuguesa para algumas categorias de sócios; a presença de símbolos da bandeira portuguesa na fachada dos edifícios-sede (e o hasteamento da bandeira da monarquia portuguesa nos mesmos locais); os cortejos de corpo ausente no falecimento de membros da Coroa Portuguesa; as comemorações pelos aniversários natalícios dessa Realeza e, sobretudo, o fato de não reverenciar as autoridades governamentais brasileiras em (detrimento das portuguesas), faz com que o conceito de identidade seja utilizado na análise das fontes documentais como conceito totalmente construído. Nesse viés, Fredrik Barth nos revela que:

*Pertencer a uma categoria étnica implica igualmente que se reconheça o direito de ser julgado e de julgar-se pelos padrões que são relevantes para aquela identidade...pouco importa quão dessemelhantes possam ser os membros em seus comportamentos manifestos...se eles dizem que são A, em oposição a outra categoria de mesma ordem, estão querendo ser tratados e querem ver seus próprios comportamentos serem interpretados e julgados como As e não de Bs; melhor dizendo, eles declaram sua sujeição a cultura compartilhada pelos As.*¹⁹

¹⁸ GODELIER, Maurice. *O Enigma da dádiva*. Lisboa: Ed. 70, 1996. p. 21.

¹⁹ *Apud* POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 194.

3) Elites: O destaque dado pelo apadrinhamento do Monarca Português a tais Associações e a ilustração da situação social de boa parte desses associados, registrada tanto nos jornais locais quanto na correspondência com a Coroa Real Portuguesa, evidenciam claramente as conexões que estabelecem com a composição sócio econômica das localidades. As Sociedades Portuguesas de Beneficência funcionam como alavanca para o associado luso, na garantia de uma situação social de maior visibilidade. Nesse ponto, conforme afirma Joseph Love:

...uma posição social definida como de “sucesso” não precisa ser identificada em termos de mais alto porto político ocupado. Mas certamente, é o grau de participação política - e econômica - um dos elementos constituintes na identificação do sucesso da elite numa dada sociedade.”²⁰

A tese terá seu desenvolvimento e a comprovação das hipóteses formuladas a partir do desdobramento de quatro capítulos assim apresentados:

O capítulo I, intitulado *AS BENEFICÊNCIAS COMO ENTIDADE ASSISTENCIAL*, foi subdividido em cinco sub-capítulos. O sub-capítulo I denominado *Origem e expansão das Sociedades Portuguesas de Beneficência* foi dividido em duas partes. Na primeira parte, item 1.1.1 (*A Assistência em Portugal*), apresentamos uma breve narrativa da história das Misericórdias em Portugal (Instituição Assistencial criada naquele país durante o século XV) com ênfase nas ligações que possuem com a história da Igreja Católica, e com a circulação social da caridade como privilégio de uma elite ligada à monarquia, uma das influências marcantes sobre as Sociedades Portuguesas de Beneficência criadas no Brasil do século XIX. Na segunda, item 1.1.2 (*A Assistência no Brasil*), foi abordada a difusão das Misericórdias para o além-mar e o papel assistencial desempenhado pelas Santas Casas de Misericórdia no Brasil. A adaptação que o Compromisso de Lisboa, como carta normativa sofre no Brasil a má situação da assistência médica no país até a segunda metade do século XIX e a criação das Sociedades Portuguesas de Beneficência como instituições privadas que vem suprir (como outras de mesma natureza) o mercado assistencial.

No sub-capítulo 1.2 (*O cenário onde se desenvolvem as Beneficências*

²⁰ Apud HEINZ, Flávio Madureira. *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. pp 77-99.

Portuguesas na Província de São Pedro) tratamos do espaço onde as Instituições de Beneficência irão se desenvolver e atuar no extremo sul do Brasil entre os anos de 1854 e 1910. Nesse âmbito, é analisado o desenvolvimento econômico-sóciopolítico das diferentes cidades localizadas na metade sul da Província: Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande (na zona litorânea) e Bagé (na zona da fronteira sul e campanha), paralelo às razões que justificam a existência de uma Sociedade Portuguesa de Beneficência nesses municípios.

No sub-capítulo 1.3 (*Os estatutos das Instituições de Beneficência*), foram abordados os estatutos das quatro Instituições de Beneficência Portuguesa analisadas (Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Bagé), em perspectiva comparativa, verificando a existência de semelhanças e diferenças nas suas normas administrativas e organizacionais dentro da Província.

No sub-capítulo 1.4 (*O papel assistencial das Instituições de Beneficência*), foram analisadas outras fontes documentais (como diferentes impressos, livros de atas e jornais locais e estrangeiros), verificando as adaptações de normas previstas nos estatutos, capazes de pôr em exposição a funcionalidade e a receptividade que cada uma das Instituições teve nos municípios citados.

No sub-capítulo 1.5 *As atividades políticas, sociais e culturais*, abordamos a funcionalidade das Instituições de Beneficência para além do suporte assistencial hospitalar. Nesse sentido, as relações com Portugal e com as comunidades que as receberam, em nível político (pelas relações internacionais e posicionamento político partidário no Brasil em momentos de calma e conflito), em nível social (visto na circulação social da caridade e na relação da assistência com interesses materiais), e em nível cultural (pela organização de atividades educacionais presentes ao longo de suas trajetórias) constituem questões fundamentais para a compreensão dos fenômenos analisados.

No segundo capítulo da tese intitulado *A AMBIVALENTE IDENTIDADE PORTUGUESA NO BRASIL*, foi abordada, em nível quantitativo e qualitativo, a imigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX; os fatores de atração e repulsão que direcionaram esse contingente de portugueses para o Brasil e as relações entre a presença de portugueses nas quatro cidades da Província de São Pedro e a criação de Sociedades Portuguesas de Beneficência.

No sub-capítulo 2.2 (*As efemérides das Instituições de Beneficência*), tratamos do papel social que assumem os ritos propagados pelas quatro Associações de Beneficência. Como as Instituições comemoram as suas efemérides, investigamos qual a função social de tais eventos e suas relações com a auto-afirmação das Instituições como irradiadoras da fé cristã e cultura portuguesa.

No sub-capítulo 2.3 (*A Devoção Régia*), tratamos do protetorado da monarquia portuguesa nas Instituições de Beneficência. A devoção ao Rei português (com especial atenção à comemoração dos aniversários natalícios dessa monarquia, à realização de subscrições para o envio de dinheiro a Portugal e ao envio de documentos respeitantes à vida institucional das Beneficências para o protetor e compra do protetorado) constituiu forma de afirmação da identidade portuguesa no Brasil.

No terceiro capítulo intitulado *AS BENEFICÊNCIAS PORTUGUESAS E AS OUTRAS INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS ESTRANGEIRAS* foi realizado um estudo iconológico das fachadas dos edifícios-sede das quatro Instituições, elencando os elementos que constituem marcas do que desejam expor como suas auto-definições, representações de uma “identidade portuguesa” como distinção dos demais prédios públicos das cidades. Dentro de uma leitura iconológica das fachadas dos edifícios sede, procuramos analisá-los a partir da sua identificação com o estilo arquitetônico historicista eclético, representante, tanto no Brasil quanto na Europa, de uma sociedade que ostenta o poder a partir da visualidade de suas residências, marcando uma mudança no sistema de relações sociais.

No sub-capítulo 3.2 (*A relação entre as Sociedades Portuguesas de Beneficência e as outras Instituições assistenciais estrangeiras e brasileiras*), abordamos a relação das Sociedades Portuguesas de Beneficência com as demais Instituições Assistenciais ou de Grêmios fundadas por outras etnias. Nesse sentido, foi investigado como se deu a inserção dos imigrantes de outras nacionalidades nas Sociedades de Beneficência e como estas se utilizaram do discurso que ressalta a nacionalidade portuguesa em situações de conflito.

O quarto capítulo da tese, *DEMARCANDO O TERRITÓRIO SOCIAL DAS ELITES*, apresentou no sub-capítulo 4.1 (*espaço, caridade e poder*), a investigação das formas como as Sociedades Portuguesas de Beneficência se relacionaram com as entidades políticas locais, partidos políticos e diferentes grupos sociais de cada

município. Nesse sentido, analisamos os recursos que as entidades possuíam para os investimentos nelas realizados, quem eram os associados e quais os seus poderes de atuação nas localidades.

Dos sub-capítulos 4.2 ao 4.4 foram analisados nos quatro casos das Sociedades Portuguesas de Beneficência – a partir de três frentes (*Os estabelecidos nas Sociedades, O dar e o receber nas Associações, e o continuísmo nos cargos diretivos*) quem foram os indivíduos que se destacaram na história das instituições, seus relacionamentos com as elites locais, significação da assistência prestada, suas participações nos grupos diretivos das instituições, e como, dentro deste quadro, chegaram a constituir o continuísmo na ocupação desses cargos diretivos.

No sub-capítulo 4.5 (*a emigração que não corta laços: as Sociedades Portuguesas de Beneficência como forma de distinção social*), realizou-se uma reflexão sobre o trabalho assistencial das Instituições Assistenciais em Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Bagé em perspectiva comparada. Nessa perspectiva, foram investigadas as causas de as referidas Instituições terem servido de alavanca social para sócios e, em contrapartida, como se utilizaram da situação privilegiada desses associados, e da identificação com a nacionalidade portuguesa, para a auto-promoção.

Na conclusão serão retomados os aspectos considerados fundamentais para a compreensão dessa investigação, levando em conta que pensar a Sociedade Portuguesa de Beneficência no Rio Grande do Sul como tema de investigação implicou reconhecer sua história, seu passado e sua trajetória, assim como sua importância no contexto da História do Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO I

1. AS BENEFICÊNCIAS COMO ENTIDADES ASSISTENCIAIS

1.1.ORIGEM E EXPANSÃO DAS SOCIEDADES PORTUGUESAS DE BENEFICÊNCIA:

1.1.1. A ASSISTÊNCIA EM PORTUGAL

Na demorada história de Portugal, descobre-se a axialidade da virtude da caridade tanto como elemento formador de uma sociedade cristã quanto como «espelho» do Príncipe desde a prefiguração da independência do território, em 1139, como tema profundamente recriado da história à literatura, da parenética religiosa à iconografia histórica. A famosa vitória afonsina na batalha de Ourique contra os mouros destacava que, desde as origens *heróicas* e *milagrosas* do futuro reino, se fora impondo a definitiva sobreposição dos valores cristãos em relação aos muçulmanos na reconquista cristã da Península Ibérica, inaugurando um novo espaço territorial do orbe cristão reorganizado em torno de um Príncipe a caminho de ostentar o título de *rex*: Afonso Henriques. Simbolicamente, através do muito recriado milagre de Ourique o reino de Portugal oferecia-se consagradamente ao Céu de Cristo.

As primeiras obras de filantropia recenseadas historicamente emergiram neste duplo coração batendo-se pela Reconquista e pela formação do reino de Portugal a partir do século XII, como é exemplo documentado a fundação do Hospital de Jerusalém, em Évora, construído pelo mecenato do primeiro Rei de Portugal. Trata-se de obras de caridade que concretizavam os ideários teológicos, morais e sociais da Igreja Católica medieval, propondo o trabalho assistencial enquanto obrigação ética normativa dos fiéis para que, assim, os *pobres de Christo fossem bem recebidos em caridade*²¹. Hospitais, albergues, gafarias e confrarias foram-se multiplicando no Portugal medieval seguindo os favores de patronos, ordens religiosas e devoções cultuais cristológicas, marianas e uma longa lista de santos e santas.

Estas obras de caridade tipicamente medievais destinando doações de esmolas de patronos poderosos a pessoas pobres, doentes e desamparadas compareciam, seguindo Abílio Garcia (1985:03), divididas em três categorias tipológicas: (i) albergarias ou albergues; (ii) gafarias ou lazaretos para leprosos; e (iii) mercearias para pobres que, tendo perdido a sua posição económica favorável, passavam a alimentar o

²¹ GARCIA, Abílio. *Histórico da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé*. Bagé: URCAMP, 1985.p.3.

que se designava por *pobreza envergonhada*. Estas diferentes obras e instituições caritativas foram também multiplicando o número de confrarias e irmandades consagrado a reunir esmolas, apoiar a construção de hospitais ou, tão simplesmente, oferecer um bode colectivo aos pobres. Depois, na transição do Portugal Medieval para o «mundo moderno», no ocaso do século XV, surgiria por todo o reino e, logo a seguir, nas suas «conquistas» além-mar a instituição de caridade que se mostra mais característica da história do assistencialismo em Portugal: as Misericórdias. A primeira das irmandades de Misericórdia foi solenemente fundada em 1498, na Sé de Lisboa, por iniciativa da poderosa Rainha D. Leonor (1458-1525), pautando o início de um demorado processo de renovação da história da caridade que, conforme afirma Ivo Carneiro de Sousa²², assentando na prática social e devocional das atividades e deveres, espirituais e corporais da doutrina das Obras de Misericórdia, multiplicaria um movimento de difusão de novas confraternidades com larga importância no ordenamento social urbano em época de crescimento dos tratos comerciais e de progressivo recenseamento de um renovado cosmopolitismo, especialmente na grande capital do reino, Lisboa, que se torna nos começos de Quinhentos uma das maiores cidades europeias.²³

As Misericórdias instalaram-se cedo nos diferentes enclaves, fortalezas, capitánias e feitorias do Império Colonial Português, espalhando-se, já nos finais do século XVI, das cidades brasileiras a Macau, sobrepujando mesmo os limites formais oficiais da movimentação colonial portuguesa para se instalarem em Manila, no Japão ou em Taiwan. Neste sentido, foi mesmo característico do Império Marítimo português o estabelecimento das Misericórdias em todo o seu território colonial, pois ao lado do Senado da Câmara essas confrarias elitárias laicas constituíram não somente os pilares da administração portuguesa como afirmaram uma estratégia de poder social que, através do monopólio cristão, mas marginalizador da caridade, governadores, bispos e magistrados não podiam assegurar. Protegidas pelo poder régio que encontrava nas Misericórdias um instrumento fundamental de devoção à realeza e da produção das elites subalternas coloniais locais, as novas irmandades tendiam a monopolizar a ordem

²² SOUSA, Ivo Carneiro de. Introdução ao estudo da Misericórdia de Macau: caridade, poder colonial e devoção régia, In “Compromisso da Misericórdia de Macau de 1627” (ed. De Leonor Diaz de Seabra). Macau: Universidade de Macau, 2003. pp. 259-306.

²³ SOUSA, Ivo Carneiro de. A Rainha D. Leonor (1458-1525): Poder, Misericórdia, Religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. p. 25.

da caridade na cidade colonial.²⁴

Como se sabe, junto ao papel das câmaras municipais estabelecidas nas colônias portuguesas, sobretudo no Brasil, também foi preponderante o papel da Igreja Católica na imposição de uma ordem colonial que se queria «lusa» e católica. A cristianização da população apresentava-se tanto como forma de domínio como de inclusão de indivíduos e segmentos sociais em uma nova sociedade, para que estando em pé de igualdade com os costumes de metrópole, pudessem almejar alguma ascensão social local.

A Instituição de Misericórdia congratula essa preocupação com a propagação da fé cristã, pois em Portugal e nas cidades coloniais portuguesas, funcionou como meio difusor da unicidade da moralidade cristã, mas também como polarização castradora de todas as ideias, religiosidades e práticas culturais ao seu sistema de valores. Segundo Charles Boxer, o rei D. Manuel obrigou a população das colônias e de Portugal a converterem-se praticamente à força, gerando um processo de homogeneização do reino através da expulsão e conversão de judeus e mouriscos que, sem grande sucesso, se queria alargar imediatamente aos espaços coloniais.²⁵ As medidas homegeneizadoras estender-se-iam rapidamente a todas as administrações de hospitais e confrarias, Misericórdias incluídas, difundindo na ocupação já de cargos de gestão já no próprio recrutamento de membros tanto um escrutínio quanto um profundo preconceito sócio-religioso contra os não-cristãos e “cristãos novos”. Estas medidas eram ainda mais constrangentes nos diferentes espaços coloniais lusos, somando à discriminação no recrutamento para cargos municipais essa outra marginalização no acesso ao monopólio católico da caridade. Seguindo mais detalhadamente a argumentação do grande historiador britânico da história da Expansão Portuguesa:

Em 1561, a Câmara de Goa pediu à rainha regente que promulgasse um decreto proibindo estritamente que os cristãos-novos ocupassem quaisquer cargos na Câmara...No Brasil, em geral, a proibição de ocupação de cargos pelos cristãos-novos foi cumprida com rigidez a partir de 1633 e, se bem que alguns indivíduos de origem marrana possam ter

²⁴ SOUSA, Ivo Carneiro de. *Introdução ao estudo da Misericórdia de Macau: caridade, poder colonial e devoção régia*, In “*Compromisso da Misericórdia de Macau de 1627*” (ed. De Leonor Diaz de Seabra). Macau: Universidade de Macau, 2003. pp. 259-306.

²⁵ BOXER, Charles. *Império Marítimo português*. (1415-1825). Lisboa: Edições 70, 1969.p. 275.

*ocupado cargos em alguns Conselhos Municipais a partir dessa data, não consigo encontrar exemplo específico durante mais um século, enquanto existem sem dúvida alguns em Goa e Macau.*²⁶

A doutrina medieval das Obras de Misericórdia remetia essencialmente para a construção moral de uma vida exemplar, ou seja, concretizava uma idéia de sociedade e de circulação de bens sociais gestados na ordem das virtudes da religião cristã. D. Leonor, a promotora das primeiras Misericórdias, evocava constantemente a figura da Virgem de Misericórdia – a *Mater Omnium* capaz de proteger todos os cristãos com o seu místico Manto – com intuito de, através da Sua Santa figura de Mãe exemplar e sofrida, exemplificar a capacidade de rendição, perdão e caridade que toda a obra assistencial deveria corporificar. A ligação da fé cristã com as Misericórdias foi reforçada pela Rainha, no empenho de construir as ações de assistência em torno da educação de uma espiritualidade cristã.²⁷ A caridade proposta buscava, assim, assumir uma dimensão espiritual, legitimada pela sua verticalização na aproximação do homem a Deus, em face às suas boas ações com base no amor exemplar, em rigor, o único tipo de amor autorizado pelo sistema ético cristão: o Amor no sacrifício de Cristo.

Historicamente, a ligação das Misericórdias às doutrinas morais da Igreja Católica foi fundamental desde as suas bases fundacionais. Para que se adquirisse estatuto de confraria cristã laica em Portugal era necessário que a autoridade suprema em matéria de confrarias, a Santa Sé, desse o seu aval próprio ou através do ordinário. Mas esse aval, seguindo Isabel Sá, se limitava a algumas restrições gerais, deixando a cargo do rei a autorização e funcionamento das Misericórdias:

Numa das últimas reuniões do Concílio, em 1562, a instâncias da delegação portuguesa, criou-se a figura das confrarias sob proteção régia, posteriormente transferida para a legislação portuguesa... Em vez da sua criação ser sancionada pelos bispos e de serem sujeitas a visitas pastorais, dependiam

²⁶ BOXER. Idem. p. 275.

²⁷ Promove, dessa forma, publicações sobre o tema, entre os quais o *Bosco Deleitoso*, em 1515, destinado a convocar a Misericórdia enquanto virtude, na formação de uma espiritualidade ligada a orientação de uma vida moral exemplar. Estes textos compunham o livro intitulado *Boosco Deleitoso*, editado pelo alemão Heraman de Campos em 1525. Sobre essas questões veja-se em SOUSA, Ivo Carneiro de. *Da descoberta da Misericórdia às Misericórdias (1498-1525)*. Porto: Granito, 1999.p.75.

*do rei no que toca à fundação e eram vigiadas pelos bispos apenas no “espiritual”, isto é, no que dizia respeito à manutenção dos espaços de culto...o que opera na prática uma laicização da caridade a cargo das Misericórdias, embora os princípios do seu exercício sejam religiosos.*²⁸

Neste contexto, embora as Misericórdias portuguesas se estruturassem a partir do patrocínio régio, na difusão da obra e na incorporação de outros hospitais para a sua tutela, ao longo do reinado de Dom Manuel houve o predomínio de concepções religiosas na assistência desempenhada, evidenciando a concepção dualista do indivíduo, em que a alma tinha supremacia sobre o corpo, sendo ela a principal *beneficiada*.

Outrossim, é mister ressaltar que, sem a proteção régia e a vontade de apoiar a difusão das Misericórdias em todos os espaços portugueses, a Instituição não teria se tornado numa das maiores referências de poder local no Antigo regime. Conforme afirma Isabel Sá, não podemos confundir as Misericórdias com a centralização do poder régio, uma vez que apenas contribuíram para o fortalecimento do poder local e a presença do rei se limitava em larga medida ao plano simbólico.²⁹ Nesse sentido, os símbolos do poder régio, desde a fundação da confraria mãe em Lisboa, adquiriram fundamental importância na celebração simbólica de uma *devotio regio* que se cruzava estrategicamente à devoção à caridade do sofrimento de Cristo e da sua Mãe: as armas reais que se encontravam nos portais dos edifícios de todas as irmandades desde os inícios do século XVI somavam-se às bandeiras processionais que representavam o rei e, por vezes a rainha, concretizando a ideia de uma *respublica* cristã dirigida por um monarca cada vez mais entendido como rei de direito divino.

É difícil precisar quando é que as primeiras irmandades dedicadas à prática das obras de Misericórdia iniciaram seu funcionamento nos finais da Idade Média portuguesa. Conforme afirma Ivo Carneiro de Sousa (1999:75), a primeira coleção de fundações de hospitais de Misericórdia foi a mercearia que a Rainha D. Leonor ergueu na igreja de Santa Maria de Óbidos, entre 1485 e 1490, dando-lhe um

²⁸ Sá, Isabel dos Guimarães. A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490-1600) IN SÁ, Isabel dos Guimarães. (org). Misericórdias, caridade e pobreza em Portugal no período moderno. Braga: Cadernos do Noroeste – VOL, 11 (2), 1998. p. 56.

²⁹ Ibidem. p. 38.

Compromisso³⁰ que passaria a orientar também a organização das outras mercearias do mesmo tipo que se espalharam pelo reino. Assim, a data de 1498 deve ser compreendida como a da fundação de uma confraria-mãe, dedicada em Lisboa a Nossa Senhora da Misericórdia, seguindo nítidas influências italianas e, mais especializadamente, romanas. A partir de então, foi criado um *Compromisso Primitivo*, um texto regimental de importância profunda que regia a todas as irmandades de mesma ordem, firmando a sua unidade e comunicação.

O Compromisso primitivo das primeiras Misericórdias portuguesas constituía a base doutrinária, legal e orgânica em que assentava a difusão da nova experiência confraternal. Magalhães Basto (1934: 109), ao estudar as origens da Misericórdia do Porto, refere a existência de uma cópia do Compromisso Primitivo nos arquivos da irmandade portuense, manuscrito provavelmente de 1499, mas trata-se de um documento fragmentário e incompleto.³¹ Mais recentemente, foi possível descobrir uma cópia manuscrita integral do compromisso original das Misericórdias, comunicada em 1500 pelo rei D. Manuel à irmandade organizada nessa data em Coimbra.³² O manuscrito ilumina um regulamento cuidado, frequentando qualificadamente as doutrinas renascentistas da Misericórdia, regulamentando criteriosamente as atividades, organização e funcionamento financeiro das Misericórdias. Em termos gerais, o compromisso primitivo passou para as versões impressas em 1516, mantendo a estabilidade regulamentar das Misericórdias ao longo de todo o século XVI.³³ Dentre as obrigações compromissais, delineavam-se ações de larga expressão social pública tais como o regimento dos que padecem por justiça, pedidores de pão para presos, ou a realização de procissões penitenciais que, incluindo mesmo a flagelação no período pascal, impunham uma das três obrigações anuais gerais desse Compromisso. Tudo isso congratulava o trabalho assistencial voltado para os valores evangélicos coletivos, embora o mesmo compromisso deixasse claro que a Instituição deveria ser composta por trezentos nobres e trezentos «artistas» que, saídos das corporações profissionais, mobilizavam a elite social e profissional local, um princípio de representação da

³⁰ O Compromisso foi uma carta normativa capaz de direcionar a administração e atividades desempenhadas na Misericórdia.

³¹ BASTO, A. de Magalhães. *História da Santa Casa de Misericórdia do Porto*, I. Porto: Santa Casa de Misericórdia do Porto, 1934. pp. 102-109.

³² SOUSA, Ivo Carneiro de. *O Compromisso Primitivo das Misericórdias Portuguesas (1498-1500)*, in «Revista da Faculdade de Letras - série História», 1996.

³³ SOUSA, Ivo Carneiro de. *Da Fundação e Da Originalidade das Misericórdias Portuguesas (1498-1500)*, in «Oceanos», 35 (1998).

«cidade» que todas as Misericórdias no reino e nas colónias eram obrigadas a respeitar.

A monarquia portuguesa incentivou a criação de Misericórdias sugerindo o empreendimento através de cartas dirigidas aos municípios. Se, por um lado, a doação de bens materiais aos pobres funcionava como um alívio na pressão social que sofria o rei, por outro, as Misericórdias configuravam-se em um forte atrativo para os grupos locais que almejavam ascensão econômica, pois pela sua quase autonomia administrativa não havia fiscalização régia nas arrecadações de doações e nos processos eleitorais dos provedores. Tais fatores constituíram indicativos de que tanto esses grupos dirigentes quanto o poder régio beneficiavam-se com o funcionamento da entidade. Além disso, apesar da pertença à Misericórdia acarretar obrigações, ela também conferia privilégios, sobretudo porque para os irmãos de “segunda condição”, o ingresso na irmandade significou pertencer a uma confraria de elite, um sentimento que se mantinha vivo pela possibilidade que lhes era dada de *igualar-se com os nobres*.³⁴

As Misericórdias fundadas por D. Leonor surgiram em Portugal com função mais assistencial do que terapêutica, ou seja, apresentavam como objetivo a promoção de abrigo, proteção e morada ao enfermo, em vez de meios para a cura da própria doença. No século XVI, mesmo com o desenvolvimento da ciência e das práticas médicas na Alemanha, França e Inglaterra³⁵, a assistência em Portugal não acompanhou o alvorecer desses novos saberes, visto que sofreu fortes obstáculos no exercício das atividades assistenciais proporcionados pelas ações da Igreja Católica, que impedia o desenvolvimento da medicina terapêutica, receando a perda de poder. A

³⁴ Segundo Maria Marta Lobo de Araújo, a Misericórdia de Ponte de Lima era formada, conforme as normas estipuladas pelo Compromisso de Lisboa, por nobres como irmãos de primeira condição. Foram os prestigiados pela confraria os duques de Bragança, que faziam valer os seus privilégios nos estatutos garantindo a pouca mobilidade nos cargos administrativos. Anexado a composição social da Instituição havia os irmãos que tinham tendas de comércio e os militares que procuraram, no decorrer do desenvolvimento da Instituição, o reconhecimento de uma posição mais condizente com o seu poder econômico ou com a sua ascensão profissional. Sobre essas questões ver ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI – XVIII)*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 2000.

³⁵ Na França, Inglaterra e Alemanha as autoridades governamentais controlavam os níveis de natalidade e mortalidade através do estabelecimento de estatísticas, fazendo com que as grandes contabilidades da população apareçam no século XVII. O sistema médico reformado, também é uma resposta a esse controle. O que se encontra antes da grande medicina clínica do século XIX, segundo Foucault, em países como a Alemanha, por exemplo, é uma medicina estatizada ao máximo, ou seja, tendo como suporte a estrutura do Estado. Desde o fim da Idade Média, existe em quase toda a Europa, um regulamento de urgência, em face as diversas pestes ou doenças epidêmicas que se espalham rapidamente pelas cidades. Sobre essas questões ver em FAUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p.75.

enérgica reação da Contra-Reforma e da Inquisição contribuíram para que os portugueses deixassem de assumir uma postura mais crítica diante da realidade e do desenvolvimento científico. Como consequência, verificou-se um número considerável de doutores foragidos em meio ao terror produzido pela Inquisição, acolhidos pelas Universidades de Pisa, Bolonha, Nápoles e Montpellier³⁶.

A Inquisição portuguesa, denominada Tribunal do Santo Ofício, teve como missão maior resguardar os dogmas católicos e a integridade da fé cristã, sobretudo durante o século XVI, quando esses mesmos dogmas foram acusados pelo protestantismo, um pensamento social e político que levou a igreja a realizar a Contra-Reforma.³⁷ Marcada pela crítica e repúdio às ações da Inquisição, a Igreja dessa época vivenciou desestabilizações em relação a sua doutrina, com a Reforma e o Protestantismo, e a evolução da ciência.

Dessa forma, a Igreja Católica conscientizou-se da importância da sua aproximação ao povo e abertura à evangelização universal. Assim, foram marcantes, nesse período, a influência religiosa como justificativa para a conquista e conversão de povos não cristãos pelo mundo, tal como o ocorrido na América portuguesa. E, por isso, a condução das obras de caridade como as Misericórdias, obtiveram além do apoio régio, um maior amparo da Igreja na difusão de seus poderes.

Ao longo de seu desenvolvimento, a estrutura, funcionamento e assistência desempenhada pelas Misericórdias afastaram-se das influências das confrarias medievais portuguesas. A partir do século XIX, o que se transformou foram as noções de socorro e de caridade, que não se materializavam mais no hospital e na albergaria, mas na ampliação das atividades assistenciais, a exemplo do trabalho

³⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Editora Verbo, 1978. Vol. IV. pp. 418-420.

³⁷ Por Contra-Reforma deve-se entender um conjunto de movimentos e instituições suscitadas pela igreja romana, com o fim de neutralizar o movimento protestante da Reforma e o surto do pensamento laico, que na primeira metade do século XVI ameaçaram o poder de Roma e até a existência da Igreja como Instituição. Os protestantes punham em causa o valor dos sacramentos e das práticas religiosas e, consequentemente, a função sacerdotal: o problema da autoridade do Papa que não consideravam como chefe da Igreja; e o problema do texto e do uso da Bíblia, que os protestantes entendiam colocar nas mãos dos fiéis, traduzindo-a para as línguas nacionais, acusando ao mesmo tempo a Vulgata (nome da tradução de São Jerônimo que era a versão oficial da Bíblia) de conter erros de tradução apoiados na crítica filológica empreendida pelos humanistas. Nesse sentido, os principais instrumentos da Contra-Reforma foram a Inquisição, criada em 1542, e a Companhia de Jesus, criada em 1543. A Contra-Reforma só se implantou solidamente na Itália e na Península Ibérica que, de resto, não tinham sido atingidas pelas doutrinas protestantes. Sobre essas questões ver em SERRÃO, Joel. *Pequeno Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Figueirinhas, 1989. p. 191.

efetuado junto a outras entidades na promoção de eventos sociais cujos membros da diretoria também faziam parte das elites locais. As antigas formas de administração foram cedendo lugar às novas formas de gerenciamento, embora permanecessem as ligações entre as Misericórdias e a Igreja Católica nas suas bases fundacionais.

Face a essas questões, a dimensão assistencial não foi esquecida nas principais Misericórdias do país – Lisboa, Évora, Porto e Santarém –, embora a passagem dessa obra assistencial a hospitais mais modernizados tenha contribuído para afastar as Irmandades de algumas de suas funções primitivas, como o apoio espiritual aos pobres, alterando e tornando a sua administração ainda mais complexa. Como todo grande hospital, as Misericórdias acumulam e negociam bens patrimoniais, principalmente edifícios urbanos (legados em testamentos) em fundações pias e no apoio a doentes e internados assistidos pelas irmandades.

Sustentando a dimensão espiritual, as Misericórdias portaram-se como memória de Portugal no mundo. Como bem sublinha Charles Boxer (1992:267), na obra referencial “*O Império Marítimo Português*”, as Câmaras e as Misericórdias apresentaram-se nos espaços portugueses como os dois alicerces centrais da edificação da cidade cristã, de que a monopolização da caridade constituía polarização fundamental de uma ordem social inspirada na doutrina, na ética e na práxis das obras de piedade.³⁸ Como modelo institucional, dizemos que em todos os países de língua portuguesa a instituição floresce como “extensão” assistencial, propondo atividades semelhantes às aquelas estabelecidas em Portugal.

No Brasil, o modelo das Misericórdias não se restringiu apenas a instituições subvencionadas pelo Império, mas inspirou diversas associações marcadas por princípios muito próximos dos que propunha D. Leonor, como haveria de ser mais tarde o caso da *Sociedade Portuguesa de Beneficência*.

1.1.2. A ASSISTÊNCIA NO BRASIL

Os primeiros hospitais cristãos criados no Brasil tiveram como

³⁸ BOXER, Charles. R. *O Império Marítimo português (1415-1825)*. Lisboa: Ed. 70, 1992. p. 267.

objetivo o atendimento aos marinheiros e viajantes que chegavam ao país. Por isso, localizavam-se em regiões litorâneas, entre os quais se destacava o Hospital de Todos os Santos que, seguindo o modelo do grande hospício lisboeta da mesma invocação, foi inaugurado em Santos, por Brás Cubas, em 1543, sob a divisa: *Casa de Deus para os homens – porta aberta ao mar*. Tudo indica que o segundo hospital implantado no Brasil colonial pertencia já a uma Santa Casa de Misericórdia, seguindo o modelo da irmandade leonorina de Lisboa, provavelmente aberto primeiramente em Vitória (1555), seguido por Olinda (1560), Ilhéus (1564) e Salvador até chegar já tarde ao Rio de Janeiro (1852). As Misericórdias conviviam, porém, com outros estabelecimentos hospitalares, tantas vezes assegurando a sua gestão, como ocorria em Pernambuco. Aqui, as instituições de obras de Misericórdia atingiram o apogeu quando Olinda se tornou capital da Província, sendo criados outros hospitais, tais como o primeiro Hospital Militar, pelo mestre de campo João Fernandes Vieira, no período de guerra com os holandeses, em 1645. A esse hospital foi agregada posteriormente uma Santa Casa de Misericórdia com o objetivo de dar suporte ao tratamento dos soldados enfermos.

A grande limitação da estrutura hospitalar da Colônia, imposta pelo Estado Português, bem como a precariedade da medicina da época, não impediram a atenuação dos sofrimentos daqueles que procuravam estabelecimentos médicos para curar suas enfermidades³⁹. O governo da Metrópole, mais interessado nas novas conquistas e na exploração das terras de sua Colônia, pouca importância deu à saúde e aos serviços hospitalares no Brasil. E mesmo quando instituições municipais ou religiosas locais dirigiam alguma atenção pela caridade, a misericórdia distribuída apenas premiava os convertidos ao cristianismo, excluindo a maioria das populações indígenas.

Assim se desenvolveram na história dos hospitais brasileiros, desde os tempos da Colônia, graves problemas nas condições de atendimento, desde a precariedade da higiene, limpeza e taxas de infecciosidade, até a deficiência no número de leitos. Apesar de a maioria dos hospitais realizar um programa assistencial, praticamente não contavam com nenhum suporte financeiro estatal, tanto por parte do poder Real como das Câmaras Municipais. O hospital colonial dependia inteiramente da caridade privada. As Santas Casas, pelo contrário, regidas pelo Compromisso da

³⁹ MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. *A Arte de Curar nos Tempos da Colônia – Limites e espaços de cura*. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2004. p.236.

Misericórdia de Lisboa, sobretudo o impresso em 1516, além de prestarem assistência hospitalar aos civis e militares enfermos, realizavam outras atividades de caráter filantrópico, como oferecendo casas de recolhimento para moças, auxílio para pobres, roda para acolher os expostos, apoio nas cerimônias fúnebres dos seus membros, assistência a prisioneiros condenados à morte, entre várias outras atividades de benemerência.

Embora o Compromisso da Misericórdia de Lisboa largamente difundido pelos prelos no século XVI fosse um documento regulamentar de suma importância para que uma Santa Casa de Misericórdia funcionasse, pequenas alterações em seu texto descobrem-se nas irmandades criadas no Brasil indo ao encontro de exigências locais. Ao longo do funcionamento da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, por exemplo, um membro da irmandade deveria possuir as seguintes qualificações:

1) *Pureza de sangue, sem nenhuma mancha de sangue mouro ou judeu, tanto o candidato quanto a esposa;*

2) *(Estar ou ser) Livre de má fama, tanto de palavras como em ações e lei;*

3) *Caso se tratasse de lojista ou artesão, deveria ser o patrão ou o proprietário que supervisionasse o trabalho dos outros trabalhadores⁴⁰.*

Estas exigências tornaram claro o caráter elitista da instituição desde os seus primórdios, sobretudo se levados em consideração os pré-requisitos para ingressar enquanto membro da entidade.⁴¹ O requisito da pureza de sangue mostra, tão quanto outrora foi mostrado em Portugal na repulsa aos mouros e judeus, que essa era uma preocupação que atravessou o além-mar, evidenciando os aspectos em comum entre as Misericórdias do império colonial português.

Mais tarde, a partir da chegada da corte real portuguesa no Brasil, em 1808, descobrem-se pela primeira vez desde os inícios da colonização nos «lusos trópicos» preocupações com a implementação de uma infra-estrutura assistencial básica, pois o Rio de Janeiro, capital do Império a partir de então, tinha de oferecer melhores

⁴⁰ OTT, Carlos. *A Santa Casa de Misericórdia de Salvador*. RJ: Publicações do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1960.p.20.

⁴¹ Idem. p.45.

condições de vida para uma população local que, afinal, sustentava o caro aparato de uma corte régia europeia. D. João VI teve um papel fundamental no incremento de alguns melhoramentos ocorridos no país durante a primeira metade do século XIX. Sobretudo no Rio de Janeiro, revogou decretos que proibiam a instalação de manufaturas na colônia, isentou de tributos a importação de matérias-primas destinadas à indústria; criou, ao mesmo tempo, a Biblioteca da Marinha (1809); a Academia Militar do Rio de Janeiro (1810); a Real Biblioteca do Rio de Janeiro e o Jardim Botânico (em 1811), o Museu Real (1818), entre outras obras de igual relevância. Tais melhoramentos acarretaram a abertura de caminhos que projetaram a capital do Império à ruptura com as feições coloniais, ou seja, com a estrutura e a organização de uma cidade colonial subjugada a uma longínqua capital «metropolitana».

A chegada da família real portuguesa também contribuiu para que várias medidas de saneamento fossem tomadas no que diz respeito à saúde pública. Foram criadas a Provedoria de Saúde e do Ensino Cirúrgico e a Intendência Geral da Polícia que tinham como meta principal, respectivamente, a melhoria das condições de atendimento médico e de segurança pública. A fundação do Instituto Vacínico Brasileiro, em 1811, ressaltou a preocupação com as medidas profiláticas no Brasil Joanino.⁴² No entanto, em quase todas as outras cidades do país, a saúde pública sofreu com a ausência de medidas de saneamento básico e as carências de condições de atendimento em hospitais continuaram a ser a regra.

Já na segunda metade do século XIX, as Santas Casas de Misericórdia espalhadas pelo novo Brasil Independente contavam com o auxílio governamental e viviam de caridade pública. Embora os governos Imperial e Provinciais não subvencionassem diretamente esses estabelecimentos, concediam-lhes vantagens e benefícios como a isenção de impostos, de taxas, de selos e o privilégio de organização de loterias, cuja renda proveniente da venda de bilhetes era aplicada no próprio custeio das actividades assistenciais.

Do ponto de vista social, contudo, a instituição de Misericórdia no Brasil encontrava-se claramente dividida em diferentes hierarquias de grupos sociais. Na Santa Casa de Misericórdia de Salvador, por exemplo, havia em 1860 membros que eram irmãos *de maior condição e de menor condição*. Somente governadores, bispos,

⁴² CARRICONDE, Rogério. Da cura á prevenção. A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Porto Alegre PUCRS, 1999. p. 225.

fidalgos, altos funcionários do governo e do clero, comerciantes ricos e donos de engenhos podiam ser admitidos como “irmãos” de maior condição. A classe média em geral – fazendeiros, oficiais mecânicos, comerciantes e pequenos funcionários – podiam apenas ser admitidos como irmãos de *menor condição*. Esta diferença fazia menção novamente da boa representação da ordem social que a Santa Casa deveria fazer mediante a sociedade local, concretizando uma Instituição que também era dominada pela elite econômica e política de Salvador.

Na Bahia, pelo seu lado, encontram-se entre os membros da poderosa Misericórdia local *homens letrados* que, apesar de raros no século XVIII, aparecem mencionados na documentação disponível, esclarecendo provavelmente o recrutamento entre novas profissões liberais de médicos, advogados e notários. Embora a esse respeito, as inquirições da Santa Casa não chegassem até o público (como as da Ordem Terceira do Carmo), indiretamente, as exigências de recrutamento encontram-se nos textos regulamentares. Só os irmãos de “maior condição” podiam ocupar os três cargos mais importantes: os de provedor, escrivão e tesoureiro. Os irmãos de “menor condição” apenas podiam ser eleitos mesários. É verdade que, em relação ao cargo de tesoureiro, mais de uma vez, foi preciso abrir exceção à regra, já que os fidalgos baianos as mais das vezes não eram ricos.⁴³ Nesse sentido, percebe-se que outros fatores pesaram sobre o desempenho da assistência. Voltando à Santa Casa de Misericórdia de Salvador, percebe-se que a irmandade pareceu sempre estar mais preocupada com a posição social dos associados capazes de representar o poder social e econômico local do que propriamente com a boa vontade dos que, genuína e interessadamente, tinham disponibilidade em levar a caridade a quem dela precisasse.

Mais tarde, face às profundas transformações também sócio-econômicas da sociedade brasileira e o enriquecimento de camadas sociais ligadas a uma incipiente burguesia, as Misericórdias acabaram ampliando seu quadro de sócios e alterando as suas rígidas vetustas normas organizacionais. Laima Mesgravis (1992) afirma que a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, após a Independência do Brasil, se reorganizou no que “poderia se equiparar a um renascimento ou a uma segunda

⁴³ OTT, Carlos. *A Santa Casa de Misericórdia de Salvador*. RJ: Publicações do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1960. p. 46.

fundação”.⁴⁴ Apesar disso, as Santas Casas de Misericórdia, demoradamente entre os séculos XVIII e XIX, continuaram a gerir lazaretos e hospitais de quarentena para recolher leprosos, sendo assistência médica prestada por facultativos contratados pelas Câmaras Municipais ou pelos Governos Provinciais. Jogos de renovação e continuidade que se podem procurar investigar nas sociedades locais do Sul do Brasil.

Em Porto Alegre, na então Província de São Pedro do Rio Grande, a primeira Santa Casa de Misericórdia foi criada a partir de 1803 com o objetivo de atender à população carente. A irmandade surgiu quando a cidade cresceu e se fez necessária uma nova profilaxia sanitária geral, incluindo melhorias no remodelamento da cidade para a resolução de problemas de saneamento básico, conforme havia sido feito no Rio de Janeiro. A Misericórdia teve, nos seus primórdios, uma função basicamente assistencial, congraçando a presença de poucos membros, conforme relata uma Ata da Mesa de 1814:

“...os enfermos pobres mandado criar nesta Vila de Porto Alegre por Regio Aviso de quatorze de maio de mil oitocentos e três, a instância do irmão Joaquim Francisco do Livramento, em cujo Aviso se faria do Excellentíssimo Governador desta capitania...se a pequena corporação de três irmãos...dirigindo estes às mesmas obras, que se axão com algum argumento...”⁴⁵

No caso da Santa Casa de Misericórdia da Vila de Porto Alegre, além deste fato significativo de ser formada apenas por três irmãos pertencentes à “nobreza” local, comprovando a dificuldade de adequação às exigências do Compromisso de Lisboa, o principal problema foi a dificultosa situação de higiene do seu hospital e a falta de leitos. Ao longo de seu desenvolvimento, essa dificuldade não foi superada e os problemas decorrentes da higiene agravaram-se ainda mais. A ineficácia no atendimento assistencial foi demonstrada no Relatório da Comissão ligada à Câmara Municipal de Porto Alegre encarregada de visitar os estabelecimentos públicos de caridade já no ano de 1854:

⁴⁴ MESGRAVIS, Laima. A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599-1884). São Paulo: Ed. SP, 1992. p. 58.

⁴⁵ Ata da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ata de 20/10/1814. Livro de Atas. F. 02. Arquivo CPDOC.

“A Comissão encarregada de visitar as pessoas e estabelecimentos públicos de caridade... cumprindo consideração às observações, que lhe seguirão ao Patrimônio do estado em que se encontrou estes estabelecimentos onde está tudo por fazer, e onde a imundícia e a fome disputa a primazia!

... A impressão que teve a Comissão ao descer ao escuro e humilde subterrâneo chamado de enfermaria civil não foi menor do que o aspecto da cadeia dos mesmos, agravado pela falta quase que absoluta de socorros... porque se tem um médico falta-lhe um enfermeiro...”⁴⁶

É face a esta desastrosa situação da saúde pública sofrida pelo município de Porto Alegre decorrente do conseqüente aumento da população no seu centro urbano multiplicado pelo fenômeno da imigração que, no decorrer do período Imperial, essa e outras Províncias do Brasil vivenciaram o surgimento de muitas outras instituições hospitalares. Uma especialização que se pode também visitar em Portugal. De acordo com o estudo panorâmico de Joaquim Veríssimo Serrão (1978:256-258), vários diplomas foram assinados pelos Governos de Regeneração⁴⁷ naquele país (1851-1868), destacando-se os que apoiavam a criação de instituições hospitalares no Brasil, *“pretendendo consolidar as relações políticas entre os dois países de fala e sentimentos portugueses...”⁴⁸*

Surge, assim, a *Sociedade Portuguesa de Beneficência* enquanto típica

⁴⁶ Relatório da Câmara Municipal de Porto Alegre. Manuscrito. Arquivo do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. Maço 315.

⁴⁷ A palavra regeneração e o respectivo conceito desempenham, no decurso dos processos ideológicos do liberalismo português, um papel de importância. Por um lado, o conceito de regeneração nacional prende-se à força e permanência da ideologia decadente, filosofia daqueles que, após o início do colapso do império oriental (segunda metade do século XVI), buscavam sentido nas glórias passadas. Por outro, a palavra simboliza a metamorfose ideológica das luzes para o liberalismo. Nesse contexto, a história contemporânea portuguesa estabelece dois grandes períodos ou ciclos da palavra regeneração e a sua vivência: as origens do liberalismo, em Portugal, até a charneira e 1851-68; da Regeneração como movimento político até aos fins do primeiro quartel do século XX. No primeiro ciclo, assiste-se a tentativas sucessivamente controladas para instaurar um regime regenerado: vintismo, cartismo, setembrismo, cabralismo – até que em, 1851, instaura-se a regeneração. Regeneração propriamente dita (conjuntura), se traduz pelo apogeu da experiência liberal, intimamente correlacionada com a instauração do processo capitalista em Portugal. Um capitalismo tardio que, nas palavras de Serrão é pouco caracterizável. Porém, é mais característica dessa época a longa e difícil passagem do antigo regime para o constitucionalismo que se saldou por uma importante transferência da propriedade fundiária – das mãos do clero para a burguesia e a nobreza. Sobre essas questões ver em SERRÃO, Joel. Verbete “Regeneração”. in “Dicionário da história de Portugal”. Porto: Livraria Figueirinhas, 1884. pp 256-258.

⁴⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. (1851-1890)*. Lisboa: Editora Verbo, 1978.p. 243.

instituição hospitalar criada por imigrantes portugueses no Brasil e no mundo colonial português, investimento assistencial difundido a partir da segunda metade do século XIX. Além de atender aos associados na enfermidade e na morte – objetivo, aliás, principal dessas instituições –, proporcionaram suporte cultural⁴⁹ e financeiro⁵⁰ para muitas actividades e manifestações sócio-culturais que não mobilizavam o interesse das autoridades governamentais. Como instituição privada dependente do pagamento de mensalidades e de doações espontâneas advindas dos associados, as *Sociedades Portuguesas de Beneficência* diferiam das Santas Casas de Misericórdia, cujo atendimento hospitalar foi direcionado para a população em geral e as despesas indiretamente subvencionadas pelo poder político do Império. No entanto, nestas instituições de *Beneficência Portuguesa* persistiam elementos suficientes que as situavam dentro do modelo das Misericórdias Portuguesas, a saber: a organização dos estatutos sob o modelo do Compromisso de Lisboa,⁵¹ a incorporação dos valores da Igreja Católica na assistência informando uma instituição laica guiada pelo ideário cristão, mas não governada por autoridades religiosas; o continuismo entre os cargos diretivos e a preocupação educacional e moral dos associados; os mais do que estreitos vínculos que estabelece com a formação de elites locais. À semelhança das Misericórdias portuguesas, as *Sociedades Portuguesas de Beneficência* agiam na circulação social da caridade tanto como um meio ético quanto como forma de prolongar o favorecimento de determinados grupos e poderes elitários, garantindo para os imigrantes portugueses uma posição no seio dessa elite em formação, mesmo através de uma representação paradoxal em que predominava a exacerbação dos símbolos e ícones da pátria e da monarquia portuguesa.

A mais antiga associação de Beneficência Portuguesa criada no Brasil foi a do Rio de Janeiro, em 1840, seguida por outra em Santos, em 1859. Em Pernambuco, muitas instituições de origem portuguesa foram criadas na segunda

⁴⁹ Exame realizado junto aos arquivos das Sociedades Portuguesas de Beneficência nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Bagé mostrou que é presente na história das instituições a existência de uma Biblioteca. A doação de obras da literatura portuguesa e brasileira realizada pelos associados e pessoas das comunidades, contempla a função cultural que tais associações também pretendem cumprir.

⁵⁰ Da mesma forma, é presente nos estatutos das instituições a ajuda às famílias de sócios falecidos, na concessão de benefícios às viúvas e órfãos na forma de mensalidades pagas.

⁵¹ O Compromisso de Lisboa é um conjunto de normas e práticas capazes de normatizar o funcionamento das Misericórdias em Portugal. O Compromisso primitivo foi escrito em 1498, na fundação da Misericórdia de Lisboa, e apresenta conjunto de práticas concernentes a sete deveres espirituais e sete deveres carnavais (materiais), marcando o funcionamento da entidade. Sobre essas questões ver em Sousa, Ivo Carneiro de. *Da descoberta da Misericórdia à Invenção das Misericórdias (1498-1525)*. Porto: Granito Editores e Livreiros, 1999. p.85.

metade do século XIX, entre elas o Real Hospital Português de Beneficência para a comemoração da ascensão ao trono de D. Pedro V em Portugal, a 16 de Setembro de 1855. O primeiro provedor, José de Almeida Soares de Lima Bastos, solicitou a proteção do monarca para os fins da iniciativa: o de prestar o necessário tratamento aos portugueses enfermos e desvalidos, longe da Pátria. O novo rei agradeceu a deferência, dizendo quanto lhe fora grato reconhecer “*aquele movimento de caridade e patriotismo digno do amor que os portugueses do Recife têm para com Portugal.*”⁵²

As Sociedades Portuguesas de Beneficência fundadas em cidades portuárias – como o Rio de Janeiro, Santos, Recife e Rio Grande – sempre receberam, e ainda recebem, numerosos contingentes de marinheiros e tripulações de navios, muitas vezes em situação de emergência sempre que se mostram portadores de doenças infecto-contagiosas. O fluxo de imigrantes, portugueses e de outras nacionalidades, também foi relevante nestas Instituições, o que proporcionou o bom início de suas atividades sobretudo pelo número significativo de lusos que conseguia cooptar como associados.⁵³

A preocupação da Sociedade Portuguesa de Beneficência não se limitou somente a assistência hospitalar. O trabalho assistencial previa regras respeitantes a normas comportamentais, educacionais e a atividades sociais,

⁵² Alvará de 2 de junho de 1856. Diário do governo. N. 157, de 5 de julho de 1856. In SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1978. p. 249.

⁵³ Em Santos, a saúde pública constitui-se como problema desde os primórdios do século XIX. A população do município, vítima constante de epidemias e surtos de cólera, necessita de ações vinculadas às autoridades governamentais, que, a partir de medidas profiláticas que contraponham a conformação colonial urbana e que permitam o rápido atendimento aos enfermos. Assim, é a partir da preocupação com a assistência hospitalar na enfermidade e abandono, e com a salubridade urbana, que a população lusa de Santos funda a Sociedade Portuguesa de Beneficência em 21 de agosto de 1859. As autoridades políticas, atendendo aos pedidos dos portugueses José Joaquim de Souza Aíram Martins e Joaquim José da Costa e Silva, reúnem-se para fundar uma instituição que ofereça assistência médica aos lusos e suas famílias. O projeto do primeiro hospital acontece após a doação de um terreno e de uma casa pelo português Antônio Ferreira da Silva. Essas propriedades, próximas ao cemitério de Paquetá, localizam-se num lugar denominado Bexiguentos, porque abriga o prédio onde ficam recolhidas pessoas vítimas de varíola, o que indica, já nessa época, a preocupação com a segregação dos doentes do centro urbano da cidade. Na condição de instituição particular, cujos sócios são indivíduos que contribuem financeiramente para o seu funcionamento, a Sociedade Portuguesa de Beneficência presencia momentos importantes da história de Santos, entre os quais a libertação dos escravos. A exemplo de algumas instituições hospitalares privadas do Brasil, presta atendimento aos seus sócios e a outros doentes da sociedade santista, quando ocorre uma epidemia de febre amarela na cidade, fato comum nessas Sociedades em situações de emergência, muitas vezes em concordância com as Santas Casas de Misericórdias. Sobre essas questões ver em Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos. Relatório. Santos: Correio Mercantil, 1868. pp 15-25.

incorporando um número relevante de associados e de mensalidades.⁵⁴ Por isso, em todas as *Sociedades Portuguesas de Beneficência* é possível observar uma continuada devoção simbólica à Monarquia Portuguesa. Com efeito, para que a instituição pudesse medrar no Brasil, uma das prerrogativas prescritivas era a de obter o “apadrinhamento” de um monarca português, concretizando apoio sobretudo simbólico, mas também material. Essa proteção fora expedida em Decretos-Lei enviados para as Associações portuguesas, como este assinado pelo rei D. Luís I:

*Pelo Decreto de 14 de Maio de 1862: a Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, dela se declarou El-Rei seu protetor, Alvará de 4 de Agosto de 1862, a Sociedade Portuguesa de Beneficência do Pará, El-Rei declarou-se seu protetor, Alvará de 8 de Janeiro de 1863, Sociedade Portuguesa Dezesseis de Setembro da Bahia, El-Rei declarou-se seu protetor, Alvará de 27 de Maio de 1863.*⁵⁵

O protetorado régio funcionava como um meio legítimo para o fortalecimento das relações entre a Sociedade Portuguesa de Beneficência e os imigrantes e descendentes portugueses que dela faziam parte, assim celebrando um vínculo simbólico, sobretudo imaginado, com a Nação Portuguesa. Sob esse aspecto, ser súdito do rei português no Brasil funcionaria como um elemento de distinção, uma relevância que a Associação de Beneficência poderia ter com relação às demais instituições assistenciais atuantes no país. Assim aconteceu também em Porto Alegre. Aqui, os imigrantes portugueses encontraram motivação suficiente para a construção de um hospital a partir da reunião em torno do lisboeta falecimento da rainha D. Maria II, em 1853. Um evento que nos é explicado por Walter Spalding (1854:20), esclarecendo que

...a notícia célebre causa a mais viva consternação não só em Portugal, mas em todo o lugar onde há um feito português, e portanto no Brasil. A Rainha é irmã do

⁵⁴ A comunidade portuguesa radicada em Salvador (Bahia) pela necessidade de assistência hospitalar cria a Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro em 1859, pela fusão com a Sociedade Dezesseis de Setembro, uma instituição lusa de apoio educacional nesse município. Pelo alvará de 27 de Maio de 1863, o Rei de Portugal, D. Luiz I, o protetor da entidade, concede-lhe o título de Real, passando, então, a denominar-se Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro.

⁵⁵ Índice Remissivo da Legislação Novíssima de Portugal. Anos de 1833 até 1868. Lisboa: Typographia Universal, 1870. p. 186. Arquivo Ultramarino de Lisboa. Lisboa: Portugal.

*Augusto Imperador do Brasil, o Sr. D. Pedro II...*⁵⁶

Os portugueses radicados na cidade, por iniciativa do Cônsul António Maria do Amaral Ribeiro, realizaram manifestações públicas que imaginavam as suntuosas exéquias em homenagem à Rainha realizadas na capital de Portugal. Propagara-se também entre os meios das colónias e de emigrantes portugueses um evento excepcional ocorrido durante o régio sepultamento em Lisboa: uma pomba branca pousara sobre o coche da coroa e dele somente levantou vôo quando se retirava o cortejo fúnebre já depois de sepultada a rainha.. Em Porto Alegre, as comemorações funerárias concretizaram ato público e cerimônia religiosa reunindo corporações civis, militares e o próprio presidente da Província, Dr. João Luís Vieira Cansansão de Sinimbú. As celebrações foram significativas, conforme relata a “barroca” prosa de Spalding (1954):

*O dia 20 amanheceu triste, pesado; nuvens pardanhas cobriam o céu; dizer-se-ia que a natureza acompanhava os homens nas demonstrações de mágoa. Na Praça do Palácio postara o Presidente da Província uma bateria que, de 15 em 15 minutos se fazia ouvir pela boca dos canhões, durante o dia inteiro. Às 9 horas da manhã os sinos de todas as igrejas replicavam afinados. Às 10 teve início a cerimônia celebrada por S. Exma. Revma. D. Feliciano José Rodrigues Prates, bispo diocesano do Rio Grande do Sul. A Evangelho, o orador sacro padre Francisco de Paula Macedo fez panegírico da Rainha.*⁵⁷

As grandiosas solenidades ligadas ao falecimento de D. Maria II testemunharam a mobilização da numerosa população lusa local ou, pelo menos, de imaginada representação portuguesa:

*Nunca se assistira a tão importantes exéquias! Porto Alegre e a colônia portuguesa podiam orgulhar-se de tão brilhante cerimônia que talvez somente em Portugal tivesse tido superiores e iguais.*⁵⁸

O cortejo fúnebre de corpo ausente – um verdadeiro *corpus* imaginado

⁵⁶ SPALDING, Walter. A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora do Globo, 1954. p. 20.

⁵⁷ Idem. p. 22

⁵⁸ Ibidem. p. 23.

– de D. Maria II lembrou a necessidade de construir um hospital para a comunidade portuguesa radicada em Porto Alegre. A representação do cadáver mariano propôs um simulacro da sua presença e, mais ainda, da sua importância simbólica entre os «portugueses» do Brasil. A imagem da rainha morta criava a possibilidade de multiplicar a sua presença como um duplo eu em Portugal e no Brasil.⁵⁹ A abstração do poder evocada permitiu que os imigrantes portugueses afirmassem a sua importância enquanto contingente representativo de Portugal em Porto Alegre, o que salientou a necessidade da criação da Sociedade de Beneficência que somava às suas funções institucionais essa outra de mais relevo simbólico de ser esse *corpus* da representação portuguesa local.

De outra parte, é mister ressaltar que o ano de 1854 foi marcado pela visita da comissão responsável pelo parecer sobre os estabelecimentos de saúde pública de Porto Alegre. O relatório decorrente dessa visita cumpria a função de alarmar as autoridades governamentais sobre as péssimas condições em que se encontrava a Santa Casa e a falta de espaço para o atendimento da população em casos de enfermidade. Conforme vimos, o que ficou registrado com relação à saúde pública de Porto Alegre, em 1854, foi bastante emblemático no que diz respeito ao iminente colapso do atendimento à população, pelo que se impunha a criação de um outro hospital, do porte da Sociedade Portuguesa de Beneficência seguindo as lições da instituição congênere aberta no Rio de Janeiro com grande sucesso em 1840. As autoridades locais acolheram favoravelmente o novo projecto institucional feito em nome dos emigrantes lusos.

A *Sociedade Portuguesa de Beneficência* da cidade de Porto Alegre inaugurou-se a 26 de Fevereiro de 1854. Por impossibilidade de funcionar em sede própria, a Instituição teve a sua ata de fundação assinada na Sala de Sessões da Santa Casa de Misericórdia, ficando sob a proteção do rei Dom Fernando, essa estranha alemã personagem matrimoniado com D. Maria II para receber um raro título de rei consorte, dedicando a sua viuvez a intensa obra de mecenato espraiando-se das artes à caridade. O cônsul honorário de Portugal em Porto Alegre, Dr. Antônio Maria do Amaral Ribeiro, teve uma participação ativa no novo empreendimento assistencial, participando da eleição da diretoria e aprovando os seus estatutos.

Importa rememorar que tentativas de criar uma *Sociedade Portuguesa*

⁵⁹ Sobre essas questões veja-se em GUINZBURG, Carlo. Olhos de Madeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. pp. 86-87.

de Beneficência em Porto Alegre já haviam sido escutadas em 1846. No entanto, possivelmente em virtude da reminiscência do ideário da Revolução Farroupilha na Província de São Pedro, acusando os portugueses das desgraças da política governamental do Império brasileiro, a nova Associação não viu a luz do dia. Depois da sua fundação formal, os doentes que procuravam o apoio da Sociedade foram atendidos na Santa Casa de Misericórdia.⁶⁰ Depois, ao longo de seu funcionamento, a Instituição tomou a iniciativa da criação de agências beneficentes em outros locais da Província, entidades que após alguns anos de funcionamento se tornam independentes em Pelotas (1857), em Rio Grande (1859) e, mais tarde, em Bagé (1871). Visitemo-las.

1.2 O ESPAÇO DAS BENEFICÊNCIAS NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

As Sociedades Portuguesas de Beneficência fundadas no extremo sul do Brasil assumiram características funcionais com diferenças locais, decorrentes das diversas necessidades sociais confrontando os portugueses com os desafios sociais e políticos peculiares dos espaços onde foram fundadas. Na Província de São Pedro do Rio Grande, as cidades de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Bagé experimentaram um desenvolvimento social, econômico e político significativo na segunda metade do século XIX, cada qual a partir de suas experiências particulares.

O Rio Grande do Sul, dada a proximidade com a Região do Prata, teve suas origens na fundação dos fortes militares que objetivaram a proteção e fixação das fronteiras do extremo sul do Brasil. Segundo Loiva Félix (1996: 46), pelo menos quatro áreas da região apresentam diferenças significativas no seu desenvolvimento econômico-sóciopolítico: a zona da fronteira sul e a campanha (que estabelece limite com a República Oriental do Uruguai e República da Argentina); a do planalto médio

⁶⁰ No entanto, os sócios dessa Sociedade depois de 1858 passaram a ser atendidos na casa nº 22-A da atual rua Cel. Genuíno, antiga Rua da Figueira, prédio comprado para seu funcionamento. Em 31 de Janeiro de 1859, deu baixa o 1º paciente, português, solteiro com 26 anos, e o lançamento da pedra fundamental do Hospital em 1867, aconteceu no terreno doado pelo Dr. Dionísio de Oliveira Silveira e sua esposa, Dona Maria Sofia da Silva Freire Silveira, na Av. Independência, ao lado da Igreja Nossa Senhora da Conceição e em frente a Praça São Sebastião, um ato de apoio dos sócios beneméritos.

(serrana); a zona norte e litorânea. Assim, na época da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, o processo de integração do Rio Grande do Sul à América lusa já estava em curso, embora o território não estivesse totalmente ocupado quer por povoadores e colonizadores luso-brasileiros quer por outros povoadores de ascendência européia.

A região do extremo sul do Brasil, fronteira entre duas coroas ibéricas, desde os primórdios da ocupação portuguesa, foi administrada por governantes militares, capitães-generais que representavam o Rei, investidos de amplos poderes. A autoridade desse chefe era ao mesmo tempo militar, administrativa e judiciária. Nesse espaço que se formava praticamente a partir de 1680 conviviam estancieiros, charqueadores e comerciantes configuravam, de diferentes formas, uma classe dominante regional, integrada por segmentos heterogêneos. Nesse espaço, o processo de independência do Brasil e a política posterior do governo Imperial nem sempre coincidiu com o pensamento das elites regionais, o que ocasionou sérios conflitos entre os quais a Guerra dos Farrapos (1835-45).

Em termos econômicos, o Rio Grande do Sul inseriu-se no mercado brasileiro, de início pela atividade pecuária e depois pela produção de trigo e charque. A tricultura provocou o enriquecimento e a ascensão social de alguns açorianos, mas entrou em decadência a partir do início do século XIX. Já a pecuária, atividade econômica preponderante, teve duas fases principais: a primeira, caracterizada pela captura do gado selvagem, que acelerou o processo de colonização do Continente; a segunda, associada à produção da carne salgada, que fez com que o Rio Grande do Sul se integrasse definitivamente ao mercado interno brasileiro.⁶¹

As diferenças regionais dentro do próprio território também foram preponderantes porque ocasionaram diferentes desenvolvimentos. Na região da campanha, sudoeste do Rio Grande do Sul, caracterizada por zonas de topografia suavemente ondulada, com cerros e formações rochosas de 200 a 500m do nível do mar, a principal atividade econômica foi, desde o princípio a pecuária, associada posteriormente à agricultura. As boas condições climáticas, do tipo subtropical, e a vastidão do território, favoreceram o desenvolvimento de várias modalidades de cultivo da terra. Posteriormente, foi pelo domínio do latifúndio, das grandes estâncias de gado,

⁶¹ Sobre essas questões ver em PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX: da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

e do esplendor pecuária – criação e charqueadas – entre os anos de 1860 e 1880, que a região da campanha sobressaiu-se enquanto pólo desenvolvimentista da Província.

No plano econômico, os pecuaristas da campanha exerceram influência política regionalmente sem, contudo, poder impor, em nível nacional, seus interesses. No contexto do país, enquanto os cafeicultores paulistas se desenvolveram sob a proteção do estado monárquico, os estancieiros gaúchos conviveram com problemas de comercialização do seu principal produto devido à concorrência com o charque platino. Mesmo assim, muitas charqueadas e saladeiros foram criados nessa região com o objetivo de industrializar a sua produção.

A região da campanha foi o núcleo de povoamento mais antigo da Província, e associada à linha fronteira e ao desenvolvimento histórico, se caracterizou como área pastoril-militar. Dessa forma, o exército brasileiro teve uma importante atuação nas cidades de fronteira do Rio Grande do Sul. Em Bagé, por exemplo, as conseqüências dessa ocupação se fizeram presentes desde as bases do lançamento de seu povoado. Em 1826, por ocasião da Guerra Cisplatina, o Ministro de Guerra de Buenos Aires iniciou sua ofensiva por Bagé, tentando impedir a passagem do Marquês de Barbacena, Comandante do Exército do Sul e da Fortaleza de Santa Tecla. Igualmente, em 1835, por ocasião da Revolução Farroupilha, Bagé permaneceu a maior parte do decênio sob o domínio dos Farrapos, fato que, em 1841, fez essa cidade passar a sediar a capital da Província, por medidas de segurança, instalando todos os ministérios públicos no local. As guarnições militares de Bagé possuíam, nessa época, muitos lotes de terras na zona urbana da cidade, entre os quais o terreno onde se encontraria, anos mais tarde, a Sociedade Portuguesa de Beneficência.

Em relação à Província, Bagé chamou a atenção pela estância e a pecuária, principal atividade econômica, que desde cedo, obtinha certo grau de autonomia em relação as demais regiões. A pressão política local, exercida pelos grandes estancieiros de gado, levava a cidade a permanecer (aparentemente) dentro de um domínio social e político hegemônico. Os melhoramentos conseguidos para Bagé, como a iluminação a gás (1898), foram exemplos desse poder, que podia ser comprovado através das belas residências que os pecuaristas tinham (e continuam tendo) no centro urbano do município, estando entre os mesmos alguns de origem portuguesa.

Diferentemente da zona da campanha, a zona litorânea do Rio Grande do Sul não foi a primeira a ser ocupada, mas a mais densamente povoada durante o século XIX. Ela caracterizou-se pela faixa litorânea e áreas aluvonais da Província, banhadas pelas Lagoas dos Patos e Mirim, incluindo, portanto, as cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.

A história da sesmaria de Pelotas, hoje cidade de Pelotas, foi escrita com a velocidade própria das cidades construídas em consequência dessa ocupação militar, com algumas peculiaridades. Desde a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso as faixas de terras, compreendidas entre o Oceano Atlântico e as lagoas Mirim e Mangueira, no sul do Continente Americano, chamadas de campos neutrais, formavam um cinturão deserto para a proteção das duas coroas ibéricas, em especial a espanhola. No entanto, essa região caracterizou-se como terra de ninguém, alvo de bandoleiros, contrabandistas e estancieiros com seus peões, além do trânsito das tropas.

Esse rincão, conhecido posteriormente como Monte Bonito, estava estrategicamente situado junto ao canal São Gonçalo, ligação natural entre a lagoa Mirim e a Laguna dos Patos, e limitava-se com os arroios Pelotas e Santa Bárbara. Enquanto sesmaria, foi dividido em muitas estâncias, sendo que seus proprietários cultivavam sobretudo a atividade pecuária evoluindo posteriormente para a atividade de manufatura do charque, chamando-os estabelecimentos “das charqueadas”, responsáveis pela própria organização da estância.

O desenvolvimento da indústria do charque certamente impulsionou o desenvolvimento do povoado de Pelotas, que justamente surgiu em consequência do trabalho nas fazendas, onde os familiares dos estancieiros necessitavam de uma infraestrutura social e educacional não disponível no campo, como comprova Magalhães (1993):

“Em 1810, partiu para o Rio de Janeiro o Padre Felício da Costa Pereira Furtado de Mendonça, irmão de Hipólito da Costa, levando consigo a petição dos moradores de Pelotas. Diziam que o elevado número de famílias e de fábricas de carnes salgadas espelhavam o progresso da região e justificavam a criação de uma freguesia.”⁶²

⁶² MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: Um estudo sobre a cidade de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Edufpel, 1993. p. 55.

De fato, durante todo o século XIX, a região litoral do Rio Grande do Sul possuía dois pólos básicos, as cidades vizinhas de Pelotas e Rio Grande que se caracterizavam por constituir o eixo comercial do território em decorrência do porto desta última, voltado para a comercialização do gado e seus derivados (charque e couros). Isso fazia com que, além da facilidade da chegada da população (imigrantes e brasileiros) pelo porto de Rio Grande, pelas condições oferecidas com as oportunidades de trabalho a zona do extremo sul da Província de São Pedro, pelo menos até os anos que antecederam a República, se tornasse a mais povoada e a mais rica, comportando as cidades de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Bagé.

Em Pelotas, o período de 1860 a 1880 foi marcado pela ascensão da produção do charque. O reflexo do progresso econômico se fez sentir no núcleo urbano, visto que a riqueza acumulada permitiu a continuidade do processo de valorização desse espaço urbano, iniciando nessa fase as grandes manifestações artísticas com obras de valor no campo da arquitetura e das artes plásticas. A opulência e riqueza dos charqueadores podia ser vista nas suas belíssimas residências, muitos dos casarões de estilo eclético, que permanecem até os dias atuais predominando a paisagem urbana da cidade, como o da Sociedade Portuguesa de Beneficência. As atividades econômicas do final do século XIX, início do XX, contaram com o apoio do Banco Pelotense, um banco que chegou a ter representatividade em todo o território Nacional.

As charqueadas de Pelotas, e mesmo as situadas na cidade de Bagé, sofreram processo de modernização como resultado da concorrência platina, da proibição do tráfico negreiro, e da inclusão das estâncias do norte da Província como fornecedoras de gado para o abate. Segundo Magalhães (1993:81), nesses estabelecimentos, só no ano de 1861, chegou-se a produzir a maior safra de charque da história de Pelotas, resultado de uma matança de 470 mil cabeças de gado. O remodelamento das charqueadas, na figura das indústrias complementares, como curtumes e fábricas de sabão e velas, diversificaram a aplicação de capital em outras atividades, e proporcionaram o aparecimento um grande número de comerciantes não estancieiros. O desenvolvimento da produção da carne salgada foi extremamente importante para o crescimento dessa cidade. A base econômica sendo a criação e a produção de gado, tornava a riqueza dos proprietários de terras cada vez maior no decorrer do século XIX. Isso porque esses produtos de origem pecuária (gado em pé, charque, sebo, graxa, couros) eram exportados pelo Rio Grande do Sul.

O surto de desenvolvimento em Pelotas fez o município rivalizar econômica, social e politicamente com Porto Alegre e, principalmente, com Rio Grande. Em relação a Rio Grande, a aprovação da abertura do Canal do São Gonçalo conferiu oportunidade aos charqueadores e comerciantes para embarcar os seus produtos pela cidade e não pelo porto de Rio Grande, como de costume. Em relação a Porto Alegre, o retorno financeiro, da atividade do charque proporcionou, além do progresso urbano, o aparecimento de uma sociedade que buscava mostrar-se mais enriquecida culturalmente, onde o refinamento dos costumes era proporcionado pelo contato que tinham com a Europa através dos filhos de fazendeiros que estudavam sobretudo na França. Por tudo isso, conforme Carlos Von Koseritz, em 1870, Pelotas configurava-se como a capital cultural da Província por haver lá *fortunas mais sólidas*.⁶³

A cidade de Rio Grande, município surgido a partir de fortificação militar destinada à defesa do território do extremo sul do país, e considerada de grande importância porque é a primeira base regional. Nesse sentido, o desenvolvimento da cidade se deu em função do porto aberto ao mar, tendo esse porto contribuído para o crescimento do município, e de todos os da Província, tanto pela garantia da entrada de imigrantes de diversas nacionalidades, quanto pela possibilidade de comercialização dos produtos produzidos. Em 1869, com a conclusão do cais de Rio Grande, e pouco depois o edifício da Alfândega, essa comercialização funcionava de forma regular. Porém, foi em 1881 que a construção da ferrovia que liga Rio Grande, Pelotas e Bagé, inaugurada pelo presidente Albuquerque Barros, trouxe benefícios para ambos os municípios.⁶⁴

Historicamente, desde a Revolução Farroupilha (1835-1845), ficaram evidentes as diferenças políticas entre os municípios da Província de São Pedro. Os municípios litorâneos não acompanhavam os demais porque sua base mercantil – voltada também para a atividade agrícola e comercial – os distanciava dos interesses e do espírito conservador dos estancieiros.

Importa ressaltar que, na política, a característica mais marcante do Rio Grande do Sul anos antes da Proclamação da República foi a sua própria divisão em duas fortes facções ideológicas: de um lado, os filiados ao Partido Liberal, sustentado

⁶³ Magalhães, Mário Osório. *Opulência e Cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas*. Pelotas: Edufpel, 1993.p. 89.

⁶⁴ Sobre essas questões, veja-se em BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.p.110.

pelas idéias monárquicas e apoiado pela maioria da sociedade da campanha, em especial pelos grandes senhores rurais que possuíam prestígio pela atividade da pecuária, em nível de mercado interno (que os aproximava dos gabinetes monárquicos), e, de outro, os filiados ao Partido Republicano Rio Grandense (PRR), apoiados pelos militares descontentes com os rumos de regime vigente, e pela população mais jovem da Província, em especial pela sociedade advinda do seu maior centro comercial, polarizador e irradiador em termos políticos: a capital, Porto Alegre.

Foi a partir da crise da pecuária gaúcha, que encontrava dificuldades em renovar o seu processo produtivo, descapitalizado e dependente de um crédito bancário que se revelava insuficiente, que diminuíram as rendas provinciais. O sistema de transportes mostrou-se inoperante quando as linhas férreas não foram suficientes e a barra obstruída em Rio Grande, bloqueando a operacionalização do único porto ao mar da Província.

Tanto quanto na cidade de Rio Grande, a capital da Província, Porto Alegre, viveu, na segunda metade do século XIX, um aumento populacional pelo grande número de imigrantes que chegara ao município. No entanto, a diferença de Porto Alegre em relação aos demais municípios da Província se deu pela industrialização fabril, que assumiu, nas últimas décadas do referido século, uma proporção bastante grande. Com relação a outras capitais do Brasil a cidade cresceu justamente no período de 1850 e 1890. A Guerra do Paraguai foi um estímulo para o crescimento de Porto Alegre, quando por lá passaram expressivos contingentes de militares e linhas férreas foram construídas ligando essa cidade a outros municípios.⁶⁵

Existia em Porto Alegre uma diversificação social muito grande, em virtude do fluxo imigratório, sobretudo de alemães, mas também um contingente significativo de escravos, de portugueses, de judeus e de italianos.⁶⁶

No final da década de 1890, seguindo Bakos (1994), o intendente José Montauray iniciou seus esforços para modernizar a capital que deveria tornar-se cartão

⁶⁵ Nesse aspecto, ressaltamos a linha férrea que ligava Porto Alegre a São Leopoldo inaugurada em 1874, depois estendida até Novo Hamburgo em 1876 e Uruguaiana em 1888.

⁶⁶ Segundo Margaret Bakos (1994), em 1859, havia em Porto Alegre aproximadamente 8.400 escravos. Para Magda Roswita Gans (2004) há no primeiro distrito de Porto Alegre, no ano de 1870, um número aproximado de 19.890 habitantes, sendo que pelo mesmo recenseamento há em todo o município 43.998 pessoas. Referente ao primeiro distrito, há um número de 1404 estrangeiros dos quais a autora considera 1260 alemães. A presença italiana passa a ser expressiva a partir de meados da década de 1870, como mostra Núncia Santoro Constantino (1991).

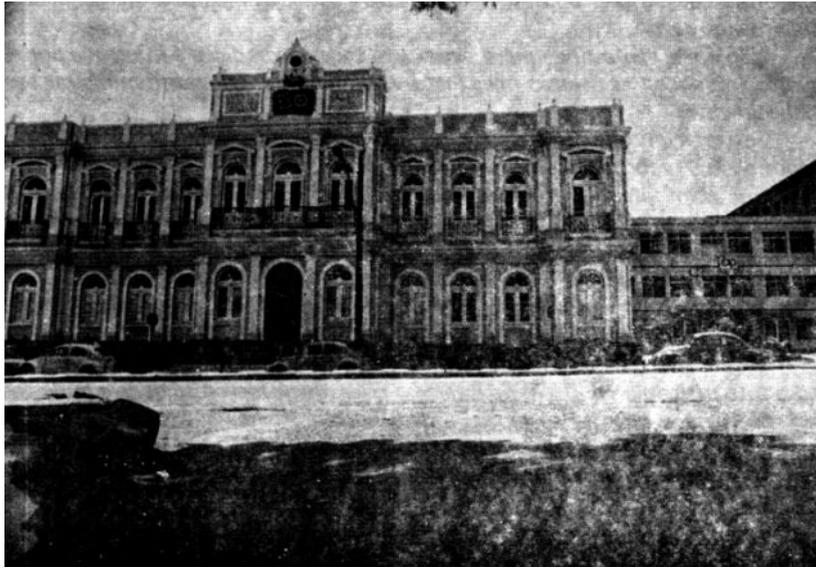


Figura 2: Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre (1950).
Fonte: Serra, José. *Portugueses no Brasil*. Porto Alegre: Caravelas, 1985.

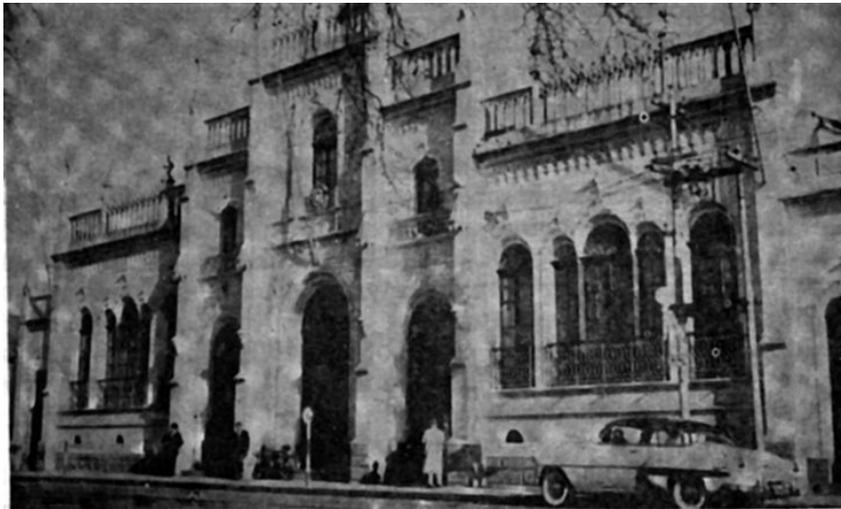


Figura 3: Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande (1950).
Fonte: Serra, José. *Portugueses no Brasil*. Porto Alegre: Caravelas, 1985.



Figura 4: Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas (1950). Fonte:
Serra, José. *Portugueses no Brasil*. Porto Alegre: Caravelas, 1985.

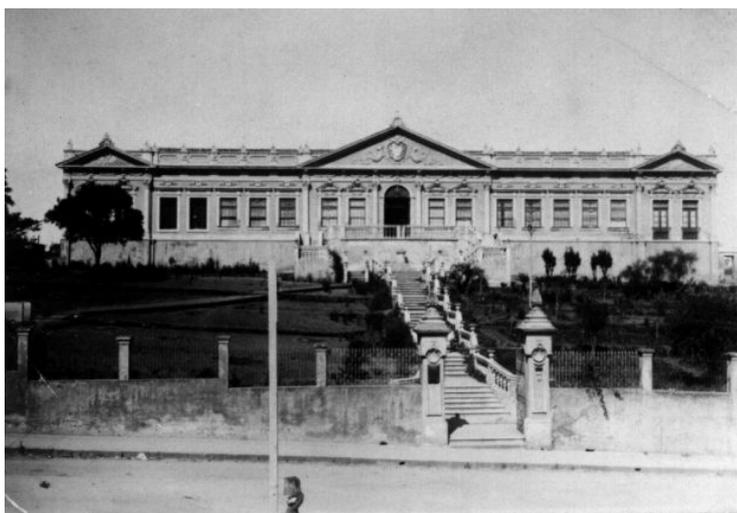


Figura 5: Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé Ano, 1920. Fonte: Garcia, Abílio. *Histórico da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé*. Bagé: Urcamp, 1985.

1.3 OS ESTATUTOS DAS BENEFICÊNCIAS PORTUGUESAS NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE

Existentes em muitos espaços que tinham sido colônia de Portugal ainda na segunda metade do século XIX, algumas Instituições de Beneficência destacaram-se pela singularidade. É o que ocorre, entre outras, com a Associação de Lourenço Marques – a antiga capital de Moçambique, hoje Maputo –, criada em 1854, ocupando o espaço social e assistencial de uma Misericórdia que nunca existiu na cidade.⁶⁷ Esta situação, apesar de singular, permite sugerir que as primeiras Sociedades Portuguesas de Beneficência coloniais funcionavam sob a inspiração do modelo organizacional das Misericórdias, também estabelecendo complementarmente fortes

⁶⁷ A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Lourenço Marques, por exemplo, revela um trabalho em conjunto com o governo desse país, na manutenção da ordem social e saúde pública: Art. 2 – Os fins dessa Sociedade são: 1 – Estabelecer ou subsidiar escolas de instrução para os associados e para o público, conforme as necessidades locais e os recursos da associação, que serão apreciados pelo conselho de gerência; § único – No estabelecimento dessas escolas atender-se-á sobretudo ao estudo de línguas, hygiene, comércio e indústrias coloniais; 2 – Auxiliar, em toda a parte, a repatriação de qualquer associado ou estrangeiro, quando o seu estado de saúde assim o exija e as suas más circunstâncias pecuniárias lhe permitam fazê-lo à sua vista. Sobre essas questões veja-se *Sociedade Portuguesa de Beneficência de Lourenço Marques*. Estatutos aprovados pela Portaria Provincial n. 942 de 23 de Dezembro de 1904. Lourenço Marques, Imprensa nacional, 1904. pp.15-20.

ligações com o poder régio em Portugal e com o poder católico da Santa Sé.

A Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro – a primeira inaugurada no Brasil – pode ser considerada como matriz em relação às demais congêneres depois espalhadas pelo país. Mesmo que indiretamente, esta Instituição influenciaria as normas regimentais fixadas nos estatutos das outras Beneficências Portuguesas acabando por servir como modelo fundacional, sorte de casa-mãe, organizada em torno destas funções assistenciais fundamentais:

Art. I... I – Dar em seu hospital o tratamento de que carecem os sócios doentes e necessitados, mandando fazer o enterro dos que falecem;

II – Dar sepultura aos sócios que, sem recursos, falecerem forado hospital, provada a falta de meios com atestado de autoridade competente, ou de um ou mais sócios beneméritos.

III - Auxiliar os sócios que, por grave moléstia ou qualquer outra coisa justa, tiverem de mudar de localidade, quando se acharem sem recursos para fazê-lo.

IV – Prestar socorros aos sócios que estiverem impossibilitados de trabalhar;

V – Facilitar a educação e ensino moral e profissional aos menores desprotegidos, filhos de sócios. Todos estes benefícios serão prestados de conformidade com os regulamentos que estiverem em vigor.

VI – Fazer esforços para que os portugueses de procedimento irregular se corrijam e se empreguem em trabalho honesto;

VII – Praticar quaisquer outros actos de beneficência, virtualmente compreendidos nos fins da sociedade, segundo o juízo da administração, enunciado em sessão pela maioria de seus membros.⁶⁸

A existência de um Liceu profissionalizante administrado pela Instituição de Beneficência do Rio de Janeiro, destinado a crianças e jovens órfãos,

⁶⁸ Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. Estatutos. Ano: 1897. Rio de Janeiro: Tipografia O Globo, 1898.p.20.

denuncia que os investimentos da Sociedade convocavam essa idéia multiplicada pelo assistencialismo oitocentista de combater o ócio e a delinquência juvenis saídas da orfandade através do trabalho manual industrial. A Sociedade de Beneficência da Província do Rio de Janeiro tomou a iniciativa em 1886, fundando o Asilo de Ensino Profissional, cujo diretor, o Conde de São Salvador de Matosinhos, era o mesmo da associação. Esse Asilo, uma instituição de ensino teórico e prático, contou com o apoio da Sociedade no próprio cumprimento de seus estatutos revelando no parágrafo único, que a manutenção e o desenvolvimento do Asylo incumbem à Associação, e mais,

...Haverá uma caixa econômica do Asylo a cargo da thesouraria da Associação, destinada a constituição de um patrimônio para cada um dos Asylados. No que compete a thesouraria e arrecadamentos de fundos: Art. 41 – A caixa econômica do Asylo é uma instituição destinada especialmente à formação de um pecúlio para os Asylados e estará a cargo do thesoureiro da associação. A renda das oficinas será aplicada: 20% para aprendizes e operários alunos; 10% para os mestres; 10% para prêmios aos alunos que obtiverem distinção nos exames; 60% para a caixa da Associação portuguesa, destinados a ocorrer as despesas do Asylo.⁶⁹

Esta especialização conferia à Instituição um caráter singular, não somente porque evidenciava o alargamento de suas possibilidades de atuação e o cumprimento de tarefas que, *a priori*, deveriam ser *deveres* do poder Imperial, mas especialmente no que diz respeito à cooptação de 60% dos lucros obtidos com o trabalho artesanal e de marcenaria realizado pelos órfãos para a Sociedade, na justificativa da administração das despesas do Liceu. O lucro obtido com a entidade educativa era administrado pelo presidente da Sociedade Portuguesa, pelo que, mesmo para uma associação auto-denominada filantrópica, a preocupação com os lucros sempre ocupou um lugar central na sua organização funcional.

Em quase todas as associações, foram sócios efetivos todos os portugueses legalmente admitidos. Acompanhando os estatutos da Associação do Rio de Janeiro, as instituições deveriam valorizar a nacionalidade portuguesa na sua composição:

⁶⁹ Sobre essas questões veja-se *Real Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. Relatório*. Rio de Janeiro: O Globo, 1887. pp. 15-17.

Capítulo II – Dos sócios, sua classificação, direitos e deveres:

São sócios ativos todos os cidadãos portugueses, como tais admitidos pela diretoria, que pagarem a jóia de 30 mil réis e a anuidade de 12 mil réis.⁷⁰

Em continuação, o regulamento discriminava o dever do sócio ativo, esclarecendo ainda as outras categorias de beneméritos:

I – Concorrer, por todos os meios lícitos, para a prosperidade da Sociedade, e promover a entrada de novos sócios benfeitores;

São Benfeitores sócios eleitos conselheiros mordomos, e pessoas de qualquer nacionalidade.

São Beneméritos membros da Directoria, sócios reeleitos mordomos, sócios que concorrem para o desenvolvimento e prosperidade da Sociedade;

Os que promovem a entrada de cinquenta ou mais associados também são beneméritos.

São honorários os indivíduos de qualquer nacionalidade que, tendo prestado à Sociedade serviços relevantes, em igualdade de condições aos anteriores hajam merecido essa distinção. Sócio benfeitor ou benemérito que por qualquer circunstância vier a pertencer a outra nacionalidade podem ser qualificados como honorários.⁷¹

A investigação dos estatutos das Instituições de Beneficência de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Bagé revela as mesmas funções assistenciais de socorro e o mesmo de tipo de orgânica. Assim, os estatutos da Associação em Rio Grande determinavam as quatro seguintes atividades assistenciais:

Artigo I – A Sociedade Portuguesa de Beneficência estabelecida na cidade de Rio Grande, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, sob a proteção de SS. MM. O senhor D. Luís I, é a reunião de portugueses

⁷⁰ *Idem*, p.21.

⁷¹ *Ibidem*, p. 22.

em número indeterminado para os seguintes fins:

&1 – Procurar ocupações e trabalho honesto aos que não tiverem;

&2 – prestar aos enfermos necessitados os socorros que carecerem;

&3 – mandar fazer enterro e sufrágios aos que falecerem em pobreza;

&4 – satisfazer a importância das passagens, sendo até cento e vinte mil réis para fora do município, aos sócios indigentes que por moléstia grave e prolongada reconhecidamente careçam sair do município.⁷²

Uma das primeiras regras institucionais estabelecida nos estatutos destas Instituições era a categorização dos sócios, estatuinto seus direitos e deveres com as devidas aplicações locais sempre que se tornava socialmente difícil seguir o paradigma institucional do Rio de Janeiro. Por isso, no estatuto fundacional da Beneficência de Bagé estipulava-se mais generosamente que

Artigo 2 – Serão recebidos sócios portugueses e estrangeiros de ocupação honesta e reconhecida moralidade, que requeiram a sua admissão ou que sejam propostas por escrito assinados por três sócios e aceito pela Diretoria;

Artigo 3 – Serão considerados sócios:

&1 – Efetivos, os que oferecerem a jóia de vinte mil réis, e contribuem com a mensalidade de mil réis;

&2 – honorários, os que fizerem um donativo e a Sociedade de cem mil réis;

&3 – beneméritos, os que fizerem um donativo a Sociedade de quinhentos mil réis ou mais, e os médicos, cirurgiões e boticários que prestarem seus serviços gratuitamente.⁷³

Comparando os estatutos fundacionais das diferentes Beneficências

⁷² *Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Estatutos. Ano: 1859. Rio Grande: Tipografia do Diário de Rio Grande, 1860.p.04.*

⁷³ *Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. Estatutos. Ano: 1878. Bagé: Tipografia Correio do Sul, 1879.p.12.*

Portuguesas inauguradas na Província de São Pedro verifica-se que esta diversidade na hierarquização e categorização dos diversos tipos de associados é flagrante. Não se trata apenas de meras diferenças normativas jurídicas, mas claramente de imposições ditadas pelas sociedades locais e, muito mais especializadamente, de modalidades de produção, selecção e recrutamento das elites locais. Trata-se de um tema sociologicamente relevante que obriga a mobilizar os entendimentos ditados pela história. Recorde-se que, de acordo com as normas previstas nos Compromissos das Misericórdias, modelo fundacional das Instituições de Beneficência Portuguesa no Brasil e mundo colonial luso, as irmandades fundadas por D. Leonor deveriam ser formada por trezentos nobres e cem oficiais, exigência difícil de concretizar nos espaços coloniais, organizando-se mesmo as primeiras Santas Casas no Brasil já muito longe destas normas. Mais tarde, também a primeira Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro se haveria de fundar longe de um significativo recrutamento entre a nobreza epocal local. Com exceção da Condessa de Cedofeita e do Conde de Nosso Senhor de Matosinhos⁷⁴, a Beneficência do Rio de Janeiro funcionou a partir de um recrutamento menos elitário, autorizando até a admissão de sócios que não eram portugueses. Havia adaptações normativas ditadas tanto pela quantidade de lusos residentes quanto pela especificidade das elites locais como se descobre nos estatutos da Associação de Bagé.

Assim, na Beneficência Portuguesa erguida em 1878 na cidade de Bagé era considerado sócio efetivo⁷⁵ simplesmente o indivíduo que pagava a mensalidade estatutária, não havendo qualquer menção de exclusiva nacionalidade portuguesa. Já nos estatutos das Beneficências de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas podiam ser sócios ativos apenas os indivíduos de nacionalidade portuguesa, aos quais estavam reservados os cargos diretivos. Seriam rigorosamente os sócios de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande todos portugueses? Que diferenças apresentavam socialmente em relação à Beneficência de Bagé que obrigavam a diferenciar os seus estatutos?

Estudando os regulamentos originais da Associação de Bagé, encontra-se somente um rápido parágrafo referente ao privilégio dos sócios lusos, determinando que

⁷⁴ Sócia benemerita e presidente da Sociedade de Beneficência no Rio de Janeiro a partir de ano de 1886.

⁷⁵ A categoria de sócios efetivos na Associação de Bagé corresponde a de sócios ativos nas de Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande.

Artigo 24 – Somente os sócios de nacionalidade portuguesa poderão ser votados, os votos que recaírem em sócios de outras nacionalidades serão reputados nulos, bem como os sócios exceptuados no artigo 8.⁷⁶

Uma das explicações para estas especializações regimentais remete para as diferenças de estruturas econômicas e sociais formativas de cidades portuárias como Porto Alegre e Rio Grande mais abertas à circulação de imigrantes portugueses. Uma movimentação que se limitava nas zonas de fronteira com o Uruguai e Argentina, como era o caso de Bagé. Apesar do município não se ter formado diretamente a partir de atividades portuárias, também Pelotas encontra-se estruturalmente marcada pela proximidade com o porto de Rio Grande, permitindo à localidade receber um contingente bastante numeroso de portugueses acompanhando o desenvolvimento da indústria das charqueadas, gerando os capitais que sustentavam um comércio variado. Por isso, as Beneficências portuguesas limitavam as normas restritivas à condição dos associados efetivos, preferindo sistematicamente promover para as suas diretorias os sócios que pagavam a mensalidade mais elevada, assim associando estreitamente capital econômico e social. A discriminação pelo capital social concretizava-se estatutariamente nas normas de expulsão dos sócios que mantinham baixo moral, estivessem envolvidos em processos criminais ou não se achassem quites com a Associação. A preocupação em escrutinar a chamada boa conduta dos sócios foi mesmo constante na Associação de Pelotas, encontrando-se já plasmadas nos seus estatutos de 1865:

Art. 10 – Perdem o direito de sócios

§1 – Os que se entregarem a prática de mãos costumes e não se corrigirem depois de prevenidos;

§2 – Os que tentarem directamente, ou por factos provados destruir a sociedade, ou lançar mão de meios pelos quais possa vir a aniquilamento dela.

§5 – Os que não estando ausentes fora do Império, deixarem de satisfazer as

⁷⁶ *Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. Estatutos. Ano: 1878. Bagé: Tipografia Correio do Sul, 1879.p.13.*

*mensalidades por espaço de seis meses sendo-lhes exigidas.*⁷⁷

Seis anos antes, já a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande apresentava nos estatutos de 1859 a discriminação do comportamento social de seus associados, determinando com brevidade que

§1 – Perde o título de sócio aquele que contrair vícios e hábitos notoriamente escandalosos e desagradáveis.

Em Bagé, a Sociedade de Beneficência optou por convocar para os seus estatutos de 1871 – depois reformados em 1890 – algumas medidas prévias procurando obstar a que os associados adquirissem condutas condenáveis causadas pela indigência, obrigando os seus membros a

- procurar ocupação e trabalho honesto aos que não têm;

*- mandar fazer enterros e sufrágios aos que falecem em pobreza.*⁷⁸

Esta preocupação com os possíveis desvios de conduta moral dos portugueses e outros associados mostra-se estatutariamente recorrente entre as Sociedades Portuguesas de Beneficência da Província. Estas exigências funcionavam duplamente já como uma modalidade de selecção no acesso limitado às Instituições, já como uma forma de representação e invenção da noção de *portugueses* que deveriam ser frequentados como uma elite, pelo menos, de *bons costumes*. Assim se discriminava o *capital social*. Não era, porém, suficiente, mas apenas conveniente. As Beneficências precisavam também, muito e continuamente, de capital econômico. Por isso, os estatutos tratavam de organizar o capital das Sociedades a partir tanto da regularidade das cotizações mensais quanto, sobretudo, da generosidade das doações oferecidas pelos sócios candidatos à «glória» do título de benfeitores. Uma forma, afinal, de comprar prestígio e capital sociais através do poder do capital econômico.

Em Porto Alegre, por exemplo, o hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência foi construído a partir da cotização dos associados. O casal Dionísio de Oliveira Silveiro e Maria Sofia Silveiro destacou-se, doando à Sociedade um terreno

⁷⁷ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Estatutos. Ano: 1865. Pelotas: Tipografia do Correio Mercantil, 1866.p. 30

⁷⁸ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. Estatutos. Ano: 1890. Bagé: Tipografia Correio do Sul, 1891.p. 04.

situado entre o “Caminho da Aldeia” (atual rua da Independência), a rua da União (atual rua da Conceição) e a praça (atual praça São Sebastião). Para que o edifício-sede fosse construído foram feitas muitas subscrições somadas às mensalidades pagas pelos sócios, mais espetáculos e concertos no Teatro São Pedro, saraus, donativos e a habitual loteria.⁷⁹ As estratégias normais de uma sociabilidade elitária, porque aos pobres, naturalmente, não sobrava dinheiro para loterias e, muito menos, tinham lugar reservado entre saraus e concertos cruzando vetustas aristocracias e novas burguesias de tratos e indústrias.

Em Rio Grande, o empenho do agente luso José Francisco Duarte garantiu em cotizações os capitais necessários para a compra de terreno onde foi edificado o hospital, situado na Praça da Geribanda que, desde 1859, constitui um dos mais importantes espaços da cidade. Aqui, é a apropriação de um espaço central citadino e a colaboração numa urbanização também com edifícios de aparato que concorreu para mobilizar os favores e interesse da elite local.

Em Bagé, o director da Beneficência Portuguesa, Joaquim da Costa Guimarães, entendeu ser ainda mais criterioso na pormenorização da estrutura do património da Sociedade denunciando uma indisfarçada mentalidade de companhia comercial gerindo lucrativamente capitais e propriedades:

Capítulo 3 – Do património.

Art. 18 – É considerado património da Sociedade

I – Os edifícios que funciona o hospital, a capela, todas as dependências e terrenos anexos, as casas e terrenos em que a Sociedade possui em frente ao hospital, os móveis, as jóias e alfaías existentes e os que possa vir a possuir.

II – Os títulos de renda que possui e venha a possuir.

III – O excedente da receita e despesa que for capitalizado pela Diretoria;

IV – Os rendimentos da Sociedade que consistem:

1 – Nas anuidades, jóias e remissões;

⁷⁹ Sobre essas questões ver SOARES, Antônio (org). *Portugueses no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Caravelas, 1982, p.33.

2 – Na renda que possam produzir os bens de raiz e os juros dos títulos de sua propriedade.⁸⁰

As generosas doações «espontâneas» cumpriam também a função de devolver em prestígio social os capitais que imigrantes lusos sem herdeiros temiam poder vir a alimentar após a sua morte tanto os cofres do governo brasileiro quanto os bolsos dos consules portugueses. Esta preocupação descobre-se em 1845 através de correspondência diplomática saída do reino de Portugal para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil:

Para José Vasconcelos Souza – Junho de 1845

Recebi as ofícios que V. S. me dirigiu de número 16 a 18 inclusive, e do seu conteúdo tomei o devido conhecimento.

Muito apreço a importante notícia de pacificação da Província de São Pedro do Sul, por V. S. a. Confirmada no primeiro dos mencionados ofícios...

O Governo de sua Magestade tem observado com sentimento quanto a cobrança dessa heranças por parte dos consulados, uma prática abusiva, ao que dá lugar a grande distância em que estão deste Reino as ditas heranças concorrendo igualmente para dificultar a cobrança não só falta de notícia dos herdeiros mas também dos meios para eles fazerem valer os seus direitos; podendo qualquer agente consular em si em limite de tempo sommas avultadas com o reino de as converter em sua própria utilidade e a vender; como ainda há pouco se verificou...

Deus Guarde a V. S. Paço e Sintra em 14 de junho de 1845 – José Joaquim de Couto – Sr. José de Vasconcellos Souza.⁸¹

O destino das heranças dos imigrantes lusos falecidos no Brasil comparece mesmo como uma das principais e, sobretudo, mais imediatas justificativas para a criação das Sociedades Portuguesas de Beneficência no país. A administração dessas fortunas permitia atender a um duplo interesse, aos imigrantes portugueses, que

⁸⁰ Sociedade Portuguesa de Beneficência. Estatutos. Ano: 1890. Bagé: Tipografia Correio do Sul, 1891.p. 12.

⁸¹ Ministério das Relações Exteriores – Brasil. Mne, Caixa, 314. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa, Portugal.

podiam destinar o seu patrimônio para a entidade na ausência de herdeiros, e às Associações de Beneficência que, com a posse das heranças, aumentariam seu capital e seu poder local.⁸² Mas trata-se, mais complexamente, de um jogo social ao gosto da teoria da dádiva de Marcel Mauss. Cura-se de dar porque se tem a certeza de que se vai receber com vantagens: ao instituir as Beneficências como seus herdeiros, os emigrantes portugueses transformavam-se em beneméritos «naturalmente» autorizados a frequentar saraus e concertos, loterias e elites locais. Com sorte ou, pelo menos, com a herança certa podiam mesmo tornar-se eles próprios elite, em vida ou, quanto mais não fosse, em morte através de uma fotografia colocada em lugar de destaque em sala de directoria ou elevados numa qualquer placa comemorativa da sua especial generosidade. Seja como for, a administração das heranças dos imigrantes portugueses deixadas à Sociedade Portuguesa de Beneficência estava já estatutariamente consagrada desde a criação da Instituição na cidade do Rio de Janeiro. Tudo em nome de um conceito progressivamente mais manejado para distinguir as modernas elites do «Estado, Comércio e Indústria» das décadas finais de Oitocentos: já não a «velha» caridade, mas a nova palavra em moda entre os grupos sociais mais elevados: *filantropia*.

Em 1840, a carta escrita pelo vice-cônsul português no Rio de Janeiro, Joaquim César de Figaniere Mourão, em que se elogia o projecto original de criar uma Beneficência Portuguesa de que se propõe ser mesmo diligente «agente diplomático», é sob o signo da filantropia que se visita esta prosa cuidada:

Como Portuguez e Representante de Sua Magestade a Rainha n'este Império, desejei vivamente o estabelecimento e agora a prosperidade d'uma Instituição tão necessária e tão philantrópica, que há longo tempo devia ter existido, semelhante as que as mais Nações Estrangeiras tem aqui –...pelo pouco tempo que ainda me pode caber a satisfação de permanecer entre os meus concidadãos n'esta Corte aceito o cargo, que os mesmos Estatutos designão ao Agente Diplomático Portuguez,

⁸² A Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro no primeiro ano de sua fundação (1840) convida o Cônsul de Portugal Sr. Joaquim César de Figaniere Mourão para ocupar o cargo de Agente Diplomático Português em ata enviada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. O Agente Diplomático deveria exercer uma função similar ao do Cônsul dentro da Instituição Portuguesa, tais como administrar os problemas decorrentes dos portugueses imigrantes residentes no Brasil, aumentando os laços que unem a mesma a Portugal,. Sobre essas questões veja-se em Índice avulsos do Livro de ofícios das diferentes autoridades. Ministério dos Negócios Estrangeiros – livro 716 – Microfilme – 6834.Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Portugal.

na certeza de que, enquanto tiver a honra de ocupar esse cargo, procurarei conduzir tão eficazmente quanto me seja possível, o objecto de que a Sociedade se propõe.

*Deos Guarde a V. S.as. Rio de Janeiro
30 de Junho de 1840 – Joaquim César de
Figanhère Mourão – Ilm.os. Sr.s. Francisco
João Moniz, Francisco de Paula Cunha,
Henrique Pereira Leite Bastol.*⁸³

Assim, com inspiração nos estatutos da Instituição congênere formada no Rio de Janeiro, a administração das Sociedades Portuguesas de Beneficência constituiu-se dos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro e, em alguns casos, mordomos e procuradores.⁸⁴ Esses cargos faziam referência ao corpo administrativo institucional, evidenciando o cumprimento das atividades previstas nos estatutos e sanando as possíveis eventualidades que pudessem surgir em decorrência dos problemas econômicos da instituição e com a proteção dos próprios imigrantes. Embora não houvesse expressa em nenhuma parte dos estatutos como essa proteção funcionava, ela fez-se necessária no desdobramento da vida funcional da Instituição, principalmente com relação a problemas decorrentes da inserção desses imigrantes nas comunidades locais.

A existência de um procurador na Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé e de Pelotas reforçou a diferença com relação aos estatutos das instituições em Porto Alegre e Rio Grande, pois este foi um cargo inexistente na composição das últimas. A necessidade de um procurador nessas Associações mostrou que, para as comunidades de imigrantes portugueses situados fora das localidades portuárias, houve a necessidade de um representante jurídico e (diplomático) que assumisse responsabilidades na ausência de representante consular. Pelo menos até o ano de 1888, Bagé não possuía vice-cônsul, e em Pelotas, apesar do luso José Vieira Pimenta ser atuante enquanto cônsul português na cidade, não havia a possibilidade de abarcar sozinho a responsabilidade da cidade e da região da campanha. Em Porto Alegre e Rio Grande, por se tratar de zonas portuárias (sobretudo a última), o

⁸³ Índice avulsos do Livro de Ofícios a diferentes autoridades. 1840 – 30 – Junho – n.04 – art 1 – Sociedade Portuguesa de Beneficência. Ministério dos Negócios Estrangeiros – Livro 716 – Microfilme – 6834.

⁸⁴ A categoria de mordomos na diretoria da Associação de Beneficência Portuguesa refere a sócios que podem participar das decisões administrativas, junto a tesouraria, ou substituindo o papel da própria tesouraria.

contingente de lusos era maior e por isso, a necessidade dos cargos consulares era de extrema responsabilidade, ficando o papel do procurador em segundo plano.

Mesmo assim, nos estatutos da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas esteve previsto um lugar de honra na Diretoria para o vice-cônsul de Portugal, tanto nas reuniões, como em solenidades internas e externas:

*Art. 84 – O vice-cônsul, sendo português e sócio, terá direito a um lugar de honra a direita do presidente em todas as reuniões da Diretoria, Conselho Deliberativo e Assembléia Geral.*⁸⁵

Já na Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre, o papel do consulado na administração foi decisivo, pois foi o próprio fundador da instituição (1854) o Sr. Antônio Maria do Amaral Ribeiro. Segundo Walter Spalding, embora não se encontre o nome do Sr. Amaral Ribeiro entre os sócios da Associação em Porto Alegre, no relatório de 1862 há o registro da colocação do seu retrato enquanto primeiro presidente, um lugar de honra na Sociedade, lembrando que na época foi o primeiro retrato colocado na sala de reuniões da mesma.⁸⁶ Além dessas questões, o consulado do município de Porto Alegre estabeleceu conexão entre as comunidades portuguesas de outras localidades, podendo funcionar também como mobilizador de outras agências beneficentes:

*A mútua fraternidade que existe entre esta sociedade e a 16 de Setembro da Bahia, que em seu relatório de 1862, a respeito se exprime assim: “A nossa sociedade acha-se em perfeito acordo com as sociedades nossas irmãs estabelecidas em Porto Alegre e Rio Grande do Sul. Muito nos lisonjeamos pelo apreço em que foi tomado pelos nossos irmãos a nossa proposta de mútua reciprocidade para os sócios das mesmas.”*⁸⁷

Da mesma forma, foi encontrado na Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas a existência de mordomos nos cargos diretivos da entidade. Novamente uma singularidade presente na comparação entre os estatutos. O cargo do

⁸⁵ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Estatutos. Ano, 1885. Pelotas: Tipografia do Correio Mercantil, 1886.p.15.

⁸⁶ Sobre essas questões ver em SPALDING, Walter. A Beneficência Portuguesa. Porto Alegre: O Globo, 1954. p.25.

⁸⁷ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre. Estatutos. Ano, 1865. Porto Alegre: Tipografia Jornal do Comércio, 1866.p. 05.

mordomo era destinado a participação na tesouraria da Instituição e cumpria também a tarefa de fiscalizar as contas e destinar fundos de subscrições realizadas pelos associados, não havendo a sua existência na análise dos estatutos das entidades em Porto Alegre, Rio Grande e Bagé.

Comparativamente, a descrição dos cargos administrativos das Sociedades de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Bagé, realizada nos seus estatutos, faz referência a flexibilidade das normas institucionais que acontecem como demonstrativos do funcionamento peculiar de cada entidade. Singularidades estas que aparecem, mesmo salvo as reformas nos próprios estatutos, como nos casos de Bagé e de Pelotas, seja pela ausência da representação do cônsul, seja pela ausência de um número de imigrantes portugueses significativo, o que veremos em capítulos posteriores.

1.4 ASSISTÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE BENEFICÊNCIA

O papel central da ideia de *assistência* comparece sempre descrita como fomentadora e patrocinadora do bem-estar social, em comunhão com uma benigna ideia do papel cristão e civilizador do colonialismo português:

*“Com o Cristianismo tomou a forma sublime da caridade. Em Portugal, a caridade cristã tem foros duma realidade plurissecular e sempre renovada, porque ela floresce no coração lusitano como um sentimento vivo e espontâneo. O espírito profundamente humano e cristão tem caracterizado através dos séculos a nossa Administração Ultramarina e orienta, fundamentalmente, toda a nossa política atual em terras de além mar”.*⁸⁸

A análise dos relatórios institucionais, atas, jornais locais e da imprensa de Portugal mostrou que a estrutura regimental das quatro Instituições de Beneficência Portuguesa da Província de São Pedro do Rio Grande sofreram adaptações

⁸⁸ Silva, António Rodrigues. *Assistência em Macau*. Macau: Comissão central de Assistência Política, 1954.p.03.

funcionais ao longo de seus demorados anos de actividades, testemunhados pelas normas e conteúdos dos seus próprios estatutos. Embora houvesse reformulações nos artigos constituintes destes regulamentos normativos, não se descobrem alterações fundamentais dos seus conteúdos em contraste com as lições dos Relatórios destas Beneficências de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Bagé. O papel assistencial descrito nos estatutos adquire nos relatórios um sentido dinâmico desfibrando a vida institucional e social das instituições nos seus aspectos mais práticos. A caridade e a filantropia, proclamadas como função maior das Instituições, podem ser compreendidas através de uma investigação atenta da documentação primária também como estratégia de reciprocidade social tanto em relação às comunidades locais, quanto em relação à representação de Portugal enquanto veículo de produção de uma identidade imaginada com projecção nos jogos de competição das elites locais. Na ata fundacional da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, por exemplo, a cerimônia do lançamento da pedra fundacional do seu hospital encontra-se imediatamente repleta de considerações cruzando a convocação do nome do rei de Portugal à presença dos representantes da elite local que ocupava importantes cargos políticos no município,

Aos 16 dias do mês de setembro de 1857 aniversário de sua majestade fidedigna e muito alta e muito poderoso Senhor Dom Pedro V, Rei de Portugal, reunida a diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência, no edifício do hospital, as onze horas da manhã do referido dia, aqui tem a honra de receber o convite – Comandante Superior da Banda Nacional da Comarca e seu estado menor, a corporação da Ilma Câmara Municipal, a corporação das madres do Asilo de Órfãos desenvolvidas – todas as devidas autoridades da cidade de Pelotas – um brilhante público de senhores do que há de mais grado nesta cidade. ...assim os induzo a chegar a esse fim, foi sim o único desejo que tínhamos de ser erguida a sociedade como já disse...e por serem esses os desejos do Muito Alto e Muito Poderoso El Rei de Portugal o Senhor D. Fernando seu Real Protetor.

*Francisco Luís Ribeiro – Presidente.*⁸⁹

O desejo de demonstrar a valorização social que a entidade obtinha

⁸⁹ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Livro de Atas, Ano 1857.

em Pelotas, bem como em Portugal através do seu régio protetor, configurou-se como mais importante do que a descrição do próprio trabalho assistencial a ser realizado, uma vez que, em quase toda ata de fundação, não existem referências concretas aos projectos assistenciais. Mais ainda, nos Relatórios dessa Sociedade, muitos associados não portugueses passaram a integrar a categoria de sócios ativos ao longo de seu desenvolvimento, contrariando as normas regimentais expressas nos Estatutos. Pelos serviços relevantes prestados à Associação, foram admitidos brasileiros e estrangeiros nas diretorias, pois, enquanto houve benefícios financeiros, a justificativa para tal fato era sempre a de que “*a caridade não tem pátria*”.

Em Rio Grande, o aparecimento de exceções na ocupação da categoria de sócios ativos foi bastante menor entre os anos de 1859 e 1867. No ano de 1863, observou-se que, embora existisse um número maciço de imigrantes portugueses como associados, o brasileiro Barão de Vila Izabel era sócio benemérito e membro da diretoria da Instituição.⁹⁰ Exame realizado nos Relatórios Institucionais do ano de 1865 mostrou mesmo que a afirmação da assistência aos sócios aparece tão fundamental quanto suas doações:

O nosso digno membro do conselho administrativo o Ilmo. Sr. Joaquim Carvalho Bastos, no mez que serviu no Hospital como Mordomo, pagou a sua custa a despeza de rs 153\$700 e fez donativos a Sociedade. A despeza nesta verba foi igual e identifica a do anno próximo passado de 120\$rs. Passagem para Portugal a um sócio enfermo e pobre o Sr. Lino Gonçalves Galante.⁹¹

A discussão sobre a categorização dos associados, bem como a escolha da diretoria das Sociedades, domina significativamente grande parte do material documental estudado. As fontes rapidamente esclarecem que não existiu uma aplicabilidade rígida das regras administrativas definidas nos estatutos para a prática caritativa da assistência social, sublinhando recorrentemente os muitos relatórios recolhidos que uma ideia voluntarista de caridade se subsumia com frequência numa *praxis* socialmente interessada – senão mesmo claramente interesseira – na oferta e distribuição de assistência.

⁹⁰ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Rio Grande: O Diário, 1864.p.33.

⁹¹ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Relatório. Pelotas: Tipografia do Correio Mercantil, 1865.p.37.

No caso de Bagé, exame dos relatórios e atas da Instituição de Beneficência comprovam que a mesma, desde os seus primórdios, buscou atender a toda a população, com uma diretoria ativa mais flexível com relação à sua composição, mais preocupada com uma repercussão positiva na sociedade local do que com normas de nacionalidade expressas em seus estatutos. Registros da atuação assistencial são encontrados na imprensa a partir de 1886, quando medidas preventivas foram tomadas em virtude dos casos de epidemia de cólera que já haviam se manifestado na República Oriental do Uruguai e República da Argentina. Na ocasião, a associação trabalhou em colaboração com a Santa Casa de Misericórdia, atendendo a pacientes não-sócios, como revela o jornal “A União Liberal”, sob o título de Oferecimento:

A humanitária Sociedade Portuguesa de Beneficência, desta cidade, que por mais uma vez tem-se mostrado digna dos fins para que foi fundada, não só em relação a seus associados, como em geral no que toca a atender a mão protetora aos que dela tem carecido, tornando-se por isso digna de justos encaminhos e do geral acatamento, acaba de tomar uma resolução que mais a recomenda ainda.

Como se sabe, trata-se, por todos os meios de preservar o flagelo da cólera mórbus que neste momento invadiu a República da Argentina e a capital Uruguiaia. Aquela Sociedade, em sessão extraordinária de sua diretoria resolveu por seu elegante edifício, ainda em obras, à disposição da câmara municipal para nela se estabelecer um hospital de coléricos, dado o caso de que haja tal necessidade.

Neste sentido dirijo ao Sr. Presidente da entidade bageense o ofício. Os louvores da patriótica e humanitária representada em sua atual diretoria

Secretaria da Sociedade Portuguesa de Beneficência

Bagé, 14 de novembro de 1886.⁹²

A caracterização da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé como órgão caritativo foi expressa nessa mensagem, que adjetivava a entidade como

⁹² “A União Liberal”. Bagé, 14 de Novembro de 1886.p. 14.

filantrópica e humana, garantindo uma imagem positiva da mesma na cidade. Ao mesmo tempo, estando a cidade de Bagé em uma situação de fronteira, as medidas de saneamento urbano em casos como o da cólera tendiam a ser mais emergenciais do que nos outros municípios da Província de São Pedro, pois a doença poderia entrar no país através da passagem para o Uruguai e Argentina. Essa é uma diferença do trabalho assistencial da Sociedade Portuguesa de Beneficência desse município, que deveria atender a população em geral (induzida muitas vezes pela própria Intendência), mais no sentido da manutenção da saúde pública local do que por caridade propriamente.

No caso de Porto Alegre, o ano de 1868 também foi marcado pelo receio do surto de cólera mórbus na cidade, obrigando o pequeno hospital da rua da Figueira (anterior a construção do edifício-sede) a abrigar 54 enfermos, entre eles, três escravos, o que lhe rendeu a essa altura, o título de filantrópica por tê-los abrigado.

Muitas vezes, o trabalho assistencial desenvolvido pelas Associações possibilitava passagens para Portugal a sócios que desejavam, pela enfermidade ou por outras razões, retornar à terra natal, como o caso registrado na entidade em Pelotas:

Recebido um ofício do nosso compatriota Joaquim da Silva Índio, não sócio desta casa, que achando-se enfermo e sem recursos queria que a Sociedade o auxiliasse com o necessário para retirar-se para a Pátria, e não podendo a Diretoria atendê-lo por isso, se por a lei que rege esta Instituição, tomou o alvitre de promover um subscrição entre si, o que levou a efeito, conseguindo obter 92\$000, sendo 60\$000 em quotas de 10\$000 de cada um dos membros da Diretoria e 32\$000 obtido de diversos consórcios da casa.

O produto da referida subscrição foi recolhido aos cofres da Sociedade, em consequência do peticionário ter entrado para o hospital em estado grave, onde faleceu, tendo-lhe feito o respectivo enterro como se fora sócio.⁹³

No referido relatório percebemos que, tendo falecido o luso Joaquim da Silva Índio, a subscrição feita pelos membros da Sociedade Portuguesa de

⁹³ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Relatório. Ano, 1887. Pelotas: Tipografia do Correio Mercantil, 1887.p.08.

Beneficência não haveria de ser utilizada. No entanto, pela revisão dos relatórios posteriores, observamos que a mesma subscrição não foi aplicada para benefício do donatário. Onde foi aplicado o fundo reunido pela subscrição? Se as subscrições objetivavam contribuir para o trabalho caritativo, por que não se concretizavam as ações que deveriam ser beneficiadas por ela?

A resposta a estas perguntas leva a crer que a grande parte das doações efetuadas em proveito da Sociedade de Beneficência ficavam nas mãos da própria diretoria da Instituição. Ainda o fato de estas subscrições não serem questionadas pela comunidade, fazia com que caíssem no esquecimento.

A concessão de pensões às viúvas de sócios foi uma regra encontrada em todos os estatutos e relatórios das instituições analisadas. Em Pelotas, essa regra foi somada à possibilidade de concessão da passagem para Portugal aos sócios desvalidos. A sua aplicabilidade apareceu nos relatórios institucionais mais do que em qualquer outra associação analisada, conforme ilustrou o Relatório de 1887:

Continuam a ser pensionadas pela nossa associação sete viúvas dos sócios com as quais se despendeu a quantia de 780\$000 durante o ano findo. Permanecem na casa ainda os nossos compatriotas inválidos....⁹⁴

Nos relatórios dos anos subseqüentes (1888, 1889, 1890), a Sociedade de Beneficência de Pelotas continuou destacando tais funções, algumas vezes concedendo, de fato, as passagens para Portugal, ainda que fossem de caráter extraordinário,

Beneficência extraordinária

Cumprindo o que nos facultam os Estatutos, dispendemos a importância de 400\$000 por duas passagens para Portugal aos sócios Ernesto do Carmo Pires e Manoel Simões Tavares.

Continuam recebendo as mensalidades, as pensionistas viúvas de sócios, seguindo a lei da Sociedade. Como nos anos anteriores faculta-se a festividade de São Pedro no dia 29 de junho e concorrem os sócios para que aconteça as festividades. Além da

⁹⁴ Idem. p 20

*mensalidade, existem para isso os donativos nos valores de 300\$000 e 100\$000.*⁹⁵

Nesse sentido, percebemos que a Sociedade de Beneficência de Pelotas cumpre o que está registrado o seu estatuto, mas entra em contradição no enunciado da notícia, revelando no próprio relatório, o quanto o ato de conceder passagens a Portugal para sócios e, ao mesmo tempo, conceder mensalidades às viúvas é um ato extraordinário. Tal fato evidencia que essas concessões nem sempre eram dadas, o que reforçaria a caracterização de uma Instituição voltada para o interesse de poucos.

Ainda na Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade de Pelotas, há, em quase todos os relatórios e atas Institucionais, reclamações a respeito da falta de compatriotismo dos lusos residentes no município:

Eliminação de sócios

*Infelizmente ainda tenho de lamentar e trazer ao nosso estabelecimento que a diretoria teve de eliminar 41 sócios por falta de pagamento. É de sentir que continue a dar-se as eliminações constantes dos associados, parecendo que eles desconhecem a falta que mais tarde lhes vai fazer esta casa, que a meu ver, é a única que lhes pode oferecer lenitivo aos sofrimentos, especialmente aqueles que se acham longe da pátria e família.*⁹⁶

Esse tipo de reclamação, somado às subscrições para várias iniciativas de filantropia, comprovou que a entidade desejava obter doações financeiras por parte da comunidade local (além das mensalidades dos sócios), tanto para o aumento do seus cofres quanto para a melhoria de seu prestígio social, fazendo cair por terra a hipótese de que a instituição foi uma reunião de número indeterminado de portugueses, conforme o registro do seu estatuto primeiro. Assim, é preciso questionar o significado do papel social da Instituição, que se auto-proclama caritativa, mas deixa dúvidas sobre o ato da doação enquanto obra de justiça ou enquanto um jogo de interesses.

Nos anos subseqüentes (1889-1900), seguiram críticas com relação a falta de compatriotismo dos associados da Beneficência de Pelotas,

⁹⁵ Ibidem. p. 30.

⁹⁶ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Relatório. Ano, 1900. Pelotas: Tipografia do Correio Mercantil: 1901.p.10.

O grão de simpatia a que tem atingido esta sociedade, patenteia-se pela adesão encontrada num grande número de sócios, que foram admitidos no decurso do ano. Infelizmente, já o dissemos, existem nossos compatriotas que não fazem parte desta associação porque, dizem não precisar dela, sem se lembrarem que este edifício é um templo erguido para espargir caridade.

Na administração que nos tem sido confiada experimentamos algumas vezes as amarguras da irreflexão de muitos os compatriotas, que ainda não reconhecem a utilidade desta instituição. Quisemos aqui registrar o contrário e afirmar a gratidão de todos que convergem para elevar e engrandecer este grande templo para amparo de infelizes desvalidos.⁹⁷

Porém, o conteúdo apelativo do discurso proferido pelo presidente da Associação, Dr. Gabriel Castro, distanciava-se daquele realizado durante a petição de subscrições. Nesse caso, evidenciou-se uma Instituição ligada profundamente ao discurso evangélico da Igreja, que remetia à semelhança com as Misericórdias Portuguesas como “templos para espargir caridade”, na tentativa de uma cooperação maior dos lusos residentes na cidade.

Já no caso de Porto Alegre, uma das justificativas para a concessão de benefícios e premiações foi o expressivo número de associados portugueses. Do ano de sua fundação (1854) à Proclamação da República (1889), contou com mais de 1200 associados. A constante comunicação com a Legação Portuguesa local e com as demais instituições congêneres no Brasil fez com que ela apresentasse uma maior liberdade de atuação política, embora o seu trabalho assistencial e administrativo fosse caracterizado por ressalvas:

Senhores sócios

Se outras associações da mesma natureza a nossa tem em poucos annos attingido a um elevado patrimônio, quando esta já conta com doze annos de existência, isso é devido a que aquellas tendo a sua sede em cidades mais populosas e ricas, avultão

⁹⁷ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Relatório, Ano: 1885. Pelotas: Tipografia do Correio Mercantil, 1885.p.15.

*não só o número de sócios como o de donativos. Na parte porém moral a nossa é tão distinta como a mais digna dellas, temos tido já alguns sócios beneméritos pelos relevantes serviços prestados, tem aparecido constantemente muita dedicação em grande número de outros, e pode-se dizer te sempre presidido em todas as administrações tino, e morigeração o que se tem chamado para a nossa associação a estima pública de que goza. Todavia o nosso patrimônio como vereis deste relatório na parte respectiva augmentou e conseguintemente o seu rendimento...*⁹⁸

Dentre as atividades assistenciais desenvolvidas, estão os funerais concedidos aos sócios, um benefício bastante destacado na história da Instituição em Porto Alegre:

*A actual administração cumprio a resolução da administração transacta, mandando celebrar suffrágios por alma da bemfeitora a Exma. Sra. D. Leocádia Joaquina de Souza Telles, e pela do nosso sócio bemfeitor o Sr. José Francisco de Azevedo Quintão.*⁹⁹

Nem sempre a existência de uma Associação de Beneficência Portuguesa foi suficiente para a proteção dos imigrantes portugueses. Nos Anais da Intendência de Porto Alegre foram declarados, no ano de 1885, maus tratos a imigrantes portugueses, como o ocorrido na cidade de Bagé:

Sessão em 19 de abril de 1885.

É aprovado o seguinte:

*“Requeiro que o S. Ex. o Sr. Presidente da Província informe a esta Assembléia o que consta oficialmente sobre a prisão e espancamento do súdito português Florentino Maurício, na noite do dia 5 corrente, na cidade de Bagé, por soldados da polícia pelo respectivo comandante, e quais as providências tomadas para reprimir esse excesso.”*¹⁰⁰

⁹⁸ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre. Relatório apresentado em sessão de 13 de Janeiro de 1867. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commércio, 1867. p.30.

⁹⁹ Idem.p 45.

¹⁰⁰ Anais da Intendência de Porto Alegre. Ano, 1885. Porto Alegre: Tipografia Jornal do Comércio, 1885. p. 135.

O senhor Florentino Maurício não era sócio da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. Porém, esse caso sugere reflexão acerca da existência de um anti-lusitanismo na Província de São Pedro. Se as Instituições de Beneficência possuíam um departamento jurídico, como em Bagé, destinado à proteção dos associados imigrantes, é porque havia a demanda de casos graves, como o do luso Florentino Maurício.

Embora não sejam encontrados casos que comprovem a existência de violência contra portugueses, decorrentes de um anti-lusitanismo exacerbado, em Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, as Sociedades Portuguesas de Beneficência na Província de São Pedro tiveram, ou desejaram ter, um papel preponderante na proteção desses imigrantes. O imigrante português, enquanto parte de uma Associação obtinha retorno no que se refere a proteção jurídica, mesmo contra casos de violência.¹⁰¹

Nesse aspecto, se levarmos em conta a caracterização desse imigrante português no Rio de Janeiro, a medida que se aproxima os anos que antecederam a República Brasileira (1889), como personagem ganancioso, atrasado, imundo, vilão, entre outras adjetivações, percebe-se que os lusos foram considerados como inimigos da imagem do Brasil progressista, em virtude da ligação histórica com os colonizadores. Portanto, é bem provável que casos de agressão aos lusos tenham ocorrido nos jornais, em panfletos, ou qualquer meio de comunicação, porque há no Brasil uma preocupação com as nacionalizações.

Do contrário, o relatório anual de 1886 da Sociedade Portuguesa mostrou que a “caridade” concedida aos sócios se estendia a não sócios, revelando uma preocupação maior com o quesito da nacionalidade portuguesa:

Socorros

¹⁰¹ Alguns trabalhos referenciais versam sobre casos de anti-lusitanismo nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo durante a República Velha no Brasil. Segundo Gladis Ribeiro a visão que se tem dos estrangeiros lusos passa por uma questão de classe e pela manipulação de acordo com os períodos de calma ou de tensão social. Nesse âmbito, considera a representação desses imigrantes portugueses por meio de diversas associações, entre elas a Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. Sobre essas questões veja-se em Gladis Sabina Ribeiro, na dissertação de mestrado “*Cabras e pés de chumbo: os rolos do tempo Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras*, 1992. Niterói, dissertação (Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense), 1997. Para Maria Beatriz Silva, todas as associações portuguesas de caráter filantrópico criadas no Brasil possuem um departamento jurídico encarregado de ajudar a população imigrante detida nas casas de correção ou em processos criminais, a exemplo da Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo que executa esse trabalho em 1860. Sobre essas questões veja-se em Maria Beatriz Nizza da Silva, na obra “*Documentos para a história da Imigração Portuguesa no Brasil (1850-1938)*.” Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.

Ao nosso hospital mandamos recolher dois compatriotas que privados do uso da razão, percorriam as ruas da cidade servindo de escárnio a vagabundagem; não eram nossos consórcios, mas para esses infelizes não há lei a observar. Seguiram para a Europa por conselho médico, 23 sócios, expulso 1.¹⁰²

A assistência hospitalar realizada pelas Sociedades Portuguesas de Beneficência do Rio Grande do Sul foi notícia nos jornais criados pelas comunidades portuguesas no Brasil, e em jornais de Portugal ainda nos anos finais do século XIX. As constantes heranças deixadas pelos imigrantes lusos às associações são constantes no jornal “ECHO LUSITANO” em Petrópolis:

Faleceu no Porto o Sr. José Joaquim Gonçalves. Em seu testamento declarou que toda a sua fortuna existe no Brazil; deixa à Beneficência Portuguesa do Rio Grande do Sul, mil contos de réis; ao Asylo de Mendigos, 500\$; à Misericórdia, 500\$, tudo moeda fraca, que tem em seu poder 50\$, que sua irmã Maria Thereza Gonçalves lhe deu para guardar, e a instituiu a universal herdeira.¹⁰³

As heranças deixadas pelos associados da Beneficência Portuguesa interessavam para a Instituição, pois ajudavam a sua manutenção e garantiam a sua visibilidade social, como o ocorrido no caso de Porto Alegre,

Recebeu a sociedade neste ano o legado a quantia de réis 600\$000 que o sócio benfeitor o Sr. José Francisco de Azevedo Quintão deixou em testamento. Também foi recebida a quantia de réis 4:000\$000 que coube a nossa sociedade no legado distribuído às sociedades de beneficência, instituído em testamento pela benfeitoria a Exma. Sr. D. Leocádia Joaquina da Sousa Telles.

Cabe aqui mencionar a dádiva feita pelo nosso sócio o Sr. Joaquim António de Campos, que durante o mes que sérvio de mordomo do hospital, como digno membro do conselho

¹⁰² Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Relatório, Ano: 1886. Pelotas: Tipografia do Correio Mercantil, 1887. p. 45.

¹⁰³ ECHO LUSITANO, Petrópolis, 18 de Setembro de 1898. p. 01.

administrativo fez a sua custa a despesa do mesmo na importância de réis 74\$210.¹⁰⁴

É dessa forma que se estabeleciam reciprocidades nas Instituições. Os associados eram beneficiados em vida pelo atendimento hospitalar, e por fazerem parte de uma entidade de “boa representação” nos seus municípios; e a entidade gozava de um bom retorno financeiro pela arrecadação de parte das heranças deixadas pelos associados.

A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas nos primeiros anos da República, contou com um grande número de sócios remidos, que, em termos de pagamento de mensalidade, não auxiliava a associação pela condição de isenção de mensalidades. Mesmo assim, em alguns casos, a entidade se fortaleceu através do ingresso de associados vinculados à essa categoria:

Benção

Em agosto de 1899, esta diretoria foi convidada para, em nome da Sociedade, batizar o estandarte da Sociedade Beneficente “Caixa de Socorros de Operários da Fábrica Aguiar”. Os membros das Sociedades trocaram entre si cordeaes saudações...e o senhor Antônio Pereira de Araújo Aguiar, nosso distinto consórcio benemérito, dando a expansão aos seus sentimentos altamente patrióticos e humanitários, declarou que sua casa cedia uma fração de seus interesses, anualmente, para que seus operários fossem gradativamente entrando como sócios remidos com o mais vivo entusiasmo para com a nossa sociedade. Em cumprimento dessa promessa, já contamos em nosso grêmio alguns membros daquela digna associação.¹⁰⁵

A incorporação dos membros da Caixa de Socorros da Fábrica Aguiar na Sociedade representou significado estratégico, uma vez que esse apadrinhamento “filantrópico” trazia interesses. De um lado, a Sociedade de Beneficência incorporava um número significativo de associados, que, mesmo isentos de pagamento, contribuíam nas subscrições realizadas e festividades ao padroeiro. De outro, os membros da Caixa de Socorros eram beneficiados pela oportunidade de se vincularem a uma Instituição de

¹⁰⁴ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre. Relatório. Ano, 1902. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1903. p. 30.

¹⁰⁵ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Relatório. Ano, 1899. Pelotas: Tipografia do Correio Mercantil, 1900. p.15.

maior representatividade. Nesse ponto, compreendemos a questão conforme o pensamento de Maurice Godelier (1996:21) a respeito da dádiva,

“o estabelecimento da dádiva contém em si mesmo uma dupla relação a vazar nas noções de solidariedade e de superioridade: solidariedade porque aquele que dá, partilha com outrem algo que é seu; de superioridade, porque aquele que recebe fica em falta para com seu doador.”¹⁰⁶

Caridade, amizade, assistência, afeição e compatriotismo constituíam ideais para avaliar as relações de sociabilidade estabelecidas pelas Sociedades Portuguesas de Beneficência enquanto expectadoras de reciprocidade. A dádiva intercambiava-se com o mercado, uma vez que é através do discurso da caridade que as formas de integração¹⁰⁷ das entidades ocorriam nas comunidades de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Bagé, muitas vezes, mascarando arranjos comerciais e transações políticas.

Ainda na assistência desempenhada, em grande maioria, a presença feminina só é relatada como beneficiária e não como parte do grupo de sócios que compõe a Associação, comungando com a caracterização da constituição das demais instituições de caridade, literárias e de grêmio existentes nas cidades brasileiras do século XIX, onde a ausência de associadas é vinculada a característica *inabilidade da mulher de tomar decisões*.

A presença da mulher em uma Sociedade Portuguesa de Beneficência, onde predominam homens aparentemente, aparece logo nos regimentos que compõem a parte normativa institucional. Conforme vimos, neles há a obrigação do pagamento de mensalidades a viúvas de associados e filhos órfãos, um tipo de compromisso que remete ao modelo das Misericórdias em Portugal. Esse tipo de compromisso é explícito nos estatutos da Associação do Rio de Janeiro, enquanto primeira do Império do Brasil (1840), e copiado pelas demais congêneres criadas posteriormente, conforme ilustra o Relatório de 1857:

¹⁰⁶ GODELIER, Maurice. O Enigma da dádiva. Lisboa: Ed. 70, 1996. p. 21.

¹⁰⁷ A teoria do mercado ligado a economia é insuficientemente fundada para dar conta desses processos. Segundo, Karl Polanyi (1944:234) os mercados não são a forma ubiqüitária e invariável da organização econômica, e por isso existem mais que um caminho para conceituar as formas de troca de bens entre pessoas e de serviços. Ele chamou-os de integração: reciprocidade, redistribuição e mercado. *Apud* DAVIS, Natalie Zemon. Essai sur le don dans la France du XVI siècle. Paris. Editions du Seul, 1997. p 235.

*Continuam a ser pensionadas pela nossa associação sete viúvas dos sócios com as quais se despendeu a quantia de 780\$000 durante o ano findo. Permanecem na casa ainda os nossos compatriotas inválidos....*¹⁰⁸

As idéias de comportamento vigentes nas Associações de Beneficência são arraigadas aos valores propagados pela Igreja Católica, tais como a boa moralidade e os bons hábitos, condicionantes para a admissão de novos sócios.

Na verdade, sendo a filosofia cristã um dos elementos formadores da Associação Portuguesa, é pela boa moralidade que transparece o fato de 80% dos associados, principalmente com relação aos membros que constituem a diretoria, serem indivíduos casados e com filhos, onde muitas vezes, os títulos conquistados são passados por gerações. Nesse caso, os filhos homens herdam o título de sócios, e quanto maior fosse o grau de expressividade do pai, e de suas posses, maior era a chance das gerações posteriores assumirem papel de destaque na Associação.

No caso português, e brasileiro, a família é muitas vezes definida como “patriarcal”, termo que subentende não só determinadas relações econômicas, mas também um conjunto cultural de valores e de comportamentos de alguma forma imutáveis. É na família que a imigrante portuguesa destaca-se pelas suas funções primárias de esposa, de mãe, de protetora de riqueza, material e cultural, conforme mostra a preocupação dos associados em protegê-las após a morte do sócio patriarca.

É nesse contexto que o imaginário social da mulher portuguesa imigrante se projeta na associação beneficente, como guardiã da família, tornando-se elemento fundamental, sem de fato ocupar lugar de protagonista, constituindo ela também o alvo da assistência.

Muitas vezes, a mulher na Sociedade de Beneficência também ocupa lugar nas enfermarias, um trabalho que encontra significado na filantropia, caridade e doação, intrínseca a ideia que se forma no Ocidente sobre a “tarefa feminina” na sua psicogênese. A concepção do trabalho da enfermagem, ainda hoje, estritamente ligado a *ajuda* e *doação* afirma-se como profissão feminina, e remete a mais antiga função da assistência na Idade Média, o cuidar de outrem como parte do conjunto de atividades domésticas. De fato, na maioria dos relatórios, livros de atas e estatutos das referidas

¹⁰⁸ Real Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. Relatório. Ano, 1857. Rio de Janeiro: Tipografia o Globo, 1858. p. 20.

Associações no país¹⁰⁹, o papel social que ocupa a mulher aparece ligado a algum tipo de assistência *doméstica*, sem que no entanto, sejam destacadas algumas ações sociais efetuadas no funcionamento dos hospitais.¹¹⁰

No entanto, quando se trata de uma mulher pertencente a elite social local, as considerações podem ser modificadas. É senso comum em todos os discursos sobre as Sociedades de Beneficência (proferidos pelos respectivos presidentes, ou expressos nos jornais locais) a sua apresentação enquanto instituição de elite, que congrega em seu corpo formador pessoas de *representação* nas comunidades. Isto porque, conforme afirma o presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, em 1880, o Conde de São Salvador de Matozinhos, *em geral, o pobre, e mesmo o remediado, não busca inscrever-se nessas associações; porque a desconfiança muitas vezes justificada, lhes invade o espírito e retrai nessa previdência que lhe seria o*

¹⁰⁹ Foram durante a pesquisa analisados os documentos (Atas, Relatórios e estatutos), respeitantes as seguintes Associações Portuguesas de Beneficência, nos seguintes anos: Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro (1840-1909), Sociedade Portuguesa de Beneficência Desesseis de Setembro da Bahia (1855-1889), Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos (1859-1888), Sociedade Portuguesa de Beneficência do Amazonas (1889), Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói (1910), Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo (1872-1908), Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre (1854-1910), Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas (1859-1910), Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande (1856-1910), Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé (1871-1910).

¹¹⁰ No entanto, a assistência prestada às mulheres e pelas mulheres nas Sociedades Portuguesas de Beneficência apresenta destaque pela situação de singularidade. Na Bahia, por exemplo, a Sociedade Portuguesa de Beneficência Desesseis de Setembro da Bahia, previa em suas atividades assistenciais o destaque do papel feminino. Na verdade, essa Associação (fundada em 1859) é a fusão da Sociedade Portuguesa de Beneficência com a Sociedade Desesseis de Setembro, uma instituição lusa de apoio educacional já instalada no município. Pelo Alvará de 27 de maio de 1863, o Rei de Portugal, D. Luiz I, o protetor da entidade, concede-lhe o título de Real, passando, então, a denominar-se Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Desesseis de Setembro. Essa Instituição, desde o seu princípio, prevê na ocupação dos seus cargos diretivos a participação de mordomas, e não de mordomos, um caráter excepcional na composição administrativa das associações de Beneficência. A categoria de mordomas, associadas que ocupam lugar na tesouraria da Instituição, faz parte do conjunto de pessoas que participam das decisões de administração dos bens da mesma. Tal fato remete a uma segunda caracterização sobre a Sociedade de Beneficência da Bahia, a questão das elites. As mordomas da Sociedade de Beneficência da Bahia pertencem a elite local, embora não se encontrem registros mais concretos de suas identidades, pois uma Sociedade Portuguesa de Beneficência não aceita em sua diretoria indivíduos que não possam contribuir financeiramente com a Associação, sob pena de infringir um dos mandamentos fundacionais de sua existência, que é o cumprimento da responsabilidade fiscal dos sócios. Para além dessas questões, muitas das mordomas da Associação podem não ser portuguesas de origem, talvez pelo fato de que muitos lusos imigrantes casam-se com brasileiras, filhas de abastados fazendeiros, tanto na região nordeste quanto no sul do Brasil. Os agradecimentos em torno das doações concedidas remetem à ideia de que, em tempos difíceis, *a caridade não tem pátria*. Dessa forma, observa-se que a referida diretoria quando exalta os melhores elogios para as atividades assistenciais das mordomas, deixa nas entrelinhas a possibilidade de algumas dessas senhoras ascenderem à própria administração nos anos subsequentes, ao revelar que *a Direção deixa em vossas mãos o seu mandato*.

*primeiro a buscar, se elas cumprissem à risca as responsabilidades que assumem.*¹¹¹

Tal fato, explica a existência de uma premiação ocorrida na Sociedade de Beneficência do Rio de Janeiro, chamada Cruz Humanitária, em que, no ano de 1886 a Condessa de Cendofeita não só foi contemplada com o título de sócia como foi quem recebe a jóia premiada. A Cruz Humanitária era uma honrosa distinção, como referem todos os presidentes da Associação dos anos de 1886 e 1899 (anos em que a premiação vigora), porque simbolizava o reconhecimento por quem presta serviços caritativos efetivado pela comunidade. Na verdade, esse prêmio configurou-se como destaque, uma garantia de visibilidade para quem dele fazia uso, fazendo com que alguns personagens segregados pela Sociedade, como a mulher, aparecessem nessa ocasião, tanto para ilustrar a caridade como um dom feminino, quanto para evidenciar as personalidades da elite social.

Na Província de São Pedro o Rio Grande, em especial Porto Alegre, a presença feminina na Sociedade Portuguesa de Beneficência manifestou-se desde o princípio de seu funcionamento, por meio de heranças deixadas por mulheres à associação. Essa Associação recebeu o apoio de imigrantes portugueses desde o princípio de sua fundação, em 1854. No lançamento da pedra fundamental do Hospital da entidade, em 1859, o terreno onde o mesmo se encontrava foi doado pelo casal de imigrantes portugueses Dr. Dionísio de Oliveira Silveira e sua esposa, Dona Maria Sofia da Silva Freire Silveira, na Av. Independência, ao lado da Igreja Nossa Senhora da Conceição e em frente a Praça São Sebastião. Esta dádiva, um ato de apoio dos sócios beneméritos, destacava o nome de Dona Maria Sofia Freire da Silveira na história da Instituição, embora quando observados os Relatórios e Atas Institucionais, seu nome não está na listagem de associados beneméritos, e sim ligado ao do marido, o Dr. Dionísio.

Já no ano de 1868, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre recebeu em testamento algumas doações, entre elas a de uma *associada* lusa, conforme registra o Relatório do mesmo ano:

Recebeu a sociedade neste ano o legado a quantia de réis 600\$000 que o sócio benfeitor o Sr. José Francisco de Azevedo

¹¹¹ Real Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. Relatório. Ano: 1880. Rio de Janeiro: O Globo, 1881. p. 04.

Quintão deixou em testamento. Também foi recebida a quantia de réis 4:000\$000 que coube a nossa sociedade no legado distribuído às sociedades de beneficência, deixado em testamento pela benfeitoria a Exma. Sr. D. Leocádia Joaquina da Sousa Telles.¹¹²

Diferentemente do primeiro caso, a Sra. Dona Leocádia Joaquina da Sousa Telles, imigrante portuguesa, foi encontrada na listagem de associadas da entidade. A questão de atribuições de bens à Sociedade de Beneficência de Porto Alegre era um costume bastante antigo e frequente entre as famílias dos associados. Talvez porque remeta, conforme vimos, a grande dificuldade que assola os portugueses no Brasil entre os anos de 1845 e 1850, quando sem família no país acabam deixando seu patrimônio para o governo brasileiro.

Não obstante, Dona Leocádia, viúva, prestadora de serviços à Sociedade de Beneficência da cidade de Porto Alegre em vida (ela faz parte do conjunto de pessoas responsáveis pela manutenção das festividades ao padroeiro da Associação – São Pedro – realizando doações em dinheiro, e em artefatos de que o hospital precisa, tais como toalhas, candelabros, bandeiras de Portugal, cadeiras, entre outros), figurou entre os nomes de associados, e passou a sócia benemérita justamente pelo número de doações que realiza nos anos que antecedem sua morte.

Da mesma forma, observa-se que a notícia expressa no Relatório da Instituição faz menção ao fato de que Dona Leocádia não destina seus bens somente à Sociedade Portuguesa de Beneficência, mas a outras entidades assistenciais de Porto Alegre, que também de Beneficência, honram com os compromissos de filantropia, como por exemplo, a Sociedade Porto Alegrense de Beneficência, a Sociedade de Beneficência Francesa, a Sociedade de Beneficência Belga, entre outras.

A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre, se comparada às suas demais congêneres na Província de São Pedro, foi a instituição onde, muito precocemente, figuram a presença de mulheres associadas em grande número. Talvez pelo fato de que, em comparação a presença maciça de imigrantes portugueses, como no caso de Rio Grande, por exemplo, em que chegam lusos pelo porto aberto ao mar, a imigração lusa para a cidade não é tão relevante, e por isso todas as contribuições

¹¹² Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre. Relatório. Ano, 1868. Porto Alegre: Tipografia Jornal Correio do Sul. p. 15.

e participações de associados e associadas configuram-se como importantes, além do fato de ser a cidade um centro urbano maior e, portanto, mais atualizado com as ideias progressistas vindas do Rio de Janeiro.

Por outro lado, a participação de Dona Leocádia na Associação de Beneficência mostra que, como no caso do Rio de Janeiro, o título de sócia benemérita é conquistado como uma forma de ganhar visibilidade social. Nesse caso, mesmo não sendo nobre como a Condessa de Cedofeita, ela consegue ser reconhecida pela entidade, remetendo a expectativa de reciprocidade no duplo sentido, mais com a ideia de utilizar a Associação do que por ela ser utilizada.

No que tange a participação feminina no interior das Instituições, observa-se que numa sociedade marcadamente católica como é a brasileira, e a portuguesa, as Sociedades de Beneficência ilustram o bem-estar social, porque é através da preocupação com a caridade e assistência que a presença da mulher na maior parte das vezes é associada à proteção prestada, tão quanto àquela devedora aos órfãos e desvalidos. É somente em situação de ganho material que essa figuração se modifica, de assistida a mulher passa a prestadora de serviços, identificando o seu papel a uma peça chave na execução da filantropia pelo desenvolvimento de atividades que relacionam o assistencial ao social. A assistência prestada por uma Sociedade Portuguesa de Beneficência no Brasil relaciona-se à prática da caridade para com o próximo necessitado, objetivando o *reconhecimento social* almejado entre as elites provinciais no país.

1.5 ATIVIDADES POLÍTICAS, SOCIAIS E CULTURAIS

Em muitos dos relatórios analisados, encontramos elementos que revelaram as formas como as Associações se auto-denominavam: associação patriótica; promotora de diversas dádivas aos sócios e imigrantes portugueses; brilhante atestado de filantropia “não somente da comunidade portuguesa mas da generosa família brasileira”; apóstolos da caridade, entre outros, foram designações freqüentes que sugeriram a tentativa das Sociedades Portuguesas de obter o reconhecimento de suas

atividades como parte de seu aparato simbólico.

A preocupação com a existência de uma biblioteca foi constante nos relatórios analisados.¹¹³ O fato de criarem espaços que privilegiassem a cultura vinha de encontro a proposta de gerar benefícios aos sócios, ampliando suas possibilidades de atendimento. Um exemplo disso foi o caso da biblioteca da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, que, ainda em 1879 já contava com 2248 volumes.

Na Província de São Pedro do Rio Grande, uma das suas funções primordiais foi também o empenho em promover a representação pública dos imigrantes associados enquanto indivíduos de boa educação e cultura. Em Rio Grande, por exemplo, a Sociedade construiu uma biblioteca em 1868 e, no mesmo ano, mandou transformar a fachada do edifício-sede inspirada no Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro. Da mesma forma, foram muitas as doações de obras literárias, portuguesas, brasileiras e de outros países, efetuadas pelos sócios lusos e por pessoas da comunidade rio-grandina, chegando em 1870, a ter oitocentos volumes.

Na verdade, as atividades culturais desempenhadas pelas associações foram influenciadas pelo contato com suas congêneres no Brasil e no mundo colonial

¹¹³ No ano de 1875, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos, por exemplo, justifica a criação de sua biblioteca: “Por proposta do primeiro secretário, resolveu a diretoria criar no hospital uma biblioteca para uso dos doentes que a ele se recolhem. Esta medida, reclamada pela necessidade que prescreve ao espírito apreensivo do doente uma distração qualquer, e que até aqui não tinha, de certo devendo influir muito na cura, ainda lhe proporcionando fartos subsídios de conhecimentos indispensáveis e úteis ao homem...” Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos. Relatório, Ano 1875. Rio de Janeiro: O Globo, 1876. p. 45.

português.¹¹⁴ Elas utilizaram os eventos sociais como forma de perpetuar o seu poder nas sociedades onde foram criadas. Basta lembrar que, em todas as atas de fundação, foram registradas solenidades, com grandiosos saraus e Te Deum.

As Associações de Beneficência da Província desenvolveram constantemente suas atividades sociais vinculadas à celebração da caridade, no sentido de que contavam sempre com a presença das autoridades religiosas, demonstrando que, muitas vezes, as atividades sociais foram confundidas com as espirituais. Portanto, as celebrações do aniversário natalício de cada instituição, ou em comemoração ao dia do seu Santo Padroeiro foram considerados eventos sociais.

No Rio de Janeiro, uma das atividades que inspirou a existência dos eventos sociais nas Instituições da Província de São Pedro foi a premiação da Cruz Humanitária. A partir do ano de 1886, foi criada pela Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro uma distinção de honra para os sócios benfeitores, que consiste em uma cruz de ouro, com a coroa portuguesa e o emblema da

¹¹⁴ Entre os anos de 1854 e 1910, percebemos que essa troca de informações não ocorre somente entre as suas congêneres, mas com outras instituições espalhadas pelo Brasil. Tal fato pode ser comprovado na relação de impressos recebidos do Relatório da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro em 1900: Impressos recebidos 1 – Associação de Socorros Mútuos do Comércio e da Indústria de Lisboa; Relatório; 2 – Real Associação Beneficente de Condes de S. Cosme do Valle e Mattosinhos; Relatório; 3 – Real Associação de Empregados do Porto; Relatório; 4 – Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V; Relatório; 5 – Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro da Bahia; Relatório; 6 – Real Sociedade Portuguesa de Beneficência de Montevidéu; Relatório; 7 – Santa Casa de Misericórdia de Braga; Relatório; 8 – Santa Casa de Misericórdia de Amarante; Relatório; 9 – Santa Casa de Misericórdia do Porto; (Relatório); 10 – Sociedade Beneficente Brasileira em Portugal; (Relatório); 11 – Sociedade Beneficente de Empregados da Gazeta de Notícias (Portugal); Relatório; 12 – Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campinas (Relatório); 13 – Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos (Relatório); 14 – Sociedade Portuguesa de Beneficência do Pará (Relatório); 15 – Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre (Relatório); 16 – Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas (Relatório); 17 – Sociedade Portuguesa de Socorro sem Buenos Aires (Relatório); 18 – Sociedade de Socorros Mútuos Luís de Camões (Relatório Julho de 1903); 19 – Soc. Belge de Bienfaisance (esta no Rio de Janeiro criada por franceses – Relatório); 20 – Visconde de Saúde (Relatório); 21 – Boletins, Projectos, Actas de Sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa; Impressos enviados à: 1 – Real e Benemerita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V; Relatório; 2 – Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro da Bahia; Relatório; 3 – Real Sociedade Portuguesa de Beneficência de Montevidéu; Relatório; 4 – Santa Casa de Misericórdia de Braga; Relatório; 5 – Santa Casa de Misericórdia de Amarante; Relatório; 6 – Santa Casa de Misericórdia do Porto; (Relatório); 7 – Sociedade Beneficente Brasileira em Portugal; (Relatório); 8 – Sociedade Beneficente de Empregados da Gazeta de Notícias (Portugal); Relatório; 9 – Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campinas (Relatório); 10 – Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos (Relatório); 11 – Sociedade Portuguesa de Beneficência do Pará (Relatório); 12 – Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre (Relatório); 13 – Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas (Relatório); 14 – Sociedade Portuguesa de Socorro sem Buenos Aires (Relatório); 15 – Sociedade de Socorros Mútuos Luís de Camões (Relatório); 16 – Soc. Belge de Bienfaisance – (Relatório); 17 – Visconde de Saúde (Relatório); 18 – Boletins, Projectos, Actas de Sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa; Real Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. Relatório, Biênio (1907-1908). Rio de Janeiro: Tipografia do Globo, 1909. pp. 35-38.

caridade no centro, em dois escudos sobrepostos, pendente de um laço de fita azul e branca, denominada: **CRUZ HUMANITÁRIA**. Esta distinção concedida pelo Conselho Deliberativo, precedendo proposta da Directoria, devia o respectivo diploma de testemunho dos relevantes serviços prestados, para que esta distinção fosse o símbolo Real de merecimento. Encontra-se no Art. 30 da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, a proposta ao Conselho Deliberativo, de indicação do nome dos sócios, suas esposas e filhos, ou quaisquer outros indivíduos compreendidos no art. 27, para receber a honrosa distinção, por meio de concurso, chamada – **CRUZ HUMANITÁRIA** – que seria entregue aos eleitos com toda a solenidade em dias especiais,

*No art. 52 escreve-se que só poderão ser eleitos para cargos de Directores, os sócios que forem de nacionalidade portuguesa, preferindo-se os que já tiverem sido conselheiros mordomos, os quais deverão exercer o mandato por dois anos, podendo ainda ser eleitos.*¹¹⁵

A organização da premiação Cruz Humanitária mostra que, no Rio de Janeiro, e possivelmente nas demais instituições congêneres do Brasil, como as do extremo sul do país, as Sociedades Portuguesas de Beneficência iniciam com um número significativo de imigrantes lusos, e que no decorrer dos anos já em situação de prosperidade, as mesmas Instituições formadas por esses indivíduos passam a ser símbolos de uma classe que deu certo, ou seja, aquela que conseguiu ascensão social.

Quanto à presença de autoridades religiosas nas Instituições, pelo menos nos anos que antecederam a República¹¹⁶, Estado e Igreja foram inseparáveis e, nesse sentido, essa presença em muitas solenidades municipais foi obrigatória. Somado a essas questões, as solenidades de fundação ou de aniversário das mesmas foram oportunidades para a identificação do “nome português” com Igreja Católica, conforme ilustra o relatório da Instituição em Pelotas:

¹¹⁵ Relatório da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: O Globo, 1886.p. 55.

¹¹⁶ Após a Proclamação da República, a Constituição brasileira de 1891 prevê a separação do Estado e da Igreja é determinada ocasionando transformação nos diretos setores da sociedade. Tal medida, adotada nos diferentes Estados da então República Federativa, tem no Rio Grande do Sul grande abrangência, uma vez que esse Estado embebido pelas ideias positivistas, sobretudo na filosofia difundida pelo partido republicano no poder, fortalece a política que prevê o crescimento da autoridade e do aparelho estatal.

“...A Diretoria mandou celebrar a festividade do orago da nossa capela. O reverendo Adalberto Heeb que é nosso muito digno capelão foi o pregador, reproduzindo belíssima oração sacra, no qual enalteceu não só a vida do milagroso santo, como também a ação nobilitante do elemento português na propagação da fé cristã levada pelos arautos a longinquas terras, para a conquista da liberdade e a lei da civilização...”¹¹⁷

Em Bagé, a representação da pomba branca apareceu em quase todas as manifestações festivas e religiosas realizadas na Associação de Beneficência, como as celebrações do Padroeiro e a Festa da Cumieira, conhecida também como a Festa do Divino, em homenagem ao Espírito Santo.¹¹⁸

Em Rio Grande, o bom conceito que a Sociedade Portuguesa de Beneficência gozava junto às autoridades eclesiásticas da cidade demonstrava que a sua presença nas procissões e celebrações era fundamental. Embora não se tenha encontrado registros das celebrações religiosas em Rio Grande entre os anos de 1870 e 1880, as festividades do padroeiro da Associação foram frequentemente citadas, pois ocorreram anualmente. O próprio padre Guilherme Dias, que era da nacionalidade portuguesa, ressaltou, no livro de visitas da Associação, a grande simpatia que a mesma despertava na comunidade de Rio Grande. Em igual condição, observamos o texto escrito pelo bispo do Rio Grande do Sul:

Conceda o Senhor de Infinita Bondade e Misericórdia bênçãos abundantíssimas aos benfazejos diretores da Beneficência Portuguesa, que com tanto amor e carinho zelam dos pobres e enfermos, e com toda generosidade lhes procuram proporcionar todos os benefícios imaginados pela ciência médica, todas as comodidades que somente no seio de famílias abastadas poderiam gozar quaesquer doentes.

20 de Novembro de 1899.

+ Cláudio José, Bispo do Rio Grande do Sul.¹¹⁹

¹¹⁷ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Relatório. Pelotas: Tipografia do Correio Mercantil, 1885.p. 25.

¹¹⁸ Esta festividade será abordada no segundo capítulo da tese, na reflexão sobre as festividades, cerimônias e ritos realizados pelas Instituições estudadas.

¹¹⁹ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Rio Grande: Tipografia O Diário, 1900.p. 64.

No campo da atuação política, as Instituições Assistenciais de Beneficência vivenciaram diferentes situações ao longo de seus funcionamentos. Um primeiro posicionamento político importante foi dado pela Sociedade de Porto Alegre em face a Guerra do Paraguai, quando criticando a falta de interesse das autoridades governamentais brasileiras pelos combatentes ofereceu atendimento hospitalar aos soldados brasileiros feridos nos campos de batalha:

*Quando o Império do Brasil, indignado pela injusta guerra que lhe move o déspota do Paraguay, fazia acumular nesta capital as suas briosas tropas para irem expelir o ousado inimigo do território invadida desta Província, a administração de vossa sociedade cumpriu o dever de pôr a disposição do governo de S. M. I, uma parte do edifício de nosso hospital com competentes leitos, roupas e os hábeis médicos da sociedade que de boa vontade se prestavam...*¹²⁰

Pelo menos em Porto Alegre, local que se fez sentir mais fortemente o conflito com o Paraguai, a estratégia da Sociedade de Beneficência foi a de angariar uma maior confiabilidade da população do município, salvo a pressão que sentiu da Santa Casa sentida pela impossibilidade da mesma cooptar sozinha o contingente de feridos de guerra. Também haviam portugueses entre os combatentes, reforçando a ideia de que nessa delicada situação política na Província, e Brasil, a imparcialidade dada a nacionalidade portuguesa dos participantes imigrantes pode não ter sido levada em conta sendo a mesma subjulgada aos interesses país no conflito.

Uma outra situação política delicada ocorreu em 1891, quando o governador Júlio de Castilhos, líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), institucionalizou no Estado gaúcho uma organização política baseada nos princípios positivistas, implementando uma estrutura administrativa com característica distinta do resto do país. Para Love:

A filosofia social de Comte proporcionou a ele (Júlio de Castilhos) e à sua geração uma versão paternalista e altamente racionalista do liberalismo do século XIX. Castilhos e os demais positivistas adotaram sobretudo a defesa, feita pelo filósofo, das

¹²⁰ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre. Relatório. Ano, 1865. Porto Alegre: Typografia Correio do Sul, 1866.p.18.

*liberdades individuais, a sua condenação a escravidão, a separação entre Estado e Igreja, a educação elementar universal e a intervenção do estado para proteger os trabalhadores industriais.*¹²¹

Neste contexto, dois grupos políticos emergiam no cenário do extremo sul do Brasil anos antes da Proclamação da República: de um lado, o PRR (Partido Republicano Rio-grandense), utilizando-se do discurso pautado pela doutrina positivista, e através dele justificando suas ações administrativas e políticas; e de outro, as oposições, inspiradas no federalismo e no liberalismo, defendendo uma menor centralização do poder pelo governo central.

A centralização política promovida pelo modelo do estado brasileiro lançava um questionamento bastante discutido entre os imigrantes de diversas nacionalidades como a portuguesa: as naturalizações. No ano de 1889, o jornal “O ECHO LUSITANO”, periódico organizado pelos imigrantes portugueses em Petrópolis, publicou nota refletindo sobre a manifestação dos lusos na política brasileira:

Ficou já dito que o Echo Lusitano nunca entrará na política brasileira; mas falta apresentar a razão de tal afastamento, pouco inveterado ainda no espírito de muitos compatriotas nossos, infelizmente.

O estrangeiro que vem ao Brazil, não é filho desta terra; não tem, portanto, direito algum de ocupar-se naquilo que pertence exclusivamente a quem aqui nasceu...

*...Não concordamos, absolutamente, com a grande naturalização, nem com a pequena, nem com nenhuma; boamente o procedimento do abelhudo ou do interesseiro que se faz brasileiro para ser inspetor de quarteirão ou alferes da Guarda nacional, quando se aspirarmos os factos, esse talvez se tenha escapado ao sagrado dever de prestar seu braço em defesa do querido Portugal!*¹²²

De fato, a nota representou uma tomada de posição do jornal auto-denominado “órgão dos interesses portugueses de propriedade de uma sociedade anônima”. O “filho que não é desta terra” não deveria pôr seus interesses pessoais,

¹²¹ LOVE, Joseph. O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930. São Paulo: Ed. Perspeciva, 1972.p.110.

¹²² ECHO LUSITANO, Ano I. Petrópolis, 10 de Junho de 1889.p. 05.

sejam eles quais forem, acima do “amor pátrio por Portugal”. De outra parte ficou claro nessa época, nos registros de vários periódicos, sobretudo no Rio de Janeiro, as ideias de um anti-lusitanismo instaurado no Brasil. O desprezo ao imigrante português, identificado diretamente com o regime monárquico foi latente, pois, segundo Gladis Ribeiro¹²³, *a Mãe Pátria brasileira tornou-se madrasta porque os filhos adotivos portugueses foram ingratos*.

A ingratidão se tornou uma das caracterizações mais frequente dada aos portugueses, pela culpa do passado colonial e, após 1889, Imperial, pela posse da terra que não era sua, e pela continuidade do uso dessa terra visto através do papel social desse imigrante luso no Brasil: *aquele que rouba o trabalho e usurpa os bens da nossa terra*. Nesse sentido, é sobretudo em jornais como “O Jacobino”, no Rio de Janeiro, que em 1890 as associações foram consideradas uma ameaça à ordem porque tinham pretextos diversos e subversivos intuitos políticos, além de clubes com nomes de especialidades de comércio e sociedade de patrão e caixeiro português. Portanto, não houve imparcialidade política no que tange as preocupações com o trabalho e com a vida desses portugueses imigrantes no Brasil a partir do ano de 1889. De sua parte, os lusos desejavam abster-se de uma participação mais efetiva nas decisões da política brasileira pelo medo, pois de fato, considerados monarquistas, foram objeto de rechaço e preconceito pela ligação histórica que mantinham com o regime monárquico.

Em periódicos como o Echo Lusitano, a discussão sobre a incorporação do imigrante português no Brasil é amplamente mencionada. A posição do jornal era, de fato, o incentivo para os imigrantes portugueses nunca entrarem na política brasileira. A razão desse afastamento, como muitas vezes é publicado, é a própria *inveja que os brasileiros sentem do europeu*, além da falta de consideração da política brasileira pelos portugueses, que não são *ouvidos* e na maior parte das vezes *atacados*. Na maior parte das vezes, os insultos lançados sobre os portugueses, que são registrados no Echo Lusitano, respondem ao anti-lusitanismo instaurado sobretudo no Rio de Janeiro, e o reverso dessas ações de fato é a publicação dos direitos e deveres desse imigrante luso. O amor pátrio só poderia, e deveria, ser mantido com relação à Portugal, porque é de lá que podem vir as relações vantajosas, as compreensões, conforme ilustra o periódico em 1898:

¹²³ RIBEIRO, Gladis Sabina. A Guerra aos portugueses no Rio de Janeiro no final do século XIX. IN Oceanos. Número 45 – Junho – Setembro de 1997. p. 71.

...Nós aplaudimos os brasileiros que defendem sua querida Pátria contra qualquer intervenção estrangeira, como censuramos e profligaremos sempre os nossos compatriotas que, sem serem obrigados a vir cá, se munem, imediatamente, ou da qualificação eleitoral ou se de dous documentos, naturalmente opostos: o passaporte Portuguez, e o diploma brasileiro.....Não concordamos, absolutamente, com a grande naturalização, nem com a pequena, nem com nenhuma; boamente o procedimento do abelhudo ou do interesseiro que se faz brasileiro para ser inspetor de quartirão ou alferes da Guarda nacional, quando se aspirarmos os factos, esse talvez se tenha escapado ao sagrado dever de prestar seu braço em defesa do querido Portugal!

Pelo contrário, a atitude defendida pelos portugueses era a de um meio termo, o de conviver em paz no Brasil, (que no fundo era a terra de onde conseguiam, ainda, a tão desejada ascensão econômica), sem ter influência nenhuma do governo sob suas atitudes, nem deveres nem direitos, tudo em favor do direito sagrado de conquistar a paz, desde que sejam defendidas sempre as acusações da pátria portuguesa.

Na Província de São Pedro, o jornal “O Diário de Pelotas” de 1885, evidencia notícia referente aos processos de naturalização dos portugueses. Esse jornal, que apresentava uma vinculação política partidária mais próxima do Partido Liberal (embora não declaradamente), destacava as atuações da Beneficência Portuguesa enquanto órgão representativo da comunidade lusa ali radicada. No entanto, mostrou preocupação pelo fato de que a grande maioria dos filhos de pai português e mãe brasileira, e vice-versa, optava pela nacionalidade portuguesa:

...há uma deficiência na lei brasileira – porque não atendem absolutamente à situação especial em que se acham os indivíduos, filhos de pai ou de mãe brasileira, nascidos em território do Império e não há a procura para conciliar os interesses desses indivíduos com os da Nação Brasileira...¹²⁴

A grande problemática lançada com o processo de naturalização dos portugueses é o fato de muitos desses imigrantes não desejarem ser filhos desta terra.

¹²⁴ “Diário de Pelotas”. Pelotas, 20 de Julho de 1885.p.14.

Em geral, as crianças nascidas no Brasil, filhos de pai e mãe portugueses, faziam parte de uma luta travada pelos pais a favor da nacionalidade portuguesa, uma luta que chegava, muitas vezes, até a Legação portuguesa no Rio de Janeiro, por um direito que já não era reconhecido nem no Brasil, nem em Portugal. Como um indivíduo que estabelece vínculos culturais, exercita o amor por uma pátria distante, constrói uma ideia de nação no interior das famílias portuguesas desejaria tornar-se brasileiro? Que vantagens sociais e políticas os portugueses teriam tornando-se brasileiros? Não só a Associação de Pelotas, mas as de Rio Grande e Bagé, tendiam a optar pela não-participação na política brasileira. Isso porque, conforme afirma Ribeiro, temerosas do que acontecia com as Associações Portuguesas do Rio de Janeiro, as Associações congêneres na Província de São Pedro optaram pela neutralidade no envolvimento de questões sociais e políticas do Brasil.

Conforme os livros de atas, o envolvimento dos seus sócios na política local não era vetado, mas desaconselhado, na justificativa de que os “súditos portugueses” deveriam participar das discussões a respeito da “terra natal”. Não foi à toa que a as quatro Sociedades Portuguesas de Beneficência, em especial a de Rio Grande, mantinha disponibilizada a leitura dos periódicos portugueses, que lhes eram enviados frequentemente através do próprio consulado português. Nesse sentido, a não participação política foi um posicionamento político.

Essa foi a estratégia adotada pela Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé, mais do que suas congêneres no Rio Grande do Sul no decorrer dos anos que sucederam a Revolução Federalista. Em 1893, eclodia a Revolução no Estado do Rio Grande do Sul, mostrando que a oposição gaúcha se lança em armas com o objetivo de desestabilizar o governo do Partido Republicano, exigindo uma maior atenção das autoridades para o extremo sul do Brasil. Helga Piccolo (1993: 35) aponta que:

A eclosão da Revolução Federalista – bem como a eclosão de outros movimentos, como, por exemplo, a Revolta da Armada – demonstrou que a consolidação da República não se faria através de normas jurídico-institucionais. A consolidação passou por confrontos – armados ou não – que revelaram

*a existência de projetos alternativos àquele consubstanciado nos textos constitucionais.*¹²⁵

Bagé foi um dos epicentros do conflito, ao lado da capital, Porto Alegre. Nesse mesmo ano, o prédio da Sociedade foi ocupado pelo exército republicano, que, além de quartel-general, se transformou em hospital da guarnição. À frente da organização oposicionista estavam o Gal. João da Silva Tavares e o Cel. Gumerindo Saraiva, ambos em Bagé, onde se situava um dos principais exércitos republicanos pela presença marcante do exército brasileiro, devido ao imenso contingente de militares e unidades do exército que Bagé dispõe na época em virtude da situação de fronteira. Muitos problemas de ordem política e ideológica podem ter ocorrido nesse período, principalmente porque as ocupações foram constantes. Além disso, a guerra provoca conflitos de toda ordem (ideológicos e pessoais), uma vez que era impossível para um associação, que leva mais de dez anos para edificar um hospital considerado como luxuoso e imponente na paisagem urbana da cidade, cedê-lo ao exército em situação de conflito armado.

Na última quinzena do mês de Novembro de 1893, as forças federalistas colocaram a cidade de Bagé em estado de sítio. O exército republicano, chefiado pelo Cel. Carlos Telles, defendeu a cidade contra a ocupação com um número aproximado de mil homens. Na ocasião, foram sitiados alguns pontos da cidade, a exemplo da Igreja da matriz – catedral e adjacências – pelos republicanos; o Mercado Público, pelas forças federalistas de João Francisco Carrion; o Teatro 28 de Setembro e a Beneficência Italiana, por Ulises Reverbel; e a Rua Barão do Triunfo, pelo Coronel Tomaz Mércio Pereira, ambos federalistas. O quartel-general republicano continuava no prédio da Sociedade Portuguesa de Beneficência, cuja localização era, e ainda é, privilegiada pela situação do terreno, localizado no alto de uma colina de onde se pode ver grande parte da cidade. Os sócios da Sociedade de Beneficência dirigiram-se, por intermédio de seu presidente, ao Ministro da Corte de Portugal junto ao governo brasileiro, chegando, por inúmeras vezes, a pedir intervenção no conflito, para que não houvesse mais *furtos e prejuízos*. De fato, durante a Revolução, António Nunes de Ribeiro Magalhães, vice-cônsul de Portugal em Bagé, juntamente com Henrique Foniati, régio agente consular da Itália, e António Valls, encarregado do vice-consulado da

¹²⁵ PICCOLO, Helga Iracema. Landgraf. A Revolução Federalista no Congresso Nacional. IN: POSSAMAI, Zita. Revolução Federalista de 1893. Porto Alegre: SMC, 1993. pp. 35-42.

Espanha, deliberaram ao comandante da praça sitiada, conforme afirma Salis:

*...pedindo seu consentimento para que antes de qualquer ataque, possam retirar da cidade as famílias de seus súditos, e dos imigrantes que os acompanham.*¹²⁶

Certamente, essas questões de ordem política afetaram a Sociedade, uma vez que também foi revelada uma situação financeira difícil para a associação. Os estragos e danos morais causados aos portugueses sócios da instituição, que tiveram além de seus bens roubados, de enfrentar uma situação de perda financeira nos cofres da Associação (pela danificação do edifício sede, perda total da biblioteca e material médico), gerou um impasse administrativo nos anos subseqüentes. Além disso, os furtos decorrentes da sua ocupação não foram suficientes para sensibilizar as autoridades consulares portuguesas no Brasil e as autoridades régias em Portugal. Embora não se tenha encontrado registros de correspondência entre a Sociedade e o monarca protetor da entidade, Rei Dom Carlos I, o episódio da Revolução comprovou que em situações de conflito o protetorado da Coroa Portuguesa de nada adiantava.

A circunstância histórica pela qual passou a Sociedade de Beneficência de Bagé em 1893 contribuiu para que se ampliasse a instabilidade da entidade nos anos finais do século XIX. Nos relatórios e atas analisados das Sociedades Portuguesas de Beneficência de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, ao contrário de Bagé, o andamento das atividades assistenciais e sociais não foi sequer prejudicado pela Revolução de 1893.

Em termos panorâmicos, a criação das Sociedades Portuguesas de Beneficência no Brasil, em decorrência da má situação da assistência médica no país até a segunda metade do século XIX, encontrou justificativa na presença de imigrantes portugueses em diferentes cidades do país. As Instituições de Beneficência se desenvolveram e atuaram no extremo sul do Brasil a partir do ano de 1854, em Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Bagé, onde adquiriram distintos aspectos em face as experiências sociais que sofreram.

Os estatutos das quatro Instituições de Beneficência Portuguesa analisadas verificaram, portanto, a existência de semelhanças e diferenças nas suas normas administrativas e organizacionais dentro da Província. Na análise de outras

¹²⁶ SALIS, Eurico. História de Bagé. Porto Alegre: Livraria do Globo S. A, 1956.p. 279.

fontes documentais (como diferentes impressos, livros de atas e jornais locais e estrangeiros), as adaptações das normas previstas nos estatutos são ilustrativas da funcionalidade de cada uma das Instituições, evidenciando a diferente receptividade que obtiveram nos municípios citados. Nesse sentido, as Sociedades de Beneficência estabeleceram, em nível político (pelas relações internacionais e posicionamento político partidário no Brasil), diferenças de atitude em momentos de calma e conflito; como na Guerra do Paraguay em Porto Alegre, e na Revolução Federalista em Bagé. Em nível social, as Instituições mostraram-se muito próximas das atividades religiosas que, em algumas situações, como em Pelotas e Rio Grande, identificaram o trabalho da assistência com as próprias atividades sociais das entidades. As instituições mostraram interesse na conduta de seus sócios promovendo atividades educacionais presentes ao longo de suas trajetórias mais como garantia de uma boa visibilidade desse imigrante, muitas vezes, prejudicado pela caracterização do português enquanto indivíduo vinculado ao regime monárquico, sobretudo nos anos que antecederam a república brasileira.

O apogeu funcional das Instituições lusas mostrou que, em diferentes momentos, grande parte das atividades desempenhadas obedeceu a um acompanhamento do que acontecia na Associação do Rio de Janeiro, primeira do país. Quando comparado cada caso na província de São Pedro, o que interessou às Instituições foi a utilização da caridade enquanto forma de integração social, fazendo das subscrições, por exemplo, formas de manutenção financeira. Em momentos de tensão social, dificuldade econômica, e, conflitos políticos, a caracterização das entidades enquanto portuguesas tornou-se, de diferentes formas, mais evidente.



Figura 6 - Nossa Senhora da Misericórdia, óleo sobre Madeira, séc. XVI.
Museu de São Roque / Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. Fonte:
Oceanos. Lisboa. n.º.35, 1998.

CAPÍTULO II

2. A REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE PORTUGUESA NO BRASIL

2.1. A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL

A imigração portuguesa para o Brasil no século XIX inseriu-se no contexto global da política migratória que visava, nesse país, fomentar a imigração livre, vista pelo Governo, desde a Independência, como a alternativa para o suprimento de mão-de-obra a cargo do tráfico de escravos. A imigração subvencionada teve dois momentos marcantes na história do Brasil: o primeiro, no princípio de 1808 com a chegada de Dom João VI à colônia; o segundo, depois da extinção do tráfico negreiro, em 1850, e das posteriores leis que extinguiram a escravidão, como a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei Áurea (em 1888). Além desses fatores, a fomentação à imigração livre pelas leis de 23 de Outubro de 1832 e a Lei de Terras Devolutas e Colonização de 18 de Setembro de 1850, configuraram um quadro fundamental para o fortalecimento da a imigração européia.¹²⁷

Apesar da extinção do tráfico negreiro, esse mesmo fator ainda configurou-se como delicado com relação as relações internacionais entre Brasil e Portugal visto que mesmo após passado dez anos da proclamação da Lei, o Ministro brasileiro em Lisboa, cumprindo ordens de seu governo, se ocupava com inúmeros casos de embarcações brasileiras que haviam sido capturadas por navios de guerra de Portugal na África, dificultando o relacionamento das duas nações. Nesse sentido, a necessidade de mão-de-obra imigrante especialmente aquela necessária no campo era uma realidade.

Dados numéricos sobre o movimento migratório para o Brasil da segunda metade do século XIX foram registrados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A estatística do porto do Rio de Janeiro mostra que em 14 anos, decorridos de 1865 a 1878, entraram 388.459 estrangeiros que pela maior parte do país se fixaram. Nessa corrente de população entraram os portugueses, pelo número de 179.623, e os alemães, pelo de 34.217, o que demonstrava a proporcionalidade dos elementos da nova população.¹²⁸ Desse número de estrangeiros, aproximadamente 269.971 são homens e 118.488 são mulheres. No caso português, pesquisa realizada no

¹²⁷ Sobre essas questões ver CERVO, Amado Luís & MAGALHÃES, José Calvet. Depois das Caravelas. As Relações entre Portugal e Brasil (1808-2000). Lisboa: Ministério dos Negócios estrangeiros, 2000. pp. 103-131.

¹²⁸ Anuário Estatístico do Brasil. Ano I. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916: 235. Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

livro de registros de imigrantes chegados ao Rio de Janeiro e à Província de São Pedro do Rio Grande, entre os anos de 1860 e 1890, mostrou que a maioria dos imigrantes lusos se identificava como operários, solteiros, entre 20 e 25 anos. Portanto, é menos comum encontrar o registro de um português que emigra com a família, pois sua vinda ao país se justificava na idéia de trabalhar e enriquecer para posteriormente retornar a terra Natal.¹²⁹

No ano de 1880, entrou no país um número total de 34.725 portugueses, sendo que 20 entraram pelo porto de Belém; 23 pelo porto de Recife; 136 pelo porto de Salvador; 74 pelo porto de Victória; 20.335 pelo porto do Rio de Janeiro; 9.246 pelo porto de Santos; 109 pelo porto de Paranaguá; 8 pelo porto de Florianópolis e 84 pelo porto de Porto Alegre (as principais cidades portuárias da costa brasileira, de norte a sul).¹³⁰

Os lusos recém chegados ao Brasil, segundo Maria Beatriz Silva (1992), fizeram parte da grande migração em massa que assolou os países da América Latina entre os anos de 1860 e 1880. Por essa razão, a imigração portuguesa para o país deve ser encarada como um fenômeno análogo ao da imigração de outras nacionalidades, como a francesa, ou a inglesa.¹³¹ O que garantia a vinda e a permanência desse imigrante português em terras brasileiras foi, muitas vezes, além das leis da imigração, a pressão sofrida em Portugal reflexo de uma crise agrícola.

Em Portugal, segundo Eulália Lobo (2000), a partir do final da década de 1850, iniciou-se a introdução do capitalismo no meio agrário, notadamente no Alentejo e no Ribatejo, formando-se companhias que se lançaram na agricultura comercial, na tentativa de igualar o desenvolvimento econômico desse país ao da Inglaterra e da França. Tal fato, gerou uma proletarização da sociedade, uma vez que o

¹²⁹ Livros de Registros da entrada de imigrantes na Província de São Pedro do Rio Grande. Ano: 1854-1889. Livro I. Arquivo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

¹³⁰ Anuário Estatístico do Brasil. Ano I. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916: 236. Arquivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹³¹ Maria Beatriz Nizza da Silva, na obra "*Documentos para a história da Imigração Portuguesa no Brasil (1850-1938)*" – realiza um levantamento em torno da imigração portuguesa para o país a partir das atuações desse contingente, em especial através das agremiações e jornais, refletindo sobre questões como o anti-lusitanismo. Em seu texto, revela que todas as associações portuguesas de caráter filantrópico criadas no Brasil possuem um departamento jurídico encarregado de ajudar a população imigrante detida nas casas de correção ou em processos criminais, a exemplo da Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo que executa esse trabalho em 1860. Sobre essas questões veja-se em SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil (1850-1938)*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.

pequeno proprietário que não tinha condições de atualizar a sua propriedade à mecanização adequada, e a própria conversão dos campos de cultivo em áreas de criação de gado e exploração florestal geraram uma crise sem precedentes, pois a alta dos alimentos básicos da população gerou motins que estavam relacionados à fome.

A migração do campo para a cidade, a formação de um proletariado em consequência da falta de trabalho dado o aumento da população nos centros urbanos de Portugal, configuravam os fatores que impulsionavam os portugueses à emigrar. O Brasil era visto no imaginário popular como terra de abundância e oportunidades de enriquecimento, como transparece nas trovas populares.

Na política, o governo de Regeneração teve de condescender com o desejo do Partido Histórico em rever a Carta Constitucional nos seus artigos mais controversos. Do acordo com Serrão, Portugal entre os anos de 1836 a 1851, viveu uma tensão entre democratismo e liberalismo, ou seja entre setembrismo e cartismo. O país viveu um surto industrial e desenvolvimentista urbano em 1867, na extinção definitiva da escravatura (1858 -78) e, até, na abolição do real beija-mão (1858) e da pena de morte aos crimes (1867). A industrialização em Portugal chegara com 31 anos de atraso em relação a Inglaterra, sem que não houvesse, no entanto, muitos benefícios trazidos à população rural e urbana.

Conforme afirma Serrão (1978), parece legítimo imaginar-se o movimento setembrista de raízes pequeno burguesas e industriais e de aspiração liberal democratizante, enquanto o cartismo exprimira os interesses e as aspirações da aristocracia comercial dos barões, evidenciando a vitória liberal de 1834 e a venda dos bens nacionais que concentrava a maior riqueza nacional nas mãos de poucos. Após a vitória do setembrismo, em 1851, o movimento perdeu força e houve a instauração de um novo modelo chamado de cabralismo (um novo cartismo). Este, na verdade desejava a promoção da riqueza dos barões, pela criação de um mercado nacional (estradas, projetos de caminhos de ferro) anunciava a Regeneração, e por isso, mantinha o poder na mão de poucos, considerando que aqueles que não faziam parte da classe dos novos barões, não poderiam passar a vivenciar o sonho burguês do *laissez faire, laissez passer*.¹³²

¹³² Sobre essas questões veja-se em SERRÃO, Joel. *História de Portugal (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1978. Vol. IX. P.03, 04.

Além dessas questões, as cortes de 1851 revelaram poderes constituintes para alterar as disposições da lei orgânica que careciam de retificação e de aperfeiçoamento. Dessa forma foi sancionado o primeiro Ato Constitucional em 5 de julho de 1852, um documento que consagrava a eleição direta dos deputados e permitia às Cortes intervir como comissões de inquérito na administração pública. A Carta Constitucional mantinha a garantia de liberdade da monarquia representativa, dos seus inalteráveis poderes, mesmo que as autoridades governamentais exercessem comando sob as decisões políticas, o que demonstrava a sociedade portuguesa arraigada ao modelo tradicional de governo, com privilégios para poucos ¹³³

A solução para os problemas decorrentes da política e da economia estavam relacionados à emigração. Ainda agravavam a situação, os acidentes naturais ocorridos no ano de 1855 em Portugal, como o cataclismo das cheias do Vale do Tejo, que forçava o governo a socorrer as vítimas das inundações, sobretudo em Santarém e noutros locais ribeirinhos. Nessa ocasião, foram promovidas subscrições públicas para o socorro das pessoas que ficaram, muitas delas, reduzidas ao estado da miséria e pobreza.

De 1864 a 1878, cerca de 1/9 da população portuguesa se aglomerava nas cidades, mantendo-se nesse período quase estacionária a proporção entre a população urbana e rural, com um aumento demográfico verificado operante simultaneamente nos campos e nas cidades, conforme pode ser visto no quadro abaixo:

Anos	População total	Lisboa	Porto
1864	3.829618	163.763	83.751
1878	4.160315	187.404	105.838
1890	_____	391206	146.739

Os habitantes das demais cidades ficam entre: 1864 – 425.442; e 1878 – 490.386.¹³⁴

Em face da mecanização do campo, aboliram-se vínculos feudais sobre as terras (decisão financiada pelo Estado em 1863) e a restrição ao livre uso dos pastos comuns e baldios (pelo código civil de 1867), financiando-se a exploração rural capitalista e provocando-se um declínio do padrão de vida das famílias que lá viviam. O modelo econômico de Portugal da monarquia liberal implicou fortes pressões sobre a

¹³³ Idem.p.02.

¹³⁴ Ibidem. p.04.

balança de pagamentos, compensadas com a crescente dívida externa, o aumento das exportações e das remessas de poupança das colônias.¹³⁵ Tudo isso fez a emigração crescer de forma gradativa, não somente devido à crise agrícola, mas como reflexo dela em virtude do empobrecimento da população.

A emigração para o Brasil fez todo sentido para a população portuguesa. A redução da migração campo-cidade, e o conseqüente enfraquecimento do proletariado e do exército de reserva¹³⁶ foram, a princípio, resolvidos com a saída de muitos lusos para outros países, tendo em vista a difícil condição de vida e o empobrecimento da população. Embora o proletariado tivesse pequena capacidade de luta, por volta de finais da década de 1860 começaram a se desfazer o sistema de organizações socialistas e anarquistas. A perda de força organizacional operária, o fato de as cidades não oferecerem mais atrativos à população rural, sobretudo os do norte de Portugal, e a oportunidade de fugir do serviço militar, fez da imigração, também, uma alternativa.

Os processos de urbanização; a generalização da instabilidade social e o caráter cíclico das crises de estagnação econômica – típicas do processo de desenvolvimento da indústria moderna – confrontaram a perspectiva do mercado livre e traduziram as pressões que os portugueses sofriam no período.

No Brasil, nem sempre os imigrantes portugueses tiveram a sorte de obter trabalho e enriquecer para retornar à terra natal. Obedecendo a uma tendência geral, na segunda metade do século XIX a imigração tende a se concentrar no eixo São Paulo – Rio de Janeiro, e o perfil desse imigrante português nem sempre é o do indivíduo que vem trabalhar nas colônias.¹³⁷ De 1888 a 1911, das colônias que ainda subsistiam, apenas sete contavam com portugueses, lembrando que apesar de não se

¹³⁵ CABRAL, Manoel Villaverde. *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento econômico de 1890-1914*. Lisboa: Regra do Jogo, 1979. pp. 30-04.

¹³⁶ Nas grandes cidades nem toda a população obtinha trabalho durante o ano inteiro. Existiram momentos em que, em decorrência da demanda industrial, a população em condições de produtividade era chamada a suprir as vagas disponíveis no mercado, enquanto que em outros períodos, a grande maioria da população necessitava de auxílio pela baixa produtividade nas indústrias e comércio, setores de trabalho. A essas pessoas que trabalhavam somente durante alguns períodos de tempo deu-se o nome de exército de reserva.

¹³⁷ Esse imigrante português e as condições de imigração para a zona rural de São Paulo constitui tema abordado por Ana Sílvia Volpi Scott, em especial, a transferência e reprodução dos sistemas familiares portugueses para o Brasil. Sobre essas questões ver em SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Velhos portugueses ou novos brasileiros? Reflexões sobre a família setentista*. In BORGES, Fernando de Miranda e PERARO, Maria Adenir (orgs). *Mulheres e famílias no Brasil*. Cuiabá: Carlini, 2005.

instalarem colônias portuguesas no Rio Grande do Sul, por exemplo, há imigração portuguesa para a região.¹³⁸ De São Paulo e do Rio de Janeiro, os imigrantes se direcionavam a outros centros, em virtude de uma agricultura restrita e escassa como em São Paulo e Minas Gerais, ou pela posição privilegiada dos primeiros imigrantes que já dominavam o comércio local, como no Rio de Janeiro.

No decorrer do tempo em que se estabelecera na nova terra, os imigrantes portugueses desmitificaram o país da utopia pelo próprio cotidiano e pelas dificuldades de subsistência material vividas. A imagem do mundo novo exteriorizava expectativas de um futuro utópico, tradução de um imaginário criado sobre o país de destino:

*Utopia é a manifestação sócio-cultural-psicológica que responde às deficiências de cada momento, estando por isso presente ao longo de toda a história...utopia é, portanto, superação imaginária de realidades concretas.*¹³⁹

Para o imigrante, a idealização de uma realidade brasileira ligava-se à superação de problemas passados, a uma consciência irreal sobre a vida cotidiana no país de destino. A utopia, materializada pelo mundo que se pretendia encontrar, poderia ser classificada como o não lugar e o não tempo, como referência a uma sociedade que não encontrava parâmetro no mundo real, mas que traduzia esperança em termos materiais.

Os imigrantes lusos que escolheram o Brasil como local de destino estabeleceram-se preferencialmente nos centros urbanos, devido à maior possibilidade de progresso, e ao fato de a própria economia brasileira viver, em finais do século XIX, uma industrialização mais avançada em relação a outros países da América Latina.¹⁴⁰

Entre os fatores de atração que cooptaram os imigrantes portugueses para o país está o mercado de trabalho diversificado. Embora a grande maioria destes

¹³⁸ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Imigração portuguesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 23.

¹³⁹ FRANCO-JUNIOR, Hilário. Cocanha: um país imaginário. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 17-18.

¹⁴⁰ Segundo o prof. Dr. Werner Altman, o Brasil, a Argentina e o México experimentaram, a partir de finais do século XIX, início do XX, um processo de industrialização que antecedeu as demais nações latino-americanas. A característica básica dessa industrialização inicial está na sua complementaridade com a economia primário-exportadora, na medida em que seu desenvolvimento dependia das exportações. Sobre essas questões ver em Altman, Werner. O populismo na América Latina: Getúlio, Perón e Cárdenas. In Cadernos IHU em formação. Populismo e Trabalhismo. Ano 4. N. 113, agosto de 2004. p. 03. São Leopoldo, Unisinos.

lusos se apresentassem como operários, muitos trabalharam no comércio como caixeiros, e em situação de maior prosperidade estabeleceram o próprio negócio.

Os lusos também trabalharam nas quintas, nas charqueadas, e preferencialmente no estabelecimento de outros compatriotas que, já mais prósperos, mandavam buscá-los para continuar os próprios negócios. Em Bagé, município da Província de São Pedro do Rio Grande, entre os anos de 1878 e 1888, o imigrante luso Antônio Nunes de Ribeiro Magalhães, sócio da Sociedade Portuguesa de Beneficência, realizou muitos benefícios para a comunidade portuguesa radicada no município. Magalhães trabalha com a pecuária, fundando a sua charqueada a partir do ano de 1888, chamada charqueada do Cotovelo. Para a continuidade de seus estabelecimentos envia dezenas, ou mesmo centenas de cartas de chamada para Portugal chamando os lusos para o trabalho, e realizando uma ação que fortalece a colônia portuguesa na cidade. Uma segunda experiência se materializa na fundação da Charqueada Santa Teresa, fundada também na região de Bagé, em 1890.¹⁴¹

Ainda na Província de São Pedro do Rio Grande, a cidade de Rio Grande revelou um número de imigrantes lusos bastante elevado pelo recenseamento municipal de 30 de junho de 1868. Pelo levantamento populacional desse município, o número de habitantes era de 44.835, sendo, 39.492 de origem brasileira, e 2.271 de origem portuguesa, número este muito superior a outras nacionalidades.¹⁴² Na comparação com as demais regiões da Província, percebeu-se que a imigração portuguesa para esse município foi constante, nessa segunda metade do século XIX, em virtude da situação portuária do mesmo e das oportunidades de trabalho geradas pelo comércio e construções de ferrovias. No sul do país, por exemplo, a construção das estradas de ferro exigiam mão de obra, que nessa época, foi de imigrantes, que viam nessa possibilidade de emprego uma forma de fazer dinheiro e uma ocupação, ainda que

¹⁴¹ Sobre essas questões ver em Chaves, Larissa Patron. (...) Grandiosos mesmo foram os portugueses (...). A Sociedade de Beneficência de Bagé (1878-2002). Porto Alegre: PUCRS, 2002.

¹⁴² Anuário Estatístico e Econômico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Obras Gráficas da Livraria do Globo. Barcelos, Bertaso e Cia, 1922. Vol. II.

provisória, durante meses ou alguns anos.¹⁴³

Já nos anos finais do século XIX, um segundo fator contribuinte para a emigração dos portugueses para o Brasil foi a política orçamentária de Portugal. Os problemas sociais e políticos daquele país, de 1880 a 1890, materializaram-se pelo comprometimento de 50% das receitas do Estado com a dívida pública. Nesse ponto, o sistema de governo – baseado na doutrina liberal – defendeu que a emigração para as colônias foi vantajosa para a economia das metrópoles. Isso porque constituía um mercado para as manufaturas nacionais e promovia o investimento estrangeiro, permitindo o alívio das pressões provocadas pela sobre-população. Embora o Brasil na segunda metade do século XIX, não fosse mais colônia de Portugal há muitas décadas, é sob essa visão que a emigração para o país é encorajada pelas autoridades governamentais portuguesas. Esse incentivo do Estado à emigração de Portugal aparece no Relatório do Vice-Rei Marquês do Lavradio, através do ditado popular:

*Deus te leve a Pernambuco
E venhas de lá tão rico
Que El Rei da Dinamarca
Não possa igualar contigo...*¹⁴⁴

A não regulamentação por parte do Estado proporcionava liberdade na organização dos mecanismos de mercado, independentes para a expressão das intenções individuais. Porém, esse modelo, encontrava uma exceção no processo de colonização, uma vez que o Estado deveria intervir na emigração para as colônias como forma de procurar um equilíbrio entre a população e os problemas decorrentes do seu excesso. O incentivo à emigração; a castidade no celibato; a limitação do número de casamentos e a restrição dos nascimentos dentro do casamento foram medidas incentivadas pelo Estado

¹⁴³ No ano , a *Companhie Impériale du Chemin de Fer*, controlada pelos belgas, obtém o privilégio da construção e uso de uma estrada de ferro de Bagé a Cacequi, local fixado para o entroncamento com a estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, aumentando o trecho da concessão. A estrada de ferro que une Rio Grande a Bagé é efetivamente autorizada no mesmo ano, quando ocorre a fusão da *Companhie Impériale du Chemin de Fer* com a *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Company*, de domínio inglês, prolongando ainda mais o trecho entre Bagé e Cacequi. Essa estrada de ferro é marco para a região sul do Brasil porque de uma forma geral beneficia as cidades de Rio Grande, Pelotas, Pedras Altas, Piratini, e Dom Pedrito. De uma extensão que compreende quase toda o extremo sul da Província, muitos imigrantes de diferentes nacionalidades trabalharam nessas obras, embora o contingente de lusos imigrantes fosse mais significativo nas regiões portuárias como Rio Grande e Porto Alegre. Sobre essas questões veja-se em PIMENTEL, Fortunato. Aspectos Gerais da cidade de Bagé. Porto Alegre: Tipographia Gundlach, 1911.p.30.

¹⁴⁴ Relatório do Vice-Rei Marquês do Lavradio. In SERRÃO, Joel. A Emigração Portuguesa. Lisboa: Ed. Horizonte, 1997 pp. 108-109.

para conter o crescimento populacional.¹⁴⁵

No decorrer das últimas décadas do século XIX, um efeito contrário foi vivenciado por Portugal: o esvaziamento do país e a real carência de mão-de-obra primária. Nesse momento, as autoridades governamentais tentaram desencorajar a emigração, exercendo algumas ações como a leitura nas igrejas de listas de mortos no Brasil, ou notas em jornais, analisando os malefícios da emigração. Esses textos chamavam a atenção para questões como a insalubridade e a falta de condições de higiene no Brasil, conforme mostra o ofício de 28 de agosto de 1880:

“É horroroso e lamentável o quadro que apresenta a lista de mortalidade dos nossos cidadãos emigrados no Brasil, que de dia para dia vai aumentando segundo as notícias que sucessivamente se recebem; e por isso é da maior necessidade que os povos tenham cabal notícia dos perigos que a vão expor-se deixando os lares pátrios para se transportarem a um país ora insalubre amastados talvez por idéias de imagináveis prosperidades ou por insidiosas sugestões.

Sua majestade não pretende, de modo algum cortar as garantias que a Lei fundamental da monarquia outorga aos seus súditos, privando aqueles que segundo as leis, podem dispor de si, exercem a sua indústria onde mais lhe convir...”¹⁴⁶

Da mesma forma, a Proclamação da República Federativa do Brasil modificou a visibilidade da imigração portuguesa. A série de conflitos e perseguição aos europeus e seus bens ocorreu já durante a primeira metade do século XIX, em especial recordando as revoltas que assolaram o país durante o Período Regencial - a Sabinada (anos 1830), a Revolução Praieira (1840), a Revolução Farroupilha (1835) - que envolveram indiretamente os portugueses pela relação histórica que estabeleciam com a monarquia vigente. A proclamação da República Brasileira faria retornar todo o anti-lusitanismo, uma vez que ligados à política monárquica simbolizavam atraso político, incapacidade e corrupção. Do outro lado do Atlântico, Portugal recriminava as ações da política brasileira em 1889, repudiando a República instituída, conforme mostra “O

¹⁴⁵ Sobre essas questões ver em ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. A Sociologia das migrações. Lisboa: SECT, 1992.p.23.

¹⁴⁶ Ofício de 28 de agosto de 1880. Diário de Lisboa, nº 219, de 25 de setembro. In SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal (1851-1890)*. Lisboa: Verbo. Vol. IX. p. 317.

Echo de Lisboa”, em 1890:

POLÍTICA

“No Brazil, sujeito a dominação da idéia republicana, o direito mais importante do cidadão, e regulador da sua liberdade individual, é suspenso pelo poder executivo e invadida a jurisdição dos tribunaes, decretando-se a deportação de cidadãos acusados de desaffectedos a causa democrática!

...Na velha monarquia presta-se respeitoso culto ao livre exército das faculdades jornalísticas, abrandura dos costumes, tolera até reconhecidos abusos – e a imprensa republicana não encontra impedimento para a sua propaganda, nem obstáculos para o desenvolvimento de suas idéias.

Os dominadores do Brazil faltam ás praxes internacionais e aos deveres que todos os governos devem respeitar e guardar com a máxima reserva, e dirigem-se aos chefes republicanos dos países monárchicos apregoando as excellencias a República e dando auxílio à coadjuvação a ideia política que não predomina no paiz extranho!”¹⁴⁷

O anti-lusitanismo no Brasil, conforme afirma Gladis Sabina Ribeiro (1997)¹⁴⁸, moldou-se a partir do monopólio do comércio pelos lusos, acusados de pertencer a uma nação que retira do Brasil, “a grosso modo”, as oportunidades e as riquezas.

Os imigrantes portugueses, reunidos em torno de clubes e associações, como a Sociedade Portuguesa de Beneficência procuraram, em diversas situações de dificuldade, representar a si mesmos enquanto contingente estrangeiro. Em São Paulo, por exemplo, a Sociedade Portuguesa de Beneficência prestou assistência jurídica desde o início de sua fundação, tendo em 1860, providenciado um advogado para defender um súdito português que chegara a cidade “*incluído na leva de um rancho de escravos para*

¹⁴⁷ O Echo de Lisboa, 5 de Janeiro de 1890.

¹⁴⁸ RIBEIRO, Gladis Sabina. “Cabras e pés de chumbo: os rolos do tempo”. O anti-lusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Niterói, dissertação (Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense), 1997.

vender”¹⁴⁹.

Nesse sentido, a relação entre imigrantes portugueses e brasileiros se agrava a medida em que se aproxima a República. Conforme vimos, casos de anti-lusitanismo ocorrem de forma declarada no Rio de Janeiro. Os jacobinos, por exemplo, foram um grupo que se destacou na luta pela expulsão dos imigrantes portugueses do Brasil, na acusação de que eram esses imigrantes responsáveis pelo monopólio comercial no país. Faziam parte desse grupo pequenos comerciantes brasileiros, caixeiros, funcionários públicos, professores, lojistas, militares, estudantes e alguns setores de profissionais liberais, um grupo tão coeso e numeroso na cidade do Rio de Janeiro que só agravou a situação desse imigrante luso na década de 1880.¹⁵⁰ Com relação às Sociedades Portuguesas de Beneficência na Província de São Pedro do Rio Grande, entidades representativas do contingente imigrante luso, o periódico “A União Portuguesa” relatou notícia em defesa dos imigrantes portugueses em Porto Alegre, em 1884:

“Onde a colônia portuguesa for desacatada, menosprezada, violentada, no seu brio, na sua altivez, e no seu prestígio, de todas as vezes que os interesses legítimos e os direitos intransferíveis dos portugueses forem espizinhados violados, prejudicados, o nosso jornal aparecerá, intermerato, firme, sem mediações, nem ambiguidades, a pugnar bem alto, bem de cabeça erguida, reparação justa, imediata, condigna, e aclamar o respeito, a consideração e a estima que eles, por mais humilde, por mais obscuro, que seja o reclamante, têm, incontestavelmente, jus.”¹⁵¹

A emigração portuguesa com destino ao Brasil não se alterou até as vésperas da Proclamação da República em Portugal (1910). Nessa época, apesar do afluxo contínuo das populações rurais às cidades se reforçar, o país ainda era majoritariamente rural, com 60% da população vivendo no campo, em 1890, e 56%, em 1911, êxodo que já havia sido verificado nas nações industrializadas da Europa, como é

¹⁴⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Documentos para a história da Imigração portuguesa no Brasil (1850-1938). Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso Brasileiras, 1992.p.80.

¹⁵⁰ Sobre essas questões ver RIBEIRO, Gladis Sabina. “Cabras e pés de chumbo: os rolos do tempo”. O anti-lusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Niterói, dissertação (Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense), 1997.

¹⁵¹ Jornal, n. 01, de 11 de Março de 1894. IN SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Documentos para a história da Imigração portuguesa no Brasil (1850-1938). Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso Brasileiras, 1992.p.82.

o caso da Inglaterra, França e Alemanha.¹⁵²

A questão religiosa não constituiu problema para os imigrantes portugueses. Pelo menos na América Latina, a herança da religião católica apostólica romana foi incontestável, como uma tradição interposta não só por Portugal enquanto colonizador, mas por toda a Península Ibérica. A filosofia cristã constituiu a cosmovisão herdada da Europa, em especial de Portugal, que materializou a vida no sentido bíblico segundo o qual, pelo menos hipoteticamente, todos os seres humanos são iguais perante Deus. Esse pensamento caracterizou a América Latina, distinguindo-a da América Anglo Saxônia, que estabeleceu forma de pensamento completamente diversa nos países nórdicos¹⁵³. O perfil do imigrante português é o do camponês das aldeias do norte, sobretudo das regiões de Aveiro, Braga, Porto, Coimbra, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real, Minho, Douro, Beira Alta e Beira Litoral.

O envolvimento dos imigrantes portugueses na Sociedades Portuguesas de Beneficência da Província de São Pedro do Rio Grande foi muito significativo, na medida em que foram esses estrangeiros que as criam e desenvolvem através do que chamam de amor pátrio. Embora a participação efetiva desses imigrantes não fosse permanente nas associações das cidades de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Bagé, foi pela representação étnica que as associações convocaram algumas de suas ações e participações políticas, a partir da construção de uma idéia de Nação imaginária:

*“nacionalismo não é o despertar das nações para a sua própria consciência, antes inventa nações onde elas não existiam”.*¹⁵⁴

Nesse sentido, é mister ressaltar que em todas as Sociedades de Beneficência estudadas, houve uma tentativa de preservar a nacionalidade lusa nas diretorias através da categoria dos sócios ativos, responsáveis pelo funcionamento e administração institucional, e da escolha desses cargos diretivos. Isso se tornava possível pela presença dos imigrantes, mas também no culto da nação estrangeira e na devoção ao rei da *pátria de origem*, mesmo tendo como associados indivíduos que já

¹⁵² PEREIRA, Miriam Halpern. “Demografia e desenvolvimento”. Lisboa: Análise social. n? 25/26. pp. 102-104.

¹⁵³ Tal pensamento, baseado na Reforma Protestante, prega a separação dos homens em povos eleitos e subordinados, a quem os eleitos devem comandar, por consequência de sua incapacidade intelectual e cultural.

¹⁵⁴ ANDERSON, Benedict. Imagined Communities: Reflexions on the Origin and Spead of Nationalist. London e NY: Verso, 1991 (revised edition), p. 50.

não eram mais portugueses.

2.2. OS RITOS: EFEMÉRIDES DAS INSTITUIÇÕES DE BENEFICÊNCIA.

As efemérides comemoradas pelas Sociedades Portuguesas de Beneficência constituíram acontecimentos de importância fundamental nas suas histórias. Elas obedeciam a um calendário comum a todas as instituições de Beneficência do país, e a um calendário diferenciado de acordo com festividades locais.

Conforme vimos, as comemorações das festividades em homenagem aos padroeiros das Sociedades de Beneficência foram uma constante nas suas vidas institucionais. A presença de autoridades governamentais e eclesiásticas confirmaram o poder e a expressividade de qualquer tipo de comemoração em uma dada sociedade, sobretudo com relação às instituições estrangeiras que procuraram esse apoio como incremento para a reafirmação do seu poder.

De acordo com os relatórios Institucionais, é importante para as Sociedades Portuguesas de Beneficência a evidência de que os associados são de origem lusa, de boa moral e conduta, celebrando a diferença do elemento português da população brasileira e de outras nacionalidades. As efemérides das associações de beneficência possibilitam as suas emergências sociais nas localidades que as receberam, bem como dos grupos que as formam porque contribuíram de muitas formas para a afirmação da nacionalidade portuguesa. Nesse caminho de duplo sentido, as festividades contemplaram a possibilidade de beneméritos e benfeitores “fazerem justiça” na ações de caridade realizadas, tornando-os pessoas notáveis dentro das instituições e fora delas. A Sociedade de Beneficência, em contrapartida, emergia como um poder local.

A discussão em torno dos rituais propagados pelas instituições de Beneficência estudadas remete às considerações de Roberto Da Matta, sobre o papel de certas manifestações na sociedade brasileira e seus significados sociais ao longo do tempo,

*“porque é o ritual que permite tomar consciência de certas cristalizações sociais mais profundas que a própria sociedade deseja situar como parte de seus ideais eternos”.*¹⁵⁵

O papel do rito, segundo Da Matta, é o marcador do instante privilegiado, em que se busca transformar o particular no universal, como por exemplo, o regional no nacional, ou o individual no coletivo. Parece atualizar, também, estruturas de autoridade, permitindo situar, lado a lado quem sabe e quem não sabe, quem tem e quem não tem, quem está em contato com os poderes do alto e quem se situa longe deles. É dessa forma que o rito para a Sociedade Portuguesa de Beneficência funciona, permitindo a socialização do elemento português, dos seus costumes e ideologias, para além de um universo fechado que é a associação, e demonstrando o quanto esse elemento, o imigrante, é importante dentro dos comunidades locais.

Assim, o rito tem, em sociedades complexas, o papel unificador, porque se coloca acima de todas as diferenciações que podem tipificar o sistema, podendo representar a coletividade. A representação da coletividade lusa é vista também na realização de suas festas populares. Essas celebrações expõem que o verdadeiro plano social não deve ser reduzido nem a uma realidade individual, psicológica, nem a uma realidade geográfica, ecológica, nem a uma realidade econômica ou teológica. O social é, conforme Da Matta, uma espécie de miolo entre o estímulo e a resposta, entre a natureza e o grupo, entre o grupo e a pessoa. É um plano onde a consciência se pode realizar, já que tomar consciência é, fundamentalmente, focar a atenção sobre um elemento, deixando de lado os outros.¹⁵⁶

No ano de 1880 comemorou-se o Tricentenário de Luís de Camões no Brasil. Embora, essa comemoração não fosse uma atividade anual, e portanto não fizesse parte das ritualizações das instituições de Beneficência, ela transformou-se em solenidade em algumas cidades brasileiras, constituindo um marco importante para toda

¹⁵⁵ DA MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: edições Guanabara, 1990. P.10.

¹⁵⁶ Idem. p.15.

a comunidade portuguesa que vivia no país.¹⁵⁷

Em quase todos os Relatórios Institucionais das Sociedades Portuguesas de Beneficência da Província de São Pedro analisados, foram registrados homenagens ao Tricentenário de Camões. A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé, por exemplo, mandou esculpir um busto de Luís de Camões, anexado à fachada principal de seu edifício sede em 1881, evidenciado como a *perpetuação do símbolo da cultura literária portuguesa*.

Na cidade de Porto Alegre, a exemplo do que ocorrera no Rio de Janeiro, a comunidade portuguesa lá erradicada objetivou realizar uma festividade em homenagem a esse tricentenário que, na sua expressividade, se transfigurasse em uma ritualização importante para a comunidade lusa da cidade. Tal solenidade deveria representar a *glória do povo português*, considerada esquecida pelos portugueses diante das pluralidades dos acontecimentos cotidianos e pelas próprias autoridades governamentais,

...não só em Portugal, mas em todo o mundo civilizado vai se celebrar este aniversário. A Alemanha, a França, a Inglaterra, e a Hespanha vão comemorar dignamente a morte do autor dos Luzíadas e têm razão para isso...

Parece impossível e no entanto é real. O centenário de Camões não ocupa a imprensa, entretida com “importantes” discussões políticas, ninguém cura daquele aniversário e por muito favor transcreve uma ou outra notícia que folhas portuguesas dão sobre o assunto.

Não sigamos o exemplo da indiferença que nos dá a corte; demonstremos aqui, mais

¹⁵⁷ Na referência ao Relatório das Comemorações dos 300 anos do aniversário da morte de Camões no Rio de Janeiro, a presença de autoridades consulares e de representantes de diferentes instituições foi uma constante. A festa realizada na praia de Botafogo, demonstrou uma forte presença portuguesa no Rio de Janeiro. No entanto, em nenhum jornal aparece discriminada a participação da Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade na festividade, apenas nos Relatórios institucionais de 1881. A justificativa da ausência das instituições portuguesas de Beneficência nas Comemorações do Tricentenário de Camões, uma efeméride em homenagem ao ilustre português apareceu nas considerações do luso Dr. Francisco Ferraz de Macedo. Nos jornais locais, o Sr. Macedo realizou uma crítica à escolha do orador para a comemoração do evento promovido pelo Gabinete Português de Leitura. Essa crítica se justifica pelo argumento de que o orador possui nacionalidade brasileira e não portuguesa, e portanto o Evento não honraria a pátria e as entidades representativas portuguesas no Brasil. Sobre essas questões veja-se em Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. Relatório. Ano 1882. Rio de Janeiro: O Globo, 1882.P. 37.

uma vez, que a Província do Rio Grande é uma das primeiras no movimento progressista do pensamento brasileiro.

...o que é necessário é para que a Província do Rio Grande, viril e progressista como é por índole, não deixe passar sem comemoração o centenário do cantor aos Luzíadas...”

Gazeta de Porto Alegre, de 26 de fevereiro de 1880.¹⁵⁸

A comissão do centenário em Porto Alegre foi composta por brasileiros e portugueses. Foram eles:

- Dr. Fausto de Freitas e Castro (brasileiro e advogado);
- Tenente-coronel Joaquim António Vasquez (brasileiro e inspetor da Thesouraria da fazenda);
- José Manoel de Leão (brasileiro, comerciante, deputado provincial, presidente da praça do comércio e membro do tribunal do comércio);
- Carlos Von Koseritz (brasileiro, jornalista);
- Achylles Porto Alegre (brasileiro, e Primeiro escriptuário da Thesouraria da Fazenda);
- Comendador Francisco José de Almeida (português e comerciante);
- Manoel José Gonçalves Júnior (português e comerciante);
- Antônio Correia de Sousa Peixoto (português e comerciante);
- José da Silva Mello Guimarães (português e comerciante);
- Joaquim José Teixeira de Azevedo (português, comerciante e guarda livros).

Essa relação de participantes da comissão organizadora do Evento em homenagem a Camões em Porto Alegre foi uma referência constante no periódico “A

¹⁵⁸ Gazeta de Porto Alegre, de 26 de fevereiro de 1880.P.01.

Gazeta de Porto Alegre”.¹⁵⁹ Dentre os portugueses participantes, os senhores Manoel José Gonçalves Júnior, Comendador Francisco José da Almeida e José da Silva Mello Guimarães eram sócios da Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade, participantes das atividades sociais, solenidade e cerimônias religiosas conforme conta nos relatórios institucionais dos anos de 1880 e 1888.

Solenidades com saraus literários e musicais ocorreram durante o evento, tendo a participação do Exmo. Sr. Conselheiro Gaspar Silveira Martins e muitas outras personalidades políticas do Brasil. As festividades realizadas no Theatro São Pedro tiveram como cenário um teatro decorado e convenientemente preparado. Na impossibilidade de obter um busto de pedra, mandou-se pintar um retrato do poeta para ser posteriormente oferecido à Biblioteca Pública de Porto Alegre. O secretário da comissão, M. J. Gonçalves Júnior escreveu no convite:

Ilmos. Srs.

*“Os centenários dos grandes homens
são as festas das consagrações nacionais...”*

*Estas palavras de um rotável escritor
contemporâneo echoaram tão
sympathicamente na população porto
alegrense, que a comissão organizada para
promover nesta capital os festejos
commemorativos do terceiro centenário de
Camões, encontrou logo franco e decidido
apoio em todas as pessoas cujo concurso foi
solicitado para tal solenidade...*

*Porto Alegre, 11 de Maio de 1880.*¹⁶⁰

Convites para a solenidade foram enviados para grande parte das entidades sociais da cidade, não somente as literárias, mas as de fundo educacional, mesmo que apenas as literárias fossem as mais destacadas nos jornais locais, como por

¹⁵⁹ Carlos Von Koseritz, editor do jornal divulgador do Evento - “*A Gazeta de Porto Alegre*” – e membro da comissão, destacou-se pelo grande empenho na política de imigração e adaptação dos imigrantes, sobretudo alemães na Província de São Pedro. Portanto, Koseritz, enquanto alemão naturalizado brasileiro, jornalista e monarquista, participou das comemorações em homenagem a Luís de Camões, também representando o contingente daquela nacionalidade.

¹⁶⁰ Tricentenário de Luís de Camões, ou Censura feita aos promotores e orador oficial do Tricentenário, escrito este dado a lume com antecedência no ato pelo Dr. Francisco Ferraz Macedo. In Carlos Reinaldo. Portugal em 1580. O Brasil em 1880. Estudos Comparativos. Rio de Janeiro: Typographia do Cruzeiro, 1888. p. 360.

exemplo as Bibliotecas Públicas de muitos municípios da Província.¹⁶¹

No entanto, não se destacou a participação da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre no evento, sobretudo porque, nos jornais locais, houve a deferência a quase todas as instituições públicas e privadas daquela localidade, inclusive a participação do vice-cônsul português, Sr. João Baptista Tallone, não só como representante do corpo consular na grande comissão de honra, mas também como *representante oficial da pátria de Luís de Camões*.

Na verdade, a ligação entre a Instituição lusa e as comemorações pelo tricentenário de Camões deu-se indiretamente na figura de seus sócios, representantes da comissão organizadora conforme afirmamos anteriormente. Embora o discurso que comentasse o Evento tenha envolvido o sentimento de irmandade entre Brasil e Portugal como pátrias co-irmãs *que se fundem na veneração do insigne épico português*, a ausência da presença da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre remetia a uma desconsideração de sua relevância cultural. Nem todos os portugueses imigrantes da cidade dela participaram, mesmo que dele fosse decorrente a exposição da identidade portuguesa na figura do seu mito.¹⁶²

Nos registros das Sociedades Portuguesas de Beneficência da cidade de Pelotas e Rio Grande não há referências especiais ao Tricentenário de Camões, com relação a escultura que foi realizada em Bagé. No caso da Sociedade de Beneficência de Rio Grande, foi mandado esculpir um busto de Luís de Camões e outro de Vasco da Gama (em 1886), com o objetivo de ornamentar os jardins internos do edifício sede da instituição, sem que, no entanto, houvesse alguma referência especial a essas figuras e no Tricentenário ocorrido em 1880.

¹⁶¹ Os membros honorários (Exmo. Sr. Bispo diocesano D. Sebastião Dias Larangeira, presidente da Província Dr. Henrique Francisco D'Ávila, General comandante das armas Frederico Augusto de Mesquita e desembargador chefe da polícia António Sousa Martins foram participantes da festa. Os outros membros representativos foram representantes do Clero, do Município, da Magistratura, da Armada Nacional e Imperial, do Corpo Consular Estrangeiro (Illmo. Sr. João Baptista Tallone – vice-cônsul da S. M. F), representante das Ciências Mathemáticas, das Ciências Médicas, das Ciências Jurídicas, do Commércio Nacional (Exmo. Sr. Barão de Cahy, presidente da Junta Commercial, e Illmo. Sr. José Manoel de Leão – presidente da praça do Commércio), e representante do Commércio Estrangeiro (Illmo. Sr. Commendador João Baptista Ferreira de Azevedo e Illmo. Sr. Miguel Heissen), representantes do Funcionalismo, do Magistério, das Bellas Artes, da Indústria Nacional, da Arte Typographica, das Artes Mechanicas, das Artes Manuais.

¹⁶² A Gazeta de Porto Alegre, 12 de Junho de 1880: 14.

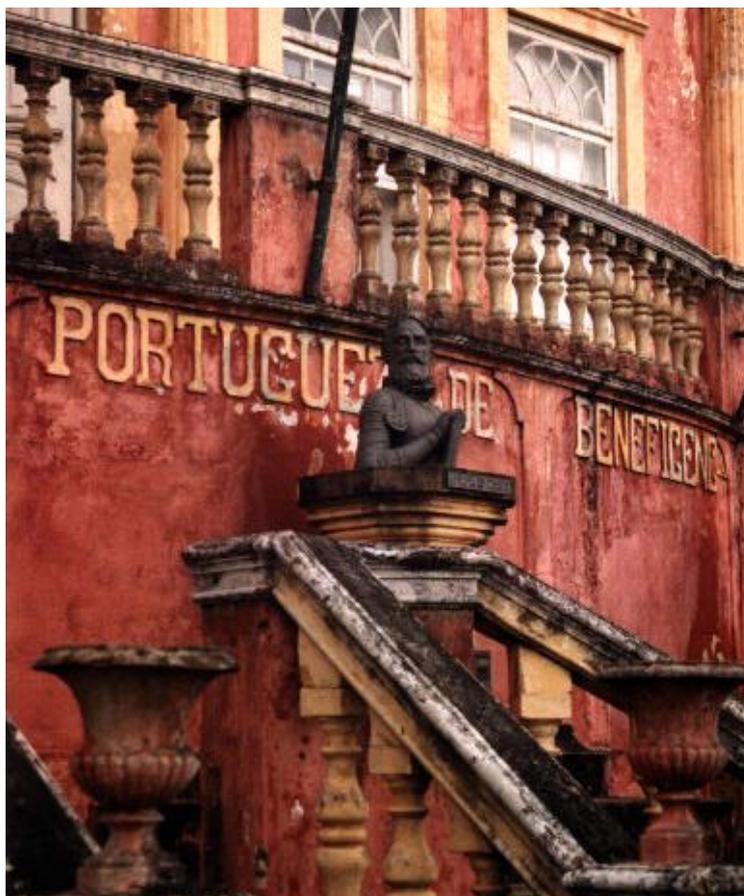


Figura 7 - Busto de Luís de Camões – Edifício-sede da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé - (Foto da Pesquisadora)

Um segundo tipo de celebração é de suma importância no contexto cotidiano das Sociedades Portuguesas de Beneficência: as comemorações em torno dos aniversários natalícios do Rei e da Rainha de Portugal, patronos das Associações.

Como nas outras associações beneficentes, as considerações a respeito do patriotismo envolveram sempre todos os textos narrativos sobre as festividades comemoradas nas Sociedades. Foi observado especialmente nos Relatórios Institucionais que palavras como pátria e nação fizeram parte do discurso promovido nessas manifestações públicas, afirmando uma caracterização das Associações que ultrapassa a condição de hospital, adquirindo o estigma de congregação assistencial para a colônia portuguesa que mantém um discurso de defesa da prevalência da nação portuguesa sobre a brasileira.

Conforme vimos, no Rio de Janeiro a preocupação com a manutenção das relações internacionais com Portugal foi constante, sobretudo porque desde a ata fundacional há o registro de um cargo especial, dentro da entidade, para essa relação chamado agente diplomático português. A prática de comemorar os aniversários

natalícios do rei e da rainha de Portugal é uma realização da Associação do Rio de Janeiro desde os seus primórdios,

Á Sua Magestade El Rei de Lisboa,

*“Memorando a data querida do aniversário de suas Magestades El Rei e a Rainha de Portugal, a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, renova jubilosa a Suas Magestades o preito da sua dedicação e respeito inquebrantáveis, fazendo todos os votos pela felicidade de Suas Magestades, da Real Família e da gloriosa Nação Portuguesa”.*¹⁶³

O envio de saudações ao rei e rainha protetor das Sociedades de Beneficência pelas demais Instituições congêneres segue o mesmo padrão adotado pela Instituição do Rio de Janeiro.¹⁶⁴ Desde a sua fundação, as Sociedades Portuguesas de Beneficência de Pelotas e de Rio Grande comemoram anualmente o aniversário natalício dos Reis de Portugal, conforme ilustra o Relatório de Rio Grande em 1860:

*Comemoraram como em Pelotas, em 8 de Novembro de 1860 – com grandes festejos – o aniversário natalício de El Rei D. Fernando que a tinha agraciado com o título de protetor.*¹⁶⁵

Conforme as festividades realizadas naquela capital, a resposta de agradecimento do Rei – por telegramas – foi comemorada pelas Instituições, enviando-os aos jornais locais como forma de obtenção de prestígio local.¹⁶⁶

Outro rito de que se tem notícia nas Instituições de Beneficência foram as efemérides religiosas, ou seja, datas comemorativas que constituíam-se através das procissões e celebrações públicas. Recorde-se que o ritual é, segundo Da Matta

¹⁶³ Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. Relatório. Ano: 1856. Rio de Janeiro: O Globo, 1857.

¹⁶⁴ Da mesma forma, na Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro da Bahia, o calendário de aniversários da Coroa Portuguesa é comemorado anualmente. No dia 28 de Setembro de 1897, aniversário de Sua Majestade os Srs. Carlos I e D. Almeida, Rei e Rainha de Portugal, esta Diretoria acompanhada da Diretoria do Real Gabinete Português de Leitura envia cumprimentos a Portugal pelo Exmo. Cônsul, interpretando os sentimentos congratulatórios dos seus consórcios para com suas Magestades. Sobre essas questões ver em Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro da Bahia. Relatório, ano 1856.

¹⁶⁵ Sobre essas questões ver em Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Ano, 1860. Relatório. Pelotas: Tipografia do Diário de Pelotas, 1861.P.15.

¹⁶⁶ A correspondência das Sociedades Portuguesas de Beneficência de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Bagé com a Coroa Portuguesa será abordada no sub-capítulo seguinte.

(1990)¹⁶⁷, abrir-se para o mundo, uma forma de criar uma realidade singular, abrindo as portas da comunicação entre o “mundo real” e um “mundo especial”. É no ritual, e sobretudo no ritual coletivo, que a sociedade passa a ter uma visão alternativa de si mesma, pois dessa maneira ela sai de si própria e ganha um terreno ambíguo, em que não “fica” nem como é normalmente, nem como poderia ser, já que o cerimonial é, por definição, um estado passageiro. Entretanto, esse estado talvez possa permanecer no interior de uma sociedade, e é por esse motivo que os rituais têm o objetivo de engrandecer determinadas ideologias,

É pela dramatização que o grupo individualiza algum fenômeno, podendo assim, transformá-lo em instrumento capaz de individualizar a coletividade como um todo, dando-lhe identidade e singularidade. Tudo que é “elevado” e colocado em foco pela dramatização é deslocado, e assim propõe adquirir um significado surpreendente, capaz de alimentar a reflexão e a criatividade.

Nessa posição, podemos conceituar o mundo do ritual como totalmente relativo ao que ocorre no cotidiano. Uma ação que no mundo diário é banal e trivial pode adquirir um alto significado quando destacada num certo ambiente, por meio de uma seqüência. Não é preciso repetir para que se crie o extraordinário. Basta que se coloque um ato numa posição especial.¹⁶⁸

A partir do ano de 1878, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé promoveu a festa da Cumieira, uma festividade que reunia procissão e celebração eucarística. Essa comemoração, sempre realizada no dia 28 de Novembro (dia do aniversário natalício da Sociedade), é típica em Portugal, onde se pratica o culto ao Espírito Santo, representado pela pomba branca, símbolo de bons presságios e proteção do poder divino. O culto ao Espírito Santo é encontrado desde o período medieval na Europa relacionado com a ordem dos franciscanos que era orientada por um estatuto ou Regra severa que obrigava os seus membros a viver de esmolas e a ajudar os pobres, a

¹⁶⁷ MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: edições Guanabara, 1990.

¹⁶⁸ Idem. p. 15.

quem deveria ser pregado também o Evangelho.¹⁶⁹ Esta Ordem desenvolveu-se rapidamente em toda a Europa, de forma que, em 1264, possuía 8000 casas, incluindo conventos, hospícios e residências.¹⁷⁰ Na Península Ibérica, mais especificamente em Portugal, o culto ao Espírito Santo teve introdução por iniciativa da Rainha Santa Isabel, com patrocínio do Rei D. Dinis, em especial no que se refere a fundação pela rainha da primeira igreja do Espírito Santo e respectivo hospital na Vila de Alenquer. Da mesma forma, a ordem Franciscana que se estabeleceu em Portugal em meados do século XIII se expandiu de forma bastante rápida, e graças a essa expansão o desenvolvimento do culto do Espírito Santo, D. Dinis conseguiu a simpatia das classes mais desfavorecidas em virtude do amparo que os franciscanos davam aos pobres no tratamento das doenças e auxílio na adversidade.

A festa do Espírito Santo em Portugal constava de uma missa, Coroação e bodo efetuado à porta da confraria que se responsabilizava, em parte, pela celebração, no caso, a Misericórdia. A representação da pomba branca foi referência em quase todas as manifestações festivas e religiosas portuguesas. Naturalmente a representação da pomba branca refere à Pentecostes que desde a Idade Média aparece abundantemente na obra de pintores portugueses, e que consiste na assembleia dos Apóstolos reunida em torno da Virgem e de cujas cabeças se desprendem pequenas chamas. Na verdade é uma representação simbólica que acompanha a representação da Igreja católica, e em uma entidade laica que sofre a influência dessa igreja, como a Misericórdia e a Sociedade de Beneficência, e evidente o aparecimento dessa referência.

A presença da pomba branca foi, e ainda é, indispensável nessas celebrações porque se torna sinal de santidade, a exemplo do que simbolizou nas exéquias organizadas em Porto Alegre por ocasião do falecimento de D. Maria II, em 1854. A Festa da Cumieira realizada pelos portugueses na cidade de Bagé também ficou

¹⁶⁹ SILVA, Agostinho. Dez notas sobre o culto popular do Espírito Santo. In Os Impérios do Espírito Santo. II Colóquio Internacional de Simbologia. Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. XLIII, Tomo I, 1985. p. 178.

¹⁷⁰ Idem. p.179.

conhecida como Festa do Divino, em homenagem ao Divino Espírito Santo.¹⁷¹

O Evento “Festa da Cumieira” é ligado à religião católica, e portanto, encontra no Brasil terreno propício para a sua efetivação, embora menor que a Festa da Nossa Senhora dos Navegantes¹⁷², outra festividade trazida pelos colonizadores. Em tempos passados, essa prática inicia (bem) antes dos dias dedicados ao Espírito Santo, porque são muitas as manifestações preparadas. Na Província de São Pedro, sobretudo em área de imigração açoriana, foi comum a devoção ao Divino Espírito Santo, que se materializou muitas vezes na arquitetura, quando sob o telhado das residências – *cumieira* - foram depositadas representações da pomba branca, o que simbolizava proteção àquela moradia.

Em Bagé, durante o festejo da Cumieira em 1878, uma procissão percorria as ruas da cidade carregando a bandeira do divino Espírito Santo. A procissão iniciava após a celebração realizada na Matriz de São Sebastião de Bagé, pelo bispo Dom Laranjeira, e obedecia trajetória específica. A bandeira do Divino, portada dos alferes da bandeira com sua comitiva, visitava casa por casa da localidade, onde era respeitosamente recebida. Foi costume entrar em todas as peças das residências para que o Espírito Santo iluminasse o local e trouxesse bons presságios aos indivíduos que o habitavam. Os moradores das residências visitadas, além de orações, beijavam a bandeira, que quase sempre tinha a pomba representada, e ofereciam dinheiro à congregação, que destinava parte da importância para o ressarcimento dos gastos com a

¹⁷¹ O culto ao Espírito Santo tem origem no século XIII, quando foi introduzido pela Rainha Isabel de Aragão, esposa do Rei D. Dinis, sob os ideais do abade Joaquim da Flora. Pela falta de documentos escritos, pode-se pensar que esse culto é introduzido em Monsanto, associando o poder espiritual e temporal, reunidos sob o cetro e a coroa. Naquele momento, o culto acaba por ter certa importância porque a corte encontra-se sob a influência dos espiritualistas e a cultura portuguesa caracterizada por uma forte tendência laica, em que a soberania real e o poder civil procuram-se libertar-se do poder papal dominante.

¹⁷² A primeira festividade popular portuguesa de que se tem registro no Brasil é a Festa dos Navegantes. Herança lusitana, trazida pelos colonizadores, encontra nos seus descendentes, moradores de localidades ribeirinhas, grande receptividade. É atualmente a maior festa popular de caráter religioso do Rio Grande do Sul. Apresenta características nitidamente folclóricas, e caracteriza-se por grandes procissões fluviais e lacustres, com centenas de barcos, na capital gaúcha, Porto Alegre, acompanhando o navio que transporta a imagem da Santa. A grande religiosidade do povo português, em virtude das marcas deixadas pela doutrina cristã em suas origens, contribui efetivamente para que em quase todas as suas festas típicas houvesse o culto a um santo da igreja católica. A festa de Nossa Senhora dos Navegantes, no Brasil, se dissemina e acaba adquirindo outras versões, como, por exemplo, a festa de Iemanjá, para a religião do candomblé, originária da cultura africana. Em cidades onde a congregação lusa é abundante, essa festividade é cultivada, sobretudo em cidades próximas a localidades litorâneas, caso de Pelotas e Rio Grande, onde ela é fundamental até os dias atuais. Sobre essas questões ver em Festas Populares no Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Porto Alegre, 1995. Caixa nº 131.

festa e parte para a assistência social.¹⁷³ A procissão terminava no edifício da Sociedade Portuguesa de Beneficência, onde lusos e brasileiros residentes na cidade, depositavam sob as janelas do mesmo velas brancas acesas. A bandeira do Divino visitava todo o hospital pedindo bênçãos a instituição de benemerência.

Apesar de não se obterem depoimentos mais concretos sobre a petição de dinheiro às residências visitadas pela Bandeira, a ritualização da Cumieira em Bagé mostrou uma visão da associação mais interessada nos valores materiais. A petição de dinheiro levaria a crer que a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé estaria infringindo um dos mandamentos fundamentais da caridade que é “*o amor que leva a buscar o bem de outrem*”, embora o mesmo ritual estabelecesse que a instituição também estaria a serviço do poder divino e portanto, realizando um ato máximo de fé cristã.

A discussão em torno da função do ritual religioso nas Sociedades Portuguesas de Beneficência encontrou espaço dentro de uma nova indagação a respeito do tipo de caridade que realizavam. Se a caridade deveria estar presente nos rituais respeitantes a igreja católica e, por isso, imbuída do significado de virtude teologal, ele é uma verdade incontestável? Se atentarmos para a prática de oferecer dinheiro à congregação na visita às residências durante à procissão, por que algumas casas eram escolhidas para receber a Bandeira do Divino em detrimento de outras, e como era feita essa escolha?

Certamente a importância dos associados e dos serviços prestados àquela comunidade fez-se pesar sobre esse ritual, que em Bagé atravessa o tempo até hoje.¹⁷⁴ Para além dessas questões, o envolvimento da Sociedade na profusão do mesmo e no término da procissão sob as janelas do edifício sede da Associação de Beneficência mostrou a sua tentativa de ganhar reconhecimento no município, através da expressividade dos valores cristãos que sustenta, bem como da proteção à instituição e do próprio edifício sede, sustentáculo concreto da identificação da sua nacionalidade portuguesa com o poder político e social.¹⁷⁵

¹⁷³ Essa visita é conhecida pelo nome de Petitório do Divino.

¹⁷⁴ A investigação a respeito da situação financeira dos associados das Sociedades Portuguesas de Beneficências estudadas, e da sua expressividade nas comunidades onde se erradicam é tema do próximo capítulo da tese.

¹⁷⁵ A análise dos edifícios sede das Sociedades de Beneficência, e a leitura dos símbolos presentes em suas fachadas, é assunto do terceiro capítulo.

Procissões marcam obrigações extensivas às atividades assistenciais de uma Sociedade Portuguesa de Beneficência. No entanto, dentro dessa dimensão e dentro da dimensão das ritualizações, tal prática remetia àquelas obrigações oficiais típicas de uma Misericórdia em Portugal¹⁷⁶, imbuída de toda a importância do caráter religioso e da espiritualidade.

A presença constante da oração em toda a trajetória da procissão da festa do Divino é mobilizadora de penitentes. A promessa da vinda de bons presságios para as residências, por exemplo, construía uma forma de participação ativa da população das cidades, recompensando moralmente quem da festa participa, e mostrando, durante a visitação às casas, quem dessa comunidade local era mais *filantrópico*.

Na cidade de Rio Grande, como cidade portuária, as festividades em torno do Espírito Santo ocorreram da mesma forma que em Bagé, em especial com relação as procissões realizadas no dia de Todos os Santos e da Nossa Senhora dos Navegantes. Não há registros da participação efetiva da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande nesses rituais, embora exista - como em todos os outros casos - uma relação estreita de reciprocidade com os padres daquela paróquia, no que tange a representatividade da religião católica na instituição, conforme ilustra o seu texto:

São os estabelecimentos desta natureza o testemunho mais eloquente do patriotismo dos portugueses, longe do berço em que nasceram. São poucos os louvores que se possam tecer aos instituidores e cooperadores destes Institutos de Beneficência Portuguesa. Aos que ele já trabalharam e trabalham ainda, rendo o tributo da minha veneração, como cristão e como português.

12 de Junho de 1897.

¹⁷⁶ Segundo Ivo Carneiro de Sousa, o Compromisso primitivo das Misericórdias concorre desde os primórdios do funcionamento da Instituição em Portugal concorre para ampliar a fé, a mobilização e práticas religiosas dos seus irmãos. Trata-se de uma obrigação normativa constante que se estende, naturalmente, das obrigações oficiais às atividades assistenciais, das exéquias às procissões, mas que se encontra em outros momentos que marcam a rotina da confraria... assim é possível compreender que eram as procissões de Quinta-feira Santa e de Todos-os-Santos que mais interessavam a confraria. Sobre essas questões ver em SOUSA, Ivo Carneiro de. “Da Fundação e da Originalidade das Misericórdias Portuguesas (1498-1500). IN Misericórdias: cinco séculos. Oceanos, número, 35 – Setembro, 1998. pp. 30, 31.

A boa visibilidade que a instituição pretendia gozar junto às autoridades eclesiásticas na cidade de Rio Grande demonstrava que era possível a presença da Sociedade Portuguesa de Beneficência nas procissões realizadas. Da mesma forma, observamos que o próprio padre Guilherme Dias é da nacionalidade portuguesa, uma condição muito bem ressaltada nesse texto, escrito no livro de visitas da associação, garantindo para a Sociedade de Beneficência uma grande simpatia por parte da comunidade de Rio Grande.

O envolvimento da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande em rituais promovidos pela igreja católica, como, por exemplo a Procissão de Todos os Santos, ocorreu pelo fato de que o hospital da entidade foi o único estabelecimento dessa natureza na cidade de Rio Grande até 1912. No Relatório Institucional do ano de 1892 foi registrado a necessidade de aumentar o número de quartos e médicos, pois

*“A nossa cidade não tem estabelecimentos denominados – Casas de Saúde – e acontece grande número de vezes cáírem enfermos alguns forasteiros e residentes, não ligados à nossa Sociedade, sem que encontrem um aposento particular, onde possam debelar as enfermidades de que são acometidos.”*¹⁷⁸

Dada a condição singular da instituição de caridade, era natural que houvesse uma maior reciprocidade com as autoridades religiosas do que ocorria nas instituições de Beneficência nas cidades de Porto Alegre, Pelotas e Bagé. Poucos registros evidenciaram o envolvimento da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande nas procissões religiosas, embora a trajetória da passagem da Bandeira do Divino tenha sido uma constante na cidade. Porém, foi encontrada na Instituição a Bandeira da Misericórdia, utilizada na procissão em comemoração a festa do Divino. Essa bandeira, de cor branca, apresenta ao centro a figura da Virgem de Misericórdia, sobre a sua cabeça pousa a coroa e na mão direita ela segura o cetro, sendo coroada

¹⁷⁷ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Relatório, Ano 1889. Rio Grande: Tipografia Diário de Rio Grande, 1890: 72.

¹⁷⁸ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Relatório. Ano de 1892. Rio Grande: Topografia do Diário de Rio Grande, 1893.p. 05.

também por uma pomba. Essa representação identifica além do poder da Virgem, a presença do Espírito Santo, símbolo da Santidade na Instituição.¹⁷⁹

Entre os anos de 1859 e 1910, não foram encontrados registros de procissões pela Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Essa Associação marcou suas ritualizações em torno das festividades do seu padroeiro e dos aniversários natalícios do Rei e Rainha de Portugal, embora fossem mantidas as celebrações eucarísticas na sua capela, sobretudo por ocasião do falecimento de sócios beneméritos e honorários. Essas celebrações, talvez, fossem os ritos de maior importância. Isso porque ajudaram a identificar o elemento português com o detentor da fé, aquele que detinha uma relação histórica com a Igreja Católica e, nesse sentido, o mais abençoado por ela, como evidencia a Sociedade de Beneficência de Pelotas na capela que constrói ao lado do seu hospital sede, identificada também com os símbolos portugueses na fachada.

Toda essa composição de rituais organizados pelas Sociedades Portuguesas de Beneficência do extremo sul do Brasil materializaram o caráter de exemplaridade que produziram, não só no sentido de propagar a fé cristã ou de assumir uma postura mais nacionalista com relação à pátria portuguesa, mas também de utilizar as suas ações a favor de si mesmas e, por essa razão, promover como verdade o que desejavam ostentar como privilégio de suas naturezas.

2.3. A DEVOÇÃO RÉGIA

No Relatório da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos, em 1874, o sentido representacional de patriotismo presente nas instituições dessa

¹⁷⁹ Desde a Idade Média, a representação simbólica do Espírito Santo deixa de ser aquela que a Igreja admitia, e passa a ser apenas a Coroa Imperial que no ponto da reunião dos braços ou imperiais apresenta uma cruz ou uma esfera e uma cruz, em cujos braços se encontra pousada uma pomba. No decorrer dos séculos posteriores a cruz colocada na ponta de reunião dos braços da coroa imperial desaparece para dar lugar apenas uma esfera onde se assenta uma pomba de prata. O cetro que acompanha a coroa passa também a ter em vez da esfera e da cruz, que habitualmente figuravam no seu extremo, uma esfera e uma pomba. Sobre essas questões ver em LIMA, Manuel Baptista. A Introdução do culto do Espírito Santo nos Açores e a sua influencia na simbólica e arquitetura religiosa dos séculos XV e XVI. IN II Colóquio Internacional de Simbologia. Os Impérios do Espírito Santo na Simbólica do Império. Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. XLIII, Tomo I, 1985. p.164.

ordem ilustrou a ideia da devoção, de verdadeira *devotio* à Nação Portuguesa:

*Sociedades Portuguesas de Beneficência
no Império*

...Senhores é pelo balanço do activo e passivo, é pela demonstração da receita e despesa que a vossa consideração submeto contente, vereis que o amor pátrio, ainda mais apertada época de desânimo comercial, sabe revelar-se cheio de entusiasmo que fortalece a crença e levante monumentos.

...É que esse sentimento sempre foi a glória e norte do homem. Não desvaria: encaminha. Não deprime: engrandece. E moldando epopeias maravilhosas que o tempo respeita ao passar com os seus tufões de morte, ainda está na história dos povos os feitos abençoados que agigantam os Gamas!

...Honremos a pátria, senhores, agora e sempre, para que ela nos pague em aplauso sincero, o sorriso contente que os nossos feitos deixão florescer nos lábios da caridade..¹⁸⁰

No estudo das diferentes Associações de Beneficência da Província - como as de Pelotas, Rio Grande e Bagé - observamos que os momentos difíceis da economia brasileira acabam sendo citados nas ações coletivas desempenhadas pelos portugueses empreendedores das Associações, ultrapassando uma situação penosa de dificuldade financeira, impulsionados pelo “*amor pátrio*” que desejavam representar enquanto “*suas virtudes a exemplo da glória dos Gamas*”.

O dever da Sociedade Portuguesa de Beneficência foi honrar a pátria na figura de ações bem sucedidas para que a mesma retribuísse em reconhecimento. Como foi lembrado pelo presidente da Sociedade de Beneficência de Campos, as ações que honram a pátria deveriam ser aquelas que rememoram os grandes feitos, o das epopéias dos gamas, e por isso, os portugueses em terra distante deveriam comportar-se como dignos das conquistas outrora realizadas. No caso do Brasil, esse comportamento poderia por vezes, prolongar o estigma do colonizador na colônia, ou seja, o português como o dono da terra, e dos súditos brasileiros.

Se pensado o número de associados portugueses nas Associações de

¹⁸⁰ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos. Relatório, ano 1875. Campos: O Globo, 1876.p. 25.

Beneficência - entre sócios ativos, beneméritos, benfeitores e honorários - podiam esses integrantes ser considerados todos de nacionalidade portuguesa? O que significou ser português *para as e nas* referidas Sociedades Portuguesas de Beneficência?

No Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil, e primeira Sociedade Portuguesa de Beneficência do Brasil, a sua fundação foi registrada no Livro de Ofícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros no ano de 1840. Conforme vimos, o senhor Joaquim César Figanière Mourão, cônsul de Portugal no Império do Brasil, aceitou o convite realizado pela instituição para assumir o cargo de agente diplomático português. Esse convite fazia menção especial ao estreitamento de relações entre a Sociedade Portuguesa de Beneficência e a monarquia daquele país, não fazendo menção em nenhum momento ao governo brasileiro, ou seja, uma relação que se sobrepunha as relações internacionais entre Brasil e Portugal.

A referência a devoção ao rei de Portugal tem início desde muito cedo em uma Instituição de Beneficência. Ela decorre de uma tentativa de identificação, como já mencionada no caso do Rio de Janeiro, mas também de resolução de problemas que podem ser respeitantes ao convívio desses lusos nas localidades onde residem. O ofício escrito ao senhor Joaquim Mourão para a Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro foi especial dentro de um livro que conta, em sua grande maioria, com registros de diferentes consulados e vice-consulados no Brasil e na Região do Prata. Nesse sentido, observou-se que o cargo de agente diplomático português conferia à Sociedade uma importância significativa dentro do quadro de relações internacionais entre o Império do Brasil e de Portugal, reforçando os laços políticos que poderiam surgir do relacionamento entre uma instituição dessa ordem e a Coroa Portuguesa.

Para além das palavras que remetiam à necessidade de existência de uma Associação filantrópica desse tipo no Rio de Janeiro, o senhor Mourão ao despedir-se do cargo de cônsul continuava a exercer um papel político na Sociedade Portuguesa de Beneficência, reforçando a ideia de que a proposta fundacional da instituição era também cobrir esse espaço relacional, sobretudo aproximando-a de Portugal enquanto instituição estrangeira no Brasil.

No caso do Rio de Janeiro, a Sociedade de Beneficência mostrou, a preocupação em obter o apoio de Portugal nas decisões tomadas, visto que o seu funcionamento foi mais voltado para o comprometimento com a nação portuguesa do

que propriamente com a brasileira.

Ser português na Sociedade Portuguesa de Beneficência significou possuir privilégios relacionados diretamente à visibilidade que a Instituição proporcionava aos associados, uma vez que todos contribuíam com a aclamada construção da *identidade portuguesa*, distinguindo os sócios portugueses dos demais indivíduos das comunidades locais, em especial dos estrangeiros alemães e italianos.¹⁸¹ Sendo assim, todos os anos, os aniversários natalícios dos Reis de Portugal foram comemorados nas Sociedades de Beneficência através de telegramas enviados à Coroa Portuguesa. A prática do envio de saudações aos reis de Portugal em virtude do aniversário natalício repetiu-se a cada ano, sendo iniciada pela Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro e repetida por todas as instituições congêneres do Brasil.

Nos diversos relatórios da Sociedade Portuguesa de Beneficência da capital do Império, entre os anos de 1840 a 1889, observou-se que, na correspondência enviada a Portugal, já era referida a constante devoção aos monarcas lusos, conforme ilustra o texto:

Á Sua Magestade El Rei de Lisboa,

*“Memorando a data querida do aniversário de suas Magestades El Rei e a Rainha de Portugal, a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, renova jubilosa a Suas Magestades o preito da sua dedicação e respeito inquebrantáveis, fazendo todos os votos pela felicidade de Suas Magestades, da Real Família e da gloriosa Nação Portuguesa”.*¹⁸²

O recebimento de resposta pelas saudações enviadas configurava-se como um acontecimento especial e extremamente importante para as Sociedades de Beneficência. Todos os telegramas recebidos equivaliam a uma deferência significativa

¹⁸¹ Na cidade de Bagé, a Sociedade de Beneficência italiana e a Sociedade de Beneficência espanhola foram fundadas em 1871. Na cidade de Pelotas, há registro da existência de uma Sociedade de Beneficência italiana nos anos finais do século XIX. Em Porto Alegre, foram criadas inúmeras Instituições de Beneficência estrangeiras nesse mesmo período, como a Beneficente Belga, Italiana e a Sociedade Portuguesa de Beneficência Portoalegrense (que não tinha relação com a Beneficência de Porto Alegre). Entre muitas instituições, o Hospital Moinhos de Vento, criado pelos imigrantes alemães em 1859, realizava um trabalho assistencial semelhante ao da Instituição portuguesa. Sobre essas questões ver em SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centralizado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre, Tese (Doutorado em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), 2004.

¹⁸² Real Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. Relatório. Ano 1888. Rio de Janeiro: Typografia O Globo, 1889.

para as Instituições de Beneficência Portuguesa, um fato extraordinário, uma honra a ser *invejada* pelas demais Associações de Caridade existentes no Brasil.

O envolvimento emocional desses lusos com Portugal é flagrante, mesmo que não pudessem, a princípio, interferir em assuntos de ordem política em virtude da distância. A manutenção do patriotismo que aparecia em todas as comemorações portuguesas mostrava o desejo desses imigrantes de pertencer àquela pátria, e pelas características desse lugar ser por outrem interpretado.

Para uma Sociedade Portuguesa de Beneficência, a devoção à pátria portuguesa acompanhou a devoção régia. A palavra devoção advém do verbete latino *devotio* que significa ato de dedicar-se ou consagrar-se a alguém ou entidade, um sentimento religioso de dedicação íntima. A devoção régia – *devotio regio* – é uma prática executada desde o século XV pelas Misericórdias Portuguesas.

Como instituições criadas sob inspiração do modelo institucional das Misericórdias em Portugal, as Sociedades Portuguesas de Beneficência buscaram a consagração não somente dos mitos portugueses, como Camões e Vasco da Gama – mas dos reis portugueses. Essa exaltação à monarquia portuguesa teve como justificativa a aproximação da Sociedade Portuguesa de Beneficência da elite portuguesa. Na tentativa de reforçar os laços que mantinham com Portugal resolver-se-iam seus problemas políticos e, de alguma forma, também os sociais.

Na Província de São Pedro do Rio Grande, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre possuía como protetor D. Fernando I, que não era rei de Portugal, mas sim marido da rainha Dona Maria II. Portanto, era rei consorte, por exigência própria das negociações matrimoniais. Seu casamento com a Rainha Dona Maria II ocorreu por procuração em 1836, quando deixou a condição de Duque de Saxe-Coburgo-Gotha. Desde sempre muito mais interessado nas artes (foi o principal patrono das artes em Portugal, sendo protetor da Academia de Belas Artes de Lisboa), se utilizava dos protetorados a Instituições de fundo cultural, educacional e assistencial como forma de camuflar a falta de interesse para com a política portuguesa. Com o falecimento da Rainha, em 1854, regeu o país por dois anos até ocorrer o governo de Regeneração.

De alguma forma, essas proteções funcionavam enquanto aparato do capital simbólico que o Rei desejava projetar. As instituições artísticas e de filantropia

foram em Portugal, e no Brasil, os braços da regência, com relação a projeção da soberania do rei como parte desse imaginário. Se a monarquia portuguesa começava a sentir-se ameaçada a partir da segunda metade do século XIX, foi principalmente através da cultura, da proteção aos monumentos portugueses – *Batalha, Mafra, Tomar e Jerônimos* – como fez D. Fernando, que o poder junto ao Reino foi propositalmente trabalhado. A necessidade de uma proteção real para as Sociedades Portuguesas de Beneficência deveria valer mais pelo aparato simbólico do que pela própria ajuda financeira que o Rei poderia arcar em inusitados endividamentos da Instituição.

Nesse sentido, poucos registros do envio de dinheiro de Portugal para as referidas Instituições foram encontrados. Na correspondência da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre com Portugal, em 1865, verificou-se que a referência à Camarista Semanária do Rei D. Fernando poderia ser um indício de remessa de dinheiro.¹⁸³ Dessa forma, é mister ressaltar que a proteção real pode, algumas vezes, ultrapassar o efeito simbólico e beneficiar materialmente as instituições de Beneficência protegidas pela Coroa Portuguesa:

Em 19 de Abril offício conforme o despacho

Remette a Camarista Semanária de Sr. D. Fernando

A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre, remette um exemplar de seu relatório annual e pede que V. Sr. Faça conhecer ao sr. D. Fernando protector da Sociedade, a estado em que se acha.

Terá de accusar se a remesa e ao mesmo tempo transmittir-se à Sociedade qualquer expressão de benevolência de sello.¹⁸⁴

Este ofício remete à outra consideração. Todos os relatórios institucionais escritos após o termo de protetorado do Rei foram enviados impreterivelmente a Portugal como intuito de fazer o monarca acompanhar o desenvolvimento das entidades. Tal fato comprovou que um dos objetivos fundacionais

¹⁸³ A camarista semanária do Rei congrega um tipo de documentação respeitante as despesas do monarca para com Portugal, cerimônias, filantropias e proteções à associações diversas. A referência da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre à camarista de D. Fernando comprova que o mesmo destinava parte do tesouro real a algum benefício para a Associação. Sobre essas questões ver em Ministério do Reino – maço 2503. N. 424, Liv 29. Arquivo do Cartório da Casa Real.

¹⁸⁴ Ministério do Reino – maço 2503. n. 424, liv 29.

das Sociedades Portuguesas de Beneficência foi estimular as relações com Portugal, mostrando a essa monarquia o quão lucrativa poderia ser a proteção sobre as instituições de beneficência.

O envio de documentos e relatórios institucionais foi uma constante no caso da Sociedade de Beneficência de Porto Alegre. Até os anos que antecederam a República Portuguesa (1910), a Associação continuou enviando os dados respeitantes a vida institucional, como uma forma de prestação de contas:

A Directoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade de Porto Alegre capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no Império do Brasil, tem a honra e remeter a V. Ex.a os Relatórios das Directorias da mesma Sociedade nos anos de 1865 e 1866.

Tendo a Sociedade a honra de por Seu Protector a Sua Magestade El Rey o Senhor Dom Fernando a quem tem por dever as Directorias desta Sociedade dar conta de todos os seus actos; espera a actual directoria merecer honra de V. Ex. de levar ao Alto Conhecimento de Sua Magestade o Senhor Dom Fernando tudo quanto se acha mencionado nos mesmos relatórios, e com especialidade e estado de prosperidade em que se acha a Sociedade que é conhecido pelo Patrimônio que hoje possui e das vantagens que os súbditos portugueses tem tirado com a criação da Sociedade e do seu hospital, que são igualmente conhecidas pelo movimento do hospital onde tem entrado no decurso de 13 annos 488 sócios enfermos e delles só fallecerão 26...¹⁸⁵

Ao mesmo tempo, além de prestarem contas sobre a situação financeira da entidade, os dirigentes da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre exaltavam permanentemente a proteção de D. Fernando como uma dádiva conseguida (que os torna devedores à Portugal). Da mesma forma, o protetorado de D. Fernando concedia aos associados a importância de pertencer a uma Instituição que tinha relacionamento com a realeza em Portugal, e por isso, se esperava alguma contribuição financeira por parte do monarca:

¹⁸⁵ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre. Relatório, 1870. Porto Alegre: Tipografia Jornal do Comércio, 1870.p. 26.

Espera igualmente a actual Directoria de merecer de V. Ex. mais a honra de igualmente de levar o Alto Conhecimento de Sua Magestade o Senhor Dom Fernando que abraçou a idea de edificar um Hospital que prima pelas condições exigidas em tais Estabelecimentos, e que tem a esperança de poder fazer uma grande parte do mesmo Edifício com donativos pecuniários obtidos da Administração da Sociedade e seus associados, e com a dádiva de um terreno com as condições hygienicas feita pelo nosso filantrópico e bondoso compatriota o Doutor Dionísio d'Oliveira Silveira.

Secretário – Francisco Ventura Perfeito.¹⁸⁶

O retrato do Rei foi também uma das formas de exaltação da monarquia portuguesa. De fato, quando o monarca aceitava o protetorado, a Sociedade Portuguesa de Beneficência mandava fazer uma pintura que representasse o seu retrato oficial, sempre colocado no saguão do edifício-sede. Nesse caso, a imagem funcionava como um substituto do poder, reforçando os laços que a Associação de Beneficência mantinha com a nobreza em Portugal, e administrando a reciprocidade que prometia àquela realeza, a sublimação do rei e a perpetuação da sua soberania no além-mar:

Acha-se colocado na salla do edificio de nossa sociedade o retrato em ponto grande de S. M. El Rei Regente de Portugal D. Fernando, que eu offertei a sociedade, a fim de que ella possuisse um retrato condigno ao Excelso Protector de nossa associação.¹⁸⁷

No caso de Porto Alegre, o retrato do rei foi colocado na sede recém inaugurada em 1870, visto que nos registros da solenidade que marca o início da nova fase na Instituição, esse retrato foi mencionado:

...Aos 29 dias do mês de Junho de 1870, nesta cidade de Porto Alegre, capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, às 10 horas do dia estando reunidos os membros da Diretoria e Conselho Deliberativo, as Exmas autoridades Civis e

¹⁸⁶ Idem. p. 27.

¹⁸⁷ Essa notícia é narrada pelo presidente da referida Associação, o Sr. António Francisco Pereira dos Santos. Sobre essas questões veja-se em Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre. Relatório. Ano, 1866. Porto Alegre: Typografia do Correio do Sul, 1866.p. 46.

Eclesiásticas, grande número de pessoas gratas e famílias, compareceu o Presidente da Província, Exm. Sr. Dr. João Sertório e todos os membros na sala nobre, perante a efígie de S. M. El-rei Sr. D. Fernando, foi comunicada a transladação do hospital da nossa Sociedade...

Ao rei D. Fernando foi oferecido a demonstração de que o seu nome, e a sua figura real, seria venerado em Porto Alegre, constituindo um dos pontos extremamente lucrativos para a perpetuação desse poder para além de Portugal. Além dessas questões, todo retrato do rei era oficial, ou seja, ele deveria corresponder a efígie do mesmo, sendo por isso, quase sempre enviado de Portugal porque acompanhava o símbolo do poder. Esse acompanhamento relacionava-se com a proposta de abrilhantar a Instituição, fazer valer a sua permanência na sociedade local, pois até mesmo o lugar que ocupa esse retrato, sempre nos salões oficiais da Sociedade, é um indício dessa importância.



Figura 8 - Dom Carlos I, protetor da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. Fonte: Foto da Pesquisadora.



Figura 9 - Dom Fernando – Protetor da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande em 1890. Fonte: Foto da Pesquisadora.



Figura 10 - Bandeira da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Fonte: Foto da Pesquisadora.



Figura 11 - Detalhe da Bandeira da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Fonte: Foto da Pesquisadora.



Figura 12 - Detalhe da Bandeira da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Fonte: Foto da Pesquisadora.



Figura 13 - Detalhe da Bandeira da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Fonte: Foto da Pesquisadora.



Figura 15 - Dom Fernando – protetor da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Fonte: Foto Janaína Schwambach.



Figura 16 - Dom Luís. Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas.
Fonte: Foto Janaína Schwambach.

Registros sobre doações de associados também foram constantes nas notícias enviadas pela Associação de Porto Alegre à Portugal. Elas remetiam à constituição social da Instituição, reforçando o fato de que o rei ao dispor da sua figura enquanto patrono contribuía para uma entidade formada por pessoas de prestígio, como os casos já citados do Sr. José Francisco de Azevedo Quintão e da Sra. D. Leocádia Joaquina da Sousa Telles.

Da mesma forma, ocorreram outras doações de associados. Os escudos das armas que ornava a fachada da Instituição, colocado no frontão central que coroa o edifício, por exemplo, foram uma doação de sócios beneméritos Teresa Ferreira Porto Santos e Antônio Francisco Pereira Santos. Tudo isso, era relatado ao rei de Portugal através dos relatórios, lembrando a Dom Fernando as boas condições financeiras em que funcionava a Instituição.

É nesse sentido que a correspondência entre as Sociedades de Beneficência e a Coroa Portuguesa fora relevante. Na verdade, sendo *rei consorte*, D. Fernando beneficiou-se enquanto patrono da Beneficência de Porto Alegre pela

perpetuação do seu aparato simbólico. Dessa forma, o protetorado transpareceria mais como uma negociação do que uma dádiva realizada, visto que a lucratividade da Associação de Porto Alegre foi sempre mencionada na correspondência com Portugal, e por isso, parecendo ter a intenção de funcionar como um atrativo para D. Fernando.

A devoção a D. Fernando continuou nos anos subseqüentes até a sua morte, conforme reforçam os inúmeros textos escritos:

*...o meu digno companheiro o Ilmo. Sr. Secretário João Borges de Almeida, ofertou um docel para o retrato de Sua Magestade El Rei D. Fernando*¹⁸⁸.

Registros sobre a sua correspondência da Sociedade Portuguesa de Beneficência com a Coroa Portuguesa foram encontrados na documentação expedida pelo Paço da Ajuda em Portugal. Essa correspondência tratava da petição enviada ao príncipe D. Carlos I, neto de D. Fernando, para o apadrinhamento da Instituição:

Senhor,

Os subsídios de Vossa Magestade, residentes na cidade de Bagé, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no Império do Brasil, com o mais profundo respeito e discernimento vem implorar ao seu Augusto Soberano, a graça de permitir-lhes que Sua Alteza Real o Senhor D. Carlos se digne fazer-lhes a subida honra de Ser o Protector da nova Sociedade Portuguesa de Beneficência que acabão de fundar na referida cidade, cuja sociedade tendo já crescido número de súditos portuguezes, deseja acompanhar o progresso das de mais sociedades humanitárias, além daqueles compatriotas que a sorte lhes seja adversa.

Os subsídios de Vossa Magestade, membros da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé, representados por sua directoria, beijão a mão da Vossa Magestade.

Bagé, 13 de Julho de 1871.

*O presidente Joaquim da Costa Guimarães.*¹⁸⁹

¹⁸⁸ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre. Relatório, 1868. Porto Alegre: Tipografia Correio do Sul, 1868: 21.

¹⁸⁹ Correspondência. Ministério do Reino – Maço 5018, Proc. 504, Liv. 03

O desejo de obter um patrono teve início nos primeiros anos de funcionamento da entidade. Enquanto última instituição de Beneficência criada na Província de São Pedro do Rio Grande, a entidade de Bagé almejava tornar-se digna do apoio da comunidade local e, entre suas congêneres, viu-se *na obrigação* de pedir a proteção real para Portugal para adquirir o nome de *Beneficência Portuguesa*. Pelo Alvará de 4 de Janeiro de 1873, observa-se que a referida Associação passou às negociações com Portugal para a obtenção da proteção do príncipe D. Carlos, por intermédio do Ministério das Negóciois Estrangeiros no Rio de Janeiro:

A Directoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade de Bagé na Província do Rio Grande do Sul requer por este Ministério que Sua Majestade El Rei lhe concedesse a Mercê de permitir que sua Alteza Real o sereníssimo (digníssimo) Dom Carlos para protector da referida Sociedade.

Com ofício de número 19 da Secretaria do Ministério dos Negóciois Estrangeiros a esta repartição os esclarecimentos pedidos, e de correspondência junta para cópia, e particularmente do ofício do Vice-Cônsul de Pelotas, se vê que a sociedade está constituída de acordo com os melhores auspícios, que brasileiros, e estrangeiros de posição em Bagé, se puseram a coadjunál-a com donativos e inscrevendo-se sócios, cujo número excede já a 400 que são incontestáveis as vantagens da criação desta sociedade, que considera digna de alcançar a mercê que solicita, de sua Alteza Real de declarar o seu protector.

Em 26 de Setembro de 1872.

Joaquim Hanes Pinto da Silva¹⁹⁰.

A princípio, o discurso proferido no alvará voltou-se mais para atrair o príncipe D. Carlos em virtude do forçoso vínculo da Instituição com a elite local, evidenciando a posição social de elite dos associados, mais do que para alertá-lo sobre a difícil situação da saúde pública na cidade, e nesse sentido, marca uma das características fundamentais da entidade, a sua participação na formação de elites locais.

O fato de Bage não contar com hospital de caridade, nem as cidades e

¹⁹⁰ Idem.

Vilas de Alegrete a 15 léguas, Santana do Livramento 10, Uruguaiana a 100, Itaqui a 112, S. Borja a 120, D. Pedrito a 50, que pertenciam ao distrito consular de Pelotas, fez com que o próprio vice-cônsul da cidade tomasse a iniciativa de enviar correspondência para D. Carlos por intermédio da legação portuguesa no Rio de Janeiro. A apresentação dos personagens que compõem a Instituição ajudaria na cooptação da atenção do rei ao mesmo tempo que mostrava a preocupação que as entidades tinham com sua composição social. De fato o que legitimava a existência de uma Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade eram os brasileiros e estrangeiros de posição em Bagé que da Associação faziam parte. Eles ajudavam a Associação a angariar fundos, fazer subscrições e ter maior credibilidade nessas subscrições, porque acabavam gerando uma disputa onde quem doava mais, era quem tinha mais posses.

O protetorado àquela Instituição seria lucrativo aos olhos do rei de Portugal. Pelo menos no que diz respeito ao conceito que a Instituição gozava na localidade, esse era um bom investimento porque fazia a representação da Coroa Portuguesa através de uma elite local. Além dessas questões, nas palavras do luso José Vieira Pimenta, vice-cônsul de Portugal em Pelotas (membro da diretoria da Instituição que se sobressai na realização de donativos para a mesma durante os anos em que trabalha no consulado 1857-1871), a Sociedade de Beneficência era uma necessidade porque quiçá houvessem mais *hospitais de Beneficência, para cuidarem dos seus, e isto lhes tendo feito saber e muito especialmente na cidade de Alegrete, pois aliviaria Pelotas de tantos encargos.*¹⁹¹

Nesse sentido, a atitude do senhor José Vieira Pimenta ao escrever um ofício para a legação portuguesa, vai além da necessidade de aliviar as pressões que o hospital de Beneficência estava sofrendo em decorrência da falta de atenção à saúde em nível regional. Nesse ofício estava expresso a preocupação que a Instituição tinha com a sua composição econômica, lembrando as suas referências nas Misericórdias portuguesas, que ofereciam para os associados a possibilidade de igualar-se com nobres. A presença de um possível grupo de elite na composição da Instituição tem o objetivo de chamar a atenção do príncipe D.Carlos, oferecendo a garantia do retorno, se não financeiro por parte da Sociedade de Beneficência, ao menos simbólico pela equivalência a uma Misericórdia.

¹⁹¹ José Vieira Pimenta – Vice-cônsul.Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros em 19 de Dezembro de 1872. Emílio Achilles Monteiro

A tentativa de obter o reconhecimento por parte da Coroa Portuguesa esteve expressa nos atributos da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé, e esse reconhecimento era buscado justamente na posição social e econômica dos seus associados, uma instituição que se auto-denomina *lucrativa e que começa com os melhores auspícios*.

Diversas são as formas de apadrinhamento e proteção a uma instituição de Beneficência Portuguesa. Porém, o principal desse relacionamento não foi a concessão do apadrinhamento por princípios caritativos, mas a compra dessa proteção. Registros do recebimento de pagamento em dinheiro pela proteção régia foram encontrados na correspondência da entidade com Portugal, reforçando o fato de que essa dívida não seria advinda da boa vontade, mas do interesse:

Distrito administrativo de Lisboa

Pagou eventual quantia de 12\$420 réis a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé.

Pagou a Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade de Bagé, província do Rio Grande do Sul, a quantia de doze mil quatro centos e vinte réis, proveniente de 10.080 réis de direito da mercê, 2: 240 reis do imposto de viação do diploma pelo qual sua Alteza o sereníssimo Príncipe Real é declarado protector da mesma Sociedade; e o respectivo selo.

A qual fica lançada no livro competente a fl. 98 recebedoria do conselho de Lisboa, 15 de Dezembro de 1872.¹⁹²

A importância conferida ao príncipe D. Carlos, no caso da correspondência da Associação de Bagé, equivaleu a uma tentativa da mesma de igualar-se às demais Beneficências da Província de São Pedro do Rio Grande. Isto porque as Sociedades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, fundadas anteriormente à de Bagé, já possuíam como padrinhos os Reis de Portugal D. Fernando, e seu sucessor D. Luís I, sendo que a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas e de Porto Alegre foram beneficiadas com a proteção de D. Fernando e a Associação de Rio Grande de D. Luís I.

¹⁹² Ibidem.

O príncipe D. Carlos era filho do Rei D. Luís e de Dona Maria Pia de Sabóia. Durante a década de 1870, D. Fernando e D. Luís, revesaram-se no o poder em virtude do decreto de 12 de Fevereiro de 1862, que dava a *El-Rei D. Fernando* a regência no caso de ausência do reinante. Portanto, D. Carlos, enquanto príncipe e futuro Rei, daria à Beneficência de Bagé suporte suficiente para equivaler-se às demais Instituições de Beneficência da Província de São Pedro e do Brasil.

Além do pagamento pela proteção régia, foi preciso sensibilizar as autoridades portuguesas para que a reciprocidade fosse um fato concreto entre as duas partes interessadas no “contrato”. Dessa forma, num segundo momento foi importante para a Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade de Bagé apresentar ao rei a difícil condição dos portugueses e da saúde pública na localidade, para a justificativa da existência de uma instituição dessa ordem:

Senhores

*A colônia portuguesa aqui estabelecida, teve por seu turno a suprema ventura de reconhecer e aproveitar nobremente a índole humanitária desta população sempre prompta a fazer quaesquer sacrifícios para attenuar os soffrimentos de seos semelhantes, onde há dores a curar, onde há lágrimas há enxugar, onde há desgraças que precisam ser socorridas. Animados por esses caritati-trangeiros, - os portuguezes aqui residentes ousarão dar um passo mais avançado no caminho do progresso humano e da perfectibilidade evangélica, instituindo e creando a presente sociedade sob o título de - BENEFICÊNCIA PORTUGUEZA – O êxito verdadeiramente admirável, que para logo obteve a iniciação de nossa idéa e o apoio franco decidido que temos geralmente recebido de todas as classes sociais, são provas irrecusáveis e imponentes de que soubemos bem traduzir os sentimentos e ler nos corações de todos os habitantes.*¹⁹³

No sentido de que a Sociedade de Beneficência era de suma importância para Bagé, aliou-se uma nova justificativa: o merecimento social de quem pratica a caridade, pois

¹⁹³ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. Correspondência. Ministério do Reino – Maço 5018, Proc. 504, Liv. 03.

É esse o nosso único merecimento: e essa iniciativa é o único ponto de partida que nos dá o direito de erguer o venerando e glorioso pavilhão de cinco quinas sobre a cumiada do hospital que se está construindo. Mas a instituição pertence a todas as nacionalidades, representadas por vários habitantes da cidade; e em para ser-se sócio e poder-se gozar dos benefícios da mesma instituição, preciso se faz exhibir certidão e nascimento em terra portugueza, pois a verdadeira fraternidade, duplamente bella em seus grandiosos feitos, é universal e cosmopolita, e não consente que sejam separados os homens filhos de Deos e dotados da razão emanação puríssima da Divindade, pelas diferenças de costumes e de linguagem.
194

Embora a Instituição ressaltasse nas solenidades de sua fundação a importância de a comunidade portuguesa reunir-se para exaltar os seus laços étnicos, as dádivas como a fraternidade e a caridade configuravam-se como universais e, portanto, as ações de benemerência destinar-se-iam a todos os indivíduos que dela precisassem, não importando as suas nacionalidades. Mas nesse caso, para além das questões que envolviam a virtude da caridade, os documentos que relataram o princípio das atividades assistenciais da Associação em Bagé narraram uma grande receptividade por parte de todos os habitantes da cidade, inclusive por parte de outras associações assistenciais estrangeiras. As vantagens que o príncipe D. Carlos obteria apadrinhando a Sociedade apareceram para além da representação simbólica de Portugal, pois o discurso enviado ao Rei revelava uma Associação que não obtinha obstáculos sociais, sendo apoiada por todas as autoridades governamentais e militares da cidade para a própria criação:

Presenciastes a brilhante festa de charidade com que foi colocada a pedra fundamental de nosso hospital. Vistes como espontaneamente concorrerão a ela para dar mais luzido realce, as irmandades do santíssimo, de N. S. da Conceição e de N. S. do Rozário – uma guarda de honra e valente officialidade do Batalhão 12 da Infanteria, e a do Regimento 5 da cavalaria Ligeira,

¹⁹⁴ Idem.

aquartelados nesta cidade, as Sociedades de Socorros Mútuos Hespanhola e Italiana – as autoridades civis e um numeroso e escolhido concurso de povo.

É-nos ainda grato recordar-vos que esse dia se tornou ainda mais festivo por mais nobre cerimônia, que foi a entrega da bandeira, que tinha sido offertada pelos portugueses d'esta cidade ao batalhão de Voluntários Bageenses, que marchou a guerra do Paraguay; a bandeira que foi voluntariamente depositada na igreja Matriz d'esta cidade.¹⁹⁵

Na continuação dos relatos sobre a organização da Sociedade de Beneficência em Bagé, foi enviado para Dom Carlos uma apresentação de como ficaria o prédio do hospital, a partir de um desenho da fachada e futuras instalações, conforme afirma a descrição desse mesmo desenho:

Planta do hospital e sua edificação.

Em a 5 sessão da Directoria foi pelo Sr. Presidente apresentada a planta, desenho do Sr. Filastro Ferreira Paes; e passando-se a examiná-la foi unanimemente aprovada. O Sr. Filastro nada quis receber pelo seu trabalho; este e muitos outros serviços, que nos tem prestado decidirão a Directoria a conceder-lhe o diploma de sócio honorário; e aproveitamos o ensejo para ainda lhos agradecer.

Aprovada a planta, a Directoria tratou imediatamente de estudar a maneira mais vantajosa de a fazer executar, para o que o Sr. Presidente, a convocou e reuniu-se em sessão em o dia 18 de Junho, decidindo-se por unanimidade que a edificação fosse por conta da Sociedade...¹⁹⁶

Nessa descrição, observou-se que o construtor português, Sr. Filastro Ferreira Paes, não desejou receber nada pelo trabalho efetuado, o que ficou propositalmente salientado nesse relatório como mais uma prova do patriotismo dos imigrantes portugueses no Brasil. Essa ação argumentava e reforçava o fato de que os

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. Correspondência. Ministério do Reino – Maço 5018, Proc. 504, Liv. 03.

portugueses em Bagé estariam dispostos a dar continuidade ao projeto de levantar uma instituição de caridade que, complementar à Santa Casa de Misericórdia, cumprisse o papel assistencial na cidade e também cooptasse a atenção da sociedade local e autoridades governamentais para o lugar e os indivíduos que nele transitavam.

Mesmo assim, diante de toda a complementaridade das exposições feitas pela Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé, a ausência de uma resposta positiva para o protetorado, por parte de D. Carlos, foi evidente:

*Tendo solicitado a Directoria, em comprimento de deliberação vossa, e por intermédio do Sr. Vice-Cônsul Portuguez em Pelotas, e S. M. F. El REI o SENHOR D. LUIZ I, a honra de ser posta a Sociedade sob a protecção do Príncipe Real o Sr. D. Carlos, Duque de Bragança, pende a solução d'esta graça, segundo as ultimas communicações recebidas, de informação do Sr. Ministro, encarregado de Negócios da Nação Portugueza na corte do Rio de Janeiro.*¹⁹⁷

Na imprensa, a Sociedade Portuguesa de Beneficência contou muito fortemente com o apoio do jornal “A Razão”, um jornal de orientação política liberal, mas que se apresentava como *folha noticiosa, comercial e literária*. Nele, fizeram-se presentes os acontecimentos ocorridos na Associação no ano de 1872:

Beneficência Portugueza

Pelas 3 horas da tarde do dia 7 do corrente mez foi levantada a cumieira do magestoso edificio, que em um arrebalde desta cidade está fazendo construir a Sociedade Portugueza de Beneficência.

A troar de grande número de foguetes, arvorou-se no centro do edificio a bandeira portugueza, tendo em cada lado uma brasileira, e o madeiramento adornado das de quase todas as nacionalidades. As 4 horas subiu ao ar um vistoso balão. Mais de espaço nos occuparemos desse pio estabelecimento, cuja realização tanto recommenda os seus instituidores...

Essa nota, além de divulgar em Portugal a situação em que se encontrava a Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade de Bagé, compunha parte

¹⁹⁷ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. Livro de Atas, 1873.

de um grande relatório enviado para Portugal, ao qual fora anexada a fotografia da construção do edifício, marcando a presença de todos os associados no levantamento da cumieira e, sobretudo, da presença de bandeiras da monarquia portuguesa sobre a mesma.

O jornal “A razão” noticiou todas as cartas enviadas a D. Carlos, que expunha a situação em que se encontrava a Sociedade e, em alguns momentos, implorava pelo reconhecimento enquanto órgão protetor da comunidade portuguesa na região da campanha:

A Diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade de Bagé, na Província do Rio Grande do Sul, de novo insta pelo deferimento da graça impetrada a S. M. El Rei de Portugal, por intermédio de V. Ex. a., para fim de tomar S. A. R. o Sr. D. Carlos Duque de Bragança, sob sua proteção aquela sociedade.

Sabe esta Diretoria que o Ministro Portuguez, junto a corte do Império, procedeu as informações acerca do estado da mencionada sociedade; e não menos cerca está, de que o resultado das averiguações forão lisongeiros, pois, a verdade é que proseguem as obras do edifício com a desejável actividade, não obstante as avultadas despesas a que tem obrigado até hoje a manutenção de vinte sócios enfermos, aos quaes socorre com a quantia de dois mil réis diários a cada um, além do médico e dos medicamentos gratuitamente e prestados.

Isto basta para mostrar quanto é próspera a actualidade da associação. Nessa ocasião a mesma Directoria tem a honra de passar as mãos de V. Ex. uma photographia da planta do edificio e outra do pequeno do festejo da cumieira, bem como os jornais da terra que se referem as obras já executadas.

...Os espatriados peticionados acostumados aos reveses da fortuna, não é muito, que tenham a registrar mais uma contrariedade!

Sem embargo, ousão esperar que ao menos tenha resposta o seu pedido.

*Ilmo. Exmo. Sr. Ministro e Secretário
d'Estado dos Negócios do Reino.*¹⁹⁸

O protetorado régio adquiriu uma importância extraordinária para a Associação de Beneficência em Bagé, pois a mesma lançou mão de apelos alusivos à falta de proteção assistencial que os portugueses sofriam nessa cidade, além dos reveses de estar em um país distante, uma *outra pátria*.

No decorrer do tempo, a ausência de resposta positiva por parte de D. Carlos acabou agravando os ânimos e as disponibilidades no interior da instituição. Esse talvez fosse um dos motivos da sua insistência nas inúmeras cartas enviadas ao príncipe ao longo dos anos subseqüentes. A unidade da Instituição batizada sob o nome de Beneficência Portuguesa dependia, também, da proteção régia, conforme afirma no texto publicado pela “Razão”, em 1876:

Desnecessário se faz demonstrar a utilidade de um estabelecimento da natureza da do que nos occupamos: o seu título indica cabalmente o objecto a que elle attinge, e os factos mostram os primeiros resultados, - socorros a quatro enfermos - para cujo tratamento offerecerão gratuitamente seus serviços médicos os prestantes e nunca assas louvados Drs. Penna, Gervásio, Xavier e Albano. Que agradável nos é recomendar à gratidão pública esses apóstolos da sciência que tão bem comprehendem e exercitão a sai grande missão!

*A Sociedade Portugueza de Beneficência, apesar de sua denominação e de haver pedido a proteção do príncipe real português D. Carlos, duque de Bragança, não limita comtudo o seu auxílio aos filhos de sua irmã, a heróica nação portugueza; ella espende os seus effeitos aos de todas as nacionalidades, representadas pelos vários habitantes dessa cidade...a Sociedade de Beneficência lhe abre os braços, e o ampara.*¹⁹⁹

No entanto, pesavam contra a efetivação do protetorado do rei D. Carlos algumas considerações a respeito da não validade da criação de uma entidade dessa ordem na cidade de Bagé. A carta escrita pelo Vice-cônsul de Portugal em Porto

¹⁹⁸ Mensagem extraída do jornal “A Razão”, em 8 de Agosto de 1873.

¹⁹⁹ Notícia extraída do jornal “A RAZÃO”. Bagé, sexta-feira, 16 de Agosto de 1876.

Alegre, descreveu a opinião do bageense Dr. Silveira Martins – um forte representante da elite política nacional como Senador do Império – sobre o assunto:

...Hontem falando com o Cel Permínio e o Dr. Silveira Martins que tem frequentado aquele lugar, me asseguraram o primeiro que as pessoas que se propõem a edificar já alcançaram o terreno e são de consideração, e o segundo me disse que em sua opinião não podem fazer grande coisa porque o número de pessoas lusas é diminuto e o lugar não offerece necessidade porque julga que a exemplo de outras casas de caridade na campanha nenhuma terá doente, mas que tendo elle de seguir para alli no mesmo mez visitar seus pães não tem mais para communicar-me, não podendo obter mais informações...

Deus Guarde V. Ex. Illmo. Exmo. Sr. Conselheiro Mathias de Carvalho Vasconcellos. Grã Cônsul da Ordem da Rosa – Commendador da Ordem da Conceição, enviado estrangeiro e Ministro Pnempotenciário de Portugal.

*Porto Alegre, 11 de Dezembro de 1871.
Francisco José Bello – Vice-Cônsul.*

Está conforme

Secretaria d'Estado dos Negócios estrangeiros em 19 de Dezembro de 1872.

Emílio Achilles Monteiro²⁰⁰

O Cel. Permínio e o Dr. Silveira Martins não destacaram a validade dessa instituição pelo fato de não verem nela utilidade. O Cel. Permínio, como representante da elite municipal, detinha influência sob grande parte da opinião pública da cidade, contrariando a afirmativa da própria Sociedade sobre o apoio local. O Dr. Silveira Martins oportunizava favoráveis condições para o crescimento da cidade, como senador e conselheiro do regime monárquico, atraindo concessões em forma de melhoramentos para a região, como as negociações para a criação da estrada de ferro que une Bagé a Rio Grande. Portanto, além da expressividade política, grande parte da população lhe devia favores. Que interesse teria o Senador do Império em não contribuir para com o funcionamento da Sociedade Portuguesa de Beneficência na

²⁰⁰ Correspondência. Ministério do Reino – Maço 5018, Proc. 504, Liv. 03.

cidade de Bagé?

A opinião do Dr. Silveira Martins pesava demasiadamente na Corte do Rio de Janeiro. Vinculado ao Partido Liberal, Gaspar Silveira Martins representou os laços que o extremo sul possuía com o Império, e, nesse sentido, enquanto bageense decidia mais diretamente sobre os benefícios para aquela cidade.²⁰¹ Esta posição negativa por parte de Martins quanto à criação da Sociedade Portuguesa de Beneficência, pode estar centrada no fato de que as pessoas que constituíam esse grupo fossem ligadas ao Partido Conservador.

Mesmo assim, em contrapartida, muitos outros ofícios enviados à Corte Portuguesa serviram de testemunhos na argumentação favorável ao funcionamento e desenvolvimento da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. Mesmo assim, a Direção Política da Legação Portuguesa no Brasil ainda apresentava dúvidas a respeito das informações sobre a Associação Portuguesa de Bagé e, de fato, o protetorado de D. Carlos nunca fora efetivamente comprovado:

Illmo. Exmo. Sr.

Em adiantamento ao meu offício n. 67da série ostensiva do anno findo, tenho a honra de passar as mãos de V. Ex. os inclusos offícios dos Vice Cônsules em Porto Alegre e em Pelotas acerca das circunstâncias em que se acha a Sociedade Portugueza de Bagé que solicita a honra de ter como protector Sua Magestade Real o Príncipe D. Carlos. Se do primeiro d'auqueles funcionários ainda receber alguma informação, apressar me hei a leval-a ao superior conhecimento e V. Ex.a.

Nesta Corte não tenho encontrado pessoa que me possa dar esclarecimentos relativamente a mencionada Sociedade de Beneficência.

Secretaria d'Estado dos Negócios Estrangeiros em 19 de Dezembro de 1872.

*Emílio Achilles Monteiro.*²⁰²

Em Rio Grande, o apadrinhamento do rei D. Luís I sobre a Sociedade

²⁰¹ No ano de 1872, Silveira Martins assumia o controle da Assembléia Provincial e no mesmo ano ainda ingressava no Parlamento. Pelo menos até os anos finais do Império, tornou-se um líder político, sendo o Partido Liberal majoritário no Rio Grande do Sul até o ano de 1889.

²⁰² Correspondência. Ministério do Reino – Maço 5018, Proc. 504, Liv. 03.

Portuguesa de Beneficência deu-se de forma mais tranqüila do que em Bagé. O protetorado que desempenhou a Instituição foi proclamado em Alvará no dia 4 de Março de 1863, no Paço da Ajuda, e exposto no jornal “O Diário de Rio Grande”:

...Eu, El Rei, faço saber aos que este Alvará virem, que, atendendo ao que me representou a Sociedade Portuguesa de Beneficência estabelecida no Rio Grande, da Província de São Pedro do Sul, no Império do Brasil, visto os patrióticos e humanitários fins de seu instituto, hei declarar-me protetor do Hospital...

Dado no Paço da Ajuda, 4 de março de 1863.

El-Rei D. Luíz I.²⁰³

A proclamação do protetorado real foi de fato, imediata e contribuiu para que aos olhos da comunidade local a Sociedade de Beneficência iniciasse mesmo sob os melhores auspícios. Isso pode ser comprovado na leitura de todos os relatórios institucionais, pois a nacionalidade portuguesa foi para a Associação um quesito fundamental desde o princípio de funcionamento, e a sorte de obter o apadrinhamento do rei foi uma dádiva conseguida, mesmo que comprada. Assim como em Porto Alegre, a exposição do alvará do rei no jornal da cidade foi a evidência que faltava para o seu reconhecimento, como uma Instituição que para além dos rituais e cerimônias que realiza, típicas da origem portuguesa, era de fato considerada em Portugal.

No entanto, após a morte do monarca, a obtenção da proteção real tornou-se uma nova necessidade. O respeito e deferência na ocasião das exéquias do rei foram registrados no Relatório da Instituição do ano de 1889:

*“A infausta notícia do passamento de S. M. F. D. Luíz I, **nosso Rei**, veio cobrir de luto a colônia portuguesa nesta cidade. Em Portugal, como estrangeiro, aqui como todos os Estados da República foi sentida a morte do preclaro monarca e pomposos funerais tiveram lugar em homenagem a sua memória.*

A colônia portuguesa desta cidade, tendo à frente o representante de sua nacionalidade, auxiliado por conspícuos membros da mesma colônia, desempenhou-se

²⁰³ O Diário de Rio Grande, 6 de Junho de 1863.p.14.

briosamente da dívida de reconhecimento a seu falecido monarcha...

...a nossa Sociedade, da qual D. Luís era Protetor, fez-se representar nas exéquias por comissão de sua diretoria, e depositou no catafalco uma significativa coroa de saudades em homenagem á memória do preclaro príncipe, a quem tanto deve a pátria agradecida.”²⁰⁴

Nesse sentido, foi registrado nos Relatórios Institucionais não somente o sentimento de pesar da Sociedade de Beneficência de Rio Grande com relação ao falecimento de seu protetor, mas a presença de uma comissão da sua diretoria nas próprias exéquias realizadas em Portugal. A presença da Instituição no funeral do rei chamava a atenção para a própria representação almejada pela mesma, simbolizando o elo que existira entre ela e Portugal, ameaçado com a morte do rei.

O envio de comissões representativas da entidade foi uma situação de singularidade na Sociedade de Rio Grande. Nenhuma das Instituições congêneres realizou esse ato de deferência, que remete a grande necessidade que os portugueses da Sociedade de Beneficência tinham em garantir a continuidade do reconhecimento da pátria do além-mar após a morte do rei. Nesse sentido, percebe-se que a comissão da diretoria não só vai as exéquias de D. Luís como deposita uma coroa de flores no túmulo em nome da Sociedade de Beneficência de Rio Grande, o auge da representação da entidade fora do Brasil para se levarmos em conta que era natural que as Instituições protegidas pelo rei morto enviassem apenas telegramas de condolências à rainha D. Maria Pia de Sabóia. Da mesma forma, a designação de D.Luís enquanto *Nosso Rei*, mostrou que para a Sociedade de Beneficência a política brasileira pouco importava, pois a pátria a que pertenciam, e que portanto deviam o servir e o porvir, fora a portuguesa.

Diferentemente dos casos de Porto Alegre e de Bagé, a Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade de Rio Grande não manteve referência constante ao monarca português protetor da instituição. Tal questão pode ser explicada pelo fato de D. Luís ter falecido nas primeiras décadas de existência da Instituição, e sua substituição, não podendo ser efetuada, acabou ocasionando a troca da prática da

²⁰⁴ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Relatório. Ano, 1899. Rio Grande: Tipografia do Diário de Rio Grande, 1890.p.15.

devoção régia pela devoção à pátria portuguesa. Por essa razão, após o registro do alvará que comprovava o protetorado de D. Luís à Sociedade de Beneficência, não foram encontrados registros de correspondência entre o rei e a Associação.

Pio-estabelecimento à altura do incontestável patriotismo português é uma das auto-designações que aparecem nos relatórios institucionais, argumentando a fervorosa doação e devoção que a Sociedade de Beneficência dessa cidade tinha para com Portugal. Os consulados e cônsules portugueses do Rio de Janeiro, de Porto Alegre, e das demais cidades do extremo sul da Província de São Pedro eram lá tratados de forma tão especial, que deles obtinham a melhor referência:

Visitando este filantrópico estabelecimento e depois de louvar as condições excelentes que o distinguem, cumpro-me registrar a minha sincera admiração pelos seus beneméritos diretores. É assim que verdadeiramente se afirma o nosso patriotismo, hasteando a gloriosa bandeira portuguesa num instituto, que serve de proteção a infelizes: os que aqui trabalham e lutam pela vida não esqueceram na sua prosperidade os menos venturosos, que estão prestes a sucumbir sob o peso da penúria e da descrença, e estendendo-lhes a sua mão generosa, conseguem salva-los e restitui-los à sociedade fortes e vigorosos. Quem deste modo procede ganha um eterno título à gratidão dos povos. Bem haja a ilustre sociedade! a humanidade e a pátria lhe serão reconhecidas.

23 de Dezembro de 1889.

Dr. Adelino António das Neves e Mello.

Cônsul de Portugal.²⁰⁵

No depoimento do Dr. Adelino observou-se propriamente uma das considerações que as Sociedades de Beneficência em geral esperavam da pátria portuguesa: o reconhecimento. Ganhar em retribuição também remetia à dádiva dentro de uma perspectiva horizontal, pois era a partir do que Portugal pensava sobre a instituição - do elogio, da saudação, da utilidade - que a mesma se interpretava e se inventava na comunidade que a recebia no Brasil.

²⁰⁵ Idem. p. 35.

Nesse sentido, foi significativo para as Associações a garantia da representação da monarquia portuguesa, dado a necessidade de presentificação da imagem do rei uma vez que,

*A criação de símbolos, por sua vez, não é gratuita e arbitrária, não se faz no vazio social. Ao contrário, os símbolos são reelaborados em razão do contexto cultural em que se inserem, além de que o maior ou menor sucesso de sua manipulação encontra-se diretamente vinculado a uma comunidade de sentidos.*²⁰⁶

Esse fator parece ter sido preponderante não somente para a Sociedade de Beneficência de Rio Grande, mas para todas as congêneres na Província de São Pedro. Isso porque os interesses das Instituições se consolidavam a partir dessa relação de reciprocidade com o rei, que, na verdade, emprestava apenas o aparato simbólico da sua presença.

É dessa forma que a Associação de Beneficência em Rio Grande, em um outro momento, deixa transparecer a devoção à pátria, no projeto de elaboração de estátuas para a fachada principal do edifício-sede semelhante ao Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

A reforma da fachada do edifício da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande teve início em 1868, e contou com processo para angariar fundos para a construção e finalização do projeto. Novamente, o processo de realização de subscrições foi lançado em 1869, visto que essa prática era comum na Instituição. Ela tinha como objetivo angariar fundos para completar a fachada do edifício, e nela colocar os bustos e estátuas de Pedro Álvares Cabral, Infante D. Henrique Luiz de Camões e Vasco da Gama, *três vultos gloriosos da nossa ativa nacionalidade*.²⁰⁷

A história da reorganização da fachada do edifício da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande merece especial atenção. A iniciativa de retomar mitos da cultura portuguesa nessa fachada refere também a idolatria à nação portuguesa que outrora substituiu a idolatria ao rei protetor em função da sua morte. O mito dos gamas retoma agora um sentido fundamental, o de nomear a instituição perante a comunidade local, representativa da nação lusa, e sobretudo identificada como

²⁰⁶ Schwarcz, Lília Moritz. *As barbas do Imperador*. São paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 20.

²⁰⁷ *Ibidem*.

lugar de cultura, já que o gabinete português no Rio de Janeiro, a cópia a ser realizada, funcionava como lugar detentor do saber daquele país.

Para a realização das referidas esculturas, o Exmo. Sr. Comendador João Vieira da Silva, cônsul geral do Brasil em Lisboa, mandou anunciar nos jornais da capital portuguesa o chamamento para a confecção das estátuas, dos quais tiveram resposta imediata e muitas propostas. No entanto, a diretoria da instituição resolveu deixar a confecção das estátuas para a próxima deliberação, em virtude dos orçamentos muito elevados. Porque realizar subscrições para a busca de artistas fora do Brasil? Se a confecção das estátuas não obtivera sucesso, que destino teve o dinheiro angariado?

De fato, foi notável a dedicação com que os portugueses associados da Beneficência de Rio Grande, em especial da diretoria da instituição, mandaram realizar o embelezamento da fachada, com a representação dos mitos da pátria distante. No entanto, é mister ressaltar que a busca de escultores portugueses tornou o fato mais pitoresco, visto que haviam em Porto Alegre e Pelotas ateliers de artistas bastante virtuosos nessa época capazes de desempenhar tal tarefa, uma prova de que a devoção a Portugal foi prioridade e interesse para a Instituição. De outra parte, as subscrições feitas angariavam muitos fundos, sem que no entanto houvessem prestações de contas com o dinheiro conseguido. Se por um lado, isso gerava descontentamento entre os sócios não participantes do corpo diretivo, essas subscrições não eram contestadas, pois essa diretoria, quase sempre a mesma durante anos, parecia entrar em cordata na realização de tais ações.

Em Portugal, durante os anos de 1877 a 1890, comissões ligadas ao Ministério do Reino apresentaram reuniões destinadas à solução de problemas políticos do país e, em especial, de socorro em função das vítimas de inundação nas regiões do Minho e do Douro. A comissão diretiva foi composta por pessoas ligadas à Corte Real, com influência, ao mesmo tempo, significativa e simbólica, pela própria condição de nobreza. Foram os indivíduos sempre mencionados no princípio das atas que relataram acontecimentos e decisões políticas do país: *Duqueza de Palmella; Duqueza de Loulé; Marqueza D'Avila e de Bolama; Condessa de Sousa e Coutinho; Condessa do Rio Maior D. Maria; Condessa de Ficalho, Sua Eminência e S. Patriarca; Exmos. Srs. Duque de Palmella; Duque de Loullé; Maquez de Ficalho; Conde de Cabral; Visconde Ribeiro da Silva.*

No decorrer do ano de 1876, muitas associações e agremiações portuguesas que funcionaram no Brasil iniciaram uma verdadeira jornada para socorrer as vítimas da inundação no Ribatejo. De fato, doações em dinheiro muito significativas começaram a ser realizadas, conforme ilustra o primeiro telegrama do Rio de Janeiro para Lisboa:

Estação telegráfica de Lisboa,

*Para Lisboa, de Rio de Janeiro, em 31
de Dezembro de 1876.*

Ministro Estrangeiros Lisboa

*Reunião portuguesas muito satisfatória,
primeira remessa talvez duas mil libras
próximo.*

*Mathias para o Ministro dos Negócios
Estrangeiros.*²⁰⁸

Esse telegrama faz menção ao envio de um valor bastante significativo, pois, se considerada a cotação da moeda nacional em relação à libra esterlina em 1877, concedeu-se o equivalente a 80.000\$000 réis (oitenta mil contos de réis).

Em 10 de Fevereiro de 1877, a comissão organizada atendia os problemas de ordem política em Portugal. Guiada pelas decisões reais, descrevia em, ata o agradecimento, as remessas de dinheiro enviadas pelo Brasil em decorrência dos acontecimentos no Ribatejo:

*“Sua Magestade a Rainha dignou-se a
apresentar o offício, que tinha a honra de lhe
dirigir a Associação Commercial de Lisboa
acompanhando a remessa de L. 5000 em
Letras sobre Londres que havia recebido da
Commissão Central organizada no Rio de
Janeiro para colher donativos a favor das
victimas as inundações em Portugal, por conta
das subscrições abertas n’aquela Província e
nas de Minas, S. Paulo, e Espírito Santo, do
Império do Brasil. A Commissão resolveo por
unanimidade as seguintes propostas:*

*...Que a Associação Commercial de
Lisboa expressasse a esta Commissão o seu*

²⁰⁸ Atas de sessão da comissão de 17 de Dezembro de 1876 e telegramas do e para o Ministro dos Negócios estrangeiros de Lisboa. Caixa: 7449. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa, Portugal.

mais profundo reconhecimento pela honra que lhe dispensou confiando-lhe a distribuição dos avultados donativos obtidos nas Províncias do Rio de Janeiro, Minas, São Paulo e Espírito Santo do Império do Brasil, pedindo-lhe para ser interprete dos sentimentos de gratidão dos infelizes que esta Comissão representa ao socorrer perante as generosas subscrições de tão longe e tão espontaneamente se lembram das desgraças da Pátria e da Nação amiga em todas as ocasiões e por todos os modos que ellas se recebem...

O secretário – Francisco D’Oliveira Chamigo.²⁰⁹

O agradecimento da Rainha Maria Pia para os portugueses radicados no Rio de Janeiro inaugurou uma movimentação grandiosa por parte de todas as associações de caridade, literárias e de grêmio do país, uma vez que receber uma saudação da Rainha significava uma deferência muito especial no sentido de poder e expressividade.

Além dessas questões, o valor enviado a Portugal registrado no documento foi bastante significativo, pois as Letras de Câmbio do Banco de Londres (um título de crédito que valia como documento negociável e transformava as doações feitas na moeda brasileira em dádivas relevantes) normalmente eram compradas em múltiplos de títulos de quinhentas libras. Portanto, se convertido para libras esterlinas, o valor obtido era de 2.500, o que equivalem a 101.091\$791 mil réis na moeda do Brasil em 1877.²¹⁰

Em ocasião da mesma inundação, os portugueses residentes no Maranhão mandaram donativos, subscrito na ata da sessão em 16 de Maio de 1877, conforme ilustra o texto:

“Foi lida um mensagem dirigida a Sua Magestade A Rainha por um Comissão composta dos portugueses José Martins de Feitas, António Pereira Vianna e José Pires Moreira residentes na cidade de Maranhão Brasil, acompanhando a remessa de 334.250

²⁰⁹ Atas de sessão da comissão de 10 de Dezembro de 1877 e telegramas do e para o Ministro dos Negócios estrangeiros de Lisboa. Caixa: 7449. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisbo, Portugal.

²¹⁰ Todas as cotações e equivalências são realizadas com relação economia do Rio de Janeiro nas épocas enfocadas.

em Letra sobre o Porto, producto da subscrição por eles promovida.

Resolveu-se a agradecer em nome de Sua Magestade, como se tem feito a todas as mensagens dirigidas a Sua Augusta Pessoa, esta prova de espírito de caridade e patriotismo dos Portuguezes residentes no Maranhão.”²¹¹

Nesse caso, observamos que todos os integrantes das Comissões do Brasil pertenciam às Sociedades Portuguesas de Beneficência do Rio de Janeiro e de Pernambuco e ocuparam cargos significativos, como o exemplo do Senhor Visconde de São Salvador de Mattosinhos.

É interessante perceber que outras comissões correspondentes a organizações de socorros enviaram doações por se tratarem de necessitados “compatriotas portugueses a precisar de amparo”. A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas remeteu, em carta, as suas preocupações com as vítimas da enchente ocorrida em Portugal em 1876. Na análise dos relatórios institucionais dessa Instituição constatou-se não haver referências completas a respeito da correspondência com a monarquia em Portugal. Porém, a ajuda destinada aos portugueses desvalidos pelas enxurradas naquele país foi um dos registros mais evidentes nos documentos do Ministério do Reino. Nas atas da sessão de 11 de Abril de 1877, apareceu uma subscrição de doação de dinheiro advinda da cidade de Pelotas, conforme ilustra o documento:

“Foi entregue por Sua Magestade A Rainha uma nova mensagem da Comissão Portugueza de Socorros do Pará acompanhando uma segunda remessa de L. 1000 em letras sobre Londres, que Sua Magestade se dignou entregar devidamente ao Thesoureiro da Comissão.

Resolvo esta que agradece-se esta nova prova de espírito de caridade e patriotismo dos portuguezes residentes na cidade do Pará.

...Foram lidos os seguintes officios acompanhando donativos:

²¹¹ Atas de sessão da comissão de 16 de Maio de 1877 e telegramas do e para o Ministro dos Negócios estrangeiros de Lisboa. Caixa: 7449. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa: Portugal.

“Dois do Ministério do Reino com referência ao producto da subscrição promovida na cidade de Pelotas (Brasil) da Sociedade Portuguesa de Beneficência e remessa da sua importância R\$ 1.923\$450 ao Thesoureiro da Commissão.

Resolveo-se que se pedisse pelo mesmo Ministério a transmissão dos sentimentos de gratidão de que esta se achava possuída por um tão valioso donativo.²¹²

A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, como a única dentre as congêneres na Província de São Pedro, envia uma considerável quantia de dinheiro à Portugal. Salienta-se que mesmo sendo uma cidade de pequeno porte com relação à capital da Província, esse é o momento em que o município de Pelotas atingiu o auge de seu desenvolvimento econômico, pela prosperidade no trabalho advindo das charqueadas e da indústria do couro, o que propiciava o aparecimento de fortunas mais sólidas na localidade, entre as quais eram encontradas as de muitos sócios da entidade beneficente.

Na ata da sessão em 21 de Abril de 1877 no Ministério do Reino seguiam-se as doações em prol das vítimas das inundações em Portugal, principalmente de associações do Brasil, como o Congresso Gymnástico Portuguez do Rio de Janeiro, que, por meio de seu secretário, enviou remessa de R\$ 3:600\$000 para socorro das

²¹² Atas de sessão da comissão de 11 de Abril de 1877 e telegramas do e para o Ministro dos Negócios estrangeiros de Lisboa. Caixa: 7449. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa: Portugal.

vítimas das inundações.²¹³

Não foi encontrada referência especial sobre as doações da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre nessas subscrições. Na verdade, houve a doação de um único português residente naquela cidade, o Sr. António José Gonçalves Bastos, que fez parte da associação de Beneficência. Essa talvez seja uma deferência indireta dessa Sociedade, quando comparada a outros casos analisados na cidade de Pelotas, Rio Grande e Bagé.

Todos os outros telegramas enviados à Lisboa envolveram diretamente a Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro:

Á Associação Commercial de Lisboa

*Os representantes dos portuguezes na Associação Commercial do Rio de Janeiro, da **Sociedade Portuguesa de Beneficência**, e da comissão de socorros aos inundados saúdam El Rei pelo feliz restabelecimento de Sua Magestade a Rainha*

Visconde de São Salvador de Mattosinhos

Está conforme, Lisboa 20 de Maio de 1878

A remeter a Associação Commercial

²¹³ Seguem-se nas demais atas todo tipo de doação advinda das associações existentes no Rio de Janeiro, comissões em que aparecem alguns componentes da Beneficência Portuguesa de outros locais do Brasil, mais especificamente do Maranhão, e fora do Brasil. São tantas as doações feitas pelo Brasil, por meio das associações particulares, que chegam a ultrapassar o número de doações feitas pelo próprio Reino de Portugal. Em todas as instituições citadas, percebemos através do cruzamento de dados na leitura dos relatórios, que as mesmas estabeleciam comunicações com as associações estudadas. Por vezes não existem especificações a respeito das associações que doam dinheiro a Portugal, mas existem a especificação de Comissões.

Na ata da sessão de 21 de Fevereiro do dia 21 de Fevereiro de 1877, assunto remete as vítimas das inundações no Ribatejo:

“Leu-se um offício do Ministério do Reino remetendo a quantia de Rs 2:000\$000, dos quaes Rs 1.000\$000 para ficar na Comissão de Lisboa e Rs 1000\$000 para ser remetido ao Porto, recebidos da cidade de São Paulo no Brazil, resultado da subscrição promovida pelos portuguezes alli residentes.

Resolveu pedir ao Ministro do Reino para ser intérprete dos sentimentos de gratidão da Comissão, para com os generosos subscritores.

Sob a proposta da Comissão especial encarregada de apreciar os requerimentos dos donativos foi resolvido que se confeccionasse um livro onde se desse entrada todos os requerimentos feitos e se indicasse o seguimento e despacho que elles fossem sendo, e que este Livro estivesse exposto ao público numa das salas do Ministério do Reino, já para este fim concedida, a fim de poder ser consultados pelos interessados”. Sobre essas questões veja-se em Ata da sessão de 21 de Fevereiro do dia 21 de Fevereiro de 1877. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa: Portugal.

*Sr. Francisco de Oliveira Chamiço*²¹⁴.

São inúmeros telegramas enviados pelo Visconde de Matosinhos para o Duque de Loulé em função de mais doações feitas dos portugueses radicados no Brasil. Esses casos de doações extraordinárias para com as vítimas de catástrofes em Portugal, revelaram uma elite portuguesa no Brasil, ou melhor uma elite luso brasileira, e mesmo brasileira.

As doações da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas destacaram-se no envio de valores em dinheiro extremamente significativos (para uma associação de cidade do interior da Província de São Pedro do Rio Grande).

Com a decorrente exposição da Instituição lusa a uma elite municipal percebeu-se que a mesma foi capaz de mostrar-se importante na localidade. No caso, a devoção régia pôde evidenciar-se mais fortemente se comparada à executada pelas suas congêneres em Porto Alegre, Rio Grande e Bagé, pois obteve da própria Coroa Portuguesa uma deferência especial, ainda que a mesma fosse decorrência de uma ação *interessada*. Como consequência de todas as doações realizadas e da correspondência mantida com Portugal, a Sociedade Portuguesa de Beneficência gozou dos melhores conceitos pelas autoridades governamentais daquele país a partir da década de 1880. No “Correio de Portugal”, um jornal que dizia não estabelecer vinculações políticas, foi festejado o aniversário da Sociedade de Beneficência Maria Pia, criada sob a autorização e desejo da própria Rainha:

“Para engrandecer a riqueza de sentimentos humanitários que há no fundo do carácter portuguez, bastará saber não olharmos a sacrificios nem escasarmos empenhos quando se trata de caridade...Attestan-nos as inúmeras Beneficências que temos fundado em toda a América e a solitudine com eu sempre socorremos aos nossos irmãos da pátria.

Quatro annos são porém, um verdadeira infância para institutos que tendem a perpetuar-se com a existência cidadã. Em tão curto período não era possível eu a Sociedade Maria Pia poudesse adquirir as proporções das Sociedades Portuguesas de Beneficência

²¹⁴ Carta do Visconde de São Salvador de Matosinhos para a Associação Comercial de Lisboa. Ministério do Reino. Arquivo do Cartório da Casa Real.

no Brazil e em outros países em que abunda o elemento portuguez; não obstante ela caminha para futuros destinos e talvez dentro em pouco possua como aquelles o seu asylo e tudo quanto é necessário a tornal-a digna e sua missão...”²¹⁵

Após a Proclamação da República Federativa do Brasil, continuaram as Sociedades Portuguesas de Beneficência do Brasil a exercer exaltação não só da monarquia portuguesa, mas também, do próprio regime monárquico. A pátria portuguesa não foi deixada em segundo plano em nenhuma das diversas situações analisadas, conforme ilustra uma saudação da Associação de Beneficência do Rio de Janeiro ao renomado navio português *Canhoeira Pátria*:

Tendo chegado a Pernambuco este belo navio da Armada Real, dirigimos ao seu comandante, em 22 de Agosto de 1905, um telegrama assim redigido:

Comandante Pátria, Pernambuco:

Real e Benemérita Sociedade Portugueza de Beneficência, Rio de Janeiro, de veras jubilosa, congratula-se a V. Ex, dignos commandalos, feliz viagem, apresentando afetuosos cumprimentos; a que se s. ex. se dignou responder, agradecendo. ²¹⁶

Nos primeiros anos do século XX, as quatro Sociedades Portuguesas de Beneficência do Rio Grande do Sul continuaram a exaltar a memória, e a permanência do protetor monarca português, embora começassem a perceber o enfraquecimento da imigração portuguesa e a perda da referência monárquica, em declínio nos últimos anos que antecedem a República em Portugal. Nos discursos das quatro entidades, observou-se a preocupação para com a constituição portuguesa das suas diretorias, visto que com o passar dos anos, não havia alternativa para o manutenção de uma “identidade lusa” face à ausência de associados de origem portuguesa. Foi assim que no ano de 1901, a Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade de Bagé, manteve o retrato oficial do protetor D. Carlos I no salão principal do edifício sede, mesmo não tendo “oficialmente” a resposta que comprometesse o monarca a tal ofício, e tampouco já possuindo um número de associados brasileiros e de

²¹⁵ Correio de Portugal. Lisboa, 12 de Outubro de 1884,p.01.

²¹⁶ Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. Relatório biênio (1904-1905). Rio de Janeiro: O Globo, 1908.p.111.

outras nacionalidades diferentes da portuguesa nos cargos da diretoria. A possível falta de resposta do príncipe em decorrência da proteção à Instituição não impediu que a mesma mandasse fazer o retrato oficial, fazendo daquela imagem um símbolo do poder presente, persuadindo associados e comunidade local, através dos saraus e celebrações que oferecia nos salões da Sociedade de Beneficência.

Quando da morte do El Rei D. Carlos I noticiada em primeira página no “Jornal Gazeta de Notícias” do Rio de Janeiro de 11 de Março de 1908,²¹⁷ ostentando imenso artigo, não existiu referência alguma à Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé, do qual este era supostamente protetor. Houve algum tipo de comprometimento do Rei D. Carlos para com a Associação de Beneficência de Bagé? Como a Sociedade Portuguesa de Beneficência dessa cidade soube tirar proveito da figura de D. Carlos I em situações que exigissem a exibição de poder?

A construção da afirmação à identidade portuguesa também se evidenciou através da figura do rei. Isso porque em todas as instâncias, as Sociedades de Beneficência garantiram as suas estratégias de atuação apoiadas, mesmo que simbolicamente, em uma imagem dessa monarquia, visto que escolheram não participar da política brasileira em detrimento ao culto de uma nação de além mar, *a sua de origem*. Em Bagé, a figura de D. Carlos ficou representada no salão oficial do Edifício-sede, como todas as outras Sociedades Portuguesas o fizeram com o seu monarca protetor, comprovando que a evidência da efígie do rei funcionava como uma ilustração simbólica, igual a que se obtinha na fachada do seu prédio representativo em função da representação dos escudos e armas portugueses. Essa ilustração simbólica apresentou-se como substituto de D. Carlos, ou seja, fez parte do conjunto de objetos respeitantes à figuração da Sociedade de Beneficência.

Para a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, o ano de 1909 foi marcado por discurso do presidente, o Sr. Manoel da Costa Leite, registrado no Relatório e nas Atas, sobre a permanência de indivíduos de nacionalidade portuguesa na diretoria da Associação:

Senhores...o número de sócios ativos, isto é, daqueles que produzem renda efetiva com a sua contribuição mensal, é pode mais

²¹⁷ Arquivo do Cartório da Casa Real, caixa – 7661. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa: Portugal.

reduzido e o dos nossos sócios admitidos é assás diminuto relativamente, sendo preciso um grande esforço por parte dos nossos consórcios.

...é fato incontestável que tendo cessado quase que por completo a imigração portuguesa para o estado, e sobretudo para esta florescente cidade, a nossa associação ficou de tal forma privada de um tão poderoso subsídio, pelo que será fácil prever as sérias dificuldades com que lutarão no futuro os sócios desta casa na organização de seus corpos dirigentes. Se, pois, medidas de certa ordem não forem tomadas por aqueles que nos sucedem, a nossa sociedade, fatalmente, perderá dentre em breve o seu título nativo...

Presidente

*Manoel Valente da Costa Leite.*²¹⁸

O sentimento de perda de referencial de origem, que aparece no texto escrito pelo presidente Manoel Valente da Costa Leite é tendencioso e materializou as indagações dos portugueses associados da Sociedade de Beneficência em Pelotas. Na verdade, a morte do Rei protetor – D. Fernando –, em 1885, configurou uma primeira perda, não só de referencial, mas de poder, já que a Associação tentou diferenciar-se nas sociedades locais pela constante reafirmação da identidade lusa, fazendo do protetorado real uma marca da congregação. Nesse sentido, está também implícito a explicação do continuísmo nos cargos diretivos da Instituição, pois sabendo que a imigração portuguesa para a cidade começa a estagnar-se, o critério da nacionalidade lusa para a ocupação da presidência tem a sua maior justificativa.

A frase “*o rei dos portugueses, é para eles a encarnação da pátria*”, sempre foi uma constante em todos os relatórios institucionais e revelou-se em grande parte do material documental sobre as Associações.

Bem menos traumática foi a situação da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande que buscou, após a República brasileira (1889) e posteriormente a República Portuguesa (1910), um entrosamento maior com as autoridades governamentais nos níveis regional e nacional, abrindo a associação para a participação de indivíduos de outras nacionalidades, mesmo sem modificar o discurso

²¹⁸ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Relatório, 1909. Pelotas: Tipografia Diário Popular, 1910: 35.

de devoção a pátria portuguesa.

Em Porto Alegre, a Associação de Beneficência, seguindo os passos da sua congênere estabelecida no Rio de Janeiro, após a morte do protetor D. Fernando, perdeu o manutenção da comunicação com a coroa portuguesa, e pelo fato de D. Luís e D. Carlos não assumirem nenhum comprometimento com a Instituição. Os primeiros anos do século XX marcaram, ainda, a tentativa de manter a nacionalidade portuguesa para as diretorias e associados ativos, estando já evidente nos relatórios e atas da Associação de Porto Alegre, a preocupação que o presidente da Associação de Pelotas mostrava com a composição do contingente de sócios cada vez menos marcada pela presença de portugueses.

Nesse sentido, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande foi a associação que mostrou maior adaptação a um novo panorama social após a morte do rei protetor, da Proclamação da República Brasileira e da Proclamação da República Portuguesa. Paradoxal a todo o ideário de devoção à pátria portuguesa, que se fortalecia a cada ano decorrente dos fatos históricos citados, a Sociedade de Beneficência de Rio Grande inaugurou o século XX muito mais como *hospital de Beneficência* do que como *Sociedade de Beneficência*, porque incorporou um grande número de associados e garantiu o apoio das autoridades governamentais, não deixando de exaltar a pátria portuguesa, mas fazendo de todos os associados, portugueses por opção.

De outra parte, existiram outros aparatos que simbolizaram as Sociedades Portuguesas de Beneficência. Tão quanto a Misericórdia em Portugal, esses aparatos marcaram o poder da Instituição e os seus vínculos com a nobreza, que no caso, não podia ser melhor representada do que pela monarquia. Nesse caso, os selos que as Instituições mantinham em seus relatórios, estatutos e correspondências, e que correspondem ao escudo e armas de Portugal, foram emblemáticos, pois ao mesmo tempo em que identificam as Associações onde quer que fossem representadas, serviam para ilustrar ao rei a sua própria identidade lusa.

Os selos usados para identificar a correspondência das Sociedades Portuguesas de Beneficência foram também símbolos ilustrativos da tentativa de identificação das mesmas com o poder real. O selo da Instituição é um elemento bastante importante desde a criação da primeira Sociedade de Beneficência no Rio de Janeiro. Desde os primeiros anos, os relatórios da Sociedade de Beneficência na capital

do Império, destacaram na sua abertura o selo da Instituição, sendo esse simbolizado pelo brasão de Portugal, rebatido com outro segundo, e apresentando a imagem da Virgem da Misericórdia ao centro. Na verdade, cada Sociedade escolhia a sua própria representação, e nesse sentido, a do Rio de Janeiro, como sendo a primeira a ser criada no Brasil obteve todos os elementos que a identificavam como real e portuguesa. Existiram consórcios residentes em Portugal que colaboravam com a Instituição, principalmente com as suas representações públicas. Por essa razão, até no discurso dos lusos aparece o sentido de identificação das suas representações com a cultura portuguesa pois *“cumprе agora aos portugueses corresponderem condignamente como foi de sempre o timbre da nossa raça, a estas provas de carinho pela mais necessitada das associações portuguesas dessa cidade”*.²¹⁹

Na Província de São Pedro do Rio Grande, todos os relatórios institucionais, estatutos e correspondências das Sociedades de Beneficência são marcados pelos selos das Associações. Em Porto Alegre, as armas e escudos que ornaram a fachada do seu edifício-sede, inaugurado em 1870, mostram como o selo é desenhado, pois na verdade, os elementos que permanecem nessa iconografia são aqueles que se deseja evidenciar para a comunidade em geral nas localidades brasileiras e em Portugal, os elementos respeitantes à nação portuguesa.



Figura 17 - Selo da Sociedade Beneficência em Porto Alegre. Fonte: Arquivo da Beneficência Portuguesa de Porto Alegre.

Assim, no selo da Sociedade de Beneficência em Porto Alegre podemos observar também que um dos elementos preponderantes é a coroa que se sobrepõe ao escudo português. Na verdade, foi muito fácil para as comunidades locais

²¹⁹ Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. Relatório. Ano 1889. Rio de Janeiro: O Globo, 1890. p. 22.

perceberem as Associações como monarquistas, pois a presença da coroa portuguesa é uma constante em todos os casos analisados, tornando a sua aceitação, em alguns momentos como, por exemplo, na República, bastante difícil.

Em Pelotas, Rio Grande e Bagé, a identificação das Sociedades de Beneficência obedeceu aos mesmos moldes daquela que havia sido feita em Porto Alegre: as armas e o escudo português coroado pelo símbolo real. Esses elementos acompanhavam todos os postais enviados para Portugal, lembrando que as imagens enviadas ao rei cumpriam o dever de enaltecer a própria Beneficência, como um lugar próspero e confiável, para manter, nesse sentido, a ligação com o protetor monarca.

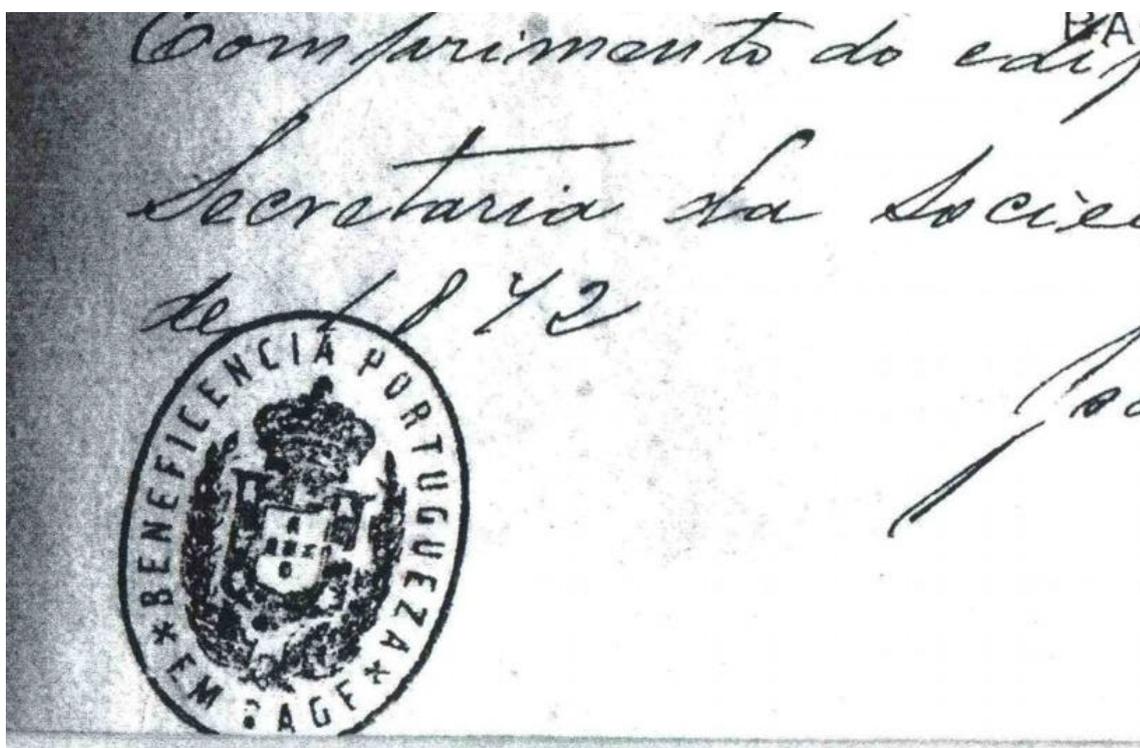


Figura 18 - Selo da Sociedade Beneficência em Bagé. Fonte: Arquivo Torre do Tombo (Lisboa).

Sumariando este andamento de investigação, recordemo-nos que os lusos escolheram o Brasil como local de destino na possibilidade de enriquecer com as oportunidades de trabalho, visto que, em virtude da sobre-população nas cidades portuguesas as próprias autoridades daquele país encorajaram a emigração. A imigração portuguesa teve toda relação com a criação das Sociedades Portuguesas de Beneficência na Província de São Pedro do Rio Grande. Para existir uma instituição dessa ordem era necessário não somente um número expressivo de lusos, mas a existência de um grupo de imigrantes capaz organizar-se em prol dessa criação.

As efemérides comemoradas nas quatro Sociedades Portuguesas de Beneficência adquiriram significado de suma importância nas suas trajetórias, pois fizeram com que, em diferentes momentos, as entidades emergissem como poder local. De diferentes formas, as Associações procuraram ressaltar valores ideológicos que remetiam a sua identificação enquanto portuguesas nas comunidades locais. Esse foi o caso da Sociedade de Beneficência de Bagé, com as inúmeras procissões em homenagem ao Divino Espírito Santo, e o caso da Sociedade de Beneficência de Rio Grande, com as homenagens realizadas aos mitos portugueses – Luís de Camões e Vasco da Gama – mandando esculpir na fachada do edifício-sede suas estátuas em 1868.

Na medida em que as festividades em homenagem ao padroeiro das Instituições e os aniversários natalícios dos reis de Portugal foram comemorados nas entidades, a exteriorização dos próprios ritos tornou-se clara nas comunidades que as receberam, um fenômeno comum às quatro Sociedades.

Comparativamente, o protetorado régio funcionou de forma desigual ao longo da história das Instituições. Nas Associações de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande a devoção ao rei se deu em função do próprio protetorado, pois o rei ao aprovar a Instituição enviava carta à mesma declarando-se seu protetor. Tal fato, bastava para que as Instituições estabelecessem ligação com o Reino de Portugal, sendo o protetorado, mesmo que simbólico, uma forma de adquirir destaque e poder. Nesse sentido, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre foi a mais privilegiada, porque enquanto primeira a ser fundada na Província recebeu a proteção de D. Fernando desde os primeiros anos de funcionamento, e, até a morte do rei, gozou do prestígio desse protetorado e de alguma ajuda financeira, o que não ocorreu com as Sociedades de Rio Grande e de Pelotas, que perderam o protetor nos seus primeiros anos devido a morte de D. Luís.

Ao mesmo tempo, o almejado protetorado nem sempre foi fácil de ser conseguido. A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé não obteve resposta positiva de D. Carlos I, após inúmeros pedidos e pagamento de proteção. Embora o pagamento pelo protetorado tenha sido uma prática comum a todas as outras Instituições de Beneficência, no caso da Associação de Bagé essa compra não foi suficiente, diferenciando a história da entidade com relação as congêneres.

Em contrapartida, o protetorado se configurava como utilitário para os monarcas porque, essas e muitas outras proteções que efetua v am a diversos tipos de associações em Portugal e no mundo, ampliava o poder simbólico da regência e também aumentava os próprios cofres públicos. A reciprocidade estabeleceu-se como forma de contrato, na medida em que o rei comprometendo-se como protetor concedia à Instituição o privilégio de ostentar o símbolo real, a exemplo da utilização dos retratos do monarca nos salões dos edifícios-sede. A utilização da figura do rei aumentava a credibilidade das Instituições, que continuou utilizando os símbolos portugueses mesmo após a morte dos monarcas, a exemplo do que fez a Sociedade de Beneficência de Rio Grande que transferiu a devoção ao rei pela devoção a pátria portuguesa, tão almejada e, tão construída.

CAPÍTULO III

3. AS SOCIEDADES PORTUGUESAS DE BENEFICÊNCIA EM RE(A)PRESENTAÇÃO.

3.1. A ICONOGRAFIA DOS EDIFÍCIOS-SEDE DAS INSTITUIÇÕES DE BENEFICÊNCIA NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO

3.1.1. O ESTILO HISTORICISTA ECLÉTICO NA ARQUITETURA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX.

Na primeira metade do século XIX, duas correntes antagônicas manifestaram-se na arquitetura europeia: a Racionalista e a Eclética. A primeira mostrava-se preocupada com a simplificação das fachadas, com a funcionalidade dos prédios construídos e a sua organização espacial interior, utilizando os materiais e as novas técnicas construtivas decorrentes da Revolução Industrial. A segunda, mesmo que utilizando novos materiais e novas técnicas construtivas, dava maior valor na riqueza ornamental das construções, recuperava fragmentos de estilos diversos do passado combinando-os como se fossem peças de jogos de construção. Essas ornamentações sobre o espaço topológico das fachadas formavam obras muitas vezes mais perfeitas que em seus modelos. Essa corrente arquitetônica teve origem na França e o seu momento de apogeu aconteceu por volta de 1860, cujos exemplos em Paris são: a Ópera Charles Garnier, construída pelo arquiteto de mesmo nome de 1861-1874; a Igreja Sacre Coeur, edificada pelo arquiteto Paul Abadie no período de 1875-1910 e a Estação de Orsay, construída por Laloux em 1900.



Figura 18 - Ópera Charles Garnier – Fonte: Orsay (1987)



Figura 19 - Igreja Sacre Coeur – Fonte: Orsay (1987)



Figura 20 - Estação d´Orsay – Fonte: Orsay (1987)

As transformações políticas, sociais e estéticas que assolaram a Europa ainda durante o século XVIII, com as escavações arqueológicas na Itália, referentes a descoberta das cidades romanas de Herculano, em 1719, e Pompeia, em 1749, a Revolução Francesa (1789) e posteriormente a revolução Industrial, alimentaram uma nova estética artística que se manifestou através do Neoclassicismo, corrente artística baseada na reutilização das ordens clássicas greco-romanas, adaptadas as exigências e demandas da sociedade da época. De fato, a revisão dos estilos da Antiguidade Clássica, possibilitava o aprofundamento do significado de imitação e a ampliação do conceito de restauração. As escavações de Herculano e Pompeia, destruídas pela erupção do Vesúvio (79 d.c) contribuíram para definir melhor o conceito

de classicidade.

No Brasil, essas transformações estéticas se manifestaram com certo atraso de tempo. Segundo Walter Zanini (1983), as primeiras manifestações do estilo Neoclássico no país ocorreram na passagem do século XVIII para o século XIX e tiveram como base a transição de uma época colonial de “feição agrária”, controlada e dependente dos monopólios portugueses, para uma época de independência política e intercâmbio com várias nações, que se acentuaram no decorrer do século.

Na sociedade brasileira da primeira metade do século XIX, em um período de povoamento dos diferentes territórios da então colônia portuguesa do Brasil, pelo menos as cidades mais significativas, como o Rio de Janeiro (capital do Império), passaram por uma reordenação e embelezamento. A partir do patrocínio português, o remodelamento dessas cidades tinha como objetivo a ruptura com a arquitetura colonial muito identificada com uma sociedade atrasada e de hábitos rudes.

No Rio de Janeiro, essa nova ordem social teve impulso com a chegada da Família Real portuguesa e sua corte em 1808, pois a intenção de Dom João VI fora organizar na cidade as condições urbanas necessárias capazes de equipará-la a uma capital do Império de Portugal.

As possibilidades de prosperidade econômica advindas com o desenvolvimento do interior do Brasil, sobretudo das vilas e cidades localizadas no sul e extremo sul da colônia, tendo a pecuária como atividade de suporte, e advindas com a abertura dos portos (1815), elevam essa mesma capital do Império a um entreposto estratégico de governabilidade. Portanto, o Rio de Janeiro além de receber a corte portuguesa e transformar-se na sede do Império Português, deveria abraçar toda a responsabilidade de reunir o poder central da colônia. Além disso, a renovação da riqueza, pelo desenvolvimento do interior do Brasil trouxe o Neoclassicismo a Recife, a Belém do Pará, ao Maranhão, e sobretudo ao Rio de Janeiro, com a contribuição de mestres estrangeiros, que aproximaram o aspecto das ruas destas cidades a bairros e vilas residenciais de cidades europeias.

Da mesma forma, um dos fatores mais significativos para a transformação visual da cidade do Rio de Janeiro, e do comportamento de sua sociedade, foi a chegada da Missão Artística Francesa em 1816. A Missão ou Colônia Le Breton, constituiu um sistema de ensino das artes acadêmico, que no século XVII já

se generalizara em tantas cidades europeias. Aqui, esses ensinamentos tiveram o intuito de impulsionar a prática artística, induzidos pelo sentido do gosto ou estética gerados pelas normas e modelos propagados.

O estilo Neoclássico, estilo instituído pela Missão Artística, também foi aqui chamado de Acadêmico, pois na revisão da Antiguidade Clássica como modelo estético, institui padrões de representação, normas e práticas a serem seguidas na pintura, escultura e arquitetura. Representativos da Missão, neoclássicos pela formação e atuação, foram o pintor Jean Baptiste Debret (1768-1848), o escultor Nicolas Antoine Taunay (1768-1824) e o arquiteto Grandjean de Montigny (1776-1850), sendo o primeiro responsável por diversos registros da vida na colônia (dos indígenas e da escravidão), sobretudo pelos retratos paisagísticos numa referência as características específicas de um clima tropical.

A chegada da Missão também provocou uma ruptura com a tradição hispano-portuguesa pois introduziu na sociedade brasileira modificações nos costumes sociais e na valorização de um gosto particular, identificado com o refinamento da população e portanto, como um “afrancesamento” da mesma. Tal fato se justifica historicamente, pois o Neoclássico na Europa simbolizou o bom gosto da nobreza, contrapondo o Barroco que introduzira na pintura características emocionais identificadas com o gosto popular, e portanto, a partir dessa mesma relação, o Neoclássico no Brasil simbolizou a antítese da vida colonial, por ser esta considerada “bárbara”.

A posterior criação da Academia Imperial de Belas Artes também em 1816 referia as modificações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, pois nela trabalharam artistas que fizeram parte da Missão Artística e que propagaram o estilo Acadêmico no trabalho de seus discípulos diretos.

A figura de Grandjean de Montigny foi a que maior estabilidade alcançou entre os mestres da Missão, através da sua estadia no Brasil e de seu trabalho. Montigny, projetou no Brasil, o edifício destinado a primeira praça do Comércio, inaugurado em 1820 e ainda existente com poucas modificações, em face a igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, funcionando hoje como espaço de exposições e denominado Casa França – Brasil. Entre outras obras, projetou também a sua casa em Chácara da Gávea, adaptando sua linha de construção ao clima e tradição local,

mostrando nas linhas que compõem a fachada e planta da edificação os elementos neoclássicos.



Figura 21 - Casa da Gávea – Fonte: Catálogo da Funarte (1974).

Sem dúvida a arquitetura instituída pela Missão Artística Francesa era Neoclássica, justificada pela formação de seus artistas – professores e imposta pela metodologia da Academia Imperial de Belas Artes. Essa arquitetura desenvolveu-se de forma significativa com os discípulos de Grandjean de Montigny e outros arquitetos, marcando a fase mais representativa desse estilo no país, observado pelo jogo de grandes planos e superfícies retangulares, pelo equilíbrio simétrico que apresentam as fachadas das construções, pelo emprego de elementos ornamentais clássicos, como os frontões e capitéis gregos e os arcos de meia-circunferência das aberturas.

Ao fazer um exame do Neoclassicismo do final do século XVIII e início do XIX, na França, na Itália e em outros países, percebemos que ele é definido como estilo, pela recuperação de elementos arquitetônicos da Antiguidade Clássica greco-romana, e pela sobriedade e tendência ao purismo. No entanto, transplantado para o Brasil, o Neoclassicismo vem somado a outros elementos arquitetônicos, que caracterizam o estilo Eclético, que se desenvolveu na Europa na segunda metade do século XIX. Na verdade, a mistura desses estilos se deu pela simultaneidade com que estes chegaram aqui, visto que nesta época, existia uma versatilidade de informações culturais provenientes de um maior acesso a cultura internacional. Nesse sentido, vários autores apontam que desde a sua implantação no Brasil, o Neoclassicismo foi mesclado com elementos estranhos a esta corrente, caracterizado como Eclético, como Guinter

Weimer²²⁰, Yves Bruand²²¹ e Giovanna Del Brenna²²². Esse Neoclassicismo – Eclétismo brasileiro apresentou uma sobrecarga de ornamentos em massa de cimento ou estuque, mesclado a outros elementos ornamentais – funcionais como ferragens e vitrais.

O apogeu do estilo Historicista Eclético se deu um pouco antes do século XX, sobretudo no Rio de Janeiro e na capital bandeirante, seja pela evolução do gosto nacional e a situação geral do país, expressas na capital federal pela difusão dos ideais republicanos e o fim do regime monárquico, seja como expressão da riqueza cafeeira em São Paulo, da borracha no Amazonas, e do charque em alguns locais do Rio Grande do Sul, como em Pelotas e Bagé. São representativos do historicismo Eclético na arquitetura brasileira: os Teatros como o Municipal do Rio de Janeiro, edificado pelo arquiteto Francisco de Oliveira Passos, com projeto do francês Albert Guibert, construído entre os anos de 1903 e 1909 (inspirado na Ópera de Paris); o teatro Municipal de São Paulo, projetado pelos arquitetos Domiziano Rossi e Ramos de Azevedo; e o Amazonas em Manaus, obra do arquiteto Charles Peyroton, edificado entre 1858 a 1911, cuja construção demorou cerca de quatorze anos para ser concluída, havendo alterações no aspecto exterior do teatro.



²²⁰ WEIMER, Günter. A arquitetura. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

²²¹ BRUAND, Yves. Arquitetura contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1981.

²²² DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. Eclétismo no Rio de Janeiro. IN FABRIS, Anateresa (org.). Eclétismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel, 1997.

Figura 22 - Teatro Municipal de São Paulo – Fonte: Zanini (1983).



Figura 23 - Teatro Municipal do Rio de Janeiro – Fonte: Zanini (1983)



Figura 24 - Teatro Amazonas – Fonte: Zanini (1983).

No Rio Grande do Sul, desde os primórdios de seu desenvolvimento urbano, quando então Província de São Pedro, a realização de atividades ligadas a arte e ao conseqüente embelezamento das cidades e vilas foi bastante deficitário, em virtude

do afastamento da região em relação a capital do Império e portanto, a sua situação periférica social, política e economicamente.

O primeiro movimento de modernização regional, quanto ao acompanhamento das transformações que ocorriam no Rio de Janeiro, se deu a partir da segunda metade do século XIX, quando chegaram na Província de São Pedro do Rio Grande, em especial Porto Alegre, imigrantes alemães, italianos, judeus e portugueses delineando transformações nas estruturas sociais e econômicas. A imigração aumentou e diversificou a população, e por conseguinte, tornou o sistema econômico mais complexo, tanto na zona de produção agrícola (nas áreas coloniais da serra), quanto na intensificação do comércio e na intensificação da pecuária (nas áreas do extremo sul da Província), da criação e charqueadas.

Dessa forma, a sofisticação do sistema econômico na Província de São Pedro fez surgir uma nova elite que passou a disputar espaço político com as elites já estabelecidas, como por exemplo as de origem rural. No entanto, conforme vimos, as diferenças regionais da Província entre o extremo sul e o norte marcaram diferenças no interesse das populações que lá viviam, e que portanto essa nova elite poderia ser encontrada em diferentes grupos sociais, a exemplo de Porto Alegre que desenvolve um processo de modernização capitalista em que o porto escoava as mercadorias produzidas na zona da serra, baseadas em propriedades agrícolas e possibilitando o enriquecimento de uma população urbana; de Rio Grande que também pela presença do porto é beneficiada com a chegada de centenas de imigrantes de diferentes nacionalidades, em especial de portugueses, que possibilitaram o desenvolvimento do comércio urbano, dos profissionais liberais e de uma indústria artesanal (a exemplo da Heingaintz); de Pelotas, com o trabalho nas charqueadas, e no comércio; de Bagé, que em situação de fronteira a prosperidade das famílias que viviam do campo continuava sendo hegemônica, pelo menos até o advento da República (1889).

Papel fundamental e concomitante ao processo de modernização regional foi o desempenhado pelo PRR – Partido Republicano Riograndense. Porta voz de uma nova burguesia urbana, ele simbolizou nas diferentes regiões da Província, e após a República, as máximas positivistas embalado em ideias que contrapunham uma elite tradicional ligada à terra, como o embezoamento dos edifícios públicos das cidades através de uma ordenação lógica e também pomposidade.

A classe burguesa no extremo sul do Brasil materializava o status e a posição social na sofisticação dos edifícios de suas residências e públicos. Ao estruturar-se enquanto classe social que disputava espaço político, a nova burguesia impôs padrões sociais e culturais, fazendo do estilo historicista eclético vigente na fachada desses edifícios, com a rica ornamentação e opulência característica, uma nova visualidade condicionada a sua maneira de ser e estar no mundo desta sociedade.



Figura 25 - Comemoração de sete de setembro em Bagé (1898). Fonte: Arquivo do Museu Dom Diogo de Souza, Bagé, RS.



Figura 26 - Mercado Público de Bagé (1900). Fonte: Arquivo do Museu Dom Diogo de Souza, Bagé, RS.



Figura 27 - Praça Tamandaré em Rio Grande (1898) – Fonte: Projeto Pelotas Memória



Figura 28 - Bonde em Pelotas (séc. XIX) – Fonte: Projeto Pelotas Memória.

Vários arquitetos e historiadores da arte dedicaram-se ao estudo do estilo arquitetônico Historicista Eclético na Europa e no Brasil. Bruno Zevi (1994), ao fazer referência à arquitetura do século XIX, revela que a construção desses espaços belos entre si, definidos pelo desmerecimento dos espaços internos em função de uma super valorização das fachadas e da urbanística, e que remetem a estilos do passado, são representativos da vida orgânica dos seres que nesse espaço viveram.²²³ E de fato,

²²³ Sobre essas questões ver em ZEVI, Bruno. Saber ver arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

não somente refletem o estilo de vida como também a função a que se destina o espaço do edifício sendo fundamental destacar que quando se observa a ornamentação das fachadas arquitetônicas percebe-se que, em sua grande maioria, há uma identificação simbólica e proposital com monumento.

Ao definir as bases da arquitetura europeia do século XIX, Luciano Patetta (1987) revela inúmeros pontos de vista a respeito dessa corrente arquitetônica eclética. Ao unir estilos do passado, retirando fragmentos de cada um deles, no intuito de alcançar experiências criativas, recriava-se sempre, pois essa volta ao passado e o aspecto decorativista, permitia o aparecimento de uma marca nacionalista. Com isso, o autor subdivide o ecletismo europeu em três correntes: o da Composição Estilística (no qual as construções são baseadas em um único estilo do passado), a do Historicismo Tipológico (no qual as construções relacionam o estilo às funções do prédio edificado) e a dos Pastiches Compositivos (na qual as construções apresentam soluções ornamentais que mesclam estilos diversos).²²⁴

Ana Tereza Fabris (1987) considera que este estilo foi sinônimo de modernização, visto que aqui não se tinha experiência dos “reivels”, de forma mais concreta como se tinha na Europa. Isso representou uma real possibilidade de alcance às técnicas europeias e acesso a cultura internacional identificada como progresso, mecanização e civilização.

Günter Weimer (1992) definiu o estilo Historicista Eclético, como uma volta aos estilos arquitetônicos do passado, onde os arquitetos buscam elementos ornamentais de linguagens variadas tanto de épocas, como de locais diferentes, aplicando-os, repetindo-os e conjugando-os em seus programas de composição fachadísticos, citando a história da arquitetura. Por esse motivo, o autor conceitua essa linguagem arquitetônica como Historicista Eclética, conceito com o qual concordamos e que foi abordado nesse trabalho.

Da mesma forma, a leitura desses elementos compositivos presente nas fachadas arquitetônicas é vista a partir da perspectiva do método iconológico, pois como refere Erwin Panofsky (1984), o sentido da imagem evidencia para além das suas proporções visuais, destacando as qualidades subjetivas da obra e a intencionalidade do

²²⁴ Sobre essas questões ver em PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo no Brasil. São Paulo: Nobel, 1987. p. 20.

artista.

3.1.2. A ARQUITETURA DA FACHADA DOS EDIFÍCIOS SEDE DAS SOCIEDADES PORTUGUESAS DE BENEFICÊNCIA.

Conforme vimos, em muitas outras cidades do Brasil são criadas Sociedades Portuguesas de Beneficência em continuidade à primeira experiência ocorrida no Rio de Janeiro, em 1840. Apesar de não se ter encontrado registros mais concretos sobre o modelo administrativo estipulado pelo Compromisso de Lisboa, e que este tenha se estendido a outras funções nos hospitais, tais como a composição arquitetônica dos prédios, observa-se que todos os edifícios das Beneficências apresentam semelhanças bem marcantes. Uma delas é o espaço topológico de suas fachadas, pertencentes ao estilo Historicista Eclético, caracterizado pela mistura de elementos ornamentais de correntes e épocas diferentes, filiados a estéticas variadas da história da arquitetura. A luxuosidade dessas composições confere ostentação a esses hospitais, as quais parecem representar os anseios de uma sociedade burguesa, característica própria da arquitetura do século XIX. Essa sofisticação de interiores e exteriores de prédios públicos e privados nas diferentes localidades da Província de São Pedro, podiam ser também vistas como importantes modificações nas relações sociais e nas reformulações dos signos de distinção, que passaram a materializar o status e a posição social de seus proprietários e, ou, usuários. Ou seja, ao estruturar-se enquanto classe social e disputar espaço político, a nova elite impôs padrões sociais e culturais, aí incluídos numa sensibilidade específica condicionante da maneira de ser e estar no mundo.

Os edifícios-sede das Sociedades Portuguesas de Beneficência se inserem dentro dessa visualidade, uma vez que materializam os desejos dos imigrantes portugueses de fazer parte de um grupo de elite.

Nesse sentido, Pierre Bourdieu (1972) revela que a compreensão imediata de determinada representação acontece pelas experiências que a mesma suscita, muitas vezes, afetivas, como simples sintomas culturais. O entendimento de uma simbologia, ou representação, depende de uma operação inconsciente de decifragem que só é perfeitamente adequada quando a competência que um dos agentes

engaja na sua prática é igual a competência que engaja objetivamente o outro agente na percepção dessa simbologia, existindo para o autor, portanto, uma dependência das relações de força simbólica com respeito à estrutura das relações de força política.²²⁵

Os edifícios das sedes das Sociedades de Beneficência foram criados para serem compreendidos enquanto símbolo de um grupo que ascendeu socialmente, e portanto, os ícones lá deixados para representação foram feitos para a compreensão dos grupos sociais pertencentes também às elites locais. A pomposidade e luxuosidade característica do ecletismo, ilustra a situação de prosperidade do imigrante português no Brasil, símbolo de um grupo estrangeiro, que da mesma forma que prima pela boa conduta nos seus estatutos, anseia por uma apresentação visual impecável.

Em relação à disposição interna e localização desses hospitais, elas se guiam pelas premissas dos médicos higienistas do século XIX, que atribuem as epidemias e a insalubridade das cidades da época colonial à sua conformação espacial: estreita e abafada.²²⁶

No contexto da segunda metade do século XIX, essa “vontade coletiva” de “aperfeiçoamento moral”, buscado através da solução dos problemas de higiene pública, muito concorre para a difusão de hospitais, sejam eles públicos ou privados. No decorrer de todo o Segundo Império, um grupo de médicos luta para conseguir prestígio junto às autoridades brasileiras, tentando estruturar e fortalecer a sua medicina, e com vistas a torná-la a única forma legítima de curar. Para isso, é preciso realizar reformas e melhorias no interior da própria medicina, segundo Sampaio, e também se tornam fundamentais, a crítica e o combate às demais práticas de cura, tais como o curandeirismo, bastante arraigadas no cotidiano de diferentes grupos sociais e que representam uma séria concorrência aos métodos científicos, bem mais recentes no País²²⁷.

No caso do hospital moderno, no qual se enquadram as Beneficências

²²⁵ Sobre essas questões ver em BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève, Lib. Droz, 1972. p. 48.

²²⁶ No Brasil, a implantação de uma nova malha urbana ocorre durante a República Nova, sobretudo no Rio de Janeiro, com o objetivo de curar os problemas de infra-estrutura e precariedade sanitária das cidades. Ver em PEREIRA, Sônia, *A Reforma Urbana de Pereira Passos e Construção da Identidade Carioca* (1996) p. 51.

²²⁷ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura - As Diferentes Medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.

Portuguesas, o espaço arquitetônico interno é organizado para abrigar uma nova prática hospitalar, visto que alguns deles apresentam de forma bastante simétrica a separação dos leitos e salas cirúrgicas, de modo que se possa observar todos os doentes. Esta disposição interna higieniza e disciplina o espaço do hospital; ao mesmo tempo, é uma importante contribuição da prática médica européia, oriunda da época dos descobrimentos na área científica (séc. XVI).

As exigências relativas às medidas urgentes de saneamento hospitalar e urbano permeiam o século XIX brasileiro. Elas têm como objetivo a separação do espaço físico dentro do hospital, segregação dos doentes, disciplinando esse mesmo espaço, e, dessa forma, colocando o homem em uma situação de “modelo”, de “tipo”. Essas transformações hospitalares, que remetem a Foucault – *um indivíduo deve estar em cada lugar e em cada lugar um indivíduo*²²⁸ –, são medidas que também configuram-se como uma contribuição importante, pois é preciso passar pelo “sanitarismo despótico”, um degrau necessário para que outras transformações médicas possam ocorrer, como ocorrem, nos séculos posteriores. A conformação espacial consagrada como ideal pelos órgãos que trabalham com a higiene pública no Brasil é encontrada em alguns hospitais das Beneficências Portuguesas.

No entanto, ao deparar-se com a história das Sociedades Portuguesas de Beneficência no Brasil, percebeu-se que esses hospitais não funcionaram somente como modelos, mas também como “lugares”, representações de lusos que vivem em determinado local, sob determinadas condições.

3.1.3. ANÁLISE DOS ASPECTOS FORMAIS E COMPOSITIVOS DO PRÉDIO DA BENEFICÊNCIA DE PORTO ALEGRE

A história do edifício da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre é bastante singular. O primeiro local de atendimento dos doentes do hospital foi a Santa Casa de Misericórdia da cidade, em virtude de um convênio realizado com a mesma na impossibilidade de se obter sede própria nos primeiros anos de funcionamento.

No entanto, no ano de 1858, a diretoria da Sociedade de Beneficência

²²⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir - a história da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

decide comprar uma casa na rua da Figueira, bastante simples, mas suficiente para abrigar a uma enfermaria e para atender parte de seus associados. Portanto, é somente no ano de 1866 que, por iniciativa do presidente Antônio Francisco Pereira dos Santos, que se começaram a fazer subscrições para a construção de um definitivo edifício-sede. Com a doação dos terrenos, a pedra fundamental foi lançada em 1867, e a conclusão total do edifício dada em 1880, quando se termina o bloco central voltado para o “Caminho da Aldeia”, atual rua da Independência.

O edifício da Sociedade de Beneficência de Porto Alegre apresenta inúmeras similaridades com o edifício-sede da sua congênere na cidade de Santos. A edificação caracterizada pelo estilo neoclássico, foi um retorno arcaizante aos estilos greco-romano e renascentista. As superfícies são lisas e decoradas abstratamente; os pórticos enormes derivam dos templos gregos. O formalismo é refinado e enfatiza os frontões como as principais guarnições nos edifícios, uma marca da sua imponência e sobriedade.



Figura 30 - Foto antiga do prédio da Beneficência em Porto Alegre, mostrando que o prédio possuía um recuo protegido por um muro com gradil.
Fonte: Arquivo da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre.

De modo mais conservador, opta por uma arquitetura racionalista, sóbria e maciça. Os volumes geométricos são a principal característica desse estilo, que privilegiou materiais nobres como o mármore, esquemas ortogonais, formas simétricas, murais lisos, volumes encorpados, pórticos colunados, frontões triangulares. Predominam os volumes geométricos regulares, solenes e pouco ornamentados. Prédio

com simetria, onde um eixo vertical centralizado divide a fachada da edificação em duas partes iguais.

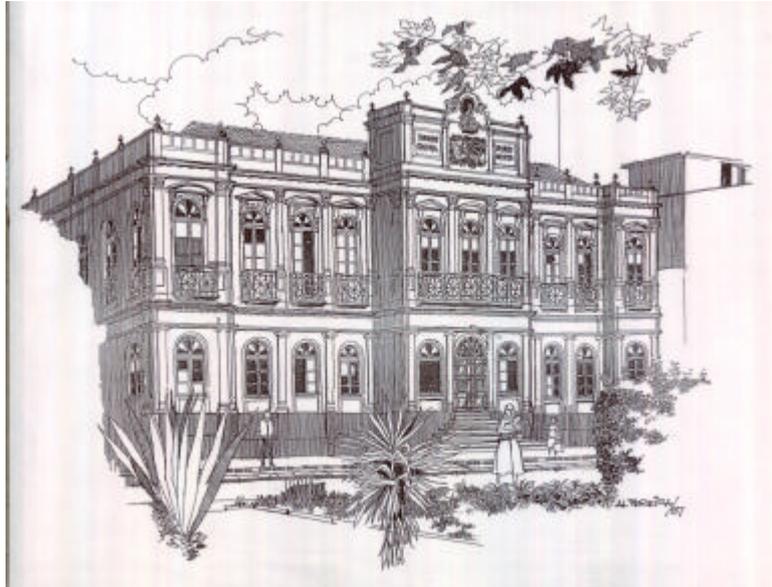


Figura 31 - Gravura que salienta o corpo principal destacado dos corpos laterais. Ignácio Weingartner. Fonte: Arquivo da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre.

A escadaria de acesso organiza-se também centralizada pela simetria. Essa mesma escadaria de granito, que compõe a porta principal de entrada, foi trazida de Portugal, a partir de uma oferta do sócio Manuel Lopes da Costa Soares.



Figura 32 - Detalhe da escadaria e porta de entrada. Fonte: Foto da pesquisadora.

Forma-se, assim, um corpo principal avançado e destacado tanto pela escadaria como por uma platibanda mais alta coroada por um frontão. Nesta platibanda encontra-se incrustado o brasão de Portugal, escudos das armas que também foram ofertados por associados, no caso a lusa Teresa Ferreira Porto Santos, esposa do então presidente da Instituição em 1869, o sr. Antônio Francisco Pereira dos Santos.



Figura 33 - Foto noturna do prédio destacando platibanda cega, corpo principal com brasão. Fonte: Arquivo da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre.

Descobre-se, em seguida, uma platibanda cega nos corpos laterais mais baixa que no corpo central. Em toda platibanda encontramos almofadas divididas por corpos que seguem a linha das colunas. As janelas são em arco romano, sendo que no primeiro pavimento elas são simples e no segundo pavimento se configuram em porta-janelas, com sacada em gradil de ferro e encimadas por frontões triangulares e em arco abatido. Todas as aberturas possuem moldura em reboco saliente.



Figura 34 - Detalhe das janelas em arco romano. Fonte: Foto da pesquisadora.

A fachada conta com uma marcação vertical que divide os pavimentos e também divide o prédio e a platibanda. Esta marcação é feita através de frisos salientes. Esta marcação divide as colunas que estão colocadas entre todas as esquadrias, incrustadas na fachada com corpo liso.



Figura 35 - Vista geral do prédio. Fonte: Foto da pesquisadora.

A edificação possui um acesso central único localizado na linha de simetria da fachada e que se tem acesso através de uma ampla escadaria. O embasamento da construção se dá até o nível do primeiro pavimento. Nas duas extremidades dos blocos laterais existe um corpo um pouco avançado, mantendo as características dos blocos laterais. No corpo central, segundo pavimento, existem mastros de bandeiras.

Infelizmente, o edifício da Sociedade de Beneficência encontra-se atualmente descaracterizado em sua composição. O gradil que envolvia os jardins da sede não é mais existente em virtude do avanço da rua da Independência.

3.1.4. ANÁLISE DOS ASPECTOS FORMAIS E COMPOSITIVOS DO PRÉDIO DA BENEFICÊNCIA DE PELOTAS

O edifício-sede da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas teve a sua construção realizada graças a realização de muitas subscrições e donativos de associados beneméritos. O lançamento da pedra fundamental deu-se no ano de 1861, tendo a conclusão do hospital sido dada por completa em 1868. Na verdade o corpo inicial do hospital da Sociedade primava pela singeleza arquitetônica, ou seja, dentro da caracterização do estilo historicista eclético, evidenciava aspecto simples na regularidade de seu traçado caracterizado pela horizontalidade. No entanto, apesar de

inaugurado o hospital, o complexo da Sociedade de Beneficência não contava com uma capela, e por isso, esta foi mandada fazer a partir de 1890, estando a planta apresentada pela firma Casaretto & Irmão e aprovada pelo corpo diretivo da Instituição.

A capela da Sociedade de Beneficência de Pelotas é marca da representação do ideário católico como inerente ao povo português. Nesse sentido, ela apresenta referências estilísticas sob a influência do neo-barroco.



Figura 36 - Foto da capela da Beneficência Portuguesa de Pelotas. Fonte: Foto da Pesquisadora.

O Barroco surgiu em Roma no século XVII, paralelamente à contra-reforma do catolicismo, tendo sido o pintor Caravaggio, e os arquitetos Bernini e Borromini seus expoente mais significativos. O sentido original do termo significava ‘grotesco’, retorcido, irregular visto nas formas, apresentadas tanto na arquitetura como na pintura e escultura, por cooptarem a atenção do observador a ponto de induzi-lo a um estado de arrebatamento. A religiosidade é manifesta de forma grandiosa, dramática e drástica, e por isso, não raro, todos os temas trabalhados pelo estilo refletem a espiritualidade. Sua retórica é a do contraste, do exagero, da ostentação e dos artifícios cênicos sendo, dessa forma, a sua característica mais marcante o pitoresco. Há grande teatralidade, dinamismo, urgência, subjetividade, apelo emocional, passionalidade e conflitos nas obras barrocas, pois é a partir de um virtuosismo técnico, isto é, na profusão de curvas, diagonais, jogos de luz e texturas, que os contrastes e a exuberância se definem. No Brasil, o barroco adquire aspectos diferenciados, ressaltando uma arte menos densa, amalgamada a aspectos locais da colônia. No edifício da capela da

Beneficência de Pelotas, esses elementos barrocos, tais como o óculo e as duplas pilastras, aparecem misturados a influências classicistas, como o equilíbrio formal e simetria da fachada.

Prédio com simetria, onde um eixo vertical centralizado divide a fachada da edificação em duas partes iguais. Contudo, a fachada dividida encontra-se estruturada em três corpos distintos, sendo o corpo principal de altura e imponência superior aos corpos laterais.



Figura 37 - Detalhe do corpo central do prédio. Fonte: Foto da Pesquisadora.

O acesso à edificação se dá pelo corpo principal, onde encontramos uma porta centralizada pelo eixo de simetria. O terreno se encontra em declive, fazendo com que o embasamento que, no corpo principal, divide-se pelo embasamento geral da fachada e também com uma base para as colunas existentes, enquanto nos corpos laterais as colunas originam-se diretamente do embasamento geral.



Figura 38 - Detalhe do embasamento. Fonte: Foto da Pesquisadora.

O Frontão em arco abrange todo o corpo principal da fachada. Neste frontão encontra-se incrustado o brasão de Portugal cercado por adornos e emoldurado por frisos. Este frontão é embasado por detalhes em frisos que encabeçam as colunas, de duas a duas.



Figura 39 - Detalhe do brasão existente no frontão. Fonte: Foto da Pesquisadora.

Sobre este frontão encontram-se uma cruz na parte central e nas laterais duas compoteiras, que estão recuadas em relação ao frontão em si.

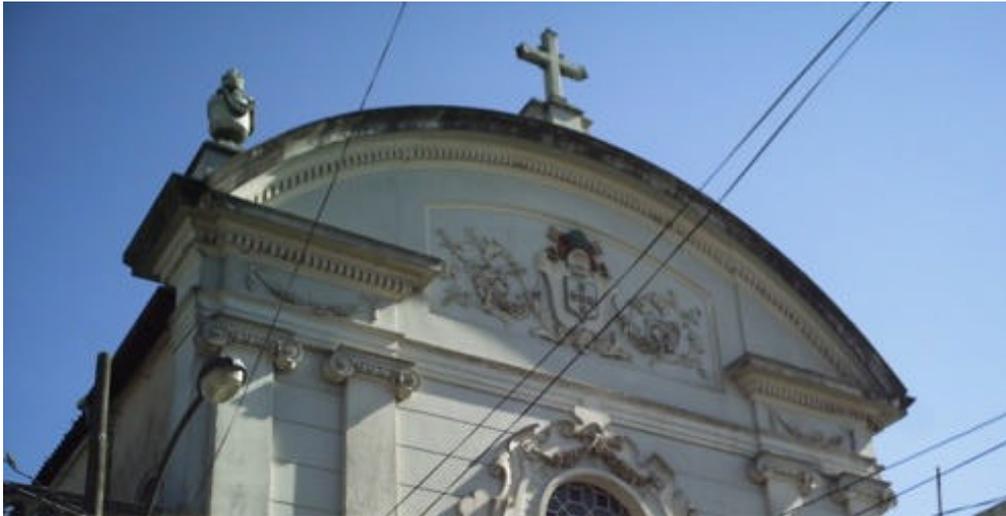


Figura 40 - Detalhe do frontão. Fonte: Foto da Pesquisadora.

Sobre a porta encontramos um vitral no estilo de óculo e um texto incrustado na parede.



Figura - 41 Foto do vitral. Fonte: Foto da Pesquisadora.

Nos corpos laterais encontramos uma platibanda vazada, formada por uma balaustrada. Também nos corpos laterais encontramos porta-janelas com sacada em gradil de ferro.



Figura 42 - Detalhe do corpo lateral. Fonte: Foto da Pesquisadora.

São encontradas seis colunas incrustadas na fachada, sendo duas nos corpos laterais e quatro no corpo central. As colunas do corpo central estão em conjuntos de duas a duas, sendo que as mesmas possuem um mesmo embasamento e coroamento único por cada par.

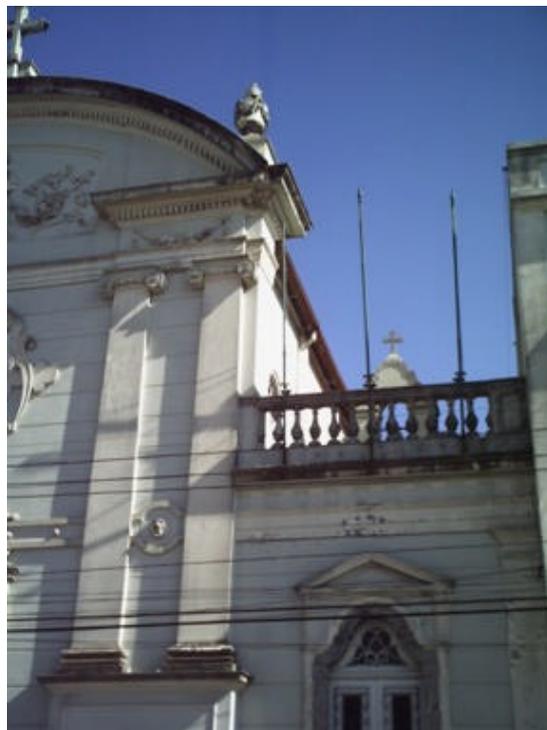


Figura 43 - Detalhe das colunas em par. Fonte: Foto da Pesquisadora.

As portas-janelas e a porta principal possuem moldura em pedra,

sendo que as portas-janelas possuem sobre elas um coroamento com um frontão no estilo neo-clássico. A porta principal possui desenho com motivos religiosos.



Figura 44 - Vista geral do prédio destacando as aberturas. Fonte: Foto da Pesquisadora.

Na parte superior de um dos corpos laterais encontramos três mastros de bandeiras.

3.1.5. ANÁLISE DOS ASPECTOS FORMAIS E COMPOSITIVOS DO PRÉDIO DA BENEFICÊNCIA DE RIO GRANDE

O edifício-sede da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande apresenta ao longo de sua história muitas modificações. A construção da primeira parte da edificação teve início no ano de 1857, quando pelo arrendamento dos prédios situados na praça da Geribanda, números dois e quatro (atual praça Tamandaré), foi erguida a primeira enfermaria. Após reivindicar a sua autonomia, a Sociedade de Beneficência de Rio Grande deixa de ser agência de Porto Alegre, em 1859, e nesse mesmo ano, começam as cotizações para a reforma da fachada do edifício-sede.

No entanto, foi somente no ano de 1868, que inicia-se a tão esperada reforma na fachada do prédio representativo da Instituição, que previa a sua reconstrução nos moldes do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

O edifício do Gabinete Português na capital do Império obedecia a uma arquitetura neo-manuelina, ou seja, ilustrativa de uma época áurea em Portugal, em que o próprio Dom Manuel ao imprimir nas artes e na cultura um estilo próprio português manifestava o enriquecimento da sociedade durante o século XV, consequência dos descobrimentos e da oposição aos valores medievais, marcadores da Renascença portuguesa. No Rio de Janeiro, o Gabinete Português representou, e ainda representa, o símbolo da cultura portuguesa, pois configurou-se como guardião do saber nos inúmeros livros e periódicos que abriga. Porque a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande desejava a identificação com os símbolos expressos na fachada do edifício do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro?

De uma forma geral, a cópia da fachada do Gabinete Português representou para a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande uma maneira de equiparar-se com aquela Instituição, como detentora do saber e da cultura lusa, na garantia de obtenção de maior respeito e confiança por parte da população na cidade, e mais do que isso, do rei de Portugal.

A edificação é marcada pelo estilo neogótico, pela referência ao gótico medieval, misturado às novas técnicas de construção tão quanto o já trabalhado dentro do ecletismo. Conforme vimos, esse estilo, surgido na Europa a partir do segundo quartel do século XIX e visto pouco mais tarde como a solução para a superação da "batalha dos estilos", existente entre os adeptos do neoclassicismo e os defensores dos estilos medievalizantes, que então começaram a ser recuperados. De certa maneira é uma revisão dos estilos anteriores de forma mesclada e com inovações na técnica e na concepção. São arquitetos clássicos que, 'em nome da própria Antiguidade', tentam progredir utilizando os novos materiais e adaptando-se às peculiaridades do clima, bem como das funções dos edifícios. Da Antiguidade são buscadas as colunatas da Roma imperial; da Grécia antiga são trazidos os pórticos dóricos. Os temas alegóricos e exóticos são usados à exaustão. Este estilo foi empregado principalmente como alternativa ao neoclássico na construção de grandes igrejas. A presença do porão é comum na época. Balaústrada na platibanda e cornija logo abaixo, clássicas. Padieira em forma de cornija acima das janelas também é clássica, mas o elemento ornamental rebuscado quebra a formalidade comum ao clássico: Presença de platibanda em concreto com desenhos geométricos imitando os que eram produzidos nos gradis de ferro tão em moda, traços do *art decor*. Combinam-

se elementos de tendência clássica com a justaposição de volumes e formas tipicamente barroquizantes, recorrendo-se à sobrecarga ornamental com o objetivo de atingir acentuados efeitos de luz e sombra. No prédio da Beneficência Portuguesa de Rio Grande este estilo sofreu forte influência da arquitetura gótica.

Conforme vimos, percebe-se, nesse sentido, que há a referência ao Monastério dos Jerônimos, um dos maiores monumentos exemplares da tipologia manuelina em Portugal, construído por Dom Manuel, também em 1498. Toda a referência à fachada de pedra do Monastério, sua imponência e decorativismo, já haviam sido retomados no Brasil em 1810, na construção do Real gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e de Pernambuco, sendo, nesse sentido, evocado também o aspecto de glória que há na organização estética e formal que representa esta tipologia, especificamente típica da Portugal no período do reinado de Dom Manuel.

A semelhança na fachada das construções, buscada na fachada da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio Grande contempla todas essas questões.



Figura 45 - Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Fonte: Convergência Lusíada. Revista do Real Gabinete português de Leitura. N° 14, 1997.



Figura 46 - Mosteiro dos Jerônimos, Lisboa. Fonte: Foto da pesquisadora.

Visita-se novamente um prédio com simetria, onde um eixo vertical centralizado divide a fachada edificação em duas partes iguais. O prédio busca um pouco a verticalidade, já que divide-se em sete blocos distintos na fachada, sendo que os blocos centrais se caracterizam por uma verticalização alcançada pelo aumento gradativo da altura dos mesmos, sendo que o bloco central é o mais alto de todos.



Figura 47 - Fachada do prédio da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Rio Grande (1950). Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal de Rio Grande.

O prédio tem a presença de três portais de entrada, centralizados e platibanda vazada, sendo que mistura-se a parte de cima como lisa, com frisos e também locais onde a platibanda é encimada por uma espécie de conchas sobre a balaustrada.



Figura 48 - Detalhe da platibanda. Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal de Rio Grande.

Nota-se ainda a presença de porão caracterizado por gateiras localizadas sob as janelas. O embasamento é feito em pedra aparente e os blocos são separados por pilastras simples incrustadas na fachada. Os três blocos centrais são em dois pavimentos, enquanto os blocos laterais se configuram em somente um pavimento. Na verdade, o bloco central é uma fachada cega, ou seja, induz ao olhar do espectador no entendimento de dois blocos enquanto que realmente é apenas um. Tal característica reforça o fato de que essa Instituição evidencia o aspecto exterior do edifício-sede como símbolo de poder e imponência.



Figura 49 - Gateiras que propiciam ventilação ao porão e embasamento em pedra. Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal de Rio Grande.

Destacam-se igualmente os detalhes góticos sobre as platibandas, colocados nos extremos de cada um dos blocos.



Figura 50 - Detalhes que remetem à arquitetura gótica. Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal de Rio Grande.

As aberturas são em arco, sendo que nos blocos laterais se encontram em um conjunto de 3 arcos. Estas aberturas são do tipo porta-janela, contando com sacada com gradil de ferro.



Figura 51 - Detalhes das porta-janelas. Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal de Rio Grande.

Os pórticos de entrada se caracterizam por possuir moldura em um escalonado de reboco, fazendo com que as esquadrias fiquem recuadas da fachada. Este efeito se encontra também nas janelas, em menor escala.



Figura 52 - Molduras das portas de acesso central. Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal de Rio Grande. Arquivo da Biblioteca Municipal de Rio Grande.

No corpo central encontra-se incrustado na fachada o Brasão de Portugal. Além dos acessos centrais nas extremidades da fachada encontram-se mais dois acessos. Existem, por fim, três mastros para bandeiras distribuídos um no centro e outros dois nas extremidades do prédio.

3.1.6. ANÁLISE DOS ASPECTOS FORMAIS E COMPOSITIVOS DO PRÉDIO DA BENEFICÊNCIA DE BAGÉ

O prédio da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé, tomado como exemplo para um estudo do modelo compositivo dos edifícios das Sociedades de Beneficências Portuguesas, conta com uma extensa fachada, que se ergue imponente na parte alta da cidade, como se fosse um guardião. Neste sentido, assemelha-se às acrópoles gregas, que se localizavam no alto de uma colina. O bairro principal das cidades, onde se localizavam os templos dos deuses padroeiros que protegiam o entorno da cidade, permitia a visualização das edificações e ampliava/harmonizava o contraste de uma arquitetura horizontal com a verticalidade do terreno.²²⁹

Na arquitetura grega, o ideal de belo correspondeu às proporções gerais da edificação, considerava a composição formal de seus elementos, a maneira como se modificavam de acordo com a sua posição no conjunto, e a sua relação com a

²²⁹ BENÉVOLO, L. *Introducción a la arquitectura*. Madrid: Ceselste Ediciones, 1992. p. 20.

situação que ocupavam. Sendo assim, o ideal de perfeição englobava todo o sistema compositivo da construção, e as Acrópoles se apresentavam como uma secção da paisagem, dentro da qual os edifícios foram colocados, tendo como modelo todas as pré-existências de ordem natural e artificial.²³⁰

O desenho regular correspondente à horizontalidade destes templos foi idealizado propositalmente, de maneira a contraporem-se à irregularidade e verticalidade do terreno onde se encontravam. Isso garantiu que tais edifícios tivessem um esplendor individual, se harmonizassem junto à paisagem e adquirissem o semblante de quem controla, protege e vigia o que ao seu redor se desenvolvia.

O prédio da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé, por sua imponência, traduz uma riqueza de sensibilidade, de intuição, e até mesmo de poesia e que se somam às regras racionais da edificação.



Figura 53 - Palácio de Queluz. Fonte: Oficina de Turismo de Lisboa -1997

²³⁰ Idem p. 21.

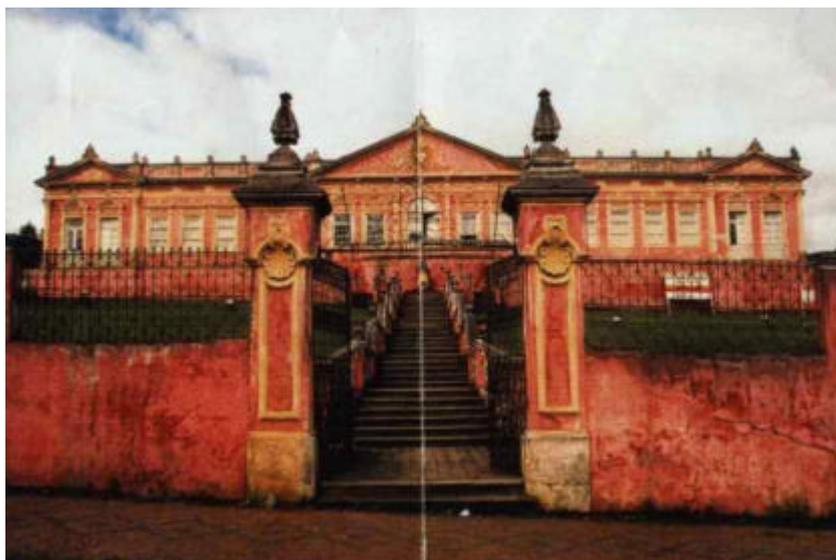


Figura 54 - Fachada do Edifício da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé Fonte: Foto Maria Luiza Pegas.

O prédio em estudo apresenta em sua fachada semelhanças compositivas com o Palácio de Queluz, construído em Portugal em 1747, por Dom Pedro II. Entre elas, podemos citar a platibanda ornamentada com coruchéis, o pavilhão central coroado por frontão triangular, e o equilíbrio simétrico da fachada. Tal palácio, imagem marcante do gosto de uma época que valorizava a teatralidade, a aparência e a necessidade de espaços amplos, foi algumas vezes comparado ao Palácio de Versalhes, pelos jardins palacianos povoados de fontes e estatuárias barrocas.

Apresentando uma composição equilibrada, a fachada do edifício da Associação Portuguesa de Beneficência de Bagé é simétrico: se traçarmos uma linha vertical imaginária dividindo-o pela metade, teremos duas partes iguais. É também composto por três corpos distintos (pavilhões arrematados por frontões²³¹), sendo um deles definido como eixo central de acesso da edificação, que se localiza em frente à escadaria, e os outros, como sendo os corpos laterais que o delimitam. O prédio é complementado por uma grande área ajardinada em declive, que se destaca das demais na paisagem urbana da cidade. Constitui um conjunto arquitetônico de espécie territorial, delimitado por uma área de 11.000m², sendo que a sua fachada ocupa pouco mais de 2.000m².

A entrada da construção é marcada por dois pilares, erguidos em conjunto com o gradil que limita o terreno da Associação. Nestes, está reproduzida a

²³¹ Frontão: elemento que coroa as fachadas dos edifícios. Pode ser definido como frontão triangular, frontão cimbrado, frontão recortado em curvas e contracurvas e, ainda, frontão interrompido.

concha rococó (*rocaille*) e, arrematando os pilares, um coruchéu barroco. O piso da entrada, de ladrilho hidráulico português, se estende por toda a escadaria principal.

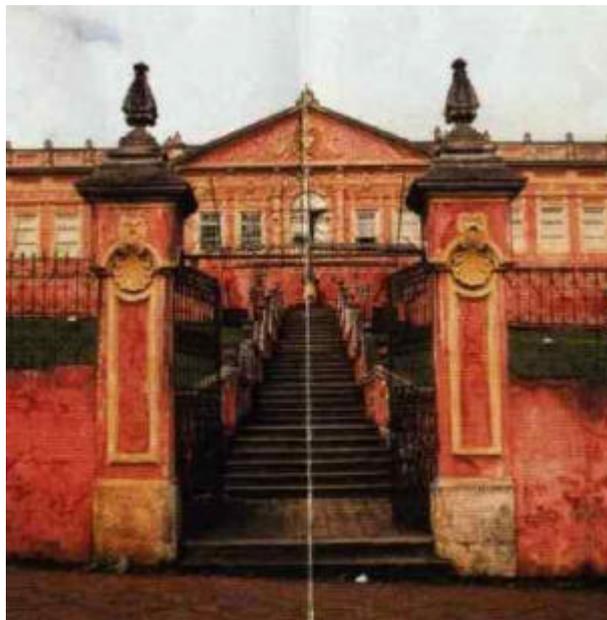


Figura 55 - Pilares do portão de entrada Fonte: Foto Maria Luiza Pegas

Após o portão principal, encontra-se a escadaria de acesso à edificação. Os corrimãos são sustentados por uma balaustrada²³², presente também nos patamares. Sobre os corrimãos estão fixados vasos em copa, ou compoteiras.



Figura 56 - Compoteiras fixadas sobre os corrimãos. Fonte: Foto da pesquisadora

²³² Balaustrada: platibanda, peitoril ou parapeito composto por balaústres, por vezes, alternados com pequenos pilares, colocados em fila.



Figura 57 - Visão lateral da escadaria de entrada. Fonte: Foto da pesquisadora

A escadaria é composta por diversos patamares, que se subdividem em dois, junto à entrada principal, levando a um último patamar, em um nível bem superior ao da rua, o que possibilita a visualização de todo o prédio desde a calçada.



Figura 58 - Escadaria de entrada. Fonte: Foto Maria Luiza Pegas



Figura 59 - Patamar superior da edificação. Fonte: Foto Maria Luiza Pegas

Por estes lances de escadas, que apresentam diferentes direções, onde dois lances se voltam para os jardins e outros dois para a parte superior, existe uma sutil manifestação de movimentação, análoga às escadarias maneiristas do século XVI.



Figura 60 - Escadaria de entrada, visualização lateral direita. Fonte: Foto da pesquisadora.



Figura 61 - Escadaria de entrada, visualização central. Fonte: Foto da pesquisadora.



Figura 62 - Escadaria de entrada, visualização lateral. Fonte: Foto da pesquisadora.

Ao contemplá-la, podemos relacioná-la aos patamares da escadaria de

acesso da Villa Farnesina, construída nos Jardins do Paladino em Roma, a qual também se ergue para o alto e se subdivide de forma cenográfica e imponente, compondo e embelezando a fachada.

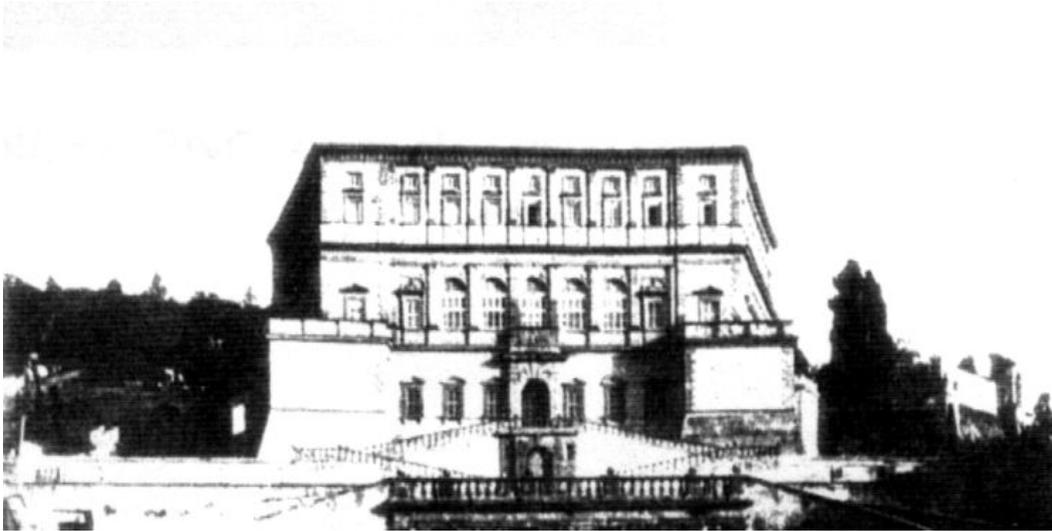


Figura 63 - Villa Farnesina, Jardins Paladinos em Roma. Fonte: Zanini (1983).

Na Beneficência Portuguesa de Bagé, no ponto central da escadaria e no local da subdivisão da mesma, encontra-se um busto de Luís de Camões, com o nome do prédio, Sociedade Portuguesa de Beneficência, no qual estão fixados três mastros para as bandeiras: Brasil, Rio Grande do Sul e Portugal.



Figura 64 - Busto de Luís de Camões. Fonte: Foto da pesquisadora



Figura 65 - Visualização lateral da parte superior da fachada. Fonte: Foto da pesquisadora.

O corpo central e os corpos laterais do prédio são definidos por pilastras²³³. Estas pertencem à ordem romana compósita, caracterizada pela mescla do capitel²³⁴ coríntio com o jônico, utilizados na Grécia Antiga. Estas pilastras apresentam fustes²³⁵ canelados no corpo central e fustes lisos nos corpos laterais.



Figura 66 - Pilastra de fuste canelado
Fonte: Foto Maria Luiza Pegas



Figura 67 - Pilastra de fuste liso
Fonte: Foto Maria Luiza Pegas

²³³ Pilastras: falsas colunas; pilar ao qual se dão geralmente as mesmas proporções e os mesmos ornatos que as colunas, e que está fixo, aderente ou adossado à parede por uma das faces.

²³⁴ Capitel: parte de uma coluna ou pilastra.

²³⁵ Fuste: parte central ou corpo de uma coluna; pode ser liso ou com caneluras.

No pavilhão central ainda observamos a existência de sete consolos²³⁶ sob a cornija, e nos corpos laterais, quatro consolos colocados espaçadamente. Entre estes consolos existem elementos ornamentais em alto relevo, sob a forma de guirlandas com folhas e flores.

A porta de acesso principal, que conduz ao interior da edificação, localiza-se no centro da composição, sendo a única abertura feita com arco pleno²³⁷, sobressaindo-se das demais, devido a forma diferenciada e posicionamento destacado.

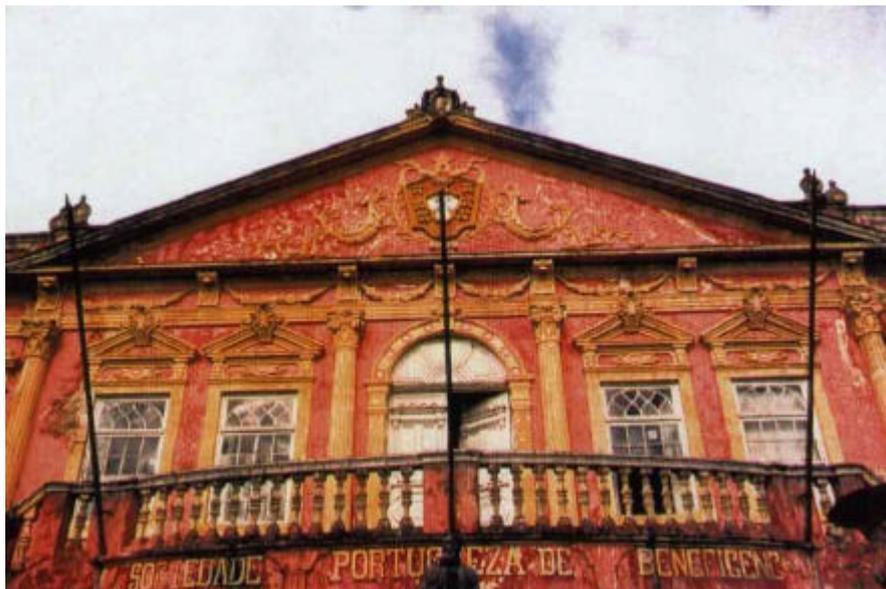


Figura 68 - Pavilhão central. Fonte: Foto Maria Luiza Pegas

As janelas são de guilhotina com postigo interno, emolduradas com marcos de reboco saliente. As janelas, que se localizam no corpo central e nos corpos laterais (este com portas-janelas), são coroadas por pequenos frontões, cujo ápice é decorado com elementos ornamentais barrocos. Ainda sob estes pequenos frontões existem almofadas, decoradas em seu centro com elementos em alto-relevo. As demais janelas da edificação são coroadas por um pequeno friso e concha rococó, e sob este apresentam também almofadas com base lisa.

²³⁶ Consolo: peça saliente e ornada, que sustenta vasos ou estátuas ou serve de apoio a cornijas e sacadas.

²³⁷ Arco pleno: forma de meia-circunferência, também chamado de arco de plena cintra ou arco romano.



Figura 69 - Janelas de guilhotina da fachada. Fonte: Foto Maria Luiza Pegas.

O fator marcante desta edificação é representado pelo frontão triangular que coroa o corpo central. Este se impõe sobre os frontões secundários, que coroam os corpos laterais, e apresenta diferenças tanto pela dimensão quanto pelas aplicações em alto-relevo de seus tímpanos²³⁸. No frontão central, estes ornamentos apresentam uma réplica do escudo presente na bandeira de Portugal, emoldurado por dragões que conferem o sentido de poder e soberania à Sociedade Portuguesa fundadora da Associação. Nos frontões secundários, estes ornamentos apresentam estrelas e sinos, que também estão presentes na bandeira portuguesa.



Figura 70 - Frontão central da fachada. Fonte: Foto Maria Luiza Pegas.

²³⁸ Tímpanos: Parte do frontão delimitado por suas linhas de contorno, geralmente preenchida com relevos



Figura 71- Frontão secundário da Fachada. Fonte: Foto Maria Luiza Pegas.

A parte superior da fachada é composta por cornijas²³⁹ que se dividem em faixas separadas por um friso em reboco saliente.



Figura 72 - Parte superior da fachada. Fonte: Foto Maria Luiza Pegas.

As platibandas²⁴⁰ cegas, localizadas entre os frontões, são adornadas por figuras de rosto feminino (gárgulas), as quais são intercaladas por almofadas, de forma ritmada. Essas gárgulas são ornadas com conchas rococó, que se apresentam sobre suas cabeças como se fossem coroas. Emoldurando toda a figura, volutas que se

²³⁹ Cornija: moldura sobreposta, formando saliências na parte superior da fachada.

²⁴⁰ Platibanda: moldura chata, mais larga do que saliente; grade ou muro que rodeia a plataforma do edifício; espécie de mureta, de alvenaria ou grade de ferro, maciça ou vazada, que, no topo das paredes, serve para, encobrindo as águas dos telhados, compor ornamentalmente uma fachada.

assemelham a ombros humanos. Sobre esta platibanda, acima de cada figura, estão ainda reproduzidas as mesmas conchas rococó, intensificando a riqueza ornamental fantástica deste conjunto.



Figura 73 - Platibanda cega da fachada. Fonte: Foto Maria Luiza Pegas.

O material dominante da edificação é a alvenaria de tijolos, presente nas paredes; todos os ornamentos decorativos que se apresentam em alto-relevo, tais como as compoteiras, as conchas rococó, as guirlandas e os desenhos sobre os frontões, foram feitos de massa e cimento.

A fachada do prédio da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé é resultado da conjugação de diferentes estilos arquitetônicos e da diversidade de elementos que a compõem aqui apresentados. Um fruto do estilo Historicista Eclético do século XIX.

Analisando comparativamente estes prédios, uma das semelhanças entre as edificações são os símbolos que se repetem na identificação da pátria portuguesa (ora através dos desenhos da bandeira daquele país nos frontões que coroam os edifícios, ora na presença dos mastros que ostentam essa mesma bandeira), bem como a pomposidade e luxuosidade com que se apresentam as fachadas das mesmas.

Ao mesmo tempo, a forma como cada uma das Instituições evidencia essa nacionalidade estrangeira é uma constante diferença entre os casos. Em Rio Grande, a semelhança da fachada da Instituição com a do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, tornou-se uma realidade no momento em que, diferente dos outros edifícios analisados, há a existência de uma ampla biblioteca no interior da Associação desde o ano de 1868, em tentativa da mesma de ocupar um papel cultural e educacional

semelhante ao que ocorria no Gabinete.

Em Pelotas, a identificação com a nacionalidade portuguesa se deu através da Igreja Católica, entidade que representa a reconquista cristã da Península Ibérica, e nesse sentido a base da identidade portuguesa, ao contrário dos casos de Porto Alegre e Bagé, onde a visão palacial da fachada dos edifícios sede parecem desejar a proximidade com o passado real português de glória.

Nesse sentido, Pierre Bourdieu (1972) revela que a compreensão imediata de determinada representação acontece pelas experiências que a mesma suscita, muitas vezes, afetivas, como simples sintomas culturais. O entendimento de uma simbologia, ou representação, depende de uma operação inconsciente de decifragem que só é perfeitamente adequada quando a competência que um dos agentes engaja na sua prática é igual a competência que engaja objetivamente o outro agente na percepção dessa simbologia, existindo para o autor, portanto, uma dependência das relações de força simbólica com respeito à estrutura das relações de força política.²⁴¹

Os edifícios das sedes das Sociedades de Beneficência foram criados para serem compreendidos enquanto símbolo de um grupo que ascendeu socialmente,²⁴² e portanto, os ícones lá deixados para representação foram feitos para a compreensão dos grupos sociais pertencentes também às elites municipais e regionais. A ostentação característica do ecletismo, ilustra a situação de prosperidade do imigrante português no Brasil, símbolo de um grupo estrangeiro, que da mesma forma que prima pela boa conduta nos seus estatutos, anseia por uma apresentação visual impecável.

Em Bagé, a monumentalidade do edifício pode ter sido um reflexo da falta de reconhecimento régio. O aspecto grandioso do seu edifício sede reside no espaço construído, que supera as edificações das outras Beneficências analisadas, na escadaria frontal, e nos desenhos ornamentais, símbolos de poder e glória da monarquia portuguesa. Tudo isso leva a crer que o lugar destinado ao funcionamento daquela Beneficência remetia ao sagrado, mostrando a necessidade que tinham de evidenciar um poder simbólico maior que as outras Instituições.

No que ainda a iconografia dos edifícios históricos das Instituições no

²⁴¹ Sobre essas questões ver em BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève, Lib. Droz, 1972. p. 48.

²⁴² Estudo prosopográfico está sendo realizado na organização do material que compõe o quarto capítulo da tese "Demarcando o território social das elites".

Rio Grande do Sul durante o século XIX, observa-se que a temporalidade em que se inserem essas construções é determinante para o seu entendimento visto que ilustram a modernidade incipiente e a vontade do indivíduo de ter visibilidade na ilustração do poder, ou melhor, do poder ser pelas formas como se representam.

3.2. AS SOCIEDADES PORTUGUESAS DE BENEFICÊNCIA E O OUTRO: OS IMIGRANTES E AS INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO.

Os portugueses que vieram viver no Brasil na segunda metade do século XIX desejaram destacar-se financeiramente para que no dia em que retornassem ao país de origem pudessem expressar aos seus conterrâneos o sucesso do empreendimento realizado. O mito do país de origem é bastante forte entre os imigrantes portugueses, talvez tão quanto a crença no futuro que esperavam encontrar na América. De uma forma geral, todos os esforços desses lusos se manifestaram em conseguir diminuir a distância da terra natal, seja pela criação de Associações como a Sociedade de Beneficência, seja pelo nome das famílias e grupos de amizade que formavam.

A vitória de conseguir retornar do Brasil em situação de prosperidade garantia a esses portugueses uma maior respeitabilidade em Portugal, da mesma forma que aqui quando ascendiam a grupos sociais de elite, ultrapassavam a condição financeira mais humilde e ganhavam o reconhecimento da sociedade local. Os portugueses que retornavam do Brasil nessa situação de prosperidade eram respeitados e bem recebidos em Portugal enquanto que os fracassados, em virtude dos maus negócios realizados na nova terra, eram olhados com desconfiança e com isso, não considerados mais como portugueses e sim como “brasileiros”.²⁴³

De outra parte, a importância de ser e estar bem sucedido no Brasil perpassa a discussão sobre as disputas de poder com grupos já estabelecidos de

²⁴³ Sobre essas questões ver em ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros – Emigração e retorno oitocentista*. Porto: Granito, 1994.

imigrantes de outras nacionalidades e população brasileira, justificando, de alguma forma, os esforços desses lusos para enriquecer em solo brasileiro.

Nesse sentido, integrar-se a uma Associação de Beneficência foi um dos meios para que esse imigrante conseguisse a tão desejada ascensão social. Conforme vimos, foi através do relacionamento com o rei protetor em Portugal e da visualidade dos suntuosos edifícios-sede, que as Associações tentaram manter a hegemonia do seu grupo, enquanto representação de pessoas que “deram certo em uma terra estrangeira”. Porém ter sucesso em uma terra estrangeira implicava se deparar com alguns obstáculos, uma vez que não só as condições de trabalho foram diferentes, mas a comunicação com o outro, o estabelecido e o outsider, o estrangeiro e o brasileiro, também.

Um grupo de elite, seja ele formado a partir de diferentes frentes econômicas e políticas, é sempre facilmente reconhecido numa sociedade. Dele partem algumas caracterizações que interferem na sua vida social, que vão desde o sobrenome da família até a sua liberdade de atuação que compreende posses, como a arquitetura residencial urbana e rural, trabalho e poder de comando, e participação política. Esses exemplos de capital simbólico não reconhecem nacionalidade, mas antes de tudo requerem a definição de um lugar social. O outro, o imigrante não português, em igual condição de estrangeiro, também disputa um lugar ao sol nessa sociedade e nesse sentido, também procura uma representação de si mesmo como parte de um grupo próspero. Tudo depende das relações de poder e como elas se organizam dentro de espaços diferenciados e de um tempo, pois em se tratando do século XIX brasileiro, é onde a necessidade de definir o lugar social dos grupos torna-se indispensável.

A ocupação dos cargos da diretoria nas Instituições de Beneficência Portuguesa na Província de São Pedro por indivíduos não portugueses foi proporcional às doações beneméritas efetuadas, pois garantir a sustentabilidade da mesma implicava o reconhecimento de que toda a regra possuía, e possui, uma exceção. Isso significava a evidência de que o elo de ligação com as elites locais poderia se manifestar também pela questão econômica, uma vez que a prosperidade financeira poderia ser advinda tanto do imigrante quanto do brasileiro ou estrangeiro sócio da Instituição.

Ao contrário do estigma de Sociedade puramente étnica, as Instituições de Beneficência foram as que aceitaram como associados indivíduos de

outras nacionalidades, pesando para a aceitação desses sócios, muitas vezes, critérios como a importância social e política dos mesmos. Basta lembrar que foram em festas de padroeiros, inaugurações de enfermarias, saraus e inaugurações que os cônsules de outras nações, e do Brasil, foram presenças garantidas como representantes do seu país, dando uma relevância especial a essas cerimônias das Sociedades de Beneficência.

Na ata de lançamento da construção edifício-sede da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre, em 1867, há o registro da presença de inúmeras autoridades na solenidade:

*O ato teve lugar com toda a magnitude própria de tais cerimônias, estando presentes os srs.: Exm.º Presidente da Província, Dr. Chefe de Polícia, vice-cônsules da França, Inglaterra e Saxônia, agente consular dos Estados Unidos e grande número de cidadãos portugueses e nacionais...*²⁴⁴

Na verdade, o relacionamento entre os imigrantes de outras nacionalidades em Porto Alegre se deu através da representação dos grupos e associações dos quais faziam parte. A presença de autoridades de outros países nas solenidades da Associação de Porto Alegre remete a uma forma de evidenciar a situação de prosperidade que vivia a mesma, com cerimônias que mostravam “aparentemente” o enriquecimento desses imigrantes portugueses no Brasil.

Palavras como perseverança e determinação foram constantes nos relatórios da Sociedade de Beneficência de Porto Alegre, quando o assunto foi tratar a edificação de um empreendimento grande como o edifício sede. Na ocasião do lançamento dessa construção os franceses entusiasmaram-se com a iniciativa dos portugueses chegando a criar uma Associação bastante similar àquela que havia sido feita pelos portugueses. Nesse sentido, é de destacar que a criação da Société Française de Bienfaisance fundada em Porto Alegre no ano de 1868, foi uma iniciativa que, segundo Spalding, despertou nos lusos respeito e ao mesmo tempo desconfiança, pelas iniciativas de imigrantes de outras nacionalidades em criar associações depois do sucesso que foi o empreendimento português.²⁴⁵

Possivelmente os sócios portugueses de Porto Alegre tenham descrito

²⁴⁴ SPALDING, Walter. A Beneficência Portuguesa. Porto Alegre: O Globo, 1954. p. 34.

²⁴⁵ Idem. p.35.

nos relatórios da Sociedade Portuguesa de Beneficência, o interesse dos franceses em tomar uma iniciativa semelhante ao tentar criar uma Sociedade de Beneficência Francesa. Esse registro mostra o espírito de concorrência que permeava os grupos estrangeiros, uma vez que dentro da sua ideologia, são as associações portuguesas criadas para elevar o nome luso no além-mar tanto quanto proporcionar aos mesmos o suporte financeiro e assistencial do qual não dispunham.

Ao mesmo tempo, nesse caso dos franceses que criam uma associação similar à Beneficência em Porto Alegre, o relacionamento desta com a Sociedade Portuguesa da cidade é aparentemente bastante cordial. Isso porque muitos franceses colaboram financeiramente para a construção do edifício-sede da Instituição Portuguesa, sendo essas doações muito bem aceitas, cabendo lembrar que, em casos de dificuldade financeira, ou de angariações para o hospital, nunca foram questionadas a procedência das mesmas. Esse é o caso do flautista francês Monsieur Reichert que destina seu concerto, realizado no teatro São Pedro em 1867, às obras do hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre.

Da mesma forma, existiu na história das Instituições de Beneficência portuguesa muitos beneméritos estrangeiros. Como explicar o critério da nacionalidade para os associados da diretoria quando foram na maioria dos relatórios Institucionais das Associações constam o nome de beneméritos estrangeiros?

No relatório do ano de 1868, da Sociedade de Beneficência de Porto Alegre, há registro de um sócio francês chamado Cristóvão Colomb, de 83 anos, que doa à Sociedade o valor de rs 1:831\$ 330 em dinheiro, e por isso não só é admitido como pensionista quanto como sócio benemérito. A flexibilidade que as normas dos estatutos adquirem na prática parece uma certeza quando analisados casos como do francês Colomb, que assume o posto de distinção dentro da Instituição de Porto Alegre, sobretudo porque destina simpatia para com a mesma. Porém, vale destacar o relacionamento constante entre franceses e portugueses em Porto Alegre, sobretudo os que se envolvem diretamente com a Beneficência Portuguesa como nos casos citados. Se há na cidade, sobretudo na segunda metade do século XIX, um contingente de imigrantes de variadas nacionalidades, em especial a alemã, qual o interesse dos franceses na Instituição de Beneficência Portuguesa? É essa Associação que tenta cooptar contingentes de outras nacionalidades para si?

De alguma forma, mesmo não estando claro nos relatórios Institucionais as causas do bom relacionamento entre franceses e portugueses associados da Beneficência Portuguesa, é muitas vezes pelas relações de parentesco ou simpatia que indivíduos acabam fazendo parte de diferentes grupos. Somado a essas questões, a Sociedade de Beneficência é, na Porto Alegre de 1868, uma das primeiras Instituições estrangeiras a possuir sede, representando-se desde muito cedo na comunidade local. As doações espontâneas de associados eram muito bem vindas, até mesmo desejadas. Elas atentavam para uma espécie de carência desses indivíduos ao mesmo tempo que necessidade e vontade de ser lembrado na Instituição, pois um benemérito recebe um retrato na sala oficial de reuniões das Sociedades de Beneficência, ganha seu nome grifado nos estatutos e relatórios institucionais, e recebe até mesmo, dependendo da ordem doada, a dádiva de ter o nome em alas do hospital. Tudo isso contribuía a favor, economicamente e socialmente, da Beneficência Portuguesa, ampliando, certamente, o caixa do hospital.

Contudo, uma das razões para a compreensão das Associações dentro das comunidades que as recebem, é a percepção de que os imigrantes que constituem-nas entram em contato com um novo grupo, os brasileiros, mas não pertencem a esse grupo, nem desejam pertencer. Nesse sentido, é necessário lembrar que é através dos clubes e agremiações que se estabelecem os elos de ligação com a terra do além mar, mostrando além da identidade comum que diz respeito à Nação e cultura portuguesa, a identificação com o poder. É quando há a interação ou a participação de um estrangeiro nos grupos diretivos das Sociedades Portuguesas de Beneficências, como no caso do benemérito Cristóvam Colomb em Porto Alegre, que se faz subsistir a marca do jogo de interesses que permeia não só essa, mas todas as Associações. Mas mesmo nesse caso, tal fator parece ficar submergido nos documentos Institucionais, pois o peso da ordem pela qual é reconhecida, Instituição estrangeira portuguesa, é maior que a exceção advinda da entrada do estrangeiro.

Para além dessas questões, chamamos a atenção para a representação da colônia portuguesa em Porto Alegre. Na verdade, os portugueses sócios dessa Instituição procuraram demonstrar a situação de estabilidade que se encontravam através da edificação do hospital da mesma. E com isso conseguiram o apoio da sociedade de elite portoalegrense, que encontrou nas festas da Instituição um espaço de representação, como ilustra Spalding,

*A grande festa de 4 de Agosto de 1868, foi o concerto realizado pelo Sr. José da Silva Melo Guimarães no salão do Soirée Porto Alegre...foi uma festa extraordinária em que compareceu a elite portoalegrense e toda a colônia portuguesa...*²⁴⁶

Apesar de Walter Spalding trabalhar com a hipótese de que a Instituição de Beneficência Portuguesa foi a mais relevante no contexto da cidade de Porto Alegre na segunda metade do século XIX, colocando-se dessa forma como um lusitanista, devemos chamar a atenção para o fato de que há nas solenidades promovidas pela Instituição o registro da presença de muitas autoridades municipais e de outros grupos sociais tão representativos quanto, a exemplo dos inúmeros representantes dos consulados de outras nacionalidades nas mesmas. Isso comprova que a abrangência de comunicação e o poder de atuação da mesma era relevante em Porto Alegre, e se fazia necessário essa sua identificação para fazer frente a outros grupos emergentes.

Portanto, a construção de uma identidade comum entre os membros da Sociedade Portuguesa de Beneficência perpassa as relações de alteridade, e é mostrada nas cerimônias, festividades e arquitetura dos seus edifícios – sede, quando se mostrava ao outro aquilo que se é, ou se deseja ser.

De alguma forma, se atentarmos também para as vivências desse imigrante português sócio da Beneficência Portuguesa, percebemos que se tratavam de indivíduos que estavam mais próximos e ao mesmo tempo distantes da terra natal. Isso porque mesmo longe de Portugal, mantinham seus ritos e mitos atualizados, proporcionados justamente pelas atividades das associações de Beneficência que funcionavam como um lugar de retomada dessa herança cultural, que possibilitava aos descendentes já nascidos no Brasil a escolha por aquela nacionalidade.

A questão da identificação com uma cultura de origem, ou mesmo noções de etnia e pertença, parecem configurar sempre uma composição de fatores somáticos, sociais e culturais. Segundo Sousa (1999), é precisamente a diferença entre a etnicidade reclamada por um grupo populacional e aquela que lhe é atribuída por outros que obriga a falar de etnicidades.

Na verdade, aqueles que classificam um agrupamento étnico de fora podem particularizar aspectos físicos ou culturais que não têm significado e importância

²⁴⁶ ibidem. p. 38.

de categorização. Da mesma forma, as particularidades podem ser convocadas e exacerbadas estrategicamente como implicações tão diversas que se podem estender da simples afirmação ou exigência da reintegração social e consideração nacional. Nesse sentido, vemos que para as Sociedades Portuguesas de Beneficência a caracterização do imigrante português implica em uma série de identificações que os destaquem dos demais habitantes das cidades onde se radicam, pois contra uma visão homogeneizadora da Instituição no país, cada Beneficência se auto-representa de uma forma nas comunidades locais.

Ao contrário de uma caracterização étnica homogênea, é bastante relevante o olhar do outro como determinante do reconhecimento de uma identidade própria, e essa caracterização é sempre diversa daquela que o mesmo grupo se dá. É portanto evidente que essa noção de etnicidade, como uma modalidade identitária, é construída e variável.

É justamente em uma situação de limite, ou perigosa quanto ao sentido de evidências ou possibilidades de perder a cultura de origem, que a noção de etnia se mostra mais fortemente implantada. Conforme afirma Fredrick Barth, a etnicidade assume ainda mais importância em zonas de fronteira, nas quais os interesses do grupo se viam mais ameaçados e a coesão social era mais débil, sendo dessa forma,

Pertencer a uma categoria étnica implica igualmente que se reconheça o direito de ser julgado e de julgar-se pelos padrões que são relevantes para aquela identidade...pouco importa quão dessemelhantes possam ser os membros em seus comportamentos manifestos...se eles dizem que são A, em oposição a outra categoria de mesma ordem, estão querendo ser tratados e querem ver seus próprios comportamentos serem interpretados e julgados como As e não de Bs; melhor dizendo, eles declaram sua sujeição a cultura compartilhada pelos As.²⁴⁷

É possível que o senhor Cristóvam Colomb em Porto Alegre tenha sentido empatia com a Instituição de Beneficência, tão quanto o flautista Monsieur Reichert. Porém, o mais importante é que, ao colaborar com a Instituição de

²⁴⁷ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. . p. 194.

Beneficência, garantiram visibilidade em torno desta, sendo ao mesmo tempo submergidos na causa maior – a visibilidade dos portugueses na cidade – e usuários do prestígio da mesma. Uma vez sendo participantes da Sociedade Portuguesa de Beneficência, os associados corroboram com a organização da entidade, tomam para si parte da sua ideologia, cultura, visualidade, de sua maneira de ser e estar no mundo, e ajudam a construir a sua etnicidade, ou seja, serão mais um componente na constituição da Instituição.

Sendo assim, o critério para a percepção da Instituição perpassa a construção de uma etnicidade, que ultrapassa os limites da nacionalidade, pois o outro é aquele que além de estranho à cultura portuguesa, é o que não participa da Sociedade de Beneficência.

Na cidade de Rio Grande, o relatório da Sociedade Portuguesa de Beneficência, escrito pelo presidente da entidade no ano de 1892, descreve os bons créditos que a entidade goza na cidade,

Esse resultado, que julgo satisfatório, deve ser levado à conta de meus distintos companheiros que serviram seguidamente nas administrações de 1889, 1890 e 1891...porém, razão mais poderosa se levantou para nos auxiliar e foi ella, os merecidos créditos de que goza a nossa sociedade, a sympatia que lhe é votada por toda a nossa colônia e o interesse natural, expontâneo que se patentea, sem esforço, por uma grande parte de beneméritos cidadãos de nacionalidades estranhas à nossa...²⁴⁸

É importante ressaltar nessa descrição que o termo *beneméritos cidadãos* não significa que são de fato todos os contribuintes associados desse título, mas os que efetuaram doações de fato e procuraram associar-se, ao contrário de outros indivíduos que mesmo portugueses não faziam parte da Instituição.

De outra parte, essa descrição é de extrema importância na história da Sociedade pois é este relatório o primeiro registro de notificações sobre indivíduos estrangeiros, não portugueses, que estabelecem relacionamento com a Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade. Do contrário, não é uma prática comum aparecer na documentação institucional a descrição de estrangeiros nas cidades onde se radicam.

²⁴⁸ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Relatório. Ano: 1893. p. 27.

Sendo assim, a causa desse destaque se deve à contribuição que a sociedade de Rio Grande faz em benefício da Instituição portuguesa.

Embora não haja registro da presença de núcleos coloniais no extremo sul do então Rio Grande do Sul, em 1892, é mister também ressaltar que a presença de grupos de diferentes nacionalidades na cidade de Rio Grande, entre eles o de alemães, responde a sua condição de cidade portuária, onde chegavam anualmente, ou mensalmente, navios com um número muito elevado de estrangeiros.

Sendo assim, o mesmo relatório Institucional de 1892 faz menção inúmeras vezes aos alemães da cidade que colaboram com a entidade,

...não foi em vão o apelo que fizemos à honrada colônia alemã, em nosso relatório do ano passado...filhos de todas as nacionalidades, estranhos à nossa, têm nestes últimos anos concorrido em regular número para o engrandecimento de nosso quadro, o que demonstra interesse pela nossa sociedade.

Acreditamos que as ilustres colônias estrangeiras aqui residentes, continuarão a procurar inscrever seus nomes em uma sociedade que lhes proporciona todos os meios de abrigo e confiabilidade...tão precisos longe da família e da pátria.²⁴⁹

O substantivo *colônia*, aqui merece destaque pois aparece em todas as vezes que se busca a identificação do grupo alemão, mesmo que não haja o registro efetivo do núcleo colonial na cidade. Tal fato evidencia que em Rio Grande os grupos estrangeiros eram identificados pela etnia, e a presença da palavra *colônia* contribuía para reforçar a sua importância enquanto grupo, o que ocorria entre os próprios portugueses na sua auto-identificação.

De alguma forma, os imigrantes alemães que se propõem a contribuir com a Associação de Beneficência Portuguesa em Rio Grande são usados como ilustração da boa atuação que a entidade tinha na cidade. Isso porque a frase “nacionalidade estranha à nossa” aparece várias vezes quando comentado a contribuição desses estrangeiros, tendo a palavra estrangeiros uma conotação altamente positiva face a situação em que é empregada.

²⁴⁹ Idem p. 27.

Como na Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre, a visão da alteridade é bastante importante para a entidade em Rio Grande. O outro é aquele que não confia na Instituição e portanto que dela não participa. Mas há aqui no caso de Rio Grande, quanto ao relacionamento da entidade com os grupos e entidades estrangeiras, uma semelhança maior que com a entidade de Porto Alegre. O estrangeiro ao comungar com os ideais da Sociedade passa a fazer parte dela, pois para além do fato de ser estrangeiro é um benemérito, sob a justificativa de que *nós todos estamos longe da pátria e distante da família*.

O imigrante português que reside em Rio Grande, e também residente nas outras cidades do extremo sul do Brasil, em sua grande maioria é comerciante. Ele entra em contato com os grupos das comunidades locais, sem no entanto, se deixar fazer parte desse grupo. Isso porque muitas vezes foi interpretado como o portador de ameaças pela maioria dos brasileiros, aquele que retira as oportunidades de trabalho e de sustento por causa da concorrência com seus estabelecimentos, e de sua mão de obra, sobretudo nos anos que antecedem o processo das nacionalizações.

Porém, esse elo de ligação que as Sociedades Portuguesas estabelecem com a pátria do além mar, representa para esses imigrantes uma retomada da sua identidade cultural, seja ela qual fosse. O que os imigrantes alemães poderiam ter em comum com os portugueses dentro da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande?

Segundo Lúcia Lippi (2007)²⁵⁰ a imigração permite que se acompanhe e se observe o laboratório dos processos sociais. A mobilidade social acontece num tempo breve, ao mesmo tempo que num espaço longo. Nesse sentido, ela não só parte da mobilidade como também é sinal de choques culturais, pois querem ser os imigrantes os guardiões do passado sem no entanto deixar de estar no presente, com todas as diferenças de espaço que ele apresenta.

A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande conta com um diferencial se levado em conta a situação da cidade enquanto portuária. Esse contexto leva a crer que não eram apenas os imigrantes alemães que faziam parte da Instituição, mas possivelmente outros grupos de estrangeiros não portugueses aderiram

²⁵⁰ LIPPI, Lúcia. Cruzando fronteiras: os estudos da imigração. IN XXIV Simpósio Nacional de História. História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. Unisinos – São Leopoldo, RS. 17 de julho de 2007.

à Associação, ou pelo menos fizeram parte de suas cerimônias e festividades. Porém, como em Porto Alegre as palavras como apego, abrigo e confiabilidade que aparecem nos relatórios Institucionais adquirem significado estratégico porque encontram explicação no critério econômico, ou seja, quanto mais associados, advindos de qualquer parte, mais caixa a Instituição dispunha para o próprio funcionamento, mesmo estando esses participantes estrangeiros em posição hierárquica inferior aos portugueses que ocupavam os cargos diretivos na Instituição. Esse parece ser o caso da Instituição de Rio Grande, que dá destaque a colônia alemã pelas participações constantes na vida institucional da entidade, ao mesmo tempo em que não deixa de também destacar a caracterização de nacionalidade estranha à nossa.

Até o ano de 1910, o registro de elogios e reclamações efetuadas por estrangeiros à Sociedade de Beneficência é visto no livro de visitantes da mesma em Rio Grande, o que comprova um grande movimento do hospital, registrando a entrada e saída de muitos imigrantes de várias nacionalidades, sem constar nesse contingente os próprios lusos. Se há algum ressentimento por parte do grupo diretivo em função de muitos compatriotas não participarem da entidade o mesmo não fica evidente nas atas, estatutos e relatórios. Porém o fato de existir um livro de visitas da entidade expõe a preocupação ímpar com os viajantes de terras estrangeiras, que não ficam em Rio Grande muitas vezes, e que dando continuidade à viagem levariam o nome da Beneficência pelo Brasil ou quiçá para terras do além-mar. Portanto, a visão da alteridade em Rio Grande parece não apenas formar parte da disputa entre os grupos étnicos, mas também formar uma contribuição à sua representação, ou seja, é na palavra do outro que a Instituição vive.

Em Pelotas a preocupação com a falta de portugueses na Sociedade Portuguesa de Beneficência é uma realidade desde os primeiros tempos de existência da entidade. Há na instituição o lamento dessa falta de participação, ao mesmo tempo que fica subentendido a participação de outros grupos de estrangeiros e brasileiros, que são identificados apenas quando a doação é relevante. Mas mesmo nesse caso, apenas os brasileiros são lembrados no que diz respeito a entrada de associados beneméritos por doações efetuadas. No Relatório da Diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas apresentado pelo presidente Antônio Lopes Rios em 23 de janeiro de 1886, há o registro de um recenseamento no interior da Instituição que revela.

Conforme vimos, há nos registros da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas a grande adesão de associados que por simpatia (como revelam os relatórios institucionais) foram admitidos no decurso do ano de 1900. Destes, a grande maioria são de nacionalidades diversas, entre elas o de brasileiros, sendo o número de portugueses bastante inferior se comparado a de outros contingentes. Mas a Sociedade de Beneficência nas localidades estudadas é formada em grande maioria por portugueses? A questão do compatriotismo, uma palavra bastante usada nos manuscritos da Sociedade de Beneficência de Pelotas, merece ser investigada mais profundamente.

É sobretudo nos primeiros anos do século XX que há uma preocupação bastante grande da Instituição com a sua composição étnica, no sentido de que o estrangeiro e o brasileiro que dela fazem parte, podem beneficiá-la com o número de doações e ajudá-la a fazer parte de um grupo social de elite, da mesma forma que podem prejudicá-la pela perda do referencial de origem: a nacionalidade portuguesa. Essa questão é contemplada no relatório do presidente do ano de 1909, que por inúmeras vezes pede auxílio a comunidade portuguesa associada para que consiga um maior número de associados de mesma nacionalidade, explicando e justificando que o continuísmo nos cargos diretivos responde ao baixo número de lusos na Associação.

De alguma forma, esse é um movimento também unívoco nas Sociedades de Beneficência do Brasil. É nessa época que há uma discussão sobre a composição do cargo diretivo das Sociedades Portuguesas de Beneficência do Rio de Janeiro, e a participação do estrangeiro na mesma. O cônsul Geral de Portugal faz votos para que toda a colônia portuguesa na capital do Brasil participe da Instituição, proferindo o discurso de seus deveres,

*cumpre agora aos portugueses corresponderem condignamente como foi de sempre o timbre da nossa raça, a estas provas de carinho pela mais necessitada das associações portuguesas dessa cidade”.*²⁵¹

No caso do Rio de Janeiro, é fato que existem consórcios residentes em Portugal. O Ministro de Portugal é cadeira cativa das reuniões, concede conselhos e direciona trocas de diretoria na Associação. Mas a questão da segregação do outro no

²⁵¹ Real Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. Relatório. Ano: 1888. p. 78.

interior da Sociedade é muito mais flagrante do que no Rio Grande do Sul de 1909, como veremos a seguir.

Em Pelotas, a Sociedade Portuguesa de Beneficência se mostra preocupada com a presença de lusos associados, mas não como na capital do Brasil, porque numa situação periférica e, não portuária, segregar sócios de outras nacionalidades significaria comprometer o financeiro da Instituição. Assim, o outro para a Beneficência de Pelotas é um impasse, pois configura-se como necessário ao mesmo tempo que perigoso. Nesse sentido, o associado não português da Beneficência de Pelotas parece poder ser submergido naquela cultura, no sentido de participante daquela Instituição. Embora essa seja uma regra universal para as Beneficências Portuguesas, em Pelotas a Instituição mostra nas atas e relatórios o quanto essa normativa é importante, havendo em alguns momentos, o relato de ressentimentos pela não participação maciça dos lusos na mesma.

Na cidade de Pelotas, há também a presença de outras agremiações de Beneficência formada por estrangeiros no final do século XIX, como a Sociedade de Beneficência Italiana. Embora não haja registro do relacionamento dessas Instituições com a Beneficência Portuguesa, observou-se um número muito grande de Instituições de Caridade, que para além da Santa Casa e da Associação, angariam fundos para ajudar aos pobres na cidade. Esse parece ser o caso do Asilo de Mendigos, Asilo de Orfãos e Damas da Caridade. Essas Instituições não foram criadas por grupos de estrangeiros aparentemente. Porém, com o intuito de estabelecer a caridade para os necessitados, muitos dos seus integrantes não filiavam-se a uma só associação, mas a todas, lembrando que a evidência de um indivíduo na sociedade local permanecia atrelada a sua permanência em Instituições, pois perfazem a máxima *de quem dá é por que têm*.

Em Bagé, no arquivo particular da Sociedade Portuguesa de Beneficência são encontradas cartas de chamamento aos sócios, mais especificamente de entrega de diplomas a honorários da Sociedade, emitidos para a cidade e arredores, marcando o início da estrutura e seu funcionamento.

Nesses primeiros anos, ela conta com a ajuda de um indivíduo que marca profundamente a história dos portugueses em Bagé, o charqueador luso Antônio Nunes de Ribeiro Magalhães. Magalhães era português da freguesia de Castelões de Capeda, distrito do Porto, e vem para o Brasil em 1853, chegando a cidade portuária de

Rio Grande, na época, um empório do trabalho português. No entanto, não fica em Rio Grande, e se dirige para a cidade de Bagé, na região da fronteira da Província, em função de oportunidade de trabalho junto ao comércio. De fato, Magalhães trabalha alguns anos no ramo de secos e molhados, de onde passa a ter o seu próprio estabelecimento. Porém, com o sucesso alcançado torna-se um grande proprietário de terras, chega a possuir quase 10 léguas de campo, o que esteve subdividido em estâncias e charqueadas.

Em 17 de Setembro de 1888, o português é nomeado vice-cônsul da Nação Portuguesa em Bagé, visto que a cidade não possuía consulado. Segundo Faria, um episódio dos mais memoráveis na vida de Magalhães foi a recepção que ofereceu ao comandante e oficialidade da Canhoeira Pátria, da Marinha de Guerra Portuguesa, que em visita de cortesia ao estado, aporta em Rio Grande, pois,

Transportou seus hóspedes em trem especial; alojou-os em sua confortável residência da cidade e na sua esplêndida casa de campo em Santa Tereza. Um banquete de quatrocentos talheres ofereceu aos visitantes...cumulou-os de gentilezas próprias de sua fidalquia. Para recebê-los ornamentou a cidade à sua própria custa, promoveu festas populares, e organizou concertos e espetáculos no Teatro 28 de Setembro.²⁵²

De alguma forma percebe-se que o fato da Canhoeira Pátria chegar a Rio Grande em 1888, e o próprio Magalhães posteriormente oferecer um banquete simbolizaria poder, riqueza e prestígio social, ao mesmo tempo que é também comprovado a importância de Antônio Nunes de Magalhães no contexto da economia regional.

Certamente, um dos fatores primordiais desses lusos é realizar-se economicamente no Brasil, e demonstrar tanto à sua comunidade de origem, quanto à comunidade que o recebe que é essa prosperidade que o faz um indivíduo de elite. De alguma forma, a visibilidade que o luso confere à cidade é incontestável, e todos os imigrantes portugueses que trabalhavam em seus estabelecimentos ganham também algum reconhecimento social.

²⁵² FARIA, Arnaldo. Visconde de Ribeiro Magalhães e o Progresso de Bagé. IN Jornal Correio do Sul, 7 de Março de 1959. p. 10.

Nesse sentido, Magalhães muito faz pela Sociedade, financeiramente, sobretudo em relação à finalização das obras do hospital e à angariação de sócios. A partir do ano de 1888, funda nas suas terras a Charqueada do Cotovelo, concorrendo com fortes fazendeiros locais, o que significou um possível aumento no número de portugueses na cidade nessa época.

Além disso, grande parte da comunidade portuguesa vivia e trabalhava nos seus estabelecimentos. Segundo Garcia (1985), ele fortalece a colônia através de “dezenas ou centenas” de cartas de chamada que envia a Portugal, convidando operários para trabalhar nas suas charqueadas, no seu comércio, nas suas fazendas, nas suas quintas.

A mobilização de Magalhães em Bagé faz com que a comunidade lusa cresça na cidade, e isso incentiva o funcionamento da Sociedade Portuguesa de Beneficência após o ano de 1888. No ano de 1891, o luso faz parte da diretoria da Sociedade de Beneficência da cidade, o que comprova o seu envolvimento direto com a instituição.

Embora exista o registro da criação de outras Instituições de Beneficência na cidade, como a Sociedade de Beneficência Espanhola (1871), e a Sociedade de Beneficência Italiana (1868) é a portuguesa que se destaca tanto pelo número de associados, quanto pelos signos de distinção que possui, sendo um deles o edifício sede, e outro, a situação financeira de seus membros diretivos.

Sumariando o terceiro capítulo, vimos que a iconografia dos edifícios das Sociedades Portuguesas ilustraram a modernidade incipiente, ao mesmo tempo que funcionaram como garantia de visibilidade social para as próprias Instituições.

Uma das semelhanças nas fachadas dos prédios representativos foi a presença dos brasões e símbolos da coroa portuguesa. Dentro desta perspectiva, a pomposidade e luxuosidade das edificações mostraram, para além da representação dos dragões nos frontões, que a monumentalidade da Sociedade estava também nos símbolos de poder e glória. Portanto, os mastros que ostentam as bandeiras portuguesas e brasileira, o busto de Luís de Camões na Associação em Bagé, da mesma forma que as estátuas de Vasco da Gama na de Rio Grande, tinham como objetivo reforçar a identidade portuguesa para si e para outrem.

Em diferentes situações, o relacionamento das Sociedades Portuguesas de Beneficência com outras Instituições estrangeiras comparativamente não mostrou um todo homogêneo. Em Bagé, atas e relatórios da Instituição mostraram que não havia oposição (nem a aprovação) aos estrangeiros não portugueses residentes na cidade. De alguma forma, o fato de não ser relevante o contingente de imigrantes portugueses na cidade, provou que essa diferenciação com relação ao outro não foi sequer citada nos documentos oficiais. Ao contrário das demais congêneres, a presença da nacionalidade estranha a portuguesa, mesmo entre os cargos diretivos da Instituição, não parece ser recusada.

Para além dessas questões, muitas vezes, lusos que tinham um prestígio social exacerbado na Sociedade e fora dela, conseguiam representa-la para além do número maciço de imigrantes portugueses ali associados. Seriam os membros dos cargos diretivos os responsáveis pela sustentação da entidade tanto moral como economicamente? Essa é uma questão abordada no próximo capítulo “demarcando o território social das elites”.

CAPÍTULO IV

4. DEMARCANDO O TERRITÓRIO SOCIAL DAS ELITES.

4.1. CARIDADE E PODER

As relações de poder perpassam as ações de caridade estabelecidas e pré-estabelecidas. As relações políticas e sociais que as Instituições estudadas mantêm com outras entidades locais (Câmara Legislativas, Intendências e partidos políticos) podem, na maioria das vezes se desenvolviam a partir da caridade, indicando peças chave de um tecido de estratégias políticas de alternância de exercício de poder. Isto significa que, muitas vezes, a concessão de favores pode indicar relações de dependência, ou mesmo de reconhecimento e retribuição. As Sociedades Portuguesas de Beneficência estudadas, como instituições laicas sob a proteção régia portuguesa tornam-se, também, interlocutoras de poder, que só se modifica após a República Portuguesa em 1910.

Conforme vimos, a caridade efetuada por essas Instituições evidencia um dos aspectos fundamentais para o entendimento da Assistência. Ela afirma e reafirma estratégias de poder, uma vez que é uma parte constante da vida social.

Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, a assistência se relaciona também com o espírito da dádiva, uma vez que, há o estabelecimento da ligação entre a dádiva humana com o dom divino (quem dá aos pobres empresta a Deus), e de quem confere caridade porque acredita na reciprocidade.

Portanto, duas relações ligam a dádiva com a caridade numa sociedade: a relação vertical e a relação horizontal do donativo. A primeira mostra que fazer o bem a outrem é garantia de reconhecimento dos céus, e nesse sentido, conseguir sanar as dificuldades do próximo, sejam elas de ordem financeira como de ordem espiritual, significa fazer o bem e ter o retorno de Deus. Nessa relação, o bem retorna porque Deus é onipresente, e percebe o esforço de quem realiza a caridade, fazendo das ações do bem, como prega também a igreja católica, a moeda de troca.

A segunda relação é mais visível. Isto porque é a partir da dádiva em nível horizontal que se percebem as relações de solidariedade enquanto contratos sociais, onde o emprestar ou assistir significa exhibir o poder para o outro enquanto se espera o retorno, que poderá ser acompanhado de uma gratidão simbólica ao longo da vida, de uma dependência moral ou mesmo de uma retribuição financeira.

No que tange a Sociedade Portuguesa de Beneficência, o retorno da caridade mais evidente pode ser observado nas relações que a mesma estabelece com diferentes grupos nas localidades que as recebem, com seus compatriotas em Portugal e com o rei protetor da Associação. Um exemplo disso é o contato que as Instituições mantêm com o país de “origem” através de doações efetuadas do Brasil para Portugal, reforçando a caridade como um dos elementos essenciais para o estabelecimento de relações de poder.

Nesse sentido, no ano de 1877, em ocasião da inundação no Minho e no Douro em Portugal, várias instituições portuguesas no Brasil, entre elas as de caridade como as Associações de Beneficência, enviaram quantias em dinheiro para sanar as necessidades dos flagelados naquele país como apontamos no capítulo II.

O reconhecimento da comissão portuguesa em função do dinheiro enviado à Portugal ficou expressa na mesma ata, onde mais claramente é exposto a retribuição simbólica da Rainha:

...Que a Associação Commercial de Lisboa expressasse a esta Comissão o seu mais profundo reconhecimento pela honra que lhe dispensou confiando-lhe a distribuição dos avultados donativos obtidos nas Províncias do Rio de Janeiro, Minas, São Paulo e Espírito Santo do Império do Brasil, pedindo-lhe para ser interprete dos sentimentos de gratidão dos infelizes que esta Commisão representa ao socorrer perante as generosas subscrições de tão longe e tão espontaneamente se lembram das desgraças da Pátria e da Nação amiga em todas as occasiões e por todos os modos que ellas se recebem...que se officiasse à Commisão Central organizadora em Pernambuco significando-lhe a extrema gratidão de que estamos possuídos pela comunicação que nos dirige, pela remessa que nos faz...Nada mais havendo tratar dignou-se Sua Magestade A Rainha encerrar sessão....

O secretário – Francisco D’Oliveira Chamigo²⁵³

O valor ali expresso - cinco mil libras em letras de câmbio do Banco

²⁵³ Ibidem.

de Londres -, normalmente se tratava da compra de múltiplos de títulos de quinhentas libras, o que significava um valor bastante alto advindo do Brasil, demonstrando que esses compatriotas aqui residentes gozavam de ótima situação financeira e prestígio. Dessa forma, fizeram-se presença em Portugal através da referência concedida pela Rainha Maria Pia de Sabóia, um ato simbólico que parece extremamente desejado por esses portugueses.

Da mesma forma que outras em comissões correspondentes a organizações de socorros mútuos, mandam doações por se tratarem de “compatriotas portugueses a precisar de amparo”. Como classificar essas subscrições, se não pela ação caritativa que busca reciprocidade? Como compreender essas doações de portugueses já residentes em outro país?

Segundo Davis (2004), o espírito da dádiva não está agregado apenas ao alcance de si mesmo, mas por situações inteiras,

*Caridade, liberalidade, afeição, amizade e boas relações entre vizinhos constituem ideais para avaliar as nobres relações, ao mesmo tempo que os sentimentos e as verdades a eles ancoradas.*²⁵⁴

A verdade ancorada a um ato pode não estar explícita, a priori, na realização da caridade. Porém, sob o olhar mais atento, toda a ação que envolve o trabalho assistencial, e portanto a doação, está próxima da reciprocidade, daquilo que se espera como reação daquele que recebe, exatamente como a própria moeda de troca quando comparado às relações de mercado que permeiam o mundo capitalista.

O agradecimento é mais do que uma referência no caso das Comissões, é o suporte que o grupo necessita para ser aceito entre seus iguais e entre os grupos que julga estranhos à sua “nacionalidade”, no sentido de que constitui o reconhecimento de Portugal. O português longe da terra não destrói seus laços com a nação distante porque assim deseja. Porém é mais significativo analisar as ações de caridade sob a ótica de admissão de um sistema de troca simbólica, que vai além do mercado, e que pode ser compreendido desde uma relação entre grupos de uma sociedade pré-industrial, até mesmo as sociedades do século XIX.

Nesse sentido, as formas de mercado e o ato de doar, tanto coexistem

²⁵⁴ DAVIS, Natalie Zemon. *Essai sur le don dans la France du XVI siècle*. Paris. Editions du Seuil, 1997. p. 11.

como podem ser compreendidos a partir dessa perspectiva. As constantes interações entre o sistema da dádiva e o sistema do mercado se tornaram fundamentais para a compreensão de determinadas relações de poder em uma dada sociedade. Isso porque, de alguma forma, o poder está sublimado por uma multiplicidade de ações que ultrapassam a economia e a política. O poder pode estar presente no espaço em que o grupo habita, existindo diferenças locais que geram diferenças comportamentais. E, o poder pode estar implícito também na caridade desempenhada, mais especificamente na assistência, porque é a partir dela que se estabelecem os laços de dependência de quem precisa para quem pode oferecer ajuda.

Num sentido mais amplo, o significado do sacrifício do doar, por exemplo, está presente antropológicamente no ser humano, como sublinha Mauss (1939):

Se o sacrifício é doar qualquer coisa de si....o é em parte por receber. O sacrifício se apresenta em duplo aspecto: como útil e como obrigação, como desinteressado e como interessado. Quiçá porque muitas vezes aparece na forma de contrato.²⁵⁵

Segundo o Mauss, o significado da dádiva analisado em sociedades primitivas pode ainda apresentar proximidades, rearranjos numa sociedade moderna. Isso porque o sistema da troca parece estabelecer um sistema jurídico, um vínculo sobre as coisas, na medida em que o que é trocado também tem uma alma, é a própria alma de quem estabelece a relação, pois é o dar a si mesmo ao outro, devendo a si mesmo - o seu bem - ao outro. Assim, essa troca aparece sob o signo da moralidade, das regras comportamentais, onde o abster-se de dar como abster-se de receber, é faltar como um dever, como abster-se de retribuir. Como não relacionar a caridade com as relações de poder?

Tudo isso nos ajuda a compreender em que medida as sociedades modernas se aproximam e se distanciam dessa discussão. O viés antropológico que revela Mauss adquire sentido na observação das relações de sociabilidade.

A caridade reforça e reestabelece inclusive relações políticas. Conforme vimos, a própria preocupação dos portugueses residentes no Brasil quanto as heranças deixadas aqui era suficiente para que houvessem grupos ligados à Associações

²⁵⁵ MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. Lisboa: edições 70, 2004. p. 15.

que estivessem em contato com as autoridades governamentais no Brasil e em Portugal, a exemplo dos consulados.

Da mesma forma, a caridade favorece a ascensão social das transações políticas. Num sentido lato, vimos que a caridade enquanto trabalho assistencial, desde os seus primórdios em Portugal esteve ligada à Igreja Católica. A Igreja enquanto espaço de poder, é um dos elementos primordiais na organização da nação portuguesa, e de todos os seus domínios. Ela determina não só o que se deve fazer com relação as ações caritativas, mas principalmente como se devem fazer em contrapartida e quanto significam como valor de troca.

Nesse sentido, a religião é um espaço privilegiado “*Como Cristo se doou a nós e morreu por nós, o mesmo nós devemos fazer pelos homens que são nossos irmãos.*”²⁵⁶ Não há fiel que não deposite esperança na igreja, porque faz parte do conjunto de coisas que nos legitima enquanto seres humanos que desejam ser aceitos num grupo. Não ser aceito pela Igreja Católica faz com que o indivíduo esteja as margens de um processo de convivência, de aparência e de representação, sabendo que o não ser reconhecido implica em abandonar a espiritualidade, que no século XIX, tanto no Brasil quanto em Portugal, constitui também as relações de sociabilidade.

O papel da Igreja Católica na Província de São Pedro é preponderante quanto a formação de opiniões, conduta e comportamento social das comunidades que formam as casas paroquiais nas cidades. Essas regras de comportamento advinham de uma herança cultural do Brasil colônia, e do peso que a Igreja Ibérica teve sobre a composição dos hábitos e praticas sociais brasileiras, como por exemplo, das relações de dependência entre capitães donatários e população geral, relações de gênero, e entre classes sociais. Anos mais tarde, esse tipo de relação social ainda parece dominar as comunidades em diferentes regiões nacionais, sobretudo em locais onde pela situação periférica em relação as capitais, há uma permanência de costumes culturais mais arraigados naquilo que se identifica como sociedade pré-industrial. As elites locais muitas vezes são marcadas pelos signos de distinção, sinais de modificação das relações de sociabilidade, sobretudo na passagem do século XVIII para o XIX, que mostram o aparecimento de uma elite nacional que se molda pelos costumes estrangeiros, contrários à feição colonialista, mas que confere ao refinamento demasiada importância.

²⁵⁶ DAVIS, Natalie Zemon. *Essai sur le don dans la France du XVI siècle*. Paris. Editions du Seul, 1997.

A caridade também é o elemento da aparência. Não há caridade efetuada se ela não pode ser mostrada para o público. Não há assistência se ela não ficar evidenciada pelo poder que emana, pelo ato concedido, e conseqüentemente pelo que representa. E é nesse sentido, que funciona também como forma de poder, porque é realizada para que o outro a compreenda enquanto poder. E, da mesma maneira, entidades assistenciais funcionariam como suporte para que esse tipo de ação se sobreponha constantemente. Portanto na reciprocidade, não está a cerne das relações de caridade, e mais profundamente da assistência?

A caridade desempenhada por uma Instituição assistencial, como a Sociedade Portuguesa de Beneficência, privilegia o termo de responsabilidade em vez de gratidão. Isso porque de alguma forma, a caridade traz nela sempre a possibilidade de conflitos e de ingratidão, e que algumas circunstâncias históricas aumentam essa instabilidade. É por isso, devido ao fato de que comprar e vender não era simplesmente entendido como uma troca comandada de duas partes, por interesse próprio, eram muitas vezes associados os donativos às transações comerciais.

Um trabalho assistencial jaz no costume da reciprocidade mútua, que poderia reforçar a paz no seio da comunidade, mesmo que essa doação provocasse ocasionalmente competitividade e querelas. É por essa razão, o que se mostra como reciprocidade é de fato uma das formas de relação de poder. A caridade assume umas das formas que contrariam o seu significado enquanto obra de Deus, uma vez que está implícita, antropológicamente, no sentido de quem dá é porque espera algo em troca.

Com relação à economia, a Província de São Pedro do Rio Grande, embora em situação periférica com relação ao restante do país, proporcionou o surgimento de uma elite próspera – em parte decorrente das grandes estâncias – com expressão social e controle político nas mãos. Embora essa elite domine o panorama social de muitas das principais cidades da Província, foi o crescimento de outros setores das localidades, como as atividades comerciais, que tornou possível a formação de outros grupos de igual expressão social, mesmo que de menor representação política.²⁵⁷

²⁵⁷ Nesse ponto, conforme afirma Joseph Love, uma posição social definida como de “sucesso” não precisa ser identificada em termos de mais alto posto político ocupado. Mas certamente, é o grau de participação política um dos elementos constituintes na identificação do sucesso da elite numa dada sociedade. Sobre essas questões ver em LOVE, Joseph e BARICKMAN, Bert. Elites Regionais IN HEINZ, Flávio (org). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. pp 77-99.

Nesse sentido, a possibilidade de progeção social pode não estar somente nos proprietários de terras, ou com eles. Ela pode estar tanto nesse grupo como para além dele, sabendo que uma sociedade é composta por muitos estratos sociais.

4.2. SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA EM PORTO ALEGRE

4.2.1. OS ESTABELECIDOS NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE PORTO ALEGRE

No ano de 1854, em 22 de fevereiro os portugueses residentes em Porto Alegre haviam cortejado as exéquias solenes da Rainha Dona Maria II na cidade. Conforme vimos, o fato de se ter nesse cortejo um número relevante de potugueses e principalmente, o ato simbólico que havia sido feito em proveito da memória da Rainha, comprovava a necessidade dos mesmos de auto-representação perante a comunidade local.

Naquele ano os jornais “O Mercantil” e “O Correio do Sul” noticiaram o fato, registrando a vontade dos portugueses em edificar uma Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade nos moldes do que havia sido feito no Rio de Janeiro.

Antônio Maria do Amaral Ribeiro foi o incentivador e quem efetivou a idéia da criação da Associação portuguesa. Dentro de um quadro de aceitação, a Santa Casa de Misericórdia também incentiva a criação da nova Instituição hospitalar, que é fundada na sua sala de sessões em 26 de fevereiro do mesmo ano, estando o vice-cônsul a frente da preparação dos estatutos e eleição de diretoria. Portanto, desde o protetorado monárquico imediato até o relacionamento com o consulado de Portugal, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre é fruto de uma modelagem mais próxima da existente na capital do Império. No entanto, uma grande lacuna no período de fundação foi o hospital. Na época, o único hospital era o da Santa Casa, e, portanto durante um curto período, primeiros quatro anos, os doentes da Instituição foram

tratados naquele hospital.

No ano de 1859, a Instituição decide comprar uma casa localizada na rua da Figueira número 22 A, onde seria adaptada uma enfermaria, o que resolveria o problema das instalações do hospital. Desde então, muitos nomes foram destacados nessa trajetória. Em 1866, o presidente Antônio Francisco Pereira dos Santos, propõe a idéia da construção de um prédio para a sede e hospital. Além do casal Dionísio de Oliveira Silveiro e Maria Sofia Freire Silveiro, que doaram um terreno para a efetivação dessas construções, muitos portugueses estão destacados nos livros de atas durante o período.

Conforme vimos, quando a construção do edifício da Instituição é começada, espetáculos e concertos foram realizados no Teatro São Pedro em proveito de angariar donativos para a construção, que poderiam inclusive, ser dados em materiais de construção e transporte dos mesmos, além da concessão da Loteria da Província. Sob esse aspecto, a mobilização da sociedade portoalegrense foi um diferencial com relação a implantação da Instituições em outras localidades, pois há de fato um incentivo que ultrapassa a diretoria da Sociedade. Tal fator mostra a sua abrangência sob dois aspectos: ou os diretores institucionais eram pessoas de muita influência social, e - ou, a Instituição gozava de simpatia na localidade por oferecer serviços que complementariam a assistência prestada pela Santa Casa.

Em 1869, a cumieira do edifício da Instituição está pronta. De Portugal chegou a escadaria de granito para a porta principal de entrada, o que foi oferta de alguns associados, entre os citados nas atas, Manuel Lopes de Sousa Soares, Teresa Ferreira Porto dos Santos, esposa do presidente Antônio Francisco Pereira dos Santos (comendador), que ainda hoje ofereceram os escudos das armas que ainda hoje ornaram a fachada.

Sabe-se que, como consta a primeira ata da Instituição, os primeiros estatutos foram apresentados e aprovados no dia da fundação da mesma. Porém, os estatutos foram publicados pela primeira vez em 1859, onde, com se repete em todas as suas congêneres, há a reprodução do frontispício do prédio com o selo da Instituição. Nele há a presença do regulamento para os agentes, lotados em cidades que posteriormente criaram a Sociedade de Beneficência, como Rio Grande, Pelotas e Bagé, e relatório do ano de 1858.

Antônio Francisco Pereira dos Santos foi comendador no Brasil. Foi durante a sua trajetória de vida inúmeras vezes presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre, e nessa cidade falece em 7 de outubro de 1880. Natural da cidade do Porto, vem para o Brasil deixando sua esposa Paula Pereira dos Santos em Portugal, que lá permanece por toda a vida. Ao realizar pesquisa no Arquivo Público de Porto Alegre, o inventário do luso aponta para uma quantidade de bens de valor deixados na grande maioria para a sua esposa em Portugal, visto que não havendo herdeiros, estabelece antes de sua morte que José Almeida Martins Costa (desembarcador) deveria ser seu inventariante. Embora este último não tenha sido encontrado enquanto associado da Instituição, José Almeida Martins Costa era português ocupando um alto cargo administrativo e político na Província de São Pedro.

Pereira dos Santos era procurador de muitos imóveis espalhados pela cidade de Porto Alegre, e de bens igualmente rentáveis na cidade do Porto, a exemplo de uma casa onde residia sua esposa. Enquanto indivíduo que compõe um grupo de elite social, tinha mais de noventa ações no Banco da Província (500 mil réis), ações da Companhia de Manaus (250 mil réis), quadras de campo (onde criava cavalos e gado), um plantel de doze escravos, e muitos devedores, entre os quais o Barão do Cahy, cuja quantia estaria estipulada em 54: 047\$ 159. Além do que fica estabelecido no seu inventário, como por exemplo prataria, mobiliário e diversos objetos de arte acumulados durante a vida, Pereira dos Santos deixa como total de sua herança o valor de 458:089 \$129 mil réis.

No que tange ao grau de importância das posses de um associado luso pertencente à diretoria da Sociedade de Beneficência, é mister resaltar que numa mesma época o Barão de Butuí, importante e próspero charqueador da cidade de Pelotas, possuía como bens inventariados na ocasião de sua morte a quantia de 567:988 \$000mil réis, o que equivale dizer que são membros de elites indivíduos que possuem bens em torno deste valor.

O senhor José Gonçalves Viana também foi um dos presidentes da Sociedade de Beneficência em 1877. De origem portuguesa, vem para o Brasil com a mãe, Dona Emília Delfina de Oliveira Viana, e aqui se estabelecem para toda a vida. Quando da morte de José Viana, Emília Delfina foi sua inventariante, deduzindo ela mesma enquanto única herdeira de seus bens, inúmeros imóveis urbanos no valor de

39.600\$000 mil réis. Portanto, numa época em que a sobrevivência de Instituições privadas dependia das doações de seus fundadores e simpatizantes, pela ausência das autoridades governamentais nas medidas prévias que reabilitassem a saúde pública, a Sociedade Portuguesa de Beneficência contava com indivíduos capazes de marcar uma diferença se não financeira, pelo menos simbólica de poder.

O inventário de José Gonçalves Viana mostra que a ilustração de seu poder na sociedade de Porto Alegre era evidente. Tendo vários volumes, este inventário é bastante complexo de onde se percebe a quantidade de bens deixados e acumulados pelo português no Brasil e em Portugal. Viana não deixa testamento, mas privilegia uma relação de herdeiros além da mãe Dona Delfina, que em volume dois do inventário, relata em primeiro lugar o Pe. José Gonçalves Viana, residente em Porto Alegre, Dona Emília Gonçalves dos Santos, casada com Jenuíno José dos Santos (ele no Alegrete e ela residente em Porto Alegre) e em terceiro o Dr. Viriato Gonçalves Viana, residente em Caçapava.

Na verdade, o inventário de Viana possui três volumes, sendo que um deles discriminatório dos bens deixados aos beneficiados. Dentre os bens mais valorosos, constam três imóveis na rua Duque de Caxias, números 216, 218 e 220, uma mobília no valor de cem mil réis, prataria, entre outros. Todos os beneficiários eram portugueses, sendo ressaltados no próprio inventário, enquanto uma característica comum entre eles, que se não parentes, eram amigos muito próximos.

Na década de 1870, iniciam as comemorações para a inauguração do hospital da Beneficência. No dia 29 de junho do mesmo ano, encerraram as festividades que constavam de um conjunto de solenidades no Teatro São Pedro: dia 26, exposição e leilão de ofertas (prendas, animais vivos, jóias, porcelanas, entre outros), dia 28, benção do novo edifício, dia 29 inauguração do hospital, e nesse dia, à noite, concerto e baile nos salões da Bailante (praça D. Pedro II) que segundo Spalding “deslumbrou a sociedade porto-alegrense”.²⁵⁸

Portanto, novamente se coloca em evidência a importância da inauguração do hospital da Sociedade Portuguesa, e da própria Associação na cidade de Porto Alegre. Conforme vimos, os imigrantes portugueses idealizadores da nova

²⁵⁸ Sobre essas questões ver em SPALDING, Walter. A Sociedade Portuguesa de Beneficência de porto Alegre. Porto Alegre: Editora do Globo, 1954.

Instituição não encontraram eventos promovidos por outras nacionalidades que pudessem ser comparados até então. Embora a organização de associações fosse uma determinante no final do século XIX, é a Sociedade Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre uma das pioneiras nesse tipo de agremiação. Somente por essa razão, percebe-se que mesmo tendo a assistência o foco naquele que dela necessita, ainda mais pelo caráter de religiosidade, que centraliza as ações na carência e na pobreza do outro, é evidente que quem participava da Instituição, e contribuía para que ela funcionasse, foram e são indivíduos *de posição* na sociedade. Do contrário, seu funcionamento não faria sentido, pois quem faz caridade é porque certamente pode fazer. Porém a questão que aqui se mostra é mais profundamente complexa, porque no caso das festividades organizadas em proveito da Beneficência de Porto Alegre, o grande número de doações parece revelar que quem faz caridade não é somente porque tem, mas porque também quer mostrar-se.

Em muitos registros como atas, o que fica igualmente evidente no discurso dos dirigentes da Instituição de Beneficência é a sua superação, através de ações inusitadas, ou mesmo de eventos diversos que organiza. O hospital, por exemplo, que em 1870 foi considerado enorme, em 1892 era visto como pequeno. Em 1871, a capela do hospital fica pronta, e, em progressos posteriores e crescimento da Sociedade, se comprou um terreno no cemitério de S. Miguel e Almas.

Porém, de fato, é da década de 1870 que a Instituição floresce com mais associados que detinham forte poder econômico na sociedade de Porto Alegre.

Antônio José da Silva Bastos foi presidente da Sociedade de Beneficência em 1872. Da mesma forma que Pereira Santos, também era comendador, o que entre os presidentes dessa Instituição se tornara um fator bastante recorrente. Silva Bastos era português residente em Porto Alegre. Quando do seu falecimento em 1888, deixa como inventariante sua esposa, também portuguesa, Joaquina Gonçalves Bastos. Seus bens consistiam em imóveis, a exemplo de casa na rua Duque de Caxias, número 126, no valor de um conto e cem mil réis. Seus herdeiros foram seus filhos, Arnaldo e Antonieta, que haviam nascido já no Brasil.

Concomitantemente, um outro associado da Sociedade de Beneficência, chamava-se Joaquim Gonçalves Bastos, sem que, no entanto, fosse parente de Joaquina Gonçalves Bastos. Este luso tornou-se sócio benemérito da

Instituição no ano de 1880, quando falece e deixa seus bens para a mesma.

Joaquim Gonçalves Bastos vem sem família de Portugal, da freguesia de São Miguel de Bostalo, provavelmente jovem. Não havendo herdeiros, deixa testamento, como uma garantia de seus bens passariam a talvez ajudar portugueses no Brasil, na justificativa de,

...sou solteiro e nesse estado tenho vivido, não tenho descendente ...Tendo, muitas vezes co em Portugal três irmãos e uma sobrinha, Bárbara Delfina Ferreira de Jesus, a quem deixa quantia de 300 mil réis.²⁵⁹

Gonçalves Bastos foi prospero comerciante, manteve sociedade com os irmãos, também portugueses, José Bastos e Antônio de Carvalho Bastos, com negócio localizado à rua Voluntários da Pátria na cidade de Porto Alegre, tendo a firma se chamado Joaquim Gonçalves Bastos e Companhia. Porém, talvez a mais significativa doação em vida tenha sido a realizada em proveito a instituição de beneficência em seu testamento, pois juntamente com a referência aos sócios comerciantes,

...Deixo para o hospital da Beneficência Portuguesa desta cidade a quantia de duzentos mil réis. Deixo também ao testamenteiro 500 mil réis...e Deixo como herdeiro universal como se filho fosse o sócio senhor Antônio de Carvalho Bastos, em remuneração a gerência e trabalho na casa de negócios...²⁶⁰

Certamente, os portugueses citados, que fazem parte da história da Sociedade de Beneficência na segunda metade do século XIX, muitas vezes ocupando um cargo de destaque na diretoria, como presidentes, estimulam a auto-representação da Instituição na sociedade porto alegre, como pertencente a uma elite social. A evidencia dos bens deixados em testamento mostram que é possível perceber-los enquanto parte dessa elite, que mostra-se pelos cargos políticos e administrativos que ocupa.

4.2.2. O DAR E O RECEBER NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE PORTO ALEGRE

²⁵⁹ Antônio José Gonçalves Bastos. Inventário nº 2302, maço 115. Porto Alegre: Primeiro Cartório Civil.

²⁶⁰ Idem.

Toda a ação de uma Sociedade Portuguesa de Beneficência parecia convergir para o cumprimento de seus estatutos. Conforme vimos, o que chamamos de investimento no setor religioso perpassava as normas Institucionais, pois a Associação mantinha uma ligação estreita com a Igreja Católica através do culto ao padroeiro e das cerimônias religiosas executadas nas capelas existentes nos hospitais.

No caso da Beneficência de Porto Alegre, a adequação ao modelo estrutural do hospital do Rio de Janeiro sempre foi um fato. Porém, essa adequação refere mais ainda a Misericórdia portuguesa, cujo julgamento das ações realizadas remetiam ao poder da Igreja, enquanto missão cristã. De uma forma geral, o modelo da Misericórdia quanto as obrigações morais e espirituais era uma tarefa já atendida pela Santa Casa na cidade de Porto Alegre, criada desde o ano de 1803. O discurso da Sociedade Portuguesa de Beneficência, no ato de sua fundação, frizava a possibilidade de ir mais além das atividades oferecidas por aquela Instituição, ampliando as ações assistenciais já organizadas, e agregando a elas uma nova infra-estrutura, como por exemplo, o conforto nos leitos e alas do hospital. Portanto, o trabalho assistencial era projetado na sociedade local como um bem maior capaz de melhorar a vida dos imigrantes portugueses residentes em Porto Alegre, mais especificamente aqueles que realmente desejavam um atendimento diferenciado daquele oferecido pela Santa Casa, por também estarem cientes de suas situações de privilégio.

Porém, quem doa e quem recebe na Instituição de Beneficência?

Porto Alegre era uma cidade relativamente pequena em 1854, cercada de chácaras e sítios. Ela tinha aproximadamente 17.500 habitantes, o que comprovava uma diferença muito marcante tanto com relação a população, quanto ao panorama social vivido no Rio de Janeiro. Enquanto que na capital de Império, a cidade tornava-se moderna em seu traçado urbano, na política (por guardar a sede do governo), e na sociedade, com saraus e cerimônias que copiavam o modelo europeu, Porto Alegre, e particularmente toda a Província de São Pedro, guardava em certos aspectos feições do século XVIII, que foram se transformando pela ação de tardias novidades como, as discussões sobre o abolicionismo e os costumes importados da Europa, tanto quanto do Rio de Janeiro. Porém, esse descompasso sofrido pelas cidades distantes do Rio de Janeiro, como Porto Alegre, não impediu, ainda que de forma mais diminuta, o surgimento da economia próspera e de uma sociedade que atrás dela emergisse

enquanto de elite.

Conforme vimos, o panorama social das cidades do extremo sul da Província de São Pedro também puderam ser transformadas pela imigração. Uma elite não se faria presente somente pelos grandes charqueadores e estancieiros locais, mas também pelos indivíduos que incentivaram o desenvolvimento de uma indústria têxtil, de um comércio, entre diversas outras atividades, que eram dirigidas muitas vezes por imigrantes de diferentes nacionalidades. Nessa perspectiva, o estrangeiro também torna-se agente de um processo transformador da cidade, porque contribuí para que nela gestasse novas formas de pensamento, novos costumes, iniciativas, e mesmo a existência de grupos que em nome de uma identidade pensada, emergiram também enquanto elite local.

Portanto, pensar a Associação Portuguesa em Porto Alegre enquanto núcleo transformador da cidade é pensar em quem pode dar e quem deve receber a assistência por ela oferecida na sociedade local. Vimos que pelo perfil dos presidentes da Instituição, muitos já vieram de Portugal com situação financeira favorável, especialmente os que emigraram dos grandes centros como Lisboa e Porto, com o caso do luso Antônio Francisco Pereira dos Santos.

Um dos fatores comuns entre os membros da Diretoria da Sociedade é a sua participação na vida política e social da localidade, como por exemplo os freqüentes casos de indivíduos que eram comendadores na presidência da mesma. Praticamente este parece ser quase que um pré-requisito para que o indivíduo, que declaradamente nos estatutos institucionais tinha que ser português, passasse a integrar a diretoria e assumisse a presidência. Comenda é uma *condecoração* concedida a pessoas que se destacam em suas áreas de atuação, desde artistas, políticos e empresários, no caso, comerciantes. A comenda guarda reminiscências em benefícios a membros da igreja ou a militares, que durante a Idade Média, haviam prestado serviços ao rei. Na verdade, ela sempre esteve ligada a um detaque valioso, que no século XIX, e nos tempos atuais, é simbólico, tanto quanto um título de uma propriedade, porque é de fato uma recompensa, representada por medalhas, emblemas de nobreza, entre outros. Nesse sentido, como não pensar no destaque conferido à Instituição portuguesa de Beneficência que é dirigida por um comendador?

Se em suas origens o cargo de comendador tinha a obrigação de

defender a terra recebida contra inimigos, no século XIX ele não tem função definida. No máximo, a distinção conferia algum prestígio em certos círculos sociais. Mas é justamente no círculo social de elite que a diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre parecia estar interessada. Mesmo que o diretor luso não tenha tantas posses para conferir doações, mostrado através de raras exceções, é pelo cargo simbólico que se chama a atenção da localidade, e possivelmente, através dele e do rei, mais indivíduos de posição social integrar-se-iam aquela Instituição. Portanto, o título de comendador constitui-se no cerimonial de governos e instituições privadas, como na Sociedade Portuguesa de Beneficência, que seguem uma hierarquia de acordo com a importância do homenageado, *o menor grau é cavaleiro, seguido de oficial, comendador, grande oficial, grã-cruz e, quando existe, grã-colar*²⁶¹.

Para além dessas questões, os títulos acumulados entre os integrantes da instituição em Porto Alegre não se resumiram somente ao comendador. Pesquisa realizada junto aos estatutos e relatórios Institucionais comprova que participaram enquanto associados alguns desembargadores, que no caso de Porto Alegre, pode ser comprovado pela presença do Sr. José Almeida Martins Costa, inventariante de Antônio Francisco Pereira dos Santos na ocasião de sua morte em 1881.

O cargo de desembargador é uma espécie de sábio da justiça, ou seja, é ele quem julga a decisão de juízes mais novos quando algum dos julgados não fica satisfeito com a sentença dada em um tribunal. Interfere também em questões diplomáticas, frequentemente dadas entre países, e por esse motivo carrega consigo um aparato simbólico bastante marcante, para além de uma prosperidade financeira decorrente do próprio trabalho.

Não é somente casos de comendadores e desembargadores na presidência da Sociedade de Beneficência que deflagram o poder financeiro e simbólico de seus diretores. Certamente, ao evidenciar que a Associação era uma entidade dotada de indivíduos que garantiam o seu reconhecimento social porque poderiam arcar com o ônus de administrá-la, mostravam-se a público enquanto grupo que conseguiu a almejada ascensão social, deixando para todos os demais participantes da mesma, o privilégio de também dela participar. Nesse sentido, há também a presença de Barões na Diretoria, como José Francisco da Silva Nunes, eleito em 1903, que ganha o título de

²⁶¹ Waldemar Baroni, heraldista (especialista em títulos e emblemas da nobreza) do Conselho Estadual de Honrarias e Mérito de São Paulo (CEHM).

Barão em 1904, quando ainda é presidente da Associação.

A posse de terras, estabelecimentos comerciais, ações, imóveis, são entre outros tantos, bens capazes de avançar a representação que se tem de um indivíduo em uma dada sociedade. São essas pessoas, por excelência, que configuram o nome da Associação, porque mostram o quão próspero é o seu córum, e portanto, voltando a máxima da representação de quem dá é porque têm. No caso da Beneficência de Porto Alegre, isso se mostra mais claramente na figura da vida social dos presidentes.

Nesse sentido, quem recebe a assistência da Instituição são os portugueses no Brasil e em Portugal, e população em geral, compreendendo brasileiros e imigrantes de outras nacionalidades, basta lembrar o envolvimento dos franceses na criação dessa Beneficência.

Conforme vimos, em ata da sessão administrativa do Rei de Portugal, em 28 de fevereiro de 1877, registrou-se um número impressionante de doações efetuadas em proveitos das vítimas da inundação no Minho e no Douro. Chegam do Brasil valores que superam os de qualquer outra nacionalidade, e promovem os portugueses residentes em diferentes localidades, as quais põem em evidência não só a presença da comunidade portuguesa em solo brasileiro como também, a presença das organizações assistenciais lusas, mesmo que não mencionadas, em virtude das doações de seus associados. Em ofício lido na Associação Comercial de Lisboa, ficou aprovado que:

Foi lido um offício da Associação Commercial de Lisboa, acompanhando a remessa de:

L 2.500 em Letras sobre Londres enviada pela Comissão organizada no Rio de Janeiro, presidida pelo Exmo. Sr. Visconde de S. Salvador de Mattosinhos...e outro do Ministro do Reino acompanhando o donativo de Rs 200\$000 feito por António José Gonçalves Bastos de Porto Alegre Província do Rio Grande do Sul no Brazil...A Comissão resolveo que se agradecesse este novo e avultado donativo como já se havia feito com o precedente. Dignou-se a Sua Magestade A Rainha afim de resolver e

encerrou-se esta sessão às 4 e 1- 2 horas da tarde.

Os secretários

Sres. Francisco De Oliveira Chamigo

*António Augusto Ferreira de
Miranguy.²⁶²*

Antônio José Gonçalves Bastos foi presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência no ano de 1872, permanecendo na diretoria por muitos anos, ocupando cargos como de tesoureiro, de mordomo e de secretário. Era também comendador dentro da Instituição, e portanto, quando realiza a doação às vítimas da inundação em Portugal, mesmo que não faça referência direta à Sociedade de Beneficência, dela participa naquele momento. Portanto, pela quantia doada, fica evidente também o seu prestígio social, e situação financeira relevante, capaz de sustentar tais feitos. Certamente, são muitos os portugueses que desejam auto-representarem-se em Portugal, sobretudo se percebida a questão de que, nesse caso, há o agradecimento efetuado pela própria Rainha Dona Maria Pia de Saboya, na ausência de D. Luís. Para além dessas questões, faziam parte da comissão ministerial, indivíduos ligados à corte real com influência sobre a mesma, como o Duque de Palmella, Duquesa de Loulé, Marquiza D'Avila e de Bolama, Condessa de Sousa e Coutinho, Condessa do Rio Maior D. Maria, Condessa de Ficalho, Maquez de Ficalho, Conde de Cabral, Visconde Ribeiro da Silva, entre outros.

A determinação dos portugueses em fazer parte dessa comissão de socorros às vítimas portuguesas ressaltou a necessidade de aceitação que desejavam tanto no Brasil quanto em Portugal. Talvez num sentido mais amplo, a caridade efetuada no caso das inundações comprovou que Portugal foi mais importante nesse momento, porque estar presente no além mar também era garantia de reconhecimento da pátria distante, e do quanto o emigrante havia se tornado próspero, ou mais próspero no Brasil, como evidencia o associado Gonçalves Bastos na Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre.

4.2.3. O CONTINUÍSMO NA DIRETORIA DA SOCIEDADE

²⁶² Ata da Sessão em 28 de fevereiro de 1877 no Ministério do Reino de Carlos Santos para Márquez de Ficalho. Arquivo do cartório da Casa Real. Caixa – 7449. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE PORTO ALEGRE

Pesquisa realizada nos livros de atas, e nos relatórios da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre comprova que a maioria dos indivíduos que chegam a ocupar a diretoria da Instituição lá permanecem após o término de seus mandatos, ao mesmo tempo em que emergem como presidentes de cargos diversos dessa mesma diretoria. Um presidente pode passar a secretário, a mordomo e a tesoureiro, e em quatro anos voltar a presidente, obedecendo a essa mesma rotatividade até que seja impossibilitado de assumir cargos em função da idade avançada. Assim ocorre em todas as Sociedades de Beneficência.

Na relação de presidentes da Associação em Porto Alegre do ano de 1854 a 1910, encontram-se vários casos em que o continuísmo é flagrante. O ano de 1854 é de Antônio Maria do Amaral Ribeiro, que, como não poderia deixar de ser, é cônsul de Portugal, e inaugura a sessão em que é eleito, embora, apesar de sua enorme simbologia, não retornar mais para a diretoria da Instituição.

Casos de continuísmos mais emblemáticos iniciam a partir do ano de 1860, quando na presidência, que é anual, começaram as eleições e reeleições dos presidentes. Nesse caso, Jerônimo José da Silva Guimarães, foi eleito e reeleito de 1861 a 1863.

Antônio Francisco Pereira dos Santos foi um dos presidentes lusos mais influentes nesse primeiro quartel da história da Instituição. Sua influência parece ser mais significativa que a do próprio fundador, Antônio Maria do Amaral Ribeiro, uma vez que ocupa o cargo da presidência por seis vezes, alternando apenas dois anos da primeira ocupação. Portanto, em 1865, o luso assumiu a diretoria, e em 1867, quando já era comendador, assumiu novamente eleito e reeleito por quatro vezes. Em 30 de março de 1871, retirou-se para o Rio de Janeiro, sendo substituído pelo vice-presidente João Batista Ferreira de Azevedo. Este último fica um período curto de tempo, quando se dirige para a Europa e de lá não mais retorna, passando a presidência ao primeiro secretário Manuel Rodrigues Viana.

No ano de 1874, Antônio Francisco Pereira dos Santos retorna a diretoria pela última vez, já com idade avançada, e lá permanece um ano, mesmo que não se desligue da instituição até o ano de sua morte.

Percebe-se que o fato de ser comendador constitui um grande diferencial de fato no caso dos presidentes. O comendador Manuel de Souza Ferras assumiu a presidência por mais de uma vez, em 1877, e respectivamente de 1892 a 1894. Assim como Antônio José Gonçalves Bastos, presidente em 1872, e José Gonçalves Viana, até abril de 1877, muitos outros presidentes retornam ao cargo, depois de passarem alguns anos enquanto secretários e tesoureiros, ou simplesmente beneméritos.

O caso de José Francisco da Silva Nunes é mais distinto porque passa direto a presidente. Do ano de 1895 a 1896, é presidente, momento em que passa a ostentar o título de barão da Silva Nunes. Nesse caso, percebe-se que a distinção que é dada aos comendadores, também é dada aos barões, na mesma medida, pois o mesmo luso assumiu a presidência Institucional novamente de 1903 a 1904, tornando-se presidente honorário, e realizando festa comemorativa dos primeiros cinquenta anos da Instituição, deixando-o memorado em resumo histórico. O luso João Aydos é presidente em 1898 e respectivamente em 1905 e 1906.

4.3. A SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA EM PELOTAS

4.3.1. OS ESTABELECIDOS NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE PELOTAS

Nos primeiros estatutos redigidos em 1857, que referem a aprovação da Instituição de Beneficência em Pelotas separada da sua congênere em Porto Alegre, já aparece a preocupação com a constituição social da mesma. Tal fato é descrito no Artigo 9º do Capítulo II desses estatutos, no que se refere aos direitos e deveres dos associados,

São sócios ativos indivíduos de nacionalidade portuguesa, de sexo masculino, que admitidos pela diretoria satisfaçam jóia e

mensalidades que lhe são aplicáveis, de acordo com a categoria que sejam admitidos...O Benfeitor é concedido ao indivíduo que doa o valor de dezoito mil réis em dinheiro ou jóia...o grande benfeitor que doa o valor de vinte mil réis, e o benemérito de vinte e cinco mil...é sócio honorário o indivíduo que tenha prestado algum serviço à Sociedade ou à algum sócio, ou à coletividade²⁶³.

Conforme vimos, esse documento evidencia uma série de questões implícitas em seu conteúdo. Primeiramente, ao observar o conjunto de relatórios Institucionais percebe-se que a admissão de associados benfeitores, beneméritos e honorários não depende da nacionalidade, e sim da quantidade de doações efetuadas, conforme mostram os estatutos. Nesse trecho do documento é possível observar a importância que a doação adquire para a vida Institucional da Beneficência. Embora o critério da nacionalidade não fique evidente no documento, através da leitura dos relatórios percebeu-se que as doações espontâneas funcionaram como fator de eliminação de associados tão quanto, preferencialmente, nas suas promoções.

Desde o ano de 1854, a diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência envia à Porto Alegre um pedido de autorização para estabelecer agência. Em 8 de setembro de 1857, quando supostamente já funcionaria com 254 associados, quase dois meses após a aprovação da matriz congênere, reuniram-se os sócios para elegerem um procurador e os doze diretores do mês, os quais com os agentes, completavam a diretoria, sendo o presidente Francisco Luiz Ribeiro, secretário José Vieira Pimenta, e tesoureiro, Manoel José Fernandes Lima.

A fundação da Instituição de Beneficência na cidade de Pelotas conta com um número significativo de imigrantes portugueses entrados na Província de São Pedro pelo porto de Rio Grande. É pela necessidade de amparar filhos, viúvas, irmãos e compatriotas que a Beneficência Portuguesa é criada, e nesse sentido, o consentimento do Presidente da Província sobre a existência das Associações é garantido a partir dessa justificativa. Assim, algumas personalidades de maior destaque do grupo de portugueses que originam a Instituição foram de fato os que constituíram a diretoria inicial, o vice-cônsul Francisco Luiz Ribeiro (o primeiro presidente), Manuel José Fernandes Lima, e

²⁶³ Sociedade Portuguesa de Beneficência. Ano, 1857. Estatuto. Pelotas: Tipografia do Diário de Pelotas, 1858. p. 05.

José Vieira Pimenta, este último conhecido pela historiografia oficial das Instituições como o idealizador da Sociedade de Beneficência em Pelotas. Embora José Vieira Pimenta não seja o primeiro presidente da Instituição, seu nome esteve ligado a mesma desde os seus primórdios, enquanto primeiro secretário e grande benemérito.

Vieira Pimenta esteve vinculado diretamente ao trabalho assistencial na cidade de Pelotas. Enquanto construtor, o português participou da edificação de inúmeros edifícios públicos e monumentos na cidade de Pelotas, como o Mercado Público, juntamente com Teodolino Farinha. Mas, com relação a assistência, Vieira Pimenta foi o responsável pelo projeto da primeira parte do prédio da Santa Casa de Misericórdia e pela execução da ponte do arroio Santa Bárbara, na atual rua Marechal Floriano, que compreende as proximidades daquela Instituição. Por muitos anos, o luso foi provedor da Santa Casa, o que de alguma forma justifica o seu envolvimento com a Sociedade Portuguesa de Beneficência, não enquanto presidente e sim como membro da diretoria. Em 1853, escreveu “Principais acontecimentos desta freguesia”, relatando o início da vida urbana na cidade. Segundo Gutierrez (1999),

*“O prédio da Santa Casa, manuscritos, como os livros de atas, de internamentos, quadros estatísticos, entre outros trabalhos, evidenciaram a erudição do autor português José Vieira Pimenta.”*²⁶⁴

A necessidade de criação da Instituição faria alusão ao fato de os portugueses terem a necessidade de se dirigir à Porto Alegre para o atendimento em casos emergenciais, e ao mesmo tempo da incapacidade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, já fundada desde o ano de 1846, de atender os enfermos da cidade. Isso ao mesmo tempo qualifica como já havia ocorrido em Porto Alegre, a desconfiança que a população tinha em torno da assistência desempenhada pela Santa Casa, tanto no que se refere a condições de salubridade, quanto ao tratamento diferenciado, que a elite local tanto desejava ter...

Portanto, a justificativa da existência de um hospital privado corre nessa direção. Se por um lado as questões pertinentes a assistência para imigrantes decorre de uma iniciativa que cobriria a ausência do Estado com relação a questões

²⁶⁴ Gutierrez, Ester. Barro e Sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. P. 325.

administrativas e políticas que ultrapassam os limites da sede do Império, por outro a organização da mesma é fruto da vontade das elites regionais em tornar-se diferenciada, no aspecto prático do hospital, evidenciando a passagem para a medicina terapêutica, e no aspecto social, sendo este um local que não lhes mistura, a princípio, com presos, indigentes, mendigos, entre outros.

Sendo assim, a ata número um da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas que relata a realização da primeira reunião, em casa do vice-cônsul, refere que alguns novos associados, todos lusos, desejariam de imediato a criação da Instituição. De fato, os agentes reúnem-se na casa do vice-cônsul e determinam pedir ajuda aos negociantes – Pedro José de Campos, Joaquim Monteiro, Joaquim José Pereira Pena e Januário Joaquim Amarante – para que em ação conjunta se conseguisse o maior número de associados.

Por proposta de José Vieira Pimenta é nomeada uma comissão para angariar sócios. Portanto o número elevado de portugueses que aparece nos registros poderia ter duas razões: ou refere ao fato de se obter associados na maioria portugueses trazidos de arredores; ou, entre os 254 associados lusos certamente existiram alguns indivíduos de outras nacionalidades, se não a grande maioria luso-brasileiros. Porém é pela diretoria, lusa, que o nome da instituição apareceria nas solenidades públicas.

Em 16 de setembro de 1857, a data do aniversário do Rei de Portugal, celebrava-se a inauguração do hospital, que havia ficado na rua da Igreja, esquina rua São Domingos, hoje General Vitorino, e esquina rua Benjamin Constant, em prédio da firma Ribas & Irmão. Segundo as palavras do vice-cônsul de Portugal e presidente da Instituição,

*“Já vedes, pois senhores, que com tão valiosos auxílios e confiados na Divina Providência esperamos marchar sem dificuldades”.*²⁶⁵

Portanto, a questão dos auxílios ali mencionados na ata número um poderiam fazer menção aos diversos donativos angariados em proveito da Instituição da beneficência, advindos da elite local, de portugueses, mas também de brasileiros, interessados nesse empreendimento. A defesa da fundação da Beneficência equivaleria dizer que num trabalho de caridade, nem tudo o que é interessado ou interesseiro é mau,

²⁶⁵ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Livros de Atas. 1857.

uma vez que ela realmente atenderia as expectativas de uma população carente, de etnia e de assistência.

A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas é composta desde os seus primórdios por diretoria, conselho deliberativo e comissão fiscal, dos quais saem os seguintes cargos em ordem de importância: presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro, adjunto do tesoureiro, dois procuradores, e doze diretores do mês (eleitos a cada dois meses durante o biênio). Destes cargos citados, fazem parte também do conselho deliberativo os secretários, procuradores e diretores do mês, e da comissão fiscal os tesoureiros, sendo estes pouquíssimas vezes citados nos relatórios Institucionais, e mesmo nos estatutos.

Na verdade, os cargos correspondentes a administração da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Pelotas constituíram-se basicamente pela diretoria – presidentes, secretários e tesoureiros. Os cargos respeitantes a conselhos deliberativos, comissões fiscais sempre funcionaram com a permissão ou ausência do presidente, deixando claro a posição hierárquica dos mesmos dentro da Instituição. No entanto, assumir uma posição de destaque na mesma Sociedade equivaleria a ocupar um dos cargos de administração, sejam eles respeitantes ao menor ou maior grau de importância. Quanto maior o poder de decisão do indivíduo, mais destaque adquire perante o grupo que pertence, no caso à Sociedade, e perante à comunidade local, uma vez que representa um órgão em solenidades públicas, políticas e civis.

Ainda no ano de 1857, o novo hospital é instalado, contando a Sociedade já com 350 associados, e sob a proteção do Rei D. Pedro V. Porém a separação da congênera em Porto Alegre acontece somente em 1858, em assembléia geral, com total aprovação do ato pela Beneficência da capital. Isso porque de certa forma, todas as Instituições de Beneficência, sobretudo em se tratando da Província de São Pedro, estavam limitadas ao atendimento assistencial local, no máximo atingindo arredores. Qualquer que fosse o envolvimento maior de sua capacidade, como o caso de Porto Alegre, que atendia a Província enquanto não havia outras Beneficências no sul, significaria o seu colapso.

Separada, sem dever obediência à de Porto Alegre, a sua Diretoria, auxiliada pelo apoio dos associados, lançou o projeto de construir, em terreno próprio, um hospital definitivo. Nesse sentido, José Antônio de Oliveira Leitão, que, junto com a

esposa Isabel de Fontoura Leitão, doaram o terreno para a construção do hospital. Na verdade, essa construção foi efetuada somente com donativos além das mensalidades da Beneficência, estando José Vieira Pimenta, no lugar dos grandes doadores para o empreendimento.

No decorrer do desenvolvimento das obras do hospital, foi necessário organizar espetáculos, quermesses, empréstimos internos entre os associados, empréstimos bancários, que inclusive acabavam entrando na mensalidade dos sócios. E, por isso, uma questão primordial sobre a existência da Instituição retorna: o que espera o associado da Instituição depois de tomar para si uma responsabilidade que vai além do pagamento das mensalidades da Beneficência?

Segundo Soares (1988), os portugueses de Pelotas, sócios ou não, tomavam verdadeiro interesse pelas obras construídas e se solidarizavam com a diretoria, dando-lhe amplo apoio. A pedra fundamental da edificação fica erguida em 13 de fevereiro de 1859, e a essa solenidade ficaram em evidência as altas autoridades eclesiásticas, militares, civis e diplomáticas, que, conforme vimos, colocaram-se à disposição da Instituição,

“...colocaram-se na mesma pedra uma moeda portuguesa e outra brasileira ambas de prata, e um auto em latim, lido pelo reverendo Vigário, que é um verdadeiro modelo de síntese e precisão, que hoje ainda encanta...dezesseis anos mais tarde, em 13 de julho de 1861, era dada a benção inaugural do novo edifício, entre o mais vivo entusiasmo dos sócios e do povo pelotense.”²⁶⁶

O ato de colocar as moedas na pedra fundamental é bastante explícito da auto-representação da Sociedade de Beneficência de Pelotas. Primeiramente, a solidarização da comunidade no novo empreendimento é fundamental, pois sem doações não há construção do edifício, e principalmente sem associados não há Sociedade. Ao mesmo tempo, como não pensar no ato de sinceridade no seguir os preceitos da Igreja Católica, que promove a igualdade entre os irmãos e a solidariedade acima de qualquer circunstância? É a Sociedade Portuguesa de Pelotas coerente ao promover a representação de uma associação que promove a integração entre portugueses e brasileiros.

²⁶⁶ Soares, Antônio. Portugueses no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Caravelas, 1988. p.43.

No dia da colocação da pedra inaugural do edifício da Sociedade em Pelotas, houve uma benção para consolidar o evento. Uma imagem de São Pedro, padroeiro dessa beneficência foi doada pelo sócio benemérito José Antônio de Oliveira Leitão, da Igreja matriz para a capela provisória, que ficava onde se colocaria o salão nobre quando findada as obras do hospital.

Mas apesar da inauguração do hospital, ainda faltava construir o seu natural complemento, a capela. Esse novo empreendimento só teve a sua concretude em 1890. para isso, no ano de 1889, um numeroso grupo de sócios contribuiu para as subscrições em proveito da nova construção. Dos associados mais citados nas atas Institucionais, ficaram os que se destacaram por ocuparem cargos na diretoria, sendo estes. Manuel José Sousa Costa, Antônio da Veiga Faria, Antônio Pinto do Rego Magalhães, Eduardo Carvalho, João dos Santos Silva, Gabriel Castro e Joaquim de Almenida Perez, e Antônio da Veiga Faria (atual presidente). Ainda faziam parte dos associados em destaque, Manuel Valente da Costa Leite, Paulino Rodrigues, Francisco Pinto Madureira, e José A. Vieira dos Santos.

Antônio Pinto do Rego Magalhães foi o primeiro secretário da Instituição desde o ano de sua fundação (1857). Permaneceu na diretoria durante toda a sua vida, assim como os demais associados já referendados. É associado benemérito do Asilo de Mendigos criado na cidade de Pelotas em 1882, e que tem em seu corpo diretivo um número elevado de indivíduos de grande prestígio social na cidade, como o Barão de Butuy e esposa, Barão de Santa Tecla, Visconde e Viscondesa da Graça, Antônio Dias (sócio fundador), entre outros de igual importância, o que comprova a boa situação social e política de Magalhães em Pelotas em face as suas representações .

Pesquisa realizada nos inventários do Arquivo Público de Porto Alegre, comprovaram que a maioria dos portugueses associados das Beneficências de Pelotas e de Porto Alegre eram do norte de Portugal (Porto, Minho, Douro, Barcelos e Castelões). Constituem fortuna no Brasil, estando em minoria os que vinham de Portugal já em favorável situação econômica.

Em Pelotas, o português Francisco Lopez da diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas na década de 1880 e falece em 1902. Português, da Freguesia de Castela, vem para o Brasil e casa com Azelina Panly Lopes, dessa localidade, cujo matrimônio não constavam filhos. Comerciante, deixa a casa de secos e

molhados na rua XV de novembro número 342, além de sua própria residência, uma quantia razoável no que refere a sua ocupação nos cargos diretivos da Instituição.

Manoel José da Costa pertence a diretoria da Sociedade de Beneficência nos seus primeiros anos de existência. É mordomo em 1880 e 1886. Falece em Porto Alegre, em 1899, deixando três filhos sendo um menor de idade. Ao contrário de Francisco Lopes, é casado em Portugal, com a lusa Maria Victória de Souza. Na situação de ter bens no Brasil, quando falece, nomeia o Sr. Antônio Francisco da Rocha, associado da Beneficência, como inventariante. Na época, toda a documentação é enviada do Brasil para Portugal, e reconhecida pelo vice-cônsul José Calmon Nogueira Valle da Gama na cidade do Porto.

Manoel José da Costa deixa uma casa térrea com frente a rua General Osório, número 211, e atribuída ao valor de dois contos de réis. Cinco imóveis no valor de 5.000\$000 cada um, e mais dois terrenos valendo 5.000\$000 e 6.000\$000 réis, na Rua General Osório e da Marechal Deodoro, duas ruas referência na circulação social urbana da cidade.

No final do século XIX, aproximadamente em 1900 morre o associado benemérito Antônio José Pereira. Como inventariante foi chamado Antônio Pinto Rego Magalhães, que nessa época havia recebido o título de Visconde, e que participava enquanto associado benemérito do Asylo de Mendigos em pelotas, uma instituição, também, correlacionada com as elites locais da cidade.

Antônio José Pereira era de Portugal, havia imigrado para o Brasil sem a esposa, que morre em Portugal deixando-o viúvo. Falece aos setenta e dois anos de idade em Pelotas, e na falta de herdeiros, com testemunho aberto, institui como beneficiária universal a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, como “*prova de gratidão pelos serviços que me tem prestado...*”

Aos dezoito dias de novembro de 1901 foi, portanto, intituída como herdeira universal a Sociedade,

*De que para constar se lavrou este auto
que assina o juiz com o respectivo escrivão e
inventariante*

Duas questões merecem ser analisadas nesse inventário. Primeiramente, Antônio Pereira enquanto sócio benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência escolhe Antônio Pinto do Rego Magalhães, sócio fundador da entidade, assumindo o cargo de secretário e presidente, em 1857 e 1885, respectivamente, um indivíduo de prestígio social tanto naquela Instituição quanto perante a sociedade local. Num outro momento, se observa que a auto-representação de Pereira, tanto na entidade quando perante a outros sócios e comunidade local foi feita por quem melhor o representa, o seu igual, associado imigrante em situação de prosperidade econômica e social, como Rego Magalhães. Portanto, a rede de assistência e “soliedariedade” ultrapassou os limites institucionais, e passou às relações pessoais, visto que elas também, e fundamentalmente nesse caso, foram de extremo interesse.

Rego Magalhães não foi inventariante somente de Antônio Pereira. Esse foi um fato que se repetiu por inúmeras vezes, chagando-se a pensar se o luso não teria presenciado a morte de toda a sua geração de associados que ocupavam cargos diretivos na Sociedade de Portuguesa de Beneficência.

Este foi o caso do português Manoel Ribeiro Marques, que deixa Magalhães como inventariante em 1902, ano em que falece. Manuel Marques imigrou para o Brasil já casado com a portuguesa Rosa Dias Fernandes, que fica em Portugal com os dois filhos, Lisete e Manoel, em Vila de Albergaria a-Velho, onde residia. Por procuração a Rego Magalhães, Rosa Fernandes recebe os bens deixados pelo marido no Brasil, que constavam de trinta ações da companhia União Telefônica, e em dinheiro a quantia de um conto e sessenta e dois mil e quatrocentos mil réis, uma quantia bastante relevante para os padrões da época. Ainda Magalhães paga os inventários no Brasil em casos como o de Manoel Marques, no valor de aproximadamente dois mil réis, o que demonstra além da disponibilidade, o poder do luso.

Na Sociedade Portuguesa de Beneficência, em Assembléia Geral realizada em 6 de julho de 1890, foi aprovada a planta apresentada pela firma Casareto & Irmão e, em seguida, iniciada as obras, que terminaram em 1891. A firma Casareto & Irmão era responsável pela grande maioria das grandes construções da cidade de Pelotas, entre os anos de 1882 e 1900. É dela parte da construção e ampliação da Santa

²⁶⁷ Antônio José Pereira. Inventário n° 2028, maço 70. Porto Alegre: Cartório da Provedoria de Porto Alegre, 1902.

Casa e de todo o Asylo de Mendigos, construções que atendiam aos requisitos do assistencialismo, e dirigidas, também, pela parcela da população em próspera situação econômica.

Porém, de fato é de se ressaltar que as arrecadações em dinheiro só foram possíveis de acordo com as doações efetuadas pela grande maioria dos pelotenses, que tinham naquele momento, e até hoje, o único hospital privado da cidade do qual podiam disponibilizar. Essa situação perdurou e contribuiu para que a Instituição fosse o centro das atenções de uma elite local que pudesse contar com a mesma em momentos de enfermidade, bem como sabendo da sua situação de privada, pudessem dispor desse plano diferenciado de assistência. Esse apoio dos pelotenses, nas palavras de Soares (1988) foi valioso, pois

*Muitos dos quais, desde então, formaram ao lado dos portugueses, iniciadores dessa obra, figurando no seu quadro associativo, muito embora, por tradição, as diretorias, até o ano de 1938, ano em que foram nacionalizadas as sociedades civis de origem estrangeira... mas até hoje, os pelotenses chamados a participar da administração são os primeiros a exigir que o presidente seja português.*²⁶⁸

É dentro desse quadro administrativo que surgem algumas figuras importantes para a Instituição de Beneficência. Antônio Pinto do Rego Magalhães foi inventariante de muitos portugueses falecidos ligados a Instituição, entre os anos de 1880 e 1885. A ajuda na doença e na morte ultrapassaria os limites da Instituição, que via nos membros da sua Diretoria a extensão da rede associativa.

4.3.2. O DAR E O RECEBER NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE PELOTAS

Desde muito cedo na história da Instituição de Beneficência em Pelotas, o trabalho assistencial realizado com a participação de uma elite local foi verdadeiro. Este, na verdade, parece ser o cerne das relações de auto-representação da elite social da cidade, na medida em que não foi somente a Sociedade Portuguesa de

²⁶⁸ Soares, Antônio. Portugueses no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Caravelas, 1988. p. 45.

Beneficência, mas a Santa Casa e o Asylo de Mendigos, que já em 1882 desempenhava a angariação de doações que beneficiassem indivíduos na pobreza.

Se levar o assistencialismo ao pobre, e mesmo ao remediado, as viúvas e aos órfãos de associados da Beneficência, era praticar a caridade, de uma certa forma, era também fazê-la levando em consideração que uma doação poderia ser referida no livro de atas, nos relatórios, e mesmo elevar o sócio a categoria de benemérito. Qual era a abrangência, nesse sentido, de uma categoria de sócio para fora da Instituição?

Conforme vimos, quem participava dos cargos diretivos da Associação, não era o pobre, nem mesmo o remediado, mas o indivíduo que na sociedade local se auto-representava por uma próspera situação econômica. Essa representação poderia variar no sentido de que são muitas as atividades econômicas desses associados, que vão desde o barão até o estanceiro e comerciante. Porém, mais do que isso, as palavras que definem a caridade desempenhada pelos mesmos associados, que levava, e elevava o nome da Instituição na cidade era a filantropia, era a representação de uma ação que, publicada nos jornais locais, por exemplo, ampliaria o sentido da mesma.

Porém, em contrapartida, a todo um discurso, que envolvia a elite local nas doações em dinheiro, há o paradoxo de não atender indivíduos que precisassem da Instituição gratuitamente. Na ata do dia 22 de novembro de 1857, deliberam-se que os doentes não sócios que quiserem tratar-se no hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência nele seriam admitidos com a condição de pagar os remédios e médicos,

*e além disso, a diária de dois mil réis ao mesmo hospital, e que os sócios em boas circunstâncias, que também quiserem nele tratar, pagarão metade de tudo o que pagam os não sócios.*²⁶⁹

Primeiramente, é possível perceber nos relatórios que essa questão da filantropia é terminantemente deturpada quando posto em consideração a administração do hospital. De alguma forma, essa questão estabelece um questionamento sobre a ética do discurso, entendendo que o conceito de caridade estaria calcado no amor ao próximo

²⁶⁹ Idem. P. 46.

não importando quais fossem as suas diferenças e circunstâncias. E em segundo momento, até mesmo os sócios em boas circunstâncias, vide praticamente a diretoria, beneméritos e honorários, deveriam contribuir com o valor, caso em situação de enfermidade. Onde está a caridade no momento da necessidade, mesmo para quem previamente investiu financeiramente na Associação?

Há também a convocação para as pessoas que se inscreveram para sócios em todos os anos, e não há a possibilidade, na Sociedade de Beneficência de Pelotas, de estes associados serem admitidos sem a concessão da jóia. Também há a referência ao fato de que quando falecem no hospital sócios pobres, a Irmandade arca com o enterro, no valor de quarenta mil réis, para caixão, carro, cova e encomendação. Mas se o sujeito ainda que pobre tiver bens, a Sociedade fornecerá somente por empréstimo... Portanto, talvez aqui haveriam excessões quanto a assistência desempenhada.

No ano de 1865, o presidente da Instituição era Francisco Luís Ribeiro, que manda fazer em Lisboa os retratos de Sr. Majestade D. Luiz I , Rei de Portugal, e Sr. Luíz D. Fernando, II Rei e Protetor da Sociedade. Há também efemérides da comemoração do aniversário do Augusto, o Monarcha de Portugal, Rei D. Luiz I (o protetor da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande). Retornando ao impulso e intenção principal da Instituição, o que de fato tornava-se mais importante na mesma é que essas comemorações eram encomendadas com antecipação para os jornais de Portugal. E, mais do que isso, uma das grandes deferências dadas em nome de uma elite à visita, em 24 de outubro de 1865, da Sua Majestade Imperial D. Pedro II, juntamente com o príncipe e o Duque de Caxias, ocorrida pela manhã, onde o monarca aprovou as instalações da associação.

Da mesma forma, um exemplo dessa representação é a publicação nos jornais locais de, notícias sobre o falecimento do rei de Portugal, Dom Fernando, pela própria Beneficência, uma especial deferência ao protetor do estabelecimento. Naquele ano, a Diretoria, em sessão especial, deliberou enviar a S. M. F. D. Luíz I, “um telegrama de sentidos pezames em nome da Sociedade, a expensas da Diretoria, e conservamos a bandeira em sinal de pezar por espaço de oito dias.”²⁷⁰ Porém o que interessava para a Sociedade de Beneficência, conforme vimos é a resposta da

²⁷⁰ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Livro de Atas. Ano: 1866.

Monarquia Portuguesa em função de toda uma relevância que a mesma teria na sociedade local. Era possível que a monarquia portuguesa obtivesse tanto impacto simbólico sobre a sociedade brasileira?

A diretoria da Sociedade Portuguesa no ano de 1886, era constituída por Joaquim da Costa Leite (presidente), Rodrigo S. Lemos, Antônio Rego Magalhães, primeiros secretários, João dos Santos Silva, Antônio Lopes Gomes, André José de Oliveira, tesoureiro e mordomos.²⁷¹

A Sociedade encontra-se no ano de 1886 com um grande número de sócios, atingindo um total de 624 indivíduos ao todo, sendo destes: 90 ativos, 35 remidos, 6 beneméritos, 2 grandes benfeitores, 42 benfeitores, 3 honorários, 446 remidos, 496 pagos em dia, 28 ausentes na participação, 24 sem participação, 40 devedores.

Nos registros da Intendência Municipal de Pelotas do ano de 1893, aparece na estatística do cartório civil, um número de casamentos registrados este ano de indivíduos de diferentes nacionalidades onde prevalecia o português, fechando um total de 244 casamentos para o ano. Destes deduz-se que homens portugueses casaram-se com 44 moças brasileiras, 11 portuguesas casaram-se com brasileiros, um casamento entre franceses, um oriental. Este número encontra-se abaixo apenas dos brasileiros que perfazem um total de 166 casamentos.

Nos obtuários aparecem um total de 152 estrangeiros, sendo destes, 43 homens portugueses, 8 mulheres portuguesas, um número que supera as outras nacionalidades, apenas perdendo para a brasileira. O município de Pelotas tem em 1890, 40.000 habitantes. Portanto, percebe-se que embora o número de estrangeiros seja vago, com relação à população geral da cidade, em Pelotas o número de portugueses é significativo, ou pelo menos maior que outras nacionalidades.²⁷²

Se pensado no número de portugueses existente na cidade de Pelotas, é provável fazer uma relação com o bom funcionamento da Sociedade Portuguesa de Beneficência. Embora nem todos os portugueses de Pelotas fossem associados da Instituição, o que é terminantemente revelado nos relatórios, como um fator negativo,

²⁷¹ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Relatório apresentado pelo presidente Antônio Lopes Rios em 23 de janeiro de 1886.

²⁷² Relatório Anual da Intendência de Pelotas. Ano: 1911. Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 1911.

que depõe contra a própria Associação, não há como negar que esse número tenha feito parte do fortalecimento da cultura portuguesa na cidade.

O ano de 1886 foi bastante próspero para a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Fechadas as contas em 31 de dezembro, a receita importou em 20: 271\$430 mil réis e a despesa em 8:810\$280, ficando um saldo a favor do patrimônio de 11:461\$150, com que fica aumentando naquela data.²⁷³ O estado financeiro prossegue em marcha próspera, conforme afirma o presidente Joaquim da Costa Leite. Como não negar a grande arrecadação de mensalidades, e o próprio envolvimento com as elites locais capazes de garantir o reconhecimento social da Instituição?

A diretoria, não deixando compromisso a resolver ao entregar a sua administração, resolveu resgatar as apólices emitidas fazendo apelo aos seus possuidores, isto porque contraía a Sociedade uma dívida para a compra de propriedades em frente ao hospital – 100 apólices no valor de 5.000\$000 cujos pagamentos eram obrigados em julho de 1887, que segundo ainda o presidente, mais uma vez a Sociedade obteve um feliz resultado, através de mais uma prova desmedida da filantropia de alguns portugueses que saldaram a dívida.²⁷⁴

Portanto, há uma relação entre esse florescer econômico com as doações efetuadas, porque nessa relação de ajuda mútua, a Sociedade e os associados aparecem na localidade enquanto prósperos, e mesmo quem não participe da diretoria, almejando um reconhecimento social, consegue usufruir desse prestígio.

E, nesse sentido, a filantropia passa a um segundo plano, a um lugar pouco privilegiado no que refere as intenções da caridade. No entanto, no ano de 1887, à Diretoria foi apresentada uma petição pelo sócio Sr. Antônio Gonçalves Cardoso, requerindo ser admitido no hospital o patrício Ignácio Oliveira, que tendo chegado de Portugal há poucos dias, se achava doente e sem recursos para tratar-se. Reunida a diretoria, resolveu admiti-lo, considerando que se tratava de um patrício que não tinha tempo de ganhar a quantia necessária para ser sócio desta casa. Nesse caso, vemos que há concessões, e Ignácio Oliveria, não chega a pertencer a diretoria Institucional nos anos subsequentes.

²⁷³ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Relatório. Ano: 1886. Pelotas: Tipografia do Diário. P. 08.

²⁷⁴ Idem. P. 12.

No relatório Institucional há um registro de profissões desses portugueses, porém, dos dentro de uma amostragem que enfoca associados comuns, e não diretoria, tampouco beneméritos e honorários. Das profissões registradas foram encontrados, Açougueiros (2), Alfaiates (2), Bolieiros (2), Comércio (40), Curtidores (4), Carpinteiros (8), Carroceiros (3), Chacreiros (8), chapeleiros, funileiros...padeiros (12), e o restante tanoeiros, celeiros, etc.

Vemos, portanto, que o dar e o receber nessa Sociedade de Beneficência ficaria mais em evidência pela questão da representação, na medida em que foi evidente que a assistência desempenhada só assim o foi porque apareceu nos relatórios, jornais, estatutos, tanto no Brasil, quanto em Portugal, através de seus envios à coroa portuguesa.

4.3.3. O CONTINUISMO NA DIRETORIA DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE PELOTAS

Aos 21 dias do mês de junho de 1857, reunidos os agentes da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, na casa do vice-consulado de Portugal na cidade para tratar de negócios, houve como resolução a oficialização dos senhores Pedro José de Campos, Joaquim Monteiro, Joaquim José Pereira Penna e Januário Joaquim Amarante enquanto associados beneméritos que ocupariam os cargos de diretoria.

Nesse mesmo ano, o número de sócios foi muito reduzido, e o dinheiro arrecadado com 350 sócios no período da inauguração da enfermaria foi repassado para a mobília da casa e outros arranjos já necessários para a função administrativa. O hospital possuía seis leitos que foram aumentados conforme a necessidade das internações, que eram de fato constantes em virtude de ser o atendimento hospitalar mais próximo as regiões vizinhas, a exemplo de Piratini e até então Bagé. Muitos sócios passaram a diretores no mês de setembro, tendo como determinante o critério da nacionalidade portuguesa, entre os quais: Sr. Antônio Coelho Moreira, Antônio da Cunha Almeida e Silva, Antônio Joaquim Dourado, Gaspar Fernandes do Nascimento, Gabriel Portella, Henrique Gomes, Joaquim Pereira Penna, Manuel Pereira da Silva, João Francisco Macedo, Pedro José dos Campos, Teodoro

Fernando da Rocha, entre outros presentes.

Nessa ata, também é referido ao “ilustre luso” o boticário Sr. Francisco Manuel dos Papos, pondo a disposição do estabelecimento os medicamentos precisos ao longo de dois anos. Porém, embora esses presidentes do mês estejam citados e repetidamente mencionados nos livros de atas subsequentes ao referido ano, os mesmos indivíduos não chegam a ocupar efetivamente os cargos principais da diretoria – presidente, vice-presidente, secretários, tesoureiros.

O luso Joaquim da Costa Leite, presidente da Sociedade no ano de 1865 permanece no cargo por dois anos, passando a vice presidente nos dois anos posteriores. No discurso registrado no relatório Institucional, que abre as atividades do ano Joaquim da Costa Leite afirma uma justificativa para a permanência de sua posição enquanto presidente e de muitos lusos nos cargos diretivos,

...Não foi a vaidade que leva os sócios a parecer fazer carreira dentro da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, pois são os mesmos nomes de mordomos que vão à presidentes...

Em 24 de outubro de 1865, houve a visita de Sua Majestade Imperial D. Pedro II, juntamente com o príncipe e o Duque de Caxias, ocorrida pela manhã, onde aprova as instalações da Associação. Essa visita demonstra que para além da cidade de Pelotas ser, durante a segunda metade do século XIX palco para o desenvolvimento de uma das indústrias mais prósperas da província, as charqueadas, que geram o enriquecimento econômico e o aparecimento de uma elite preocupada em modernizar-se no seu comportamento social, predominantemente copiado do modelo europeu, a Sociedade Portuguesa de Beneficência se congratulou com o parecer do rei sobre suas instalações. É mister lembrar que é em plena campanha da Guerra do Paraguai que justamente o Duque de Caxias aqui se encontra, certamente para recrutar combatentes, como também para testar as possíveis possibilidades de instalação do referido hospital. O fato é que, documentada a visita nas atas e relatório Institucionais, bem como nos jornais locais, essa visita confere à instituição uma significância ímpar, porque é explorada na sua co-relação com a nobreza portuguesa no Brasil.

A diretoria presidida por Joaquim da Costa Leite, tem como secretário uma das figuras igualmente representativas na história da Sociedade, Antônio Pinto do

Rego Magalhães. Conforme vimos, o luso permanece como inventariante para muitos membros da comunidade portuguesa pertencente a Sociedade de Beneficência. Residente em Pelotas, casado, e com casa de comércio, Rego Magalhães curiosamente permanece muito mais ocupando o cargo de mordomo e secretário, alternando suas funções do ano de 1865 a 1885, sendo presidente temporário apenas no último ano referido. No entanto, participa muito mais como agente de muitas dificuldades financeiras e particulares dos demais associados portugueses do que propriamente dentro da Sociedade de Beneficência. Seria uma das funções institucionais realizar esse tipo de assistência através de seus associados diretores?

Já no ano de 1886, a presidência da Sociedade foi ocupada por Francisco Farias Guimarães e José Gonçalves Jr. Ambos portugueses, já haviam participado dos cargos diretivos como diretores do mês, juntamente com Francisco Lopes, que nesse ano passa a secretário.

A partir do ano de 1909 há desavenças no quadro de sócios da Associação em Pelotas. No relatório que corresponde ao biênio 1909-1910, há uma série de reivindicações a respeito do continuísmo nos cargos administrativos da mesma. Isto porque é no ano de 1909 que o presidente Manoel Valente da Costa Leite, filho de Joaquim da Costa Leite, e o diretor do mês Custório Pinto Rego Magalhães, filho de Antônio Pinto Rego Magalhães, provam que há uma certa continuidade nesses cargos que perpassam gerações, a ponto de se pensar em ocupações vitalícias.

Tais fatos concorreram para que houvesse o entendimento de que a diretoria não advogava para o progresso da Sociedade, ao passo que o presidente defendia a instituição e suas normas no relatório, dizendo que as reclamações foram colocadas, mas que ninguém assumia os cargos de diretores por ausência de compromisso... Logo, o quadro dos associados que compunham a diretoria, não havendo mudado, ocasionava já um certo incômodo por parte dos demais associados. Um descontentamento constante por parte de alguns, e de outros, um contentamento pela compreensão de que já havia portugueses pertencentes a outra geração, mantendo o grupo coeso simplesmente por uma questão de poder.

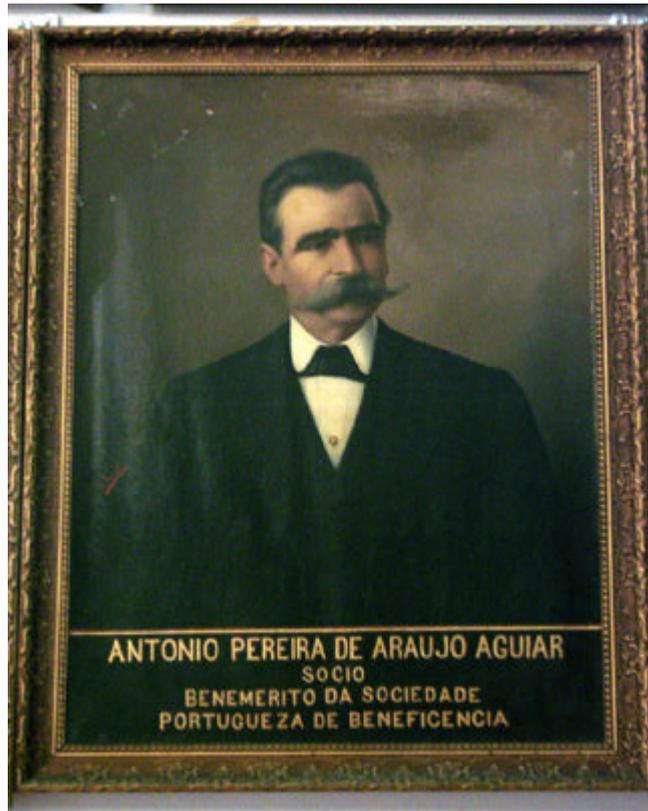


Figura 74 - Antônio Pereira de Araújo Aguiar. Sócio benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Fonte: Foto de Janaína Schawbach.



Figura 75 - Dona Isabel de Fontoura Leitão. Sócia Benemérita. Sócio benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Fonte: Foto de Janaína Schawbach.

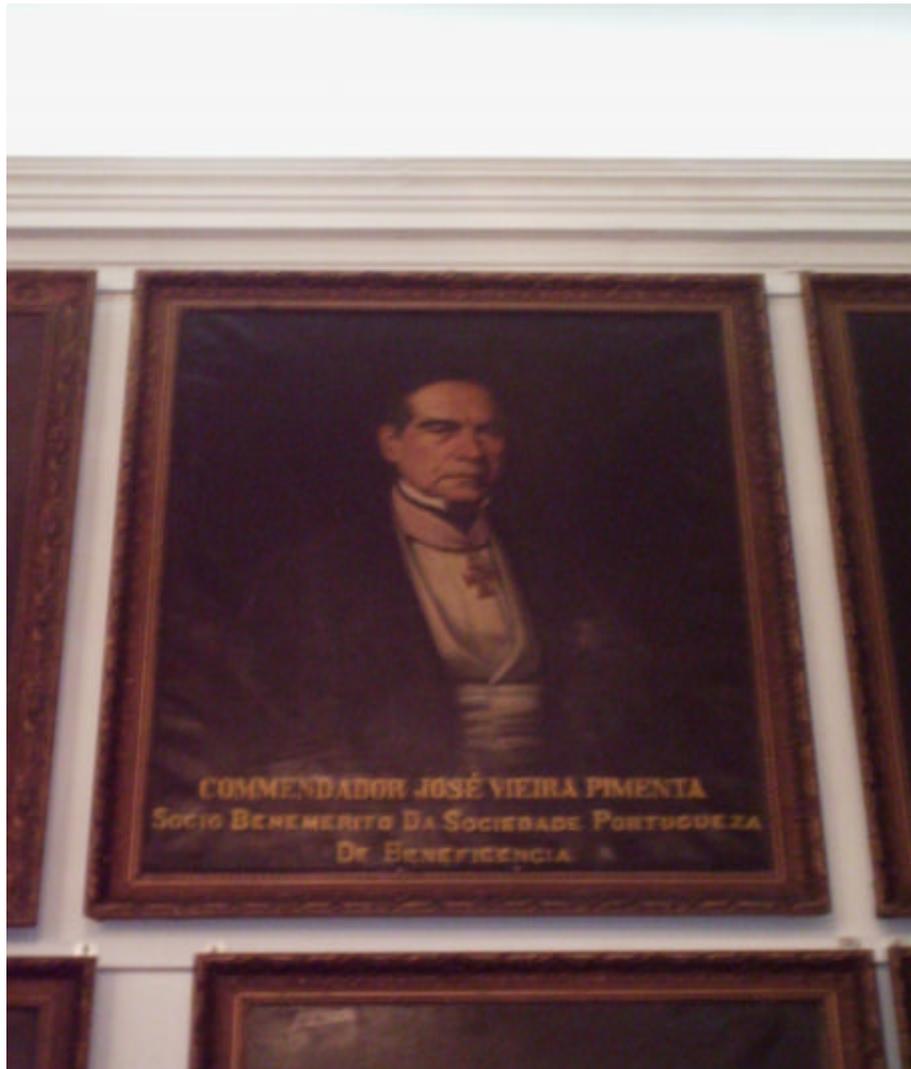


Figura 76 - Comendador José Vieira Pimenta. Sócio Benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Fonte: Foto da pesquisadora.

4.4. A SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA EM RIO GRANDE

4.4.1. OS ESTABELECIDOS NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE RIO GRANDE

No ano de 1854, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre, desejava de estender a sua ação beneficente a todos os pontos mais populosos

do Estado, resolveu estabelecer na cidade de Rio Grande uma sucursal, a que foi dado o título de Agência.

Em ofício datado de 22 de novembro desse mesmo ano foram nomeados agentes os portugueses Srs. José Francisco Duarte e Damião Francisco Alves Moura, cidadãos portugueses, de algum destaque social, os quais aceitaram a incumbência.

A função dos agentes era angariar sócios para a Matriz, aos quais eram facultados, entre outras, constantes dos estatutos da Instituição, as regalias de serem tratados em suas próprias casas, ou outras particulares, quando doentes correndo todas as despesas de médico e farmácia, por conta da Sociedade de Beneficência. Ao analisar os fatos, percebe-se que um atendimento diferenciado se propõe em Rio Grande. O ser atendido em casa pressupõe que na cidade não há estabelecimento hospitalar digno de habitação por parte dos lusos e estrangeiros que em situação mais próspera necessitariam. A existência de uma Santa Casa de Misericórdia em Pelotas, não satisfaz esse contingente, que não havendo uma congênere em Rio Grande, obteria somente como última opção os estabelecimentos hospitalares de Porto Alegre. No entanto, num olhar mais atento percebe-se que foram escolhidos como agentes justamente indivíduos que representam uma elite local, que mesmo sendo minoria, recrutaria para compor o corpo Institucional no mínimo seus iguais, tanto em condição financeira, quanto em posição social.

Nesse sentido, somente esta questão já revela como se formou o tecido social de Rio Grande. Na maioria portugueses, a população formada a partir da situação de cidade portuária, guardaria em seus aspecto bruto marcas de uma imigração basicamente portuguesa, com acréscimos de outras nacionalidades.

Embora a responsabilidade dos agentes tivesse sido aceita por ambos os indicados, o Sr. Francisco Duarte é citado pela historiografia oficial da Instituição enquanto,

o único patricio que tomou a peito dos deveres de que fora investido, trabalhando denotadamente, pelo progresso da Agência,e

*conseguindo dia a dia aumentar o número de associados.*²⁷⁵

No ano de 1856, a agência de Beneficência de Rio Grande já contava com um número significativo de sócios, o que contribuiu para que se cogitasse a instalação de uma enfermaria, destinada ao tratamento dos sócios de sua circunscrição, e, em ofício que dirigiu à matriz, datado de dezembro desse ano deu seu consentimento.

A matriz em Porto Alegre, como era chamada em suas atas e estatutos, aprovou a idéia, conforme ilustra a sua resposta em ofício de 7 de janeiro de 1857, e ao mesmo tempo os sócios de Rio Grande receberam a notícia de forma bastante feliz. Note-se que se comparado o tempo da criação da agência até a instalação da enfermaria, possivelmente, conforme ilustram as atas Institucionais, os sócios doentes da cidade tenham obtido atendimento domiciliar.

Segundo Soares (1988), a medida que a agência beneficente se desenvolvia o progresso fazia aumentar as responsabilidades, o sr. Francisco Duarte lembrou à Diretoria de Porto Alegre o momento de indicar novos nomes de portugueses que pudessem assumir a administração dessa agência em conjunto consigo. Nesse sentido, as convocações posteriores obedeceram ao mesmo critério de seleção, indivíduos portugueses que obtinham destaque social e ou financeiro na localidade. Foram chamados senhores, que pela participação prévia já fariam parte do primeiro grupo de associados, entre eles alguns membros da diretoria, entre os quais José Joaquim Duarte Souza, J.M de Souza Brandão, Antônio Jacinto de Almeida Damião, F. A. de Moura e o próprio José Francisco Duarte.

Portanto, na ata número um da agência beneficente naquela cidade fica constado a eleição para a diretoria, a que deram o nome de Diretoria Parcial da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre em Rio Grande, um fato que diferencia das demais congêneres no extremo sul do Brasil visto a sua estreita ligação com a mesma Instituição na capital da Província. Nesse sentido, a primeira diretoria ficou assim constituída: José Joaquim Duarte de Souza (presidente), J. M. de Souza Brandão (secretário), José Francisco Duarte (tesoureiro), Damião F. A de Moura e Antônio Jacinto de Almeida (auxiliares).

275

SOARES, Antônio. *Portugueses no RS*. Porto Alegre: Caravela, 1988. p. 55.

Esta diretoria tomou posse em 8 de março de 1857, e logo em 26 de abril o primeiro secretário havia pedido exoneração do cargo, deixando José Francisco Duarte o acúmulo dos cargos de secretário e de tesoureiro, sendo substituído somente em junho por Joaquim Lopes da Souza Pias. A diretoria também refere a questão da seleção de indivíduos que pudessem emprestar simbolicamente para à nova Instituição uma representação econômica. Tal fato é decorrente da necessidade dessa mesma diretoria em chamar a atenção dos membros da Sociedade de Beneficência de Porto Alegre para a agência, e garantir o reconhecimento da população de Rio Grande, como o fizeram as demais congêneres nos seus anos iniciais. Porém, em 1859, a primeira grande tarefa dessa comissão foi o de contratar uma casa apropriada para a instalação da enfermaria, cujo terreno e prédio já havia sido arrendado desde 1857 localizados na praça da Geribanda (atual Tamandaré) números 2 e 4.

A praça da Geribanda originalmente foi assim chamada por ser um espaço onde os escravos buscavam água, tendo em vista ser o único abastecimento da cidade. É a partir do ano de 1860 quando passa a se chamar Praça Tamandaré, em homenagem ao Almirante Tamandaré, que incorpora uma representatividade elitista, sendo vista como um espaço que refere ao passeio público de Rio Grande, diferente do antigo significado de desordem dado pela denominação “Geribanda”. Portanto, é durante esse momento que os quarteirões que envolvem a praça passam a ser considerados, dentro do centro urbano como altamente disputados pela sociedade rio-grandina.²⁷⁶

A enfermaria da agência beneficência em Rio Grande foi inaugurada em 30 de maio de 1859, tendo dado entrada o primeiro enfermo em 21 de julho do mesmo ano. O progresso econômico da sede fez com que se gerassem desentendimentos com a Sociedade de Porto Alegre, que vetava a independência da agência, visto a quantidade de atendimentos que prestava na ausência de outro estabelecimento de caridade na cidade. Tal fato evidenciava já a importância social que a agência tinha, e nesse sentido, no mesmo ano a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande é fundada com a sua efetiva separação de Porto Alegre.

Durante os anos que antecedem o final do século XIX e os primeiros do século XX, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande contou com um

²⁷⁶ Sobre essas questões ver em OSÓRIO, Fernando. A idade de Pelotas (1886-1939). Pelotas: Armazém Literário, 1998. 3ª edição.

grande número de associados que devido a boa posição social e econômica garantiram tanto o seu lugar na Instituição como entre a comunidade local.

Este foram os casos de Antônio Francisco Pinto da Rocha e de Manoel Carlos de Lima Torres, ambos presidente e vice-presidente da Associação por mais de quatro anos.

Um segundo perfil bastante significativo desta Sociedade é o número de associados solteiros, e de origem lusa. Nos relatórios analisados, aproximadamente 80% dos indivíduos são lusos e bastante jovens quando vêm para o Brasil em busca de melhoramento econômico. A ilustração de um poder econômico e político se deu, muitas vezes, através de indivíduos que após pouco tempo no novo país conseguiram fazer florescer próprio comércio, ou mesmo a própria quinta.

O Barão de Vila Isabel, grande benfeitor da Sociedade Portuguesa de Rio Grande, parece cumprir o papel de representatividade social e política da Instituição. Quando falece em 1889, deixa para a Sociedade uma quantia de 1:000\$000 mil réis, um valor bastante significativo que concorre para o patrimônio da mesma Associação, que nos anos menos lucrativos chega a 168\$496 mil réis.

Da mesma forma, é bastante mencionado nos relatórios Institucionais o Barão de São José, que chamava-se José Vitorino Resende, e que enquanto benemérito realiza doações anuais em proveito da Sociedade. É interessante ressaltar que a Sociedade de Rio Grande tem em sua composição dois indivíduos com a titulação de Barão, que significa na sociedade personalidades com poder econômico e político. É desta forma, que após os seus falecimentos, em 1889, manda-se rezar anualmente celebrações em memória do Barão de Vila Isabel e de São José, os reconhecidos como grande benfeitores da instituição, e que ao mesmo tempo em que a ajudaram financeiramente, contribuíram simbolicamente para o sua boa representatividade juntos das elites locais.

4.4.2. O DAR E O RECEBER NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE RIO GRANDE

Na Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande, desde os seus primórdios, a preocupação com a definição de quem receberá a assistência da

Instituição sempre foi uma constante. Na reforma dos estatutos de 1881, ela aparece novamente no capítulo II – art. 4º – reforçando a qualificação dos associados, pois

“...a Sociedade admitirá também, nas condições do artigo antecedente sócios privilegiados, remidos benfeitores e auxiliares. Da primeira classe serão as esposas e viúvas dos sócios, e suas filhas maiores, que pagarem a quantia de cinqüenta mil réis; da segunda, aqueles que no ato de sua admissão contribuirão com a quantia de cem mil réis; da terceira, os portugueses e estrangeiros residentes em qualquer parte que, por sentimentos de generosidade e filantropia fizerem à Sociedade um donativo não inferior a duzentos mil réis...”²⁷⁷

Logo, essa preocupação toca num ponto central da finalidade intrínseca da Sociedade, pois ela parece estar realmente preocupada com a questão financeira, e muito mais além dela, na constituição do seu corpo associativo. É interessante ressaltar que, tanto quanto em Pelotas, a sociedade de Rio Grande tem uma preocupação em igualar-se a sociedades européias, que durante o século XIX estão em pleno momento de modernização no que se refere ao aspecto urbano das cidades, indústria e comportamento. Nesse sentido, a Sociedade Portuguesa de Beneficência está envolvida em as questões que mostram a intenção em garantir o benefício financeiro, e também juntamente com ele, na sua composição, que deveria ser somente de indivíduos que poderiam ter um status na comunidade local, aqui marcadamente por suas posses. Portanto, nesse momento, o sócio deveria gozar de boa reputação na comunidade local,

“...a admissão de sócios deve ser precedida de proposta escrita à diretoria, apresentada por um sócio, e na qual se declare seu nome, idade, naturalidade, estado, profissão, filiação e residência.”²⁷⁸

Portanto, se atentarmos para estas condições de admissão de associados, não é qualquer indivíduo que pode integrar a Associação em Rio Grande. Retornando as questões já expostas na análise dos relatórios institucionais, percebe-se que a preocupação ultrapassa a questão financeira. De nada adianta um indivíduo, mesmo português, gozar de amplos benefícios econômicos, se este não demonstra de

²⁷⁷ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Estatutos. Ano: 1881. Rio Grande: Typografia do Echo, 1881. p. 07.

²⁷⁸ Idem.

onde procede, se o seu comportamento não se enquadra no modelo proposto pela associação, se não possui uma residência digna (melhor dizendo representativa de seu poder), e finalmente se não mostra efetivamente o seu pertencimento a essa sociedade que prima pelos costumes considerados como de uma elite, a cópia do modelo *européu*.

Um presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande ganhava muitas atribuições e controlava todas as decisões políticas, sociais e administrativas da mesma. Porém o cargo de vice-presidente era de igual importância, pois assumia as decisões significativas na ausência do primeiro. E os cargos de secretários e tesoureiro enquadravam-se também na relação administrativa, sobretudo pelo controle da receita e despesa da Instituição.

Assim estava montado o quadro de carreira que se estabelecia na disputa desses cargos, porque eles realmente pareciam ser muito singificativos, tanto dentro da Instituição quanto fora. São eles que determinavam as ações da Sociedade, que no caso de Rio Grande se constituíam em para quem iria a assistência, mais especificamente, quem eram os beneficiados pelas ações caritativas. De fato, eram os mais necessitados? Foram ajudados somente os indivíduos que deram retorno simbólico à Sociedade?

No relatório do ano de 1889, chama-se a atenção para a visita dos delegados do governo do recém proclamado Estado do Rio Grande do Sul, pelo advento da República, entre eles o Exmo. Sr. Dr. Vicente Nunes Tavares e seu chanceler o Sr. Luiz da Costa Trindade, os quais “*visitaram todo o edifício e dependências, tendo proferido elogios*”²⁷⁹.

Tanto o senhor Vicente Tavares quanto o senhor Luiz da Costa Trindade, são indivíduos pertencentes a famílias de grande poder econômico pelo latifúndio, sendo a família Tavares, em Bagé, e a Trindade, em Porto Alegre. Porém, pesa sobre as considerações sobre a Sociedade Portuguesa o envolvimento político que estes mesmos indivíduos possuíam, e nesse sentido, suas opiniões sobre o local influenciariam de forma bastante significativa tanto o poder público quanto a comunidade local e regional.

É também interessante ressaltar na Associação de Rio Grande a

²⁷⁹ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Relatório. Ano 1889. Rio Grande: Tipografia do Diário, 1890. p. 07.

presença de um elemento que não se repete nas demais instituições, o livro de visitas, que registra e documenta os elogios e possíveis reclamações dos enfermos internados e visitantes. De uma forma geral, esse livro de visitas, sempre dotado de elogios, mostra que a sua finalidade era de fato o engrandecimento social da Associação, pois na sua análise não há a presença de reclamações, restando a conclusão de que também, essas impressões sobre o local foram feitas por convite. Por outro lado, também percebe-se que como em Pelotas e Porto Alegre, a Sociedade de Beneficência de Rio Grande distancia-se da Santa Casa de Misericórdia por atender a partir de um hospital com, de fato, melhores instalações, maiores condições de aeração e salubridade, dentro de uma perspectiva de uma boa disposição arquitetônica, já calcada nas concepções inseridas na discussão do que se chamava de medicina moderna, mas que por não ser um hospital público, e sim privado, era aquele escolhido pelas elites para o seu tratamento. Portanto, não trata-se de dizer que as opiniões eram escolhidas, mas que efetivamente o hospital gozava de bons preceitos dentro da comunidade pelo bom funcionamento. O pobre e mesmo o remediado não iria tratar-se na Sociedade Portuguesa de Beneficência, essa condição de poder não está explícita, mas sim implícita, conforme o que aparece no livro de visitas, nos relatórios, na composição social da instituição, nos atendimentos e nas doações efetuadas pelos sócios e simpatizantes.

Quem recebe as doações da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Rio Grande também foi a população carente da cidade. Sobretudo em datas consideradas como especiais, durante a Quaresma, a Páscoa, o Natal, que efetivamente ressaltam o caráter religioso cristão que a Instituição reforçava, sobretudo pela relação histórica de Portugal com a Igreja Católica, é que estas doações foram trabalhadas como também um símbolo de poder. Toda essa solidariedade é ressaltada por Davis, no que se refere as questões antropológicas que envolvem a caridade, que foi recusada na introdução de uma sociedade capitalista no final do século XVIII, porém é reabilitada nas datas significativas, como por exemplo o Natal, onde o significado de doar se reestabelece novamente. De uma geral, percebe-se que essas doações eventuais poderiam aliviar as pressões internas encontradas na Sociedade Portuguesa de Beneficência, já que sua caracterização social dependia de suas ações enquanto Instituição *caritativa, filantrópica e amiga da boa caridade*. Assim, são registradas inúmeras doações efetuadas por integrantes do corpo diretivo da Instituição e por associados que passam a Beneméritos, doações estas que poderiam ser para a

comunidade ou para indivíduos necessitados,

Os consórcios Srs. Ferreira Pinto e Manoel Nogueira, e os nossos companheiros da diretoria Antônio Francisco Marques Júnior e Manoel Cardoso de Lima, auxiliados pelo primeiro enfermeiro Sr. Francisco de Araújo Lima concorreram para o concerto de Natal deste ano...²⁸⁰

Donativos foram efetuados, anualmente, em proveito do hospital. Como nas demais congêneres, essa caridade desempenhada quando efetuada para à Sociedade merecia destaque especial no livro de atas e relatório anual da Instituição. Este era o caso das doações efetuadas pelos diretores do mês, que apareciam discriminados nos relatórios segundo a seguinte relação:

Manoel Cardoso de Lima (um par de escarraterias de porcelana)

Antônio Francisco Marques Júnior (um par de escarraterias de porcelana)

Antônio João de Eira (um par de vasos de porcelana)

João Antônio Guimarães (uma banderia de Portugal)

Ainda a discriminação dessas doações, por vezes, apareciam em forma de dinheiro levando a conclusão de que poderiam ser obrigatórias justamente para os diretores do mês, conforme ilustra o relatório de 1893,

Rodrigo Antônio Alves _____ 10\$000.
Augusto Gomes Norte _____ 110\$000.
Joaquim Gomes dos Santos _____ 289\$860.
Antônio Ferreria Gonçalves _____ 220\$000.
José Rodrigues Valente _____ 150\$000.
José Gonçalves Ribeiro _____ 220\$000.
José Antônio da Silva _____ 110\$000.
José Antônio Carvalho Guimarães _____ 80\$000.
José Martins dos Santos _____ 110\$000.
Manoel Francisco Ferreira Touguinha _____ 200\$000.
Francisco Tavares dos Santos _____ 150\$000.

²⁸⁰ Idem p. 12.

A persistência em garantir a sustentabilidade simbólica da Instituição em Rio Grande foi um fato que mereceu destaque na leitura de seus relatórios. Tanto quanto as doações efetuadas pelos diretores do mês, a caridade desempenhada dentro da Sociedade e fora dela foi a proposta de justificativa da sua existência perante a sua comunidade e a local,

*...As Sociedades Portuguesas de Beneficência, espalhadas pelos grandiosos território da República Brasileira, são outros tantos marcos de glória, que atestarão através dos séculos a grandeza da alma portuguesa; concorramos todos para o sustentáculo da honrada herança que recebemos de nossos antepassados e teremos cumprido o dever de portugueses...*²⁸¹

Tomando por base o discurso aqui representado fica claro que a intenção foi o de garantir a sua representatividade enquanto caritativa, e enquanto portuguesa, católica. Embora nesse documento já apareça a referência à República brasileira, tal fato não procura relacionar com a recém instaurada nova forma de governo. Pelo contrário, o documento registra a já mencionada importância da representatividade através da caridade, e portanto, o doar e o receber substituiria a ausência do rei enquanto símbolo para Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande.

4.4.3. O CONTINUÍSMO DA DIRETORIA DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE RIO GRANDE

Um diretor da Sociedade de Beneficência de Rio Grande não administrava a Instituição sem um corpo diretivo. Como em Pelotas, há também a presença dos diretores do mês, que junto com os demais cargos (como o de tesoureiro), não poderiam simplesmente ocupa-lo se não houvesse prova de sua boa situação financeira pessoal,

²⁸¹ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Relatório. Ano: 1892. Rio Grande: Tipografia do Diário, 1893. p. 6.

*As eleições da diretoria só poderão recair em quem seja estabelecido com comércio próprio, ou tenha bens de raiz...*²⁸²

Dentro desse quadro, alguns associados começam a ocupar continuamente a diretoria da Instituição. Isto porque na qualidade de beneméritos, se auto-representavam a partir dos serviços prestados tanto para a Instituição, quanto para a comunidade portuguesa na cidade de Rio Grande.

De acordo com os estatutos da Sociedade Portuguesa, reformados em 1881, as eleições da diretoria deveriam proceder de forma a garantir a definição dos membros da mesma, incluindo os doze diretores do mês, que tinham um poder de decisão bastante significativo dentro da Instituição,

*Art. 41º A eleição dos doze diretores do mês requer somente maioria relativa dos votos, porém a de outros membros da diretoria, para ser válida, deve reunir maioria absoluta dos votos dos sócios presentes; mas e no primeiro escrutínio não puder consegui-lo, entrarão no segundo, os dois candidatos mais votados, decidindo a sorte em caso de empate.*²⁸³

Portanto, de acordo com os estatutos da Instituição, vemos que há uma preocupação com a transparência das eleições, e para com decisões políticas tomadas. Especificado nos estatutos está a garantia de um processo imparcial, que a princípio não incorreria em uma prévia qualificação superior de um indivíduo em detrimento de outro, ou mesmo uma repetição de cargos, a não ser pela própria vontade dos *associados votantes*, lembrando que a participação dos cargos diretivos está destinada a imigrantes portugueses.

Porém, já no relatório do ano de 1889, há a presença de reclamações pela diminuição da imigração portuguesa para Rio Grande, relatando a retirada de muitos “compatriotas” para lugares mais prósperos em função da falta de trabalho, pois,

a renda tem concorrido para afetar os interesses mais vitais de nossa sublime Instituição...referida como Pio estabelecimento em que tremula a bandeira

²⁸² Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Relatório. Ano: 1889. Rio Grande: Tipografia do Diário, 1890. p. 08.

²⁸³ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Estatutos. Ano: 1881. Rio Grande: Tipografia do Eco, 1882. p. 14.

*Portuguesa, e representa o altar da União e da Caridade...*²⁸⁴

Essa preocupação demonstra primeiramente a transferência, de fato, de muitos lusos para a cidade de Pelotas, que no ano de 1889 tem um desenvolvimento bastante significativo, com a introdução da telefonia, projetos de iluminação a gás, e construção de estradas de ferro. Essa proximidade com Pelotas, muitas vezes dá a opção do recém chegado imigrante luso, pelo porto de Rio Grande, de se dirigir à outros centros, que mesmo não sendo a capital do Estado (Porto Alegre) têm uma boa possibilidade de estabelecimento pela modernidade que assola a região do extremo sul e sua industriaização. Da mesma forma, esse documento se mostra intrinsecamente como uma possível justificativa para o preenchimento dos cargos diretivos da Instituição pelos mesmos indivíduos, na qualidade de imigrantes lusos. De acordo com a leitura dos relatórios, do ano de 1889 a 1900, se percebe o revezamento de associados na direção da Sociedade, como uma alternância no poder, mostrando que diretores do mês passam a presidentes, a mordomos, a tesoureiros e secretários, e na maioria das vezes em Rio Grande, permanecem no mesmo cargo durante muitos anos.

Em abril de 1889, não aceitaram os cargos de diretores do mês para que fossem eleitos os Srs. Hasdrubal Fernandes Moreira, Francisco de Campos Moraes, Manoel Francisco dos Santos e Bernardo da Costa Lobo. As vagas abertas foram preenchidas pelos Srs. Consórcios Manoel Pires dos Santos, Rodrigo Antônio Alves e Manoel Rodrigues. Coincidentemente, são alguns destes indivíduos pertencentes a cargos diretivos desde o ano de 1881, como por exemplo, Francisco de Campos Moraes (secretário) e Manoel Francisco dos Santos (procurador). Qual o critério de escolha dos candidatos que concorreriam as eleições anuais para a diretoria Institucional é a pergunta que fazemos.

No mesmo ano de 1889, o Sr. Antônio Francisco Marques, procurador, e o Sr. Antônio José Pereira Primo, sócio benemérito, chama a atenção para a importância das obras de abertura da barra do Estado, concorrendo para que a cidade de Rio Grande se tornasse mais próspera. Tal fato se justifica pela constante concorrência dessa cidade com Pelotas, e também Porto Alegre. No caso da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande, a concorrência histórica com a sua

²⁸⁴ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Relatório. Ano: 1889. Rio Grande: Tipografia do Diário, 1890. p. 4.

congênere em Porto Alegre é flagrante na medida em que no ato da emancipação da matriz, revela a falta de unidade que sofreu com relação àquela Instituição.

Dos fatos que relatam o ano de 1889, um dos mais significativos foi o falecimento do grande benemérito Barão de Vila Isabel. Expressa o consternamento da comunidade lusa no interior da Sociedade Portuguesa, as missas realizadas anualmente em decorrência do barão, mas mais especificamente no referido ano fica registrado no relatório o parecer sobre o luso,

...português de nascimento, dotado de nobre caráter e nobres sentimentos, honrou sempre a pátria que lhe foi berço...foi um dos membros mais prestimosos da nossa Associação, prestou-lhe relevantes serviços, e como seu presidente aumentou-lhe o patrimônio com elevada quantia.²⁸⁵

Apesar e não integrar o quadro de diretores na década de 1880, o barão de Vila Isabel foi um dos primeiros presidentes da Sociedade Portuguesa em Rio grande, e talvez o de maior poder econômico destacado.

O grupo diretivo que compõe a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande em 1889 é assim constituído:

Antônio José Pinto da Rocha (presidente), Manuel Carlos de Lima Torres (Vice-presidente), Manoel José de Andrade (primeiro secretário), Joaquim Ribeiro da Silva (segundo secretário), João d'Ávila Pereira (Tesoureiro), Antônio Francisco Marques Júnior (Procurador), Manoel Cardoso de Lima (Administrador), e diretores do mês – Antônio João de Eira, José Martins Coimbra, José Mendes Pereira, Francisco Maria de Oliveira, João Machado Guimarães, Manoel Pires dos Santos, Manoel Moreria da Silva, João Christossomo Pinheiro de Souza.

Com excessão dos diretories do mês, são muitos cargos na direção desta Sociedade, se comparado as demais congêneres analisadas. Porém, para além dessa questão vemos que é justamente no ano de 1889 que começam a se perceber uma alternância de indivíduos na ocupação desses cargos, sendo exemplificado em planilha no próprio relatório do ano de 1893, onde o presidente Antônio Joaquim Pinto da Rocha, e o vice-presidente Manoel Carlos de Lima Torres ainda constituem as mesmas funções administrativas depois de cinco anos,

²⁸⁵ Idem. P. 12.

SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA – QUADRO DE DIRETORES
1889-1893.

Presidente – Antônio Joaquim Pinto da Rocha		
Vice-presidente – Manoel Carlos de Lima Torres		
Primeiro Secretário	Segundo Secretário	Tesoureiro
1889 – Manoel José de Andrade	Vago	João d'Avila Pereria
1890 - Idem	Vago	Idem
1891 - Idem	Vago	Idem
1892 – Manoel Borges de Menezes	João de Lima Coelho	Manoel José Martins Costa
1893 – Manoel José de Andrade	Idem	Joaquim Gomes dos Santos
Adjunto do Tesoureiro	Procurador	Administrador
1889 – José Antônio Coelho de Quiroz	Antônio Francisco Marques Jr.	Manoel Cardoso de Lima
1890 - Idem	Idem	Idem
1891 - Idem	Idem	Idem
1892 – Joaquim Gomes dos Santos	Manoel Francisco da Silva Jr.	José Joaquim Martins
1893 – Antônio Francisco dos Santos Jr.	Antônio José Pereira Primo	Francisco Araújo Lima

Ao observar o quadro, exposto mesmo dentro do relatório da Sociedade Portuguesa, percebe-se que esse continuísmo em Rio Grande não somente é bastante superior com relação as Instituições de Porto Alegre e de Pelotas, como também é consensual dentro da mesma, uma vez que não há problemas, tampouco reclamações sobre a permanência de indivíduos em cargos diretivos. Tal fato se explica pela repetida justificativa de que há um declínio do número de imigrantes na cidade, a medida que se aproximou a República brasileira, e mais ainda nos seus anos posteriores.

O fato é que, são os mesmos diretores do mês a ocupar os cargos de procuradores e administradores, como no exemplo de Antônio José Pereira Primo e Manoel Francisco da Silva Jr. Se esse continuísmo foi constante e consensual, poderiam ser esses membros portugueses também grandes administradores da Sociedade de Beneficência?

Nos relatórios dos anos subseqüentes, até o ano de 1909, os senhores Antônio Francisco Pinto da Rocha, então Comedador, e Manoel Carlos de Lima Torres, aparecem enquanto associados beneméritos, sendo, portanto, ainda indivíduos participantes das decisões políticas da Instituição.



Figura 77 - Associado Benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Fonte: Foto da pesquisadota



Figura 78 - Barão de Vila Isabel (?) – Sócio Benemérito da da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Fonte: Foto da pesquisadota

4.5. A SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA EM BAGÉ

4.5.1. OS ESTABELECIDOS NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE BAGÉ

No Relatório apresentado à reunião ordinária da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre referente ao ano de 1859, a agência de Bagé já aparece registrada sob a liderança do luso Júlio Alves Pinto. Conforme vimos, a matriz da Instituição localizada na capital da Província, Porto Alegre, constata o número elevado de portugueses nas cidades do interior e nelas cria uma agência hospitalar de mesma procedência. A partir de 1859, os portugueses da cidade de Bagé empenharam-se em encontrar lugar onde a Irmandade possa construir sua sede.

Quem foi Júlio Alves Pinto? Provavelmente, luso residente em Bagé, que entrado pelo porto de Rio Grande, já havia estabelecido contato com as Sociedades Portuguesas de Beneficência da Província e de suas sucessivas fundações. Porém pela situação geográfica, Bagé encontra uma fundação bastante difícil e distinta das demais congêneres, não sendo Júlio Alves Pinto mais citado nas atas fundacionais anos mais tarde.

As terras onde se encontram atualmente o edifício da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé pertenceram, em 1858, ao exército. De fato, os militares são uma forte presença na cidade de Bagé desde as bases da fundação de seu povoado. Basta lembrar que desde os seus primórdios, nas áreas de fronteira a necessidade de ocupação e proteção é maior, principalmente se levado em conta as constantes lutas entre portugueses, espanhóis e índios pela posse do território da fronteira meridional do Rio Grande do Sul.

No entanto, somente no ano de 1870, o presidente da Sociedade Portuguesa dirige-se, através de cartas, ao Presidente da Província Dr. João Sertório, solicitando o terreno localizado frente a rua 3 de Fevereiro, local onde seria edificado o hospital da Beneficência Portuguesa, na justificativa de terreno desocupado.²⁸⁶ O presidente da Província concede a posse de terras à Sociedade Portuguesa em Bagé,

²⁸⁶ Arquivo da Câmara Municipal de Bagé, ano 1870. Correspondência expedida. Arquivo Histórico e Geográfico de Porto Alegre. Lata 24 A.

possibilitando a fundação da Instituição no dia 6 de junho de 1871, momento em que os estatutos foram aprovados. Nelas constrói-se, posteriormente o hospital, da Praça Silveira Martins até a Rua do Acampamento, onde iniciaram os primeiros quarteirões da cidade.

Pela primeira diretoria da Instituição, constituída por Joaquim da Costa Guimarães (Presidente e vice-cônsul de Bagé), Francisco Leopoldino da Costa Cabral (Vice-Presidente), João Maria Peixoto (Secretário), João Pereira Mendonça Lima (tesoureiro) e João Simões Lopes Neto, Vice-Presidente da Província - todos portugueses - ,em Bagé, foram elaborados os estatutos submetidos à aprovação do Vice-Presidente da Província João Simões Lopes Neto, e aprovados pelo *Acto de 6 de junho de 1872*:

O Vice-presidente da Província, atendendo ao que lhe apresentou a diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé, e usando da faculdade que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 27º do decreto nº 2711, de 12 de dezembro de 1860, resolve, como efetivamente aprova, os estatutos transcritos, pelos quais se deve reger a mesma Sociedade. Palácio do Governo, 6 de junho de 1871. João Simões Lopes²⁸⁷

O envolvimento com o presidente da Província para a criação da Instituição portuguesa em Bagé já evidenciava a magnitude da ação, estando essa mesma aprovação condicionada a presença de portugueses na cidade, uma fator que remete diretamente a importância da cidade em panorama regional.

São muitos os registros que afirmam ser a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé criada e formada por lusos e descendentes de favorável nível financeiro. Desde o ano de 1871, há a referência a esse fator social na Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé, na correspondência expedida pelo vice-consulado em Pelotas para o Ministério do Reino em Portugal, como forma de garantir o apadrinhamento do príncipe Carlos I. Portanto, embora haja a necessidade de aprovação do Presidente da Província em Porto Alegre, dentro da questão política, a também aprovação do príncipe era importante porque garantia da visibilidade simbólica. Esse apoio buscado estrategicamente funciona como instrumento ativo capaz de confirmar a

²⁸⁷ Abílio Garcia. Histórico da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. Bagé: CECOM / URCAMP, 1985 p. 15.

importância das Sociedades de Beneficência nas localidades onde se instalam, conforme ilustra o pedido pela proteção monárquica lusa.

No documento, ficava expresso que os “súditos de Vossa Majestade”, residentes na cidade de Bagé, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no Império do Brasil, com o mais profundo respeito e discernimento vem implorar ao seu Augusto Soberano, a graça de permitir-lhes que Sua Alteza Real o Senhor D. Carlos se digne fazer-lhes a subida honra de Ser o Protetor da nova Sociedade Portuguesa de Beneficência que acabam de fundar na referida cidade, cuja sociedade tendo já crescido número de súditos portugueses, deseja acompanhar o progresso das de mais sociedades humanitárias, além daqueles compatriotas que a sorte lhes seja adversa....²⁸⁸

Concernente a essas questões, foram encontradas dezenas de cartas emitidas pelas Sociedades Portuguesas de Beneficência estudadas endereçadas ao Ministério do Reino, em Portugal mencionando aos seus respectivos funcionamentos administrativos, categoria de sócios, premiações, envio de doações ao Reino de Portugal (em virtude das enchentes do Minho e do Douro em 1851 e 1872), movimentos de receita e despesa das associações, entre outros temas. Uma dessas cartas, assinada em 1871 pelo Vice-Consulado de Portugal em Pelotas, destaca a situação sócio-econômica de associados no município de Bagé, ainda na tentativa de garantir a proteção do príncipe português D. Carlos I:

Vice-Consulado de Pelotas.

Illmo. Exmo. Sr.

Tendo recebido um ofício do Sr. Francisco José Bello, Vice-Cônsul de Portugal em Porto Alegre, datado de 11 do corrente com a cópia de que V. Ex. Lhe dirigiu em 18 de novembro, para informar se a Sociedade Portuguesa de beneficência de Bagé, se acha regularmente construída, a qualidade e posição das pessoas que a compõe, os meios de que dispõem, e qualquer outras circunstâncias...

“A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé principiou com os melhores auspícios, obtendo um bom terreno, para edificar o hospital e cerca e vinte contos

²⁸⁸ Se deve ressaltar que o texto original está escrito em grafia portuguesa do século XIX. Ministério do Reino – Maço 5018, Proc. 504, Livro 03. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa, Portugal.

de reis na primeira coleta que fizeram, e está em andamento a obra com entusiasmo.

As principais pessoas que compõem a Sociedade são negociantes portugueses: Joaquim da Costa Guimarães a quem tenho encarregado os negócios consulares n'aquela cidade, e João Maria Peixoto, ambos casados com famílias ricas, sendo seus negócios lojas de fazendas; Júlio Alves Pinto casado com uma filha do Visconde de Serro Alegre e com estância de gado; Francisco Alves Martins negociante com loja de fazendas e outros portugueses com boas posições, e grande número de artistas e jornaleiro, e contam mais de 400 sócios; pois a cidade de Bagé é muito comercial e aproxima-se de 5.000 almas, aumentando progressivamente.²⁸⁹

O fato de citar nomes comprova que nesse universo a Associação teria maiores dificuldades de fracassar financeiramente, visto o seu envolvimento com as elites locais, e também moralmente, porque correspondia as exigências do Compromisso de Lisboa no que tange a quem pode participar da Instituição. É interessante ressaltar que estes indivíduos se consideram como elite, apontado principalmente pelas suas relações matrimoniais.

O documento mostra claramente as conexões entre a Beneficência local com a composição sócio-econômica da localidade. De uma forma geral, percebemos nesse texto o quanto é importante para as Associações de Beneficência em Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Bagé, a ilustração da situação social de boa parte de seus associados. Neste contexto, o apoio e a proteção do monarca português é tão relevante quanto a projeção local \ regional dos sócios, sobretudo os que fazem parte de suas diretorias.

De fato, pela pesquisa realizada no Arquivo Público de Porto Alegre, comprovou-se que muitos desses lusos casam suas filhas com bageenses, alguns importantes fazendeiros da sociedade local, e que posteriormente vieram a herdar terras e propriedades de alto valor. Outros lusos adquiriram fortuna pelo próprio trabalho, e acabaram, alguns deles, ocupando cargos importantes, como o do presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência, conforme é mostrado no quadro a seguir:

289

Dados referentes a casamentos:

NOME	Posição na Sociedade	Casamento
Joaquim Pereira Ramos (português) e Maria Bella Vieira (desta província)	Sócio da irmandade	18 de setembro de 1873
Francisco José Lisboa (português) e Florência Joaquina Pires (desta província)	Mordomo da irmandade	30 de julho de 1877
Antônio Martins Ruas (português) e Isolina Eloy Teixeira. (São Francisco de Paula – Pelotas)	Presidente da irmandade	27 de fevereiro de 1875
José Joaquim de Oliveira (português) e Faustina Etelvina Martins (desta província)	Diretoria da irmandade	27 de maio de 1875
José João da Nova (português) e Maria Idalina ferreira Prestes (desta província)	Sócio fundador da irmandade	2 de julho de 1877
Antônio de Figueiredo. (português) e Georgina Barbosa da Costa. (desta província)	Sócio da irmandade	14 de outubro de 1877
João Maria Carneiro (português) e Marcina Vieira da Cunha (desta província)	Sócio da irmandade	29 de junho de 1878

Dados referentes a falecimentos:

NOME	Posição na Sociedade	Falecimento	Idade
Joaquim da Costa Guimarães	Presidente da irmandade	outubro de 1879	48 anos
Antônio José da Costa Mendes	Mordomo	outubro de 1877	53 anos
Luiz Fernandes Lima	Mordomo	junho de 1879	50 anos
Joaquim Monteiro da Costa Guimarães	Sócio fundador	outubro de 1877	48 anos
Manoel Alves Ramos	Sócio fundador	outubro de 1877	50 anos

Dados referentes a batizados:

NOME	Posição na Sociedade	Batizado	Dados Familiares
Manoel Marques	Sócio da irmandade	26 de agosto de 1877	Casado com Carmenia da Silva Marques (desta província). Batizado da filha Amélia
José dos Santos	Sócio da irmandade	22 de agosto de 1877	Casado com Bernadina Dantas. Batizado da neta Felícia
Manoel Alves Ramos	Um dos fundadores da irmandade	24 de outubro de 1877	Casado com Amélia Rosa da Silva (desta província). Batizado da filha Celestina
Comendador Francisco José Gonçalves	Sócio da irmandade	25 de dezembro de 1877	Casado com Maria Joana Gonçalves (Portuguesa). Batizado da neta Amélia
Rodrigo da Silva Rios	Sócio da irmandade	15 de junho de 1877	Casado com Margarida da Silva Rios (espanhola). Batizado do filho Alfredo Joaquim da Silva Rios. Padrinho

Apesar de dentro da sociedade bageense do século XIX existir um

contingente relevante de portugueses de origem humilde, que trabalham, na sua maioria, como chacreiros, ou como caixeiros no comércio, verifica-se que entre esses indivíduos existem os que gozam de favorável prestígio social. Um dos exemplos que evidenciam esse contingente humilde são os lusos que trabalham na charqueada Santa Teresa, de propriedade do também luso Antônio Nunes de Ribeiro Magalhães.

Nesses primeiros anos, o luso marca profundamente a história dos portugueses em Bagé. Magalhães muito faz pela Sociedade financeiramente, sobretudo em relação à finalização das obras do hospital e a angariação de sócios. A partir do ano de 1888, funda nas suas terras “a Charqueada do Cotovelo”, concorrendo com fortes fazendeiros locais. Nessa época, grande parte da comunidade portuguesa que vive em Bagé, trabalha nos seus estabelecimentos, o que o rende, ainda no mesmo ano, o título de Vice Cônsul da Nação Portuguesa em Bagé. Segundo Garcia, ele fortalece a colônia através de “dezenas ou centenas” de cartas de chamada que envia à Portugal, convidando operários para trabalhar nas suas charqueadas, no seu comércio, nas suas fazendas, nas suas quintas.²⁹⁰

Apesar do consulado de Bagé funcionar separadamente da Instituição, fato este que faz com que existam facções de grupos de lusos que não se interessem por ela, alguns dos membros consulares fazem parte da associação. Magalhães se torna um deles. Sua mobilização faz com que a comunidade lusa cresça na cidade, e dentro de um quadro de destaque político e econômico, a representa socialmente, o que equivale dizer que conjuga a representação consular e Associativa ao mesmo tempo contribuindo simbolicamente com a Sociedade de Beneficência.

No ano de 1897, é inaugurado por Antônio Nunes de Ribeiro Magalhães, após trazer para a cidade uma filial da Caixa Econômica Federal, a Charqueada Santa Tereza, a maior charqueada construída em Bagé, até o momento. É através desse estabelecimento que a colônia portuguesa se fortalece novamente, após o êxodo provocado pelos anos de conflito em virtude da Revolução de 93.

No Anuário Franco-Luso-Brasileiro, a charqueada Santa Tereza é ressaltada como estabelecimento onde se tem todos os aperfeiçoamentos e maquinismos modernos, e onde são abatidos anualmente “noventa mil reses”, no valor de sete mil contos de réis, dando serviço a mais de oitocentos empregados. Em notícia publicada

²⁹⁰ Idem.

no jornal “ O Comércio”, no dia 30 de maio de 1897, é relatado o funcionamento do local construído pelo “abastado industrialista”:

*No dia 30 passado foram encerradas as matanças da importante xarqueada Santa Tereza de propriedade do Sr. Antônio Nunes de Ribeiro Magalhães, tendo abatido aproximadamente 14.000 reses, não obstante tê-las começado muito depois do começo da safra.*²⁹¹

Magalhães residia na charqueada com a família, em “luxuosa” casa – hoje inexistente - construída ao lado da capela, edificada também para que os lusos pudessem manter os costumes da religião cristã. Tantos esforços em prol de mobilizar e congregar a colônia portuguesa em Bagé rendem a Magalhães o título de Visconde, em carta assinada por Dom Carlos, Rei de Portugal, no Paço das Necessidades em Lisboa em 1898.

4.5.2. O DAR E O RECEBER NA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE BAGÉ

Nos estatutos da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé, registra-se que a admissão de sócios compete à Diretoria, recorrendo aos médicos da Sociedade, ou a uma comissão de seus membros em segundo caso. Quanto ao pagamento, todos os sócios deveriam contribuir com valor estipulados nos estatutos, inclusive os honorários e remidos, diferente de outras Irmandades, como por exemplo a de Pelotas, em que os sócios honorários inseriram-se na Sociedade mediante qualquer ato de filantropia ou doação espontânea que haja sido feita. Tal mensalidade acabava por ressaltar o caráter privativo da Instituição em Bagé, uma sociedade que, conforme poucos documentos encontrados, se apresenta aparentemente como elitista. Segundo o que revela o Art 8 do capítulo II, *nenhum sócio terá o direito a benefício, senão de decorridos três meses de sua entrada para a Sociedade.*²⁹²

Graças ao auxílio da comunidade lusa, e à valiosa doação financeira dos sócios beneméritos, benfeitores, remidos e honorários, que doaram, de acordo com

²⁹¹ Cláudio Antunes Boucinha. *A história das charqueadas de Bagé (1891 - 1940) na literatura*. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em história da PUCRS. Porto Alegre: PUCRS, 1993.

²⁹² Idem.

quantia estipulada, valor em dinheiro ou jóia para a edificação do hospital, a efetivação do projeto de criação de uma Sociedade Portuguesa de Beneficência em Bagé, ganhou força a partir do ano de 1871. Mas ao mesmo tempo percebe-se que foram esses associados, efetivos e beneméritos, que ganharam também projeção na cidade através da Associação, pois além dos seus retratos no salão nobre da Beneficência, em todas as solenidades públicas acabam representando a mesma, e sendo reconhecidos publicamente por ela. Portanto, como não reconhecer esse diferencial como sendo um suporte que eleva esses indivíduos a categoria de elite?

Conforme os estatutos da Instituição reformados em 1891, foram considerados sócios efetivos os que pagam a jóia de sessenta mil réis no ato de admissão e contribuem com a mensalidade de cinco mil réis. Todas as outras modalidades de sócios, tais como remidos, honorários e beneméritos deveriam pagar quantia estipulada pelo estatuto para a sua admissão na Instituição.²⁹³

Conforme já nos referimos, em cidades portuárias a exemplo de Rio Grande, a colônia portuguesa ganhou impulso à medida que chegaram de Portugal, durante a República Velha, mais lusos em busca de nova vida no Brasil. Incentivados pelos estabelecimentos comerciais de outros compatriotas em diferentes localidades da Província, deslocaram-se muito em função de trabalho. No caso da Sociedade Portuguesa de Beneficência criada na cidade de Bagé, esses imigrantes portugueses vinham através das cartas de chamada²⁹⁴ para trabalhar nas charqueadas estabelecidas na região. De acordo com Francisco Leal Serra:

Com essa força interior, apoiada e alimentada pela fé cristã e a caridade, lança-se a uma nova iniciativa criando esta espetacular cadeia de hospitais que são as Beneficências Portuguesas, que se espalham por todo o Brasil onde a colônia lusa é expressiva²⁹⁵

Ao contrário que nas cidades portuárias, como por exemplo Rio

²⁹³ Estatutos da Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade de Bagé, reformados em 11 de julho de 1937. Bagé: Tipografia Fênix, 1937.

²⁹⁴ Cartas de chamada são cartas emitidas por portugueses residentes fora do seu país de origem para conterrâneos convidando-os para trabalhar em seus estabelecimentos e residirem no novo país. Sempre que são chamados, esses lusos, ficam sob total responsabilidade de quem os chama sendo que após passado um ano se não adaptam-se ao local onde vivem, retornam à Portugal com todas as despesas pagas.

²⁹⁵ Antônio Soares. Portugueses no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Caravela, 1988. P. 29.

Grande, Bagé não tinha comprovadamente um número elevado de lusos que justificasse, a priori, a existência de uma Sociedade Portuguesa de Beneficência. Há sim, uma necessidade hospitalar imensa, já justificada pelo presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, mas que ao mesmo tempo, ainda deixava em suspenso as causas da fundação Institucional em Bagé.

No arquivo particular, foram encontradas cartas de chamamento aos sócios, mais especificamente de entrega de diplomas à honorários da Sociedade, emitidos para Bagé e arredores, marcando o início da estrutura e seu funcionamento. O ofício emitido para o Sr. Francisco Lourenço da Fonseca complementa a afirmativa:

Ilm. E. Exmo Sr. :

A Diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, na carência de outros meios, envia a VEx. O diploma de sócio honorário, em atenção a grandes serviços que nesse reino VEX., confia a sociedade, esperando que ascintirá a aceitar a mesquinha oferta, única lembrança de que pode dispor, para mostrar seu agradecimento a VEx., que tanto tem se esforçado pelo seu adiantamento.

Queira V. Ex. aceitar os protestos de mais súbita estima, em particular os compatriotas de Vossa Diretoria desta beneficente sociedade.

Secretaria da Sociedade Portuguesa de Beneficência

Bagé, 12 de fevereiro de 1872.

Joaquim da Costa Guimarães

Presidente.

Vontade de por um projeto adiante é mostrado através das inúmeras cartas deixadas, as quais preocupam-se, sobretudo, em eleger os membros da irmandade e registrar o adiantamento das obras correspondentes ao seu hospital. Porém, é mister ressaltar que sempre qualquer iniciativa tomada levou em conta a auto afirmação de uma vontade de prestar a assistência e mais do que isso, de se auto proclamar enquanto entidade caritativa e filantrópica. Nesse caso, o diploma de sócio parece estar imbuído de um valor mais do que monetário, mas de um significado moral e efetivamente de importância social, porque carrega consigo a estima que a Instituição profere ao

agraciado pelo título, que ao mesmo tempo remete a caridade e beneficência prestada por ele, como também no grau de importância simbólica do diploma enquanto fator diferenciador social.

Muitas vezes, essas cartas são endereçadas a membros de outras Sociedades Portuguesas, indicando que as associações são mantidas em “conjunto”, e realizam, por vezes, trocas de idéias administrativas, a exemplo da carta que é enviada a cidade de Pelotas, em 17 de fevereiro de 1875:

“Participo aos senhores que desde janeiro deste corrente ano já está o edifício da Sociedade com algumas peças concluídas, prontas a receber os sócios enfermos. Não lhes envio relatório por não ter feito este ano, e em janeiro de 1876, lhe enviarei, porque esse templo já estará pronto.

Luciano Pires Caminha

*Secretário*²⁹⁶

No círculo de relações mantidas pelos portugueses, fundamentais para o desenvolvimento da Sociedade Beneficente, está o governo Provincial que doou o terreno para a edificação e aprova estatutos. Mas, principalmente a matriz dos hospitais da Beneficência Portuguesa, em Porto Alegre, teve relação com a sua concretização em cidades do interior, da própria aprovação e incentivo, conforme revela Soares:

*Oito anos são precisos para que a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre, se torne uma realidade e, com ela, sociedades congêneres ou afins, aparecem noutras cidades deste estado sulino do Brasil. A comunidade lusa de Porto Alegre dá o bom exemplo e também o incentivo. As diretorias logo fazem diligências para a criação de agências. E destas, algumas passam, um dia, a dar origem a congêneres Instituições*²⁹⁷.

No quesito administrativo, em todas as situações políticas e financeiras, essa Sociedade primou pela decisão do presidente ou em sua ausência pelo consenso dos sócios:

A Sociedade Portuguesa de Beneficência desta cidade é representada activa e

²⁹⁶ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. Registro encontrado no Livro de Atas. Ano: 1875.

²⁹⁷ Antônio Soares. Portugueses no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Caravela, 1988. p. 28

passivamente, judicial e extrajudicial pelo seu presidente, que poderá constituir mandatários

Em caso de dificuldades em seu funcionamento, primou pela decisão consensual de seus sócios, inclusive os livrando de toda a responsabilidade, como expõe o art. 51 do capítulo VI:

*Os sócios não respondem subsidiariamente pelas dívidas contraídas pela Sociedade. Esta só poderá ser dissolvida por ocorrências que não lhe será dada prevenir e desde que isso não lhe oponham três sócios.*²⁹⁸

Em Bagé, entre os anos de 1871 a 1878, a Sociedade Portuguesa de Beneficência conta com 300 sócios para uma população de aproximadamente 15.037 habitantes. Não obstante, cabe assinalar que o padrão de organização da Instituição possibilita a sua subsistência enquanto hospital, uma vez que 300 sócios portugueses é pouco se comparado ao número de habitantes da cidade. A associação além de primar pelas exigências das irmandades congêneres nacionais, conforme as palavras de Fortunato Pimentel - *atende pelo luxo e eficiência não só doentes do município como dos vizinhos*²⁹⁹.

Conforme vimos, são dessa época, vários retratos pintados de presidentes, benfeitores e fundadores, identificados pelas datas inscritas nas telas. A luxuosidade de tais representações e de suas figuras ilustres ajudam a recompor, na atualidade, um tempo de muitos festejos e prosperidade para a Sociedade Portuguesa de Beneficência em Bagé.

O ano de 1878, encerrou com uma festividade típica lusa, revelando muito sobre as formas de lazer, recreação e religiosidade vivenciadas pelos indivíduos que participam da associação em Bagé. Essas práticas revelaram um dos aspectos marcantes na representação social dos imigrantes portugueses associados e também da própria Sociedade de Beneficência, a evidência de que é pela representação da identidade associada a caridade que há um engrandecimento da identidade portuguesa na comunidade local. Tal fato pode garantir que as representações desse grupo de portugueses, como conjunto de práticas que faziam sentido para esse grupo, afirmavam os enquanto lusos presentes em uma cidade, como bem afirmam as idéias de Michel de

²⁹⁸ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. Estatutos. Ano: 1875. Bagé: Tipografia do Correio do Sul, 1876. p. 11.

²⁹⁹ Fortunato Pimentel. Apontamentos Estatísticos sobre Bagé. Tipografia Gundlach, 1911. p. 38.

Certeau:

Para que haja verdadeiramente cultura, não basta ser ator de práticas sociais; é preciso que essas práticas tenham significado para aqueles que as realizam (...) pois a cultura não consiste em receber, mas em realizar o ato pelo qual cada um marca aquilo que outros lhe dão para viver e pensar.³⁰⁰

4.5.3. O CONTINUISMO NA DIRETORIA DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICIÊNCIA DE BAGÉ

No ano de 1890, a diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência recebeu a proposta de locação do seu edifício por parte do exército de Bagé, o qual necessitava de uma enfermaria militar que estivesse próxima a suas unidades, em caso de situação de conflito na cidade. Em carta dirigida ao presidente da associação, o Sr. Ministro de Guerra demonstrava já o interesse pelo prédio, levando em conta a virtuosidade dessa construção, na qual:

O prédio da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé possui excelentes condições de segurança, limpeza e amplitude para o funcionamento de um hospital, demonstrando claramente com a planta que está submetida ao julgamento de Nossa Excelência.

O terreno está situado em um dos pontos mais pitorescos e aprasíveis da cidade, pois assenta sobre uma colina, ao lado leste.

É bastante extenso, todo murado sendo a frente principal vedada por uma grade de ferro, de um metro e meio de altura apoiada sobre um espesso muro construído de cal e tijolo.

Os materiais empregados na construção do prédio são de superior qualidade: os alicerces de pedra de granito, argamassas com cal, cimento e areia; as paredes são de tijolo pintadas em cal; as madeiras são todas de primeiríssima ordem.³⁰¹

³⁰⁰ Michel de Certeau. A invenção do cotidiano. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

³⁰¹ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. Livro de Atas: 1890.

Seguem ainda considerações sobre a planta da edificação, na sugestão de aproveitamento dos leitos, realizados já de acordo com o preceito de uma nova arquitetura que primava, ao contrário de uma época colonial, a aeração e limpeza local,

As dependências do edifício são todas espaçosas e em quantidade precisas para bem servir de condições necessárias de um verdadeiro hospital moderno.

A justificativa a que dissemos aqui está e nela tudo devidamente detalhado.

Bagé, 25 de agosto de 1890

Ilmo. Ex.mo Sr. Marechal

*Ministro de Guerra.*³⁰²

As intenções do exército em alugar o edifício da Associação, com o objetivo de aumentar o número de unidades militares na cidade, se justificava pelo fato de que o Rio Grande do Sul, nessa época, vivia grave situação política cujos reflexos atingiram evidentemente a cidade Bagé. Conforme vimos, a sociedade gaúcha dividida em duas facções político partidárias (de um lado os partidários do Partido Republicano, vinculado ao situacionismo Federal após a Proclamação da República, e de outro, os partidários do Partido Liberal, saudosistas do Império, críticos da descentralização e do presidencialismo), demonstrava uma situação de constante tensão.

Em Bagé, as autoridades locais e militares republicanas, preocupadas com os possíveis conflitos que poderiam ocorrer na cidade, em virtude da eclosão de uma guerra, começaram a montar seus esquemas de estratégias de defesa, ocupando certos locais públicos. É dessa forma, que em 1891, as forças federais aquartelaram-se no prédio da Sociedade Portuguesa de Beneficência, sob o comando do Coronel Sampaio, com o objetivo de instituírem no local um hospital militar. Apesar de não serem encontrados, nos documentos pesquisados, claras intenções de que os militares viessem a ocupar o prédio à força, é possível que essa mudança de usos tenha sido inevitável, face aos interesses do Governo do Estado, mais especificamente de Júlio de Castilhos.

O contexto da política brasileira mostrava que o País vivia um momento em que era imposta a forma federativa de governo e a importância dos Estados para recém inaugurada nova ordem política - a República. A autonomia das

³⁰² Idem.

províncias foi propiciada pela Carta Constitucional, e, dentre as regiões produtoras, uma, a cafeeira, localizada no centro-sul do país, foi considerada como polo dinâmico da economia. Por isso, a economia das demais regiões foi subordinada a um segundo plano, a exemplo da economia do charque no Rio Grande do Sul, o que provocou muitos descontentamentos por parte dos produtores rurais.

Aliado a essas questões, a nova Constituição que organizava o Estado foi redigida unicamente por Júlio de Castilhos, em 1891, dentro da ideologia científica positivista, dispensando os companheiros de Assembléia Constituinte. O fechamento do Congresso Nacional pelo Marechal Deodoro da Fonseca, no mesmo ano, contribuiu para que as guarnições de Bagé e Rio Grande se opusessem oficialmente ao Governo do Estado e à ditadura de Deodoro³⁰³. Os esquemas de dominação militar foram encontrados principalmente na zona de fronteira, onde era vivenciada uma situação privilegiada depois desde os primeiros tempos da República, quando então, o exército brasileiro ganhava nova conotação:

A política no Brasil está hoje reduzida a arte de adular com mais ou menos sucesso os militares. É inútil que os brasileiros estejam alimentando ilusões pueris. Os partidos políticos, hoje, só poderão galgar o poder agarrados à cauda do cavalo de um general...

*A Constituição doada pelo Sr. Deodoro, é inteiramente de sua própria autoridade, nenhum representante da nação foi ouvido... Tudo isto, pois, não passa de um bizantinismo irrisório: todo o mundo sabe que dois regimentos na rua acabam com plebicitos, fazem evaporar qualquer governo e desaparecer num momento qualquer Assembléia.*³⁰⁴

A ocupação da Beneficência Portuguesa pelas forças do exército republicano, as quais perduram dessa época até o fim da Revolução Federalista, 1895. Durante a Federalista a Sociedade Portuguesa de Beneficência encerrou suas atividades. É bem verdade que, a situação da Sociedade de Beneficência nessa cidade tenha sido a

³⁰³ Em Bagé, o Gal João Nunes da Silva Tavares envia a todos os Liberais uma circular, para que tomassem as armas e se reunissem. Em muitos municípios são depostas as autoridades castilhistas, e os Revolucionários tornam-se os senhores da campanha e das principais cidades do Estado. Ver em Elizabeth Fagundes. Bagé, no caminho da história do Rio Grande do Sul Porto Alegre:1995. P. 66.

³⁰⁴ Eduardo Prado - Fastos da Ditadura Militar no Brasil (1890) in Novais, Fernando. História do Brasil em perspectiva. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1969.

mais complicada desde os seus primórdios, porque um incêndio ocorrido no ano de 1881 já havia destruído os estatutos e relatórios Institucionais, restando apenas o registro das poucos livros de atas que são capazes de narrar a história da mesma.

Da mesma forma, a ausência da afirmativa da proteção do príncipe D. Carlos I fez com que a Sociedade ocultasse publicamente a real situação desse apadrinhamento português. E, por fim, a ocupação do edifício pelas forças militares fizeram com que o restante dos documentos relativos a vida Institucional fossem destruídos, apagando parte do que se poderia reconhecer enquanto trajetória da mesma.

De fato, desde a ocupação do seu hospital, os portugueses radicados em Bagé foram atendidos nas dependências da Santa Casa, ou, na maioria das vezes, no hospital da associação de Porto Alegre, pois alguns desses lusos possuíam bens que permitiram o uso.

Os livros de atas, correspondentes ao ano de 1895, revelam que aos seis dias do mês de janeiro, no Salão Bailante, convocados os sócios da Sociedade Portuguesa de Beneficência Portuguesa, é tratado o assunto da guerra federalista detalhadamente, em Assembléia Geral:

Achando-se em falta o presidente e o vice presidente, os quais por terem se retirado deste estado, se propôs para ser aclamado o sócio Sr. Domingos José do Rosário, que se acha presente, para presidir os trabalhos, o que é aceito de forma unânime por todos os convidados. Nossa Sociedade em uma situação precária em vista dos acontecimentos que temos atravessado desde o ano de 1893, com a Guerra se prolongando, não houve formas de reunir nossos sócios em assembléia geral para organizar diretoria para o ano de 1894. Desde que esta cidade esteve em estado de sítio, de dezembro de 93 a janeiro de 94 parte de nossos sócios teve de se retirar para fora e por mesmo martírio o tesoureiro acusou não fazer a cobrança neste tempo passado. Tomando a palavra o Sr. Justiniano Ramos propôs que se perdoassem as mensalidades atrasadas e que todos os sócios pagassem três meses adiantados, começando no dia primeiro de

*janeiro de 1895 a que foi aprovado de forma geral.*³⁰⁵

Nessa sessão, também foram apresentados ao Sr. Presidente os apontamentos dos sócios sobre o que tem ocorrido com o edifício da Sociedade desde novembro de 1893, os quais foram arquivados em ata, para que em tempo oportuno, a diretoria fizesse uso que lhe conviesse, a bem dos interesses da Sociedade. Seguem os apontamentos:

No dia 2 de novembro de 1893, o Sr. Domingos José do Rozário dirigiu-se ao Sr. Coronel Teles participando-lhe que o Edifício da nossa Sociedade se achava abandonado e as portas todas abertas, e este Sr. me respondeu que fechava-se e trancava-se sempre, por que tinha ordem de entregar o edifício à Sociedade. O que fiz juntamente com o Sr. Francisco Lopes Machado, chamando um carpinteiro, foi mandar trocar as fechaduras e pregar todas as portas e janelas com travessas....fechando o último portão norte do Edifício.

*Surpreendendo-me em 10 de janeiro de 1894 um aviso que nos deixaram os vizinhos, que a força da colina (federalistas) do Comando do Sr. Coronel Sampaio, tinha invadido o Edifício, introduzindo ali como 2000 rezes mais ou menos . Fomos imediatamente verificar e vimos que a notícia era exata, mas não havia o gado assim dito. Como também encontramos as portas da frente e do exterior arrombadas, algumas com as almofadas e travessas arrombadas, supomos que havia batalha de armas ou coisa semelhante;*³⁰⁶

A questão se tornava bastante complicada para a Instituição nos anos que sucederam a Revolução, pois a situação de fechamento da mesma impedia o funcionamento administrativo, e fragilizava a sua composição, inclusive porque o próprio patrimônio já começava a ser vítima de saques,

Desde então Sr. Coronel Telles prometeu tomar providências. Mais tarde vendo que ele não tinha as tomado, de novo foi

³⁰⁵ Livros de Atas. Ano: 1993. Arquivo particular da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé.

³⁰⁶ Idem.

a presidência à ele que declarou que tinha se esquecido, a ponto que ele mesmo em pessoa iria lá, a que julgo não fazer, conservando sempre o Edifício com forças do Governo até 8 de março do mesmo ano, dia em que a Guarnição marchou para Rio Grande, deixando de novo nosso Edifício aberto e abandonado. Tomamos novamente com o Sr. Francisco Lopes Machado a fechar e pregar as portas, e no dia 25 de março sendo de novo o edifício invadido, e estando a ser incorporado pelas forças do governo até a presente data; o Sr. Presidente muito fez ver que era de urgência realizar uma Assembléia Geral; o Sr. presidente ainda declarou que os nossos utensílios da Sociedade (pratarias, documentos, instrumentos do hospital...) que existiram no Edifício desapareceram, assim como alguns livros e arquivos da Sociedade, bem como diplomas.³⁰⁷

Certamente, essas questões de ordem política afetaram a Sociedade Portuguesa de Beneficência, uma vez que, pela ata correspondente ao ano de 1895, também é revelada uma situação financeira difícil para a associação. Existem nela constatações catastróficas, sem possíveis soluções como a que revela a ata n. 07. Nela, existem declarações que se mostram ainda sob o impacto da Revolução, dos estragos e danos morais causados aos portugueses sócios da Sociedade.

Por todas essas questões, ficou difícil que o continuísmo existente nos cargos diretivos das outras Sociedades Portuguesas de Beneficência do extremo sul do Brasil se repetisse em Bagé. Isto porque dentro de um quadro não contínuo de sucessão de presidentes e de demais cargos associativos, não houve personalidade que se destacasse nos anos subsequentes a 1893. Mesmo em anos anteriores, as atas Institucionais mostram que após um duplo mandato de Joaquim da Costa Guimarães na presidência, e Manoel Marques Ramos, enquanto secretário, nos primeiros anos de funcionamento, há uma troca maior nos cargos diretivos se comparado as demais congêneres. Ao passo que pelo apagamento de registros em decorrência do incêndio de 1881, é possível perceber que mesmo havendo a preferência pela presença de alguns portugueses nessa diretoria, é a partir dos acontecimentos decorrentes da Revolução Federalista que essa sucessão de poder se interrompe.

³⁰⁷ Ibidem.

A importância de alguns portugueses para a história dessa Sociedade de beneficência ficou registrada nos livros de atas. O Sr. Domingos José do Rozário, não mais em situação de presidente, gastou ainda no ano de 1893 oito contos e tanto na sua admissão para concluir o edifício. De forma autônoma, autorizou em assembléia geral o fim de alugar para enfermaria militar, registrando nas mesmas atas que parte da reconstrução gastou do bolso dele sem cobrar juros a sociedade,

....A diretoria compreende tudo isso e trata de explicar que é melhor negócio alugar o edifício em estado em que se acha pela quantia de duzentos mil réis que gastar aquela quantia para alugar por duzentos e poucos. Mas isso não quer dizer que o Sr. Domingos tenha gasto essa quantia mal gasta e que não mereça uma remuneração. Ao contrário, o presidente reconhece que o Sr. Domingos tem prestado relevantes serviços a instituição. Se o Presidente se referiu aquela administração foi para fazer ver que o negócio (alugar ao exército) não era tão mal como diziam alguns sócios descontentes....

Augusto da Silva Assunção

Francisco Lopes Machado

*Manoel Marques Ramos*³⁰⁸

Antônio Nunes de Ribeiro Magalhães também fez esforço significativo para levantar a representatividade da Instituição na localidade após a Revolução de 1893, embora, nesse caso, não tenha nunca permanecido na diretoria da Sociedade por mais de um ano, não caracterizando o que chamamos de continuísmo no cargo diretivo.

No ano de 1895, por unanimidade, a Assembléia Geral da Instituição resolve retomar as atividades que fizeram do local um hospital beneficente. Em janeiro de 1896, reuniram-se os sócios novamente em Assembléia para início de nova gestão,

*A nova diretoria confraternizada e unida com força de vontade fará tudo para que esteja a seu alcance em benefício de nossa instituição, sendo esses os meus mais ardentes desejos (Sr. José Domingos do Rozário).*³⁰⁹

³⁰⁸ Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. Livros de Atas. Ano: 1895.

³⁰⁹ Idem.

Finalizado o discurso, o antigo presidente cede a cadeira ao novo, Sr. Antônio Nunes de Ribeiro Magalhães, e a outros membros, dando continuidade à posse:

*...O novo presidente fez vir a mesa e propôs para que as votações de diretoria sejam feitas a descoberto como sempre tem sido, a que foi aprovado unanimemente. O Sr. Antônio Nunes de Ribeiro Magalhães nomeia para a sua diretoria e chama para sócios da irmandade indivíduos não portugueses...*³¹⁰

Tal atitude comprova que a Associação, após os períodos conturbados da Revolução de 93, abriu suas portas para uma abrangência de sócios maior na cidade. Uma Sociedade Beneficente, que, nesse momento, ilustra uma posição de resistência posterior a dificuldades e abre-se para um período de futuros trabalhos. Um lugar configurado para tratar a enfermidade, mas que na sua composição diretiva já não possui majoritariamente indivíduos nascidos em Portugal. Seria essa uma medida emergencial para a sobrevivência econômica da Sociedade Portuguesa de Beneficência. Aos poucos a comunidade portuguesa retorna para a cidade, e o funcionamento da Sociedade de Beneficência às suas originárias funções, porém com uma nova roupagem.



Figura 79 - Visconde de Ribeiro Magalhães – Presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé em 1896. Fonte: Foto da pesquisadora.

³¹⁰ Ibidem.



Figura 80 - Sócio Benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. Fonte: Foto da pesquisadora.

4.6. A EMIGRAÇÃO QUE NÃO CORTA LAÇOS: A SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA COMO FORMA DE DISTINÇÃO SOCIAL.

Apoiadas na identificação do país de origem, e de um passado recente abandonado em proveito da emigração, as Sociedades Portuguesas de Beneficência representaram simbolicamente para quem dela participasse o simulacro do espaço português.

Conforme vimos, a partida para o Brasil significou para a grande maioria dos portugueses a possibilidade de enriquecer, garantir um processo de estabilidade econômico, outrora impossível no país de origem. Assim ocorreu, nessa segunda metade do século XIX, de uma forma geral no período de grande imigração em

massa (1860-1880) para indivíduos de muitas origens, entre elas a portuguesa. Dos fatores que possibilitaram a vinda desses imigrantes portugueses para o Brasil, a proximidade da língua e a propaganda do país em Portugal foram os que geraram maior impacto sobre a emigração. Nesse sentido, compreender um espaço novo, significa observar em que medida esses portugueses, já organizados em associações, como a Sociedade Portuguesa de Beneficência, estabeleceram um modelo de comportamento que embora fosse identificado como luso, estava amalgamados aos costumes locais, pelas diferentes situações e diferentes reações não previstas no país de origem.

Segundo Abdelmalek Sayad (2000), a sociedade de imigração sempre é acompanhada da idéia do retorno, que mesmo imaginário, e por vezes, impossível, é uma questão que persiste na consciência do emigrado, jogando com a própria capacidade de adaptação, pois

*Tendo que viver na terra dos outros, entre eles e com eles, só se pode viver, mais ou menos aberta e profundamente, um pouco à sua maneira, em quase todas as esferas de existência...toma-se o cuidado de se persuadir e também de convencer uns aos outros, sendo fiel a si, as suas origens, conforme à sua identidade, a mobilização por esse sentimento de fidelidade à si em um contexto que parece levar ao contrário, as rupturas...*³¹¹

O questionamento em torno de um transporte cultural para outro país remete ao pensamento de uma ordem que é interrompida e reestabelecida. Quem deixa um país e se estabelece noutro vê-se lançado a um novo mundo de costumes e comportamentos estranhos aos seus, tendo logicamente a necessidade de aproximar-se daquilo que conhece. É através das questões mais significativas respeitantes a “identidade perdida”, e lamentada, que se atualizam no novo espaço práticas outrora exercidas em Portugal. E, pela continuidade dessas práticas, se percebe a adesão numerosa dos imigrantes e grupos à sociedades como a Instituição de Beneficência.

De uma forma geral, vimos que a atualização dos costumes portugueses na nova terra não foi de forma homogênea no panorama comparativo das práticas propostas pelas Sociedades Portuguesas de Beneficências no Rio Grande do Sul, apresentando diferenças no cultivo de festividades, cerimônias e cotidiano. Porém,

³¹¹ Abdelmalek Sayad. O retorno – elemento constitutivo da condição do imigrante. In Travessia: Revista do Migrante. Publicação do CEM – Ano XIII, número especial, janeiro – 2000. São Paulo. P. 19.

de diferentes formas essas práticas lá estavam, representando a comunidade portuguesa através da Associação, e identificando o ser português em contraposição a identidades estranhas a ele. Somente as palavras filantropia e caridade foram usadas em larga escala em todas as situações auto-representativas das Associações, sempre evidenciando a importância da Igreja Católica para os portugueses, e a adesão à espiritualidade que incluía em si uma função de proteção, terrena e celestial, dado que *o homem nobre carregava consigo a virtuosidade de ter boa fama, sendo prestativo a outrem.*

Perceber como a Instituição de Beneficência se relacionou com as elites nas diferentes localidades significou verificar as suas práticas e a sua vida cotidiana, pois até mesmo os documentos institucionais referentes as regras normativas para a ocupação de cargos diretivos já faziam referência ao conjunto de doutrinas, valores e ideários presentes nessa vida prática. De fato, a estruturação social do corpo diretivo reproduzia as formas dominantes da representação social urbana que, girando em torno dos poderes municipais, encontrava precisamente no cruzamento das representações das corporações do poder elitário a mais clara construção de dominação.

Tanto quanto uma Misericórdia, a direção da “mesa” encontrava-se entregue aos *nobres*, especializando também uma forma de administração que o Compromisso primitivo tornava eficaz, centralizadora e atuante.³¹²

Conforme vimos, na composição diretiva da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre, um dos fatores comuns foram as suas participações na vida política e social da localidade. Os casos de comendadores e desembargadores na presidência da associação reforçou esse entrelaçamento com as elites locais, verificado desde muito cedo na história da mesma. No quadro associativo dessa Instituição muitos lusos já haviam chegado de Portugal com situação financeira favorável, em especial advindos da região do Minho, de Lisboa e do Porto, com o caso do imigrante português comendador Antônio Francisco Pereira dos Santos. O prestígio financeiro congratulou uma ascensão social da Beneficência que já inicia com os melhores auspícios, evidentemente por se apresentar na comunidade local a partir da representação desses portugueses mais prósperos.

Em contraposição a Porto Alegre, os associados de Pelotas não

³¹² SOUSA, Ivo Carneiro de. Da Fundação e da Originalidade das Misericórdias portuguesas (1498-1500). Oceanos. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses. Número 35 – julho – setembro 1998. p.38.

demonstraram o envolvimento mais estreito com a política. A elite diretiva advinha de uma frente comercial, como no caso dos lusos Francisco Lopez e Manoel José da Costa, que além das casas comerciais de secos e molhados, possuíam inúmeros imóveis na área urbana da cidade. Em menor escala, encontramos uma elite diretiva latifundiária, que sem deixar de ser próspera como na então capital da Província, havia enriquecido na cidade.

Sendo assim, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas gozava de um corpo diretivo que tinha uma grande representatividade urbana, através de suas casas comerciais, residências e terrenos adquiridos. Da mesma forma, vimos que a visibilidade social da Instituição também se mostrou pelo relacionamento com a Igreja Católica, que dentro de um panorama Imperial constituía também uma frente elitária local.

Dos associados mais citados nas atas Institucionais, José Vieira Pimenta, Manuel da Costa Leite e Antônio Pinto do Rego Magalhães, todos advindos da região do norte de Portugal, foram os mais envolvidos na auto-representatividade da Sociedade em Pelotas. Vieira Pimenta enquanto provedor da Santa Casa de Misericórdia, começou a trabalhar na cidade como construtor, e inclusive tendo como autoria o próprio edifício daquela entidade. Antônio Pinto do Rego Magalhães como primeiro secretário da Instituição desde o ano de sua fundação (1857), inventaria uma série de testamentos de associados que em registro deixam parcelas de suas heranças para a Sociedade Portuguesa de Beneficência. Toda essa representatividade, também coexistiu com a sua participação enquanto sócio benemérito no Asilo de Mendigos, instituição criada em Pelotas no ano de 1882, e que tinha como cenário a maior participação da elite regional no seu quadro de beneméritos. O fato de inventariar o testamento de compatriotas associados permite pensar que a rede de “solidariedade” exercida pela Instituição ultrapassou as janelas do edifício-sede, porque envolveu relações de reciprocidade para o alcance de uma congratulação de categoria benemérita.

Os estabelecidos em Rio Grande e Bagé também constituíram um quadro de semelhanças e diferenças. Enquanto que em Pelotas, a assistência prevista pela Sociedade de Beneficência mostrou-se ao longo do tempo bastante flexível, pelo fato de por vezes um secretário ou mordomo empenhar-se no bem estar de outros integrantes da Instituição, para além de suas funções relativas ao bom funcionamento e

vida prática do hospital, em Rio Grande os associados que ocuparam os cargos de direção interessaram-se na cooptação de estrangeiros que pudessem levar o nome da Sociedade para as demais cidades do país e para o além mar, visto a presença inusitada de um livro de visitas.

Dois associados beneméritos fizeram parte do corpo diretivo de Rio Grande com grande significação: o Barão de Vila Isabel e o Barão de São José. Na qualidade de grandes prestadores de serviços e empregadores de boa parte da comunidade portuguesa chegada no porto da cidade, serviram de alavanca social para a própria entidade. A partir da morte dos dois grandes beneméritos, em 1882, foram mandadas celebrar missas anuais em proveito da alma dos lusos na tentativa de lembrar as doações efetuadas. Esse aparato simbólico em torno desses indivíduos era ilustrado interessadamente fora da Associação, através da própria celebração religiosa, visto a situação de prosperidade financeira dos mesmos. Porém, em semelhança com a instituição de Porto Alegre, na presidência da Sociedade de Beneficência de Rio Grande existiram comendadores, como o caso do luso Antônio Francisco Pinto da Rocha.

Os associados estabelecidos na Sociedade de Beneficência de Bagé apresentaram-se a partir de um quadro em que a situação de prosperidade foi garantida pelos casamentos com filhas de indivíduos mais prósperos, seja referindo grandes comerciantes, sejam grandes fazendeiros. Sem deixar de estabelecer casas comerciais, esses indivíduos alavancaram a Instituição porque tornaram-se, dessa forma, integrantes da elite local. Conforme vimos, no discurso de José Vieira Pimenta, enquanto representante consular da região de Pelotas, as principais pessoas que compõem a Sociedade de Bagé são negociantes portugueses, como João Maria Peixoto, casado com família rica, e Júlio Alves Pinto casado com uma filha do Visconde de Serro Alegre e com estância de gado, entre tantos outros. É interessante ressaltar que Júlio Alves Pinto é o associado fundador dessa Sociedade de Beneficência, e portanto, a condição de pertencer a uma elite local já funcionava como acréscimo para a Instituição desde o período de sua fundação. Também é importante ressaltar que é a Sociedade de Beneficência de Bagé a que mais precisou contar com indivíduos de boa posição econômica e social pois na condição de última associação criada não contou efetivamente com o apoio do príncipe D. Carlos.

O relacionamento entre os indivíduos que dirigiram as Instituições

também foi interessado. Coincidentemente, foram esses indivíduos que ocuparam por muito tempo os cargos diretivos institucionais. No caso de José Vieira Pimenta, o apelo que fez ao príncipe D. Carlos esteve permeado de uma tentativa de aliviar as pressões que sofria a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas visto que atendia toda a região, incluindo Bagé, Caçapava e São Gabriel. Foi evidente o envolvimento dessa Instituição, através de Vieira Pimenta, com a questão do protetorado monárquico português para a Sociedade de Bagé muito mais por uma questão prático-administrativa do que por merecimento ou caridade.

As doações às vítimas das inundações em Portugal no ano de 1870 também foram uma prova da existência forçada de laços étnicos tão almejados pelos portugueses residentes no extremo sul do Brasil. Isso porque foi através da Sociedade de Beneficência, e mesmo individualmente, que esses imigrantes conseguiram comprovar tanto aqui quanto lá que em condições de prosperidade deveriam ser respeitados por ambas as sociedades. Este talvez tenha sido o maior exemplo da correlação entre filantropia e elite regional, pois foram muitos os interesses que se manifestaram por trás dessas doações.

Os registros de dominação simbólica se estenderam ao continuísmo nos cargos diretivos. Como nas Misericórdias portuguesas, presidentes deveriam *ser bons, virtuosos e de boa fama*, visto que a atribuição de dirigir uma Instituição de Beneficência deveria ser um ato totalmente desinteressado, demonstrado no discurso de atas, estatutos e relatórios na concepção de serviço entendido exclusivamente enquanto incumbência de Deus e do próximo. Se pensado pelas atribuições normativas, presidentes e vice-presidentes tinham muitos mais deveres do que direitos, pois dentro de um paralelo de identificação com a Misericórdia o princípio gerador do cargo foi entendido como missão desinteressada e exemplaridade de solidariedade fraternal. Porém, se não há remuneração para os cargos diretivos, pelo contrário há igualmente despesas, e se essas atividades predispunham um envolvimento de grande responsabilidade, porque há continuísmos na ocupação dos mesmos?

Na relação de presidentes da Associação em Porto Alegre do ano de 1854 a 1910, encontram-se vários casos em que o continuísmo foi flagrante. No caso de Porto Alegre, a própria fundação já evidencia uma diferença com as demais congêneres pelo fato de que Antônio Maria do Amaral Ribeiro era cônsul de Portugal, e inaugurou

a sessão em que foi eleito. Isto já simbolizava o poder na diretoria Institucional, que só seria mais evidenciado anos mais tarde quando a partir de 1860 casos de continuísmos começaram a ser mais flagrantes nessa diretoria.

Nesse caso, Jerônimo José da Silva Guimarães, foi eleito e reeleito de 1861 a 1863. Antônio Francisco Pereira dos Santos, como comendador mostrou que sua influência podia ser maior que até a exercida pelo cônsul Antônio Maria do Amaral Ribeiro, uma vez que ocupou o cargo da presidência por seis vezes, alternando apenas dois anos da primeira ocupação. Em idade avançada, este luso retorna á presidência da Instituição em 1874, função que cumpre até o ano de sua morte. O continuísmo que estabelece na direção de Porto Alegre só é comparado ao também comendador Manuel de Sousa Ferraz que permanece na presidência da Instituição por mais quatro anos.

Em Pelotas, a presença de comendadores na presidência da Sociedade de Beneficência não foi tão evidente quanto em Porto Alegre. O perfil do continuísmo na diretoria fica menos evidente na medida em que um presidente não ocupa o mesmo cargo por mais de quatro anos. O que ocorreu nessa Instituição foram constantes justificações para a ocupação de cargos diretivos, por portugueses e por vezes, alternando o poder, como mostrou o presidente Joaquim da Costa Leite no ano de 1865.

Essa justificativa, que não foi dada em nenhuma das outras Sociedades de Beneficência analisadas, ocorreu desde o princípio nesta Instituição. Talvez o ano mais emblemático tenha sido em 1909, quando a já injustificável alternância no poder desses portugueses na Beneficência de Pelotas, pelo próprio decréscimo da imigração portuguesa, e pela perda do apoio simbólico da monarquia que chegava ao fim em Portugal, foi vista a partir da ótica da incompetência dos demais associados em ocupar os cargos da presidência, restando como alternativa manter alternadamente os mesmos indivíduos no poder. Isto porque, conforme vimos, é no ano de 1909 que o presidente Manoel Valente da Costa Leite, filho de Joaquim da Costa Leite, e o diretor do mês Custório Pinto Rego Magalhães, filho de Antônio Pinto Rego Magalhães, provam que há uma certa continuidade nesses cargos que perpassam gerações, a ponto de se pensar em ocupações vitalícias.

Em Rio Grande, o continuísmo nos cargos diretivos da Sociedade de beneficência atingiu o seu mais alto grau. O grupo diretivo que compõe a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande em 1889 é assim constituído, ainda é visto

nos anos subseqüentes, pois são os mesmos diretories do mês que passam a secretários, mordomos e tesoureiros. Porém talvez o caso mais emblemático tenha sido o continuísmo nos cargos de presidente e vice-presidente da Instituição, pois desde ano de 1889 a 1893, o presidente Antônio Joaquim Pinto da Rocha, e o vice-presidente Manoel Carlos de Lima Torres ainda constituem as mesmas funções administrativas depois de cinco anos.

Novamente diferente de todas as outras situações, a Sociedade de Beneficência de Bagé não evidencia de alguma forma a alternância no poder, justamente pela descontinuidade de sua trajetória administrativa e funcional. Certamente, as questões de ordem política que afetaram essa Sociedade Portuguesa de Beneficência, como por exemplo a Revolução Federalista (1893) revelou que uma situação financeira difícil para a associação foi reflexo de uma situação complicada para a cidade. Existem nas diversas atas analisadas constatações catastróficas, sem possíveis soluções, como o que podemos chamar de descontinuidade administrativa. Declarações que mostram o impacto da Revolução, dos estragos e danos morais causados aos portugueses sócios da Sociedade, foram comuns nesses documentos, o que acabaram por mostrar que os portugueses mais evidenciados enquanto contínuos nesse processo foram os associados que na cidade permaneceram na época, como o secretário José Domingos do Rozário.

Sendo dessa forma, a importância de alguns portugueses para a história da Sociedade de Beneficência de Bagé, como Manoel Marques Ramos, Domingos do Rozário, pela própria situação de guerra ficou registrada pelos atos, então necessários, de tentar reerguer a Instituição após o período de ocupação militar. É interessante ressaltar que o luso Antônio Nunes de Ribeiro Magalhães, sendo um dos presidentes mais estabelecidos economicamente em 1896, quando então assume a posição de Visconde, fica apenas um ano na presidência da mesma, pois por motivos de desavença acaba se exonerando do cargo, não contituindo portanto o continuísmo na direção.

Na história de continuísmos diretivos, por vezes a situação econômica foi implacável no seu revez. Em Bagé tal fato foi mostrado pela ausência de portugueses que quisessem assumir o poder institucional, muitas vezes. O balanço da Sociedade nesse caso não foi somente o lucro, pelo contrário, evidenciou que ela teve, e ainda

tem, uma definição no seu código de conduta, *bases cristãs na ordem dos homens...*

O dar e o receber parecem ter sido práticas constantes nos quatro casos analisados, visto a sua correlação mais evidente com a espiritualidade traduzida pela identidade portuguesa, e muitas vezes mais implicitamente pelo modelo da Misericórdia em Portugal. Porém notemos aqui que a relação da dádiva com a caridade permaneceu inalterada no período enfocado pela análise, mostrando que em um tempo em que o Estado esteve oficialmente ausente, de fato a assistência foi usada em benefício de outrem e de si mesmo como moeda de troca de favores.

Conforme vimos tanto em Rio Grande, quanto em Bagé, em Pelotas e Porto Alegre, as ações intituladas de filantrópicas e altruístas basearam-se na finalidade da própria Sociedade de Beneficência, diferindo por vezes no caráter dessa doação, por vezes para subscrições não utilizadas, outrora para recuperação de bens imóveis destruídos, e outrora na recuperação de enfermos em estado grave. De qualquer forma, a existência de doações no interior da Instituição remeteu sempre a identificação representativa da mesma, mostrando nas localidades que as receberam que a existência da Sociedade era a própria marca do povo português, *caritativo, religioso, bons empreendedores, de conduta irreparável, exelentes administradores, e, sobretudo nobres*, pelo relacionamento com a monarquia e pelo seu estabelecimento financeiro local.

CONCLUSÃO

A expressão "Honremos a Pátria Senhores", faz uma relação com a dimensão simbólica das Instituições de Beneficência Portuguesa, inseridas num contexto cultural já descrito. A sua representação mostrou como foi importante a afirmação e reafirmação da pátria distante para os portugueses no Brasil. A significação do retrato do rei, da iconografia dos edifícios-sede, das festas populares, permitiram-lhes pensar as Instituições como interlocutoras da mãe pátria. Nesse sentido, a presentificação de Portugal pode ser vista através da idéia de nação imaginada, efetivamente atualizada cotidianamente com os mitos, ritos e efemérides.

O discurso das Associações de Beneficência também foram vistos através das imagens que projetaram de si mesmas. A frase pronunciada frequentemente pelos associados portugueses *o retrato do rei é para nós a encarnação da pátria* mostrou que a necessidade dessa proteção também está correlata a uma ação simbólica. A comunidade imaginada portanto é onde os portugueses estão reafirmando o pertencimento a essa Nação.

Ao fazerem isso se põem regras para esse pertencimento. Ao longo do trabalho percebemos que a construção das Sociedades Portuguesas está embasada na relação da pátria e seus filhos. A visibilidade do imigrante português perpassa a noção que tem de si enquanto grupo, e portanto a própria Beneficência é em última instância o lugar da sociabilidade.

Conforme vimos, os portugueses encontraram espaço para a realização da caridade, que é providencial pela ausência do Estado, ao mesmo tempo em que apresentou suas bases fundacionais na Misericórdia portuguesa.

O trabalho assistencial efetuado pela Misericórdia Portuguesa, vinculado a fé cristã, mostrava que a caridade estava a serviço do bem a outrem, evidenciando as relações com a mensagem bíblica - *se Deus se doou por nós, devemos fazer o bem ao próximo*. Ao mesmo tempo, a Misericórdia foi vista como um poderoso instrumento nas mãos do rei, parte de um projeto que prolongava o seu poder em Portugal, ao mesmo tempo em que garantia o seu relacionamento com as elites locais e de além mar.

Numa relação reflexiva, as Sociedades Portuguesas de Beneficência evidenciaram as suas relações com a Igreja Católica através do fazer caridade. Este parece ter sido a unidade de suas representações, mostrando, na maioria das vezes, que

quem faz caridade é porque tem.

Nesse sentido, Marcel Mauss nos mostrou que, *abster-se de dar como abster-se de receber, é faltar com um dever, como abster-se de retribuir*. Podemos ainda levar mais longe a análise e provar que nas coisas permutadas existe uma virtude que obriga as dádivas a circular, a serem dadas e serem retribuídas. Assim vemos que a reciprocidade efetuada pelas Instituições de Beneficência guarda em si o interesse do retorno, da garantia de ser bem visto nas localidades, e de fazer parte de um grupo que tem poder. Portanto, as noções de generosidade, solidariedade, e filantropia são frequentemente utilizadas como auto-afirmações da Instituição e de seu papel social na Província de São Pedro.

A análise efetuada sobre as Associações de Beneficência evidenciou a visualização de um todo não homogêneo no que refere as suas práticas e significações. Na análise de fontes documentais (como diferentes impressos, relatórios e livros de atas), as adaptações das normas previstas nos estatutos são ilustrativas da funcionalidade de cada uma das Instituições, evidenciando a diferente receptividade que obtiveram nos municípios citados. Nesse sentido, as Sociedades de Beneficência estabeleceram, em nível político (pelas relações internacionais e posicionamento político partidário no Brasil), diferenças de atitude em momentos de calma e conflito; como na Guerra do Paraguai em Porto Alegre, e na Revolução Federalista em Bagé. Em nível social, as Instituições mostraram-se muito próximas das atividades religiosas que, em algumas situações, como em Pelotas e Rio Grande, identificaram o trabalho da assistência com as próprias atividades sociais das entidades.

O interesse na conduta de seus sócios, promovendo atividades educacionais presentes ao longo de suas trajetórias, mostrou-se mais como garantia de uma boa visibilidade desse imigrante, prejudicado pela caracterização do português enquanto indivíduo vinculado ao regime monárquico, do que propriamente como uma regra Institucional vigente para todas as Sociedades. Isto porque a existência de biblioteca na Sociedade de Beneficência de Rio Grande e a preocupação com a conduta moral dos associados também na Instituição de Bagé, evidenciou que na união das atividades sociais com as assistenciais, está a identificação daquilo que se queria representar como cultura portuguesa.

O cerne da problemática da representação de uma identidade

portuguesa se deu através do espaço que a Sociedade de Beneficência representava, tanto como forma de assistência quanto como forma de permanência nas festas, cerimônias, e discussões políticas.

Ao comparar cada caso analisado, o que interessou às Instituições foi a utilização da caridade enquanto integração, embora a maioria das subscrições, por exemplo, se estabelecessem como formas de manutenção financeira. Este foi o caso específico da Sociedade Portuguesa em Rio Grande, que utilizou, através da Igreja, os valores angariados para o próprio benefício, e muitas vezes, sob a falta de explicações sobre o dinheiro recolhido. Mesmo efetuando tais ações, a administração financeira dessa Beneficência não foi alvo de tensões sociais internas tampouco externas, e mesmo em Rio Grande, não chegou a alterar a visibilidade da Instituição.

Os primeiros anos do século XX marcaram, ainda, a tentativa de manter a nacionalidade portuguesa para as diretorias e associados, estando já evidente nos relatórios e atas das Associação de Porto Alegre e de Pelotas, por exemplo, a preocupação com a diminuição do contingente de sócios portugueses.

Novamente a identidade portuguesa afirmava-se a partir do aparato simbólico. Muitas vezes, os associados, portugueses por opção, afirmaram seu pertencimento às Sociedades, representadas pelos vínculos com a nobreza e com a monarquia. Nesse caso, os selos que as Instituições mantinham em seus relatórios, estatutos e correspondência, identificadas pelo escudo e armas de Portugal, foram emblemáticos, pois ao mesmo tempo em que identificaram as Associações onde quer que fossem representadas, serviam para ilustrar ao rei a própria identidade lusa.

De fato, desde os primeiros anos, os relatórios da Sociedade de Beneficência na capital do Império, destacaram na sua abertura o selo da Instituição, sendo esse simbolizado pelo brasão de Portugal, rebatido com outro segundo, e apresentando a imagem da Virgem da Misericórdia ao centro. Na verdade, cada Sociedade mantinha a sua própria representação institucional, todas evidenciando, como na do Rio de Janeiro, os elementos que a identificavam como real e portuguesa. Em Porto Alegre, as armas e escudos que ornaram a fachada do seu edifício-sede, inaugurado em 1870, mostram como o selo é desenhado, pois na verdade, os elementos que permaneceram nessa iconografia evidenciavam os elementos respeitantes à nação portuguesa, um símbolo que se repetiu nas Associações de Pelotas, Rio Grande e Bagé.

Ao recordar que os lusos escolheram o Brasil como local de destino na possibilidade de enriquecer com as oportunidades de trabalho, percebeu-se que o fizeram em virtude da sobre-população nas cidades portuguesas onde as próprias autoridades daquele país encorajaram a emigração. A imigração portuguesa teve toda relação com a criação das Sociedades Portuguesas de Beneficência na Província de São Pedro do Rio Grande. Para existir uma instituição dessa ordem era necessário não somente um número expressivo de lusos, mas a existência de um grupo de imigrantes capaz se organizar em proveito dessa criação.

As efemérides comemoradas nas quatro Sociedades Portuguesas de Beneficência adquiriram significado de suma importância nessa trajetória, pois de diferentes formas, as Associações procuraram ressaltar valores ideológicos que remetiam a sua identificação enquanto portuguesas nas comunidades locais. Esse foi o caso da Sociedade de Beneficência de Bagé, com as inúmeras procissões em homenagem ao Divino Espírito Santo, e o caso da Sociedade de Beneficência de Rio Grande, com as homenagens realizadas aos mitos portugueses – Luís de Camões e Vasco da Gama – mandando esculpir na fachada do edifício-sede suas estátuas em 1868.

Na medida em que as festividades em homenagem ao padroeiro das Instituições e os aniversários natalícios dos reis de Portugal foram comemorados nas entidades, a exteriorização dos próprios ritos tornou-se clara nas comunidades que as receberam, um fenômeno comum a todas as quatro Sociedades.

Comparativamente, o protetorado régio funcionou de forma desigual ao longo da história das Instituições. Nas Associações de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande a devoção ao rei se deu em função do próprio protetorado, pois o mesmo ao aprovar a Instituição enviava carta declarando-se protetor. O estabelecimento dessa proteção mostrou que através das relações com a monarquia portuguesa o poder simbólico havia sido garantido, estando presentificado pelo poder real.

Nesse sentido, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre foi a mais privilegiada, porque enquanto primeira a ser fundada na Província recebeu a proteção de D. Fernando desde os primeiros anos de funcionamento, e, até a morte do rei, gozou do prestígio desse protetorado e de alguma ajuda financeira, o que não ocorreu com as Sociedades de Rio Grande e de Pelotas, que perderam o protetor

nos seus primeiros anos devido a morte de D. Luís. Em Bagé o protetorado régio não chegou a constituir-se de fato, pois através de um jogo de interesses políticos, o rei D. Carlos não reconheceu na Instituição uma forma de estender seu reinado no além mar. Diferente do que havia ocorrido com D. Fernando em Porto Alegre, que havia se interessado nesse manutenção de relações como acompanhamento de seu poder simbólico, o príncipe D. Carlos não enviou resposta à Sociedade de Beneficência de Bagé, após todos os apelos dignos de próprio presidente da Instituição e da congênere de Pelotas, através do depoimento de José Vieira Pimenta.

De uma forma geral, a utilização da figura do rei aumentava a credibilidade das Instituições, que continuaram utilizando os símbolos portugueses mesmo após a morte dos monarcas, a exemplo do que fez a Sociedade de Beneficência de Rio Grande que transferiu a devoção ao rei para a devoção a pátria portuguesa. E, mesmo em Bagé, o retrato do rei foi colocado no salão oficial da diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência, um símbolo do poder ausente, mas que assumia como em todas as outras congêneres uma forma de distinção social.

Vimos que a ilustração do poder régio, e do poder da Sociedade de Beneficência a frente de todo esse aparato simbólico se transfigurou também na arquitetura de suas sedes. Na análise da fachada dos edifícios das Associações de Beneficência do Rio Grande do Sul foi possível perceber algumas diferenças, que dentro da perspectiva de uma análise comparada, mostraram um todo não homogêneo. Uma das semelhanças entre as edificações são os símbolos que se repetem na identificação da pátria portuguesa (ora através dos desenhos da bandeira daquele país nos frontões que coroam os edifícios, ora na presença dos mastros que ostentam essa mesma bandeira), bem como a pomposidade e luxuosidade com que se apresentam a fachada das mesmas. Ao mesmo tempo, em cada uma das fachadas dos edifícios sede, há a evidência de singularidades, mais visível na diferenciação do prédio de Bagé. A visão palacial da fachada do edifício sede daquela Instituição evidencia o desejo da transposição do lugar de glória, seja pela semelhança com o Palácio de Queluz (morada de D. João VI antes da vinda para o Brasil), seja pela evidência dos brasões e dos dragões no frontão principal do edifício, marcas do poder que substituiria a ausência do protetorado do rei.

As trajetórias históricas das Sociedades Portuguesas de Beneficência não podem ser

tratadas de forma homogênea. Em Porto Alegre, a Sociedade Portuguesa de Beneficência foi um exemplo de bom relacionamento com entidades estrangeiras, sobretudo a francesa, uma vez que nas cerimônias estão sempre presentes os cônsules de outras nações.

Já nas Sociedades Portuguesas de Beneficência de Rio Grande e de Pelotas, o outro parece ser aquele que está fora das Instituições. Isso porque, sobretudo em Rio Grande, há a referência da ajuda especial dos imigrantes alemães na Sociedade Portuguesa de Beneficência, um reconhecimento que, conforme as atas, não foi dado aos compatriotas portugueses.

Ao contrário das demais Instituições congêneres, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé não revela em suas atas e relatórios a oposição (nem a aprovação) aos estrangeiros não portugueses residentes na cidade. De alguma forma, o fato de não ser relevante o contingente de imigrantes portugueses na cidade, provou que essa diferenciação com relação ao outro não foi sequer citada nos documentos oficiais. Ao contrário das demais congêneres, a presença da nacionalidade estranha a portuguesa, mesmo entre os cargos diretivos da Instituição, não parece ser recusada.

Muitas vezes, lusos que tinham um prestígio social exacerbado na Sociedade e fora dela, conseguiam representa-la para além do número maciço de imigrantes portugueses ali associados.

Vimos que o enriquecimento econômico e a participação em grupos de elite foram sinônimo de sucesso para os imigrantes portugueses. Esse sucesso não ocorria de forma fácil, pois perpassava disputas de poder dentro das comunidades locais. Nesse sentido, a estratégia das Sociedades Portuguesas de Beneficência foi, muitas vezes, a de aceitar indivíduos de outras nacionalidades dentro das entidades, desde uma vez que pudessem contribuir financeiramente com as mesmas. Portanto, embora a Sociedade Portuguesa de Beneficência não desejasse ser compreendida enquanto parte da sociedade brasileira, mostrando a sua representação dada pela identidade lusa, é através dos elos de ligação com as comunidades locais que subsistem, interessadamente.

Porém dentro de uma visualização na forma administrativa da Sociedade Portuguesa de Beneficência entender a caridade como moeda de troca tanto de favores concedidos

quanto de possibilidade de ascensão social constituiu um fator que não se mostrou negativo em sua visibilidade social.

Certamente o sentido antropológico da troca está no cerne do ser humano. Isto porque ela nos faz pensar que há mais formas para compreender as relações humanas, que não somente a partir da relação econômica. A caridade e a assistência é uma delas. Nesse sentido, somente o fato de possibilitar a assistência, num caráter de exemplaridade local, a ascensão dos indivíduos que da Associação fizeram parte foi a ascensão da própria Sociedade, pois foram eles que constituíram os cargos diretivos institucionais.

Suspeitas de corrupção sempre estiveram ligadas ao funcionamento Institucional, ainda que veladas em toda a leitura de seus registros. Dentro de uma análise comparativa percebeu-se que em Rio Grande, as inúmeras subscrições já citadas tanto para a construção da reforma no edifício, como que para as viagens de associados enfermos, não foram levadas a cabo, restando sempre por perceber um valor embolsado pela Instituição, visto as grandes quantias arrecadadas, justificando o alto grau de continuismo em suas diretorias.

Ao mesmo tempo, em Bagé os acontecimentos inusitados da região da fronteira fizeram com que houvesse mais despesa para os portugueses envolvidos com as diretorias do que propriamente lucros constantes, visto as situações de roubo e abandono do edifício.

Símbolos de distinção social foram efetivamente utilizados no decorrer da trajetória histórica das Sociedades Portuguesas de Beneficência. De prédios representativos a cargos diretivos, a relação de destaque social esteve proporcional à instituição e aos indivíduos que dela fizeram parte. Nesse sentido, os fatos analisados mostraram que foi justamente pela troca de favores que a subsistência da Sociedade Portuguesa teve uma trajetória bem sucedida. Conforme afirma Karl Polanyi (1944), a teoria do mercado ligado a economia é insuficientemente fundada para dar conta desses processos. Se existe uma forma que ultrapassa as relações de mercado, como por exemplo as relações de reciprocidade e de redistribuição, é porque o sistema de donativos são de fato baseados nas relações de poder, sabendo mesmo que dívidas podem ser contraídas de forma simbólica efetivamente.

Ingratidão e agradecimentos sempre caminharam juntos. A Sociedade

Portuguesa de Beneficência pagou, e ainda paga, o preço da corrupção de outrora, com a ausência de muitos dos imigrantes portugueses chegados às cidades nos seus quadros associativos, ao passo que obteve reconhecimento por parte da população, que associada, também se utilizou de seu poder simbólico. Segundo Davis (2006) o modo do donativo traz nele sempre a possibilidade de conflitos, visto que algumas circunstâncias históricas aumentam essa instabilidade. Se o espírito da dádiva é encontrado nas relações de assistência é porque ali florescem também trocas que podem aumentar instabilidades sociais, da mesma forma que podem promover sólidas relações políticas.

Parte da trajetória histórica das Sociedades Portuguesas de Beneficência mostrou que mesmo afirmando a assistência a partir da alternância entre o dever interessado com o dever desinteressado, nos diferentes casos analisados a espinha dorsal da caridade foi, de fato, a espiritualidade. As diferentes formas como ela foi utilizada permitiram visualizar as diferenças, mesmo dentro da história da uma única Sociedade de Beneficência, a transferência do que significa um exercício espiritual e uma vida na caridade para a vida prática recorre a essas questões.

Ao realizar uma última análise sobre o trabalho assistencial da Sociedade Portuguesa de Beneficência, percebeu-se que se não houvesse a caridade desempenhada mesmo que interessadamente, não haveria a possibilidade de atendimento hospitalar para além do que foi oferecido pelo Estado. Como plano privado, a iniciativa da criação da entidade portuguesa no século XIX foi bem sucedida porque partiu de uma mobilização coletiva, num momento onde o Estado pouco faria devido a falta de interesse, ou mesmo conhecimento dos reais problemas sociais no Brasil. Suas efetivas atuações possibilitaram que num segundo plano, fossem socorridos portugueses, brasileiros, franceses, espanhóis, alemães, russos e todos aqueles sofrendores de alguma moléstia e enfermidade, que na condição de pagantes, e muito eventualmente na de *desprovidos de renda*, ganharam a assistência. Embora a sua correlação com as elites locais existisse, e persista ainda hoje como uma marca identitária das Associações, foi pelo fato de convocar, e aproximar tanto a mística da religiosidade portuguesa ligada à caridade e filantropia, quanto os costumes, festividades e cerimônias típicas de Portugal que as Instituições subsistiram enquanto entidades nas diferentes localidades. Uma subsistência forçada e determinada, que se auto-projetou para ultrapassar o tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AROSTEGUI, Júlio. *La investigación Histórica*. Barcelona: Crítica Grijalbo Mondarori, 2000.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflexions on the Origin and Spead of Nationalist*. London e NY: Verso, 1991. Revisit edition.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI – XVIII)*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 2000.

AVÉ - LALEMANT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: USP, 1980.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In ROMANO, Ruggiero (org). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da moeda, 1985. v. 5.

BENÉVOLO, L. *Introducción a la arquitectura*. Madrid: Celeste Ediciones, 1992.

BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

BOEIRA, Nelson. *O Rio Grande de Augusto Comte*. In RS: Cultura e Ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *Esquise d'une théorie de la pratique*. Genev., Lib. Droz, 1972.

_____. *La distinctin. Critique sociale du jugement*. Paris: Editions de Munit, 1979.

BRENNA, Giovanna Rosso (Org.) *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

BASTO, A. de Magalhães. *História da Santa Casa de Misericórdia do Porto*, I. Porto: Santa Casa de Misericórdia do Porto, 1934.

BLOCH, Marc. Comparasion. *Revue de Synthèse Historique*, Paris, vol LXIX, boletim anexo, 1930 p 31-39.

BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Geneve : lib. Droz, 1972. p. 162 ;89. Tradução Paula Monteiro.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BURKE, Peter (org). *A escrita da História: novas perspectivas*. 2º ed. São Paulo: Unesp, 1994.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BURKE, Peter. *História da Teoria Social*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

CABRAL, Manoel Villaverde. *Portugal na alvorada do século XX. Forças sociais, poder político e crescimento econômico de 1890-1914*. Lisboa: Regra do Jogo, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs). *Representações: contribuição para um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus Editora, 2001.

CARRICONDE, Rogério. *Da cura á prevenção. A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. Porto Alegre PUCRS, 1999.

CARNEIRO, Glauco. Lusardo. *O último caudilho*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2000.

_____. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.

- _____. A cultura no plural. Campinas: Papirus, 1995.
- CERVO, Amado Luís & MAGALHÃES, José Calvet. *Depois das Caravelas. As Relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)*. Lisboa: Ministério dos Negócios estrangeiros, 2000.
- CHARTIER, Roger. *Au bord de la falaise*. Paris: Albin Michel, 1998. Trad. Ciro Cimon.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Essai sur le don dans la France du XVI siècle*. Paris: Editions du Seuil, 2003.
- _____. *Les cultures du peuple. Rituels, savoirs et resistances au 16 siècle*. Paris : Aubier Montaine, 1979.
- _____. *Pour Sauvies Sa Vie*. Paris : Seul, 1982.
- DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 1990.
- ELIAS, Norbert. A sociedade da corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. V. I.
- _____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. V. II.
- _____. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ESCOBAR, Wecslau. *Réplica a todos os contraditores de meus Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Porto Alegre, 1921.
- FABRIS, Annateresa. *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987.
- FAGUNDES, Elizabeth. *Bagé no caminho da história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.
- FAUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina, um ensaio de história comparada*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Sumaré, 1993.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

- FLORES, Moacir e FLORES, Hilda Agnes. *Rio Grande do Sul - Aspectos da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.
- FLORES, Moacir. 1893-95. *A Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 1993.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1967.
- FRANCO JUNIOR, Hilário. *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- GUIMARÃES, F. *A Faculdade de Medicina de Coimbra*. Coimbra: Actas Ciba, 1950.
- GARCIA, Abílio. *Histórico da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé*. Bagé: URCAMP, 1985.
- GODBOUT, Jacques T. *O espírito dádiva*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GODELIER, Maurice. *O enigma da dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1996.
- GUINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Olhos de madeira – nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, Charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Editora UFPEL, 1993.
- GOMBRICH, E. H. *Para uma história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1999.
- HEINZ, Flávio (org). *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico – declínio e queda do Império*. São Paulo: Difel, 1974.

KLEIN, Herbert. *Migração Internacional na História das Américas*. In: Fausto, Bóris. *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000.

LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Comissão estadual dos folclores do RS, 1955.

_____. *Os portugueses*. In: Enciclopédia rio-grandense. Canoas: Editora Regional, 1958.

LEMIESZECK, Cláudio. *Bagé: Relatos de sua história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5º ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LINS, Vera. *Imagens que pensam os trópicos*. *Revista Locus*: Juiz de Fora: UFJF, n. 9, n. 2, 1999.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2000.

LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: Um estudo sobre a cidade de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Edufpel, 1993.

_____. *História e tradições da cidade de Pelotas*. Caxias: Ed. Universidade de Caxias do Sul, 1981.

MARIN, Louis. *Le portrait du roi*. Paris: Edition de Minuit, 1981. Trad. Ciro Cimon.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: edições 70, 2004.

MAURO, Frederic. *História econômica mundial – 1790-1970*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: edições Guanabara, 1990.

MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599-1884)*. São Paulo: Ed. SP, 1992.

MINELLE, Françoise. *Représenter le Monde*. Paris: Press Pocket, 1992.

MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. *A Arte de Curar nos Tempos da Colônia – Limites e espaços de cura*. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2004. p.236.

MONTEIRO, Miguel. *Migrantes, emigrantes e brasileiros*. Porto: Fafe, 2000.

MOYA, José Carlos. *Cousins and strangers: Spanish immigrants in Buenos Aires, 1850 - 1930*. Berkley: University of Califórnia press, 1998.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Nós e Eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006

_____. Cruzando fronteiras: os estudos sobre imigração. Conferência. XXIV Simpósio Nacional de História. História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. Unisinos, São Leopoldo, 17 de junho de 2007.

OLIVEIRA MARTINS, M. *O Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa: Verbo, 1978.

OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas (1886-1939)*. Pelotas: Armazém Literário, 1998.

OTT, Carlos. *A Santa Casa de Misericórdia de Salvador*. RJ: Publicações do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1960.

PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal: a Colônia Portuguesa no Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.

PERARO, Maria Adenir e BORGES, Fernando Tadeu de. *Mulheres e famílias no Brasil*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005.

PEREIRA, Sônia Gomes. *A Reforma de Pereira Passos e a Construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ / ECO, 1992.

PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX: da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais da cidade de Bagé*. Porto Alegre: Tipografia Gundlach, 1940.

- POSSAMAI, Zita. *Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: SMC, 1993.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- QUEVEDO, Júlio. *Rio Grande do Sul - aspectos da sua história*. Porto Alegre: Globo, 1984.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- RECLUS, Elisée. *Estados Unidos do Brasil: geografia, etnografia, estatística*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899.
- REMOND, René. *O século XIX – 1815-1914*. São Paulo: Cutrix, 1976.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *A Sociologia das migrações*. Lisboa: SECT, 1992.
- ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. São Leopoldo: Ed. Tabajara, 1973.
- SALIS, Eurico. *História de Bagé*. Porto Alegre: Livraria do Globo S. A, 1956.
- SANTOS, Carlos Alberto Ávila. *Espelhos, Máscaras e Vitrines: um estudo iconológico de fachadas arquitetônicas – Pelotas, 1870-1930*. Pelotas: EDUCAT, 2002.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Ed. Da UnB, 1990.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Editora Verbo, 1978. Vol. IV.
- _____. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Figueirinhas, 1989.
- SERRÃO, Joel. *A Emigração Portuguesa*. Lisboa: Ed. Horizonte, 1997.

SILVA, António Rodrigues. *Assistência em Macau*. Macau: Comissão central de Assistência Política, 1954.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Documentos para a história da Imigração Portuguesa no Brasil (1850-1938)* Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.

SOUSA, Ivo Carneiro de. *Introdução ao estudo da Misericórdia de Macau: caridade, poder colonial e devoção régia*, In “Compromisso da Misericórdia de Macau de 1627” (ed. De Leonor Diaz de Seabra). Macau: Universidade de Macau, 2003.

_____. *A Rainha D. Leonor (1458-1525): Poder, Misericórdia, Religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

_____. *Da descoberta da Misericórdia às Misericórdias (1498-1525)*. Porto: Granito, 1999.

SOARES, Antônio. *Portugueses no RS*. Porto Alegre: Caravela, 1988.

SWAN, Tânia Navarro (org). *História no Plural*. Brasília: Editora da UnB, 2000.

TABORDA, Tarcísio Antônio Costa. *Governo e Governantes de Bagé*. Porto Alegre: EMA, 1975.

VARELA, Júlia e ALVAREZ-URIA, Fernando. *Genealogia do poder*. Madrid: Ediciones Endymon, 1989.

VELLINHO, Moysés. *A Fronteira*. Porto Alegre: UFRGS, 1975.

ZANINI, Walter. *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walter Moreira Sales, 1983.

WILCKEN, Patrick. *Império à deriva*. Porto: Civilização Editora, 2004.

WOLFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais da História da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TESES E DISSERTAÇÕES

BOUCINHA, Cláudio. *A história das charqueadas de Bagé e na literatura*. 1993. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), 1993.

CHAVES, Larissa Patron. (...) Grandiosos mesmo foram os portugueses (...). A Sociedade de Beneficência de Bagé (1878-2002). Porto Alegre, Dissertação. (Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), 2002.

FAVARO, Cleci Eulália. *De “Bairro Lusitano” a “Zona Tronca”. A presença de portugueses em Caxias do Sul (1911 - 1931)*. Porto Alegre, Dissertação. (Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), 1997.

GURIERREZ, Ester J. B. *Barro e Sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas, 1777-1888*. Porto Alegre, Tese. (Doutorado em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), 1999.

RIBEIRO, Gladis Sabina. *“Cabras e pés de chumbo: os rolos do tempo Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992*. Niterói, dissertação (Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense), 1997.

SAMPAIO, Gabriela. *Nas trincheiras da cura: As diferentes medicinas no Rio e Janeiro Imperial*. 1995. Campinas, Dissertação (Mestrado em História - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade de Campinas), 1995.

SILVA JR. Adhemar Lourenço da. *As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centralizado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre, Tese (Doutorado em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *As charqueadas, Frigoríficos e Criadores – um estudo sobre a República Velha*. Porto Alegre, Dissertação. (Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) 1978.

ARTIGOS ACADÊMICOS

ALTMAN, Werner. O populismo na América Latina: Getúlio, Perón e Cárdenas. In *Cadernos IHU em formação. Populismo e Trabalhismo*. São Leopoldo: Unisinos. Ano 4. n.º. 113, p. 03, 2004.

ALVES, Francisco das Neves. A colônia portuguesa na cidade do Rio Grande: fragmentos de uma identidade. *Revista Estudos Ibero Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, n.º. 1, p. 1-266, 2000.

ANACLETO, Regina. Arquitetura Neomanuelina no Brasil – a saudade da pátria. Pontes Lusófonas III – Arquitecturas luso-brasileiras. *Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas*. Instituto Camões. n.º. 11. Dezembro de 2000.

BLOCH, Marc. Comparasion. *Revue de Synthèse Historique*, Paris, vol LXIX, boletim anexo, pp. 31-39, 1930.

CUNHA, Washington Dener dos Santos. Lisboa Setentista: O espaço da Ilustração. *Revista Estudos Ibero Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, n.1, 1998.

DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri. Os portugueses em São Paulo no início do século XX. In *Anais do III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2000.

DURÃES, Margarida Pereira Varela dos Santos Montenegro. Migrações: trajetórias e impactos na reprodução e organização da família camponesa minhota. Comunicação. *XXIV Simpósio Nacional de História. História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo, Unisinos, 15 de junho de 2007.

DOURADO, Nieleide Souza. Famílias itinerantes: leituras transversais da viagem. Comunicação. *XXIV Simpósio Nacional de História. História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo, Unisinos, 17 de junho de 2007.

GOMES, Pinharanda. J. Confrarias, Misericórdias, Ordens Terceiras, Obras Pias e outras associações de fiéis em Portugal nos séculos XIX e XX. Bibliografia Institucional (contributo). *Separata de Lusitânia Sacra*, 2 série (8/ G), 1997.

LIMA, Manuel Baptista. A Introdução do culto do Espírito Santo nos Açores e a sua influência na simbólica e arquitetura religiosa dos séculos XV e XVI. IN *II Colóquio*

Internacional de Simbologia. Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. XLIII, Tomo I, 1985.

PEREIRA, Miriam Halpern. Demografia e desenvolvimento. Lisboa: *Análise social*. n.º 25/26, 1998.

RIBEIRO, Gladis Sabina. A Guerra aos portugueses no Rio de Janeiro no final do século XIX. *Oceanos*. Lisboa. Número 45 – Junho – Setembro de 1997.

SÁ, Isabel dos Guimarães(org.) Misericórdias, caridade e pobreza em Portugal no período moderno. *Cadernos do Nordeste*. Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, Volume 11 (2), 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo de condição do imigrante. *Revista do Migrante*. Publicação CEM – Ano XIII, número especial, janeiro – 2000.

SILVA JR, Adhemar Lourenço da. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul: 1854-1889). Juiz de Fora. *Revista Locus*, n. 2, UFJF, 1999.

SILVA, Agostinho. Dez notas sobre o culto popular do Espírito Santo. In Os Impérios do Espírito Santo. *II Colóquio Internacional de Simbologia*. Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. XLIII, Tomo I, 1985.

SILVA, Maria Manuela R. de Sousa. Portugueses no Brasil: imaginário social e tácticas cotidianas (1880-1895). *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*, v. 10, n. 2, 1997.

SOUSA, Ivo Carneiro de. O Compromisso Primitivo das Misericórdias Portuguesas (1498-1500), in *Revista da Faculdade de Letras - série História*, Porto, 1996.

_____. Da Fundação e Da Originalidade das Misericórdias Portuguesas (1498-1500), in *Oceanos*, Lisboa, n.º 35 (1998).

FONTES DOCUMENTAIS:

1. IMPRESSOS:

- Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. *Relatório dos biênios (1905-1906; 1907-1908)*. Rio de Janeiro: O Globo, 1910.
- Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. *Estatutos*. Ano: 1897. Rio de Janeiro: Tipografia O Globo, 1898.
- *Real Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. Relatório*. Rio de Janeiro: O Globo, 1887.
- Real Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. *Relatório*. Ano: 1880. Rio de Janeiro: O Globo, 1881.
- Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. *Estatutos*. Ano 1918. Rio de Janeiro: O Globo, 1918.
- Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos. *Relatório, Ano 1875*. Rio de Janeiro: O Globo, 1876.
- Comissão Organizadora do Bicentenário do Marquês de Pombal. *Marquês de Pombal: Catálogo bibliográfico e iconográfico*. Lisboa, 1982.
- Direção do Comércio e Indústria de Portugal. *Economia social: Instituições de Beneficência e Associações de Providência no Distrito do Porto*, 1904.
- Asylo de Ensino Profissional da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro. *Regulamento*. Rio de Janeiro: O Globo, 1889.
- Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesesseis de Setembro da Bahia. *Relatório*. Ano 1897. Bahia: Gráfica da Sociedade Portuguesa de Beneficência, 1897.
- Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre, *Estatutos* 1854,1865, 1867, 1886, 1887, 1893. *Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul*.
- Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre, *Relatórios*, 1854, 1865, 1866,1880, 1889, 1893, 1893, 1894, 1895, 1900, 1910. *Porto Alegre: Tipografia*

do Correio do Sul.

- Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, *Estatutos*, 1859, 1894, 1900. *Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul.*
- Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, *Livros de Atas*, 1857, 1858, 1859, 1864, 1865, 1876, 1878, 1870, 1880, 1886, 1892, 1893, 1894, 1895, 1898, 1909. *Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul.*
- Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, *Relatórios*, 1859, 1865, 1880, 1886, 1887, 1889, 1893, 1894, 1900, 1908. *Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul.*
- Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. *Livros de Atas*, 1872, 1895, 1897, 1898.
- Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. *Relatórios*, 1875, 1876, 1881, 1894, 1898, 1910. *Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul.*
- Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. *Livros de Atas*, 1856, 1865, 1871, 1880, 1886.
- Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. *Relatórios*, 1859, 1883, 1888, 1889, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1901, 1910.
- Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos. Relatório. Santos: Correio Mercantil, 1868.
- Sociedade Portuguesa de Beneficência de Lourenço Marques. *Estatutos*, 1904. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1904.
- Ata da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ata de 20/10/1814. Livro de Atas. F. 02. Arquivo CPDOC.
- Anuário Estatístico (Brasil, 1939-1940). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento Nacional de Imigração, Ano V.
- Índice Remissivo da Legislação Novíssima de Portugal. Anos de 1833 até 1868. Lisboa: Typographia Universal, 1870. Arquivo Ultramarino de Lisboa. Lisboa: Portugal.

- Anais da Intendência de Porto Alegre. Ano, 1885. Porto Alegre: Tipografia Jornal do Comércio, 1885.

PERIÓDICOS CONSULTADOS

- Biblioteca Nacional (Portugal)
- JORNAL DO COMÉRCIO. Porto Alegre, 1864.
- ECO DE PORTUGAL E BRASIL. Lisboa, 1879.
- DIÁRIO DA NOITE. Lisboa, 1880.
- ECO ACADÊMICO DE LISBOA. Lisboa, 1880. n. 1-14.
- CORREIO DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1882.
- ECO DE PORTUGAL E BRASIL. Lisboa, 1895.
- ECO DAS ASSOCIAÇÕES. Lisboa, 1895, Ano 2, n. 27.
- GAZETA DE NOTÍCIAS DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro. 1897-1912.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 1902.
- ASSOCIAÇÃO (A). Lisboa, 1902.
- ECO LUSITANO. Lisboa, 1925.

ARQUIVO DE PERIÓDICOS DO BRASIL:

- Arquivo Museu Dom Diogo de Sousa (Bagé):
 - A UNIÃO LIBERAL, Bagé, 1870, 1890.
 - O DEVER, Bagé (1901-1910).
 - O CRUZEIRO DO SUL, Bagé (1883-1885).
 - O BAGEENSE, Bagé (1865).
- Arquivo Museu Hipólito da Costa (Porto Alegre):

- A GAZETA PORTUGUESA, 1878.
- A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 1884, 1885, 1888.
- O CORREIO DO SUL, Porto Alegre, 1885.
- Arquivo Biblioteca Municipal de Rio Grande:
 - O ECO PORTUGAL BRASIL (1860).
- Arquivo Biblioteca Municipal de Pelotas
 - O DIÁRIO DE PELOTAS (1880)

MANUSCRITOS CONSULTADOS

- Correspondências Ministérios do Reino (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Portugal)
 - *-MINISTÉRIO DO REINO – MAÇO 5018, PROC. 504, LIV.03 – Correspondência entre a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé com a Coroa Portuguesa (D. Carlos I)*
 - *-MINISTÉRIO DO REINO – MAÇO 3167, PROC. 1348, LIV. 25 – Correspondência entre a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre e Coroa Portuguesa (D. Fernando I).*
 - *-MINISTÉRIO DO REINO – MAÇO 2503, N. 424, LIV 29 – correspondência entre a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre e Camarista de D. Fernando I.*
 - *-MINISTÉRIO DO REINO – MAÇO 2563, N. 1310, LIV 35 – Correspondência entre a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos e Coroa Portuguesa.*
 - *-MINISTÉRIO DO REINO – MAÇO 2595, N. 881, LIV 39 – Correspondência entre a Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo e a Coroa Portuguesa.*
 - *- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – MNE. CAIXA 541 – Correspondência das Legações Portuguesas no Rio de Janeiro.*

- Correspondências do Arquivo do Cartório da Casa Real:
 - - *ARQUIVO DO CARTÓRIO DA CASA REAL* - Caixa 7448. Correspondência para o ministro dos negócios estrangeiros. Correspondência do ministro dos negócios estrangeiros dr. Lampreia para a Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, 1889. Livros de atas.
 - *ARQUIVO DO CARTÓRIO DA CASA REAL* Caixa – 7449. Actas de sessão da comissão de 17 de dezembro de 1876. Telegramas do e para o ministro de negócios estrangeiros de Lisboa.
 - *ARQUIVO DO CARTÓRIO DA CASA REAL* Caixa 7449 - acta da sessão de 10 de fevereiro de 1877 no Ministério do Reino.
 - *ARQUIVO DO CARTÓRIO DA CASA REAL* – Caixa 744 - Acta da sessão do dia 21 de fevereiro de 1877 no Ministério do Reino para Marquez de Ficalho.
 - *ARQUIVO DO CARTÓRIO DA CASA REAL* Caixa 744 Acta da sessão em 28 de fevereiro de 1877 no ministério do reino de Carlos Santos para Marquez de Ficalho.
 - *ARQUIVO DO CARTÓRIO DA CASA REAL* - Caixa 744 - Acta da sessão e 10 de março de 1877 no Ministério do Reino de Carlos Santos para o Marquez e Ficalho.
 - *ARQUIVO DO CARTÓRIO DA CASA REAL* - Caixa 744 - Acta da sessão em 24 de março de 1877 no Ministério do Reino de Carlos Santos para Marquez de Ficalho.
 - *ARQUIVO DO CARTÓRIO DA CASA REAL* - Caixa 744 - Acta da sessão de 26 de setembro de 1877 no Ministério do Reino de Carlos Santos para Marquez de Fialho.
 - *ARQUIVO DO CARTÓRIO DA CASA REAL* Caixa 7463. Documentos de caráter diverso – petições, 1863-1889.
 - *ARQUIVO DO CARTÓRIO DA CASA REAL* Caixa 7661. Documentos de caráter diverso.
 - *ARQUIVO DO CARTÓRIO DA CASA REAL* Caixa 7330. Documentos de caráter diverso.

- *ARQUIVO DO CARTÓRIO DA CASA REAL* Caixa 7423. Documentos de caráter diverso.

INVENTÁRIOS E TESTAMENTOS

- *ARQUIVO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE*

- Antônio Francisco Pereira dos Santos. Inventário. 1º Cartório Civil. Porto Alegre. Proc. 443. Maço 20, Ano 1881.
- José Gonçalves Vianna. Inventário. 1º Cartório Civil. Porto Alegre. Proc. 464. Maço 20. Ano 1884.
- Antônio José da Silva Bastos. Inventário. 1º Cartório Civil. Porto Alegre. Proc. 2302. Maço 115. Ano 1888.
- Joaquim Gonçalves Bastos. Testamento. Cartório da Provedoria de Porto Alegre. Autos nº 2028. Maço 70. Ano 1879.
- Antônio José Pereira. Inventário. Cartório Civil de Pelotas. Autos nº 213. Maço 114. Ano 1903.
- Francisco Lopez. Inventário. Cartório Civil de Pelotas. Autos nº 342. Maço 20. Ano 1902.

- Arquivo da Diocese de Bagé

- Joaquim Monteiro da Costa Guimarães. Livro de Casamentos. nº. 476. Ano. 1882.
- Rodrigo da Silva Rios. Livro de Casamentos. nº. 08. Ano: 1885.
- José Domingos do Rozário. Livro de Óbitos. nº. 48. Ano. 1903.
- Joaquim da Costa Guimarães. Inventário. nº. 981. Ano. 1905.
- Manoel Alves Ramos. Inventário. nº. 76. Ano. 1909.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Mapa do Estado do RS – fonte: www.estacoesferroviarias.com.br	53
Figura 2: Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre (1950). Fonte: Serra, José. <i>Portugueses no Brasil</i> . Porto Alegre: Caravelas, 1985.	54
Figura 3: Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande (1950). Fonte: Serra, José. <i>Portugueses no Brasil</i> . Porto Alegre: Caravelas, 1985.	54
Figura 4: Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas (1950). Fonte: Serra, José. <i>Portugueses no Brasil</i> . Porto Alegre: Caravelas, 1985.	54
Figura 5: Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé Ano, 1920. Fonte: Garcia, Abílio. <i>Histórico da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé</i> . Bagé: Urcamp, 1985.	55
Figura 6 - Nossa Senhora da Misericórdia, óleo sobre Madeira, séc. XVI. Museu de São Roque / Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. Fonte: Oceanos. Lisboa. n.º.35, 1998.. 98	
Figura 7 - Busto de Luís de Camões – Edifício-sede da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé - (Foto da Pesquisadora)	118
Figura 8 - Dom Carlos I, protetor da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. Fonte: Foto da Pesquisadora.	134
Figura 9 - Dom Fernando – Protetor da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande em 1890. Fonte: Foto da Pesquisadora.	135
Figura 10 - Bandeira da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Fonte: Foto da Pesquisadora.	135
Figura 11 - Detalhe da Bandeira da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Fonte: Foto da Pesquisadora.	136
Figura 12 - Detalhe da Bandeira da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Fonte: Foto da Pesquisadora.	136
Figura 13 - Detalhe da Bandeira da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Fonte: Foto da Pesquisadora.	137
Figura 15 - Dom Fernando – protetor da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Fonte: Foto Janaína Schwambach.	137
.....	138
Figura 16 - Dom Luís. Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Fonte: Foto Janaína Schwambach.	138
Figura 17 - Selo da Sociedade Beneficência em Porto Alegre. Fonte: Arquivo da Beneficência Portuguesa de Porto Alegre.	166
Figura 18 - Selo da Sociedade Beneficência em Bagé. Fonte: Arquivo Torre do Tombo (Lisboa).	167
Figura 18 - Ópera Charles Garnier – Fonte: Orsay (1987)	171
Figura 19 - Igreja Sacre Coeur – Fonte: Orsay (1987)	172
Figura 20 - Estação d´Orsay – Fonte: Orsay (1987)	172
Figura 21 - Casa da Gávea – Fonte: Catálogo da Funarte (1974).	175
Figura 22 - Teatro Municipal de São Paulo – Fonte: Zanini (1983).	177
Figura 23 - Teatro Municipal do Rio de Janeiro – Fonte: Zanini (1983)	177
Figura 24 - Teatro Amazonas – Fonte: Zanini (1983).	177
Figura 25 - Comemoração de sete de setembro em Bagé (1898). Fonte: Arquivo do Museu Dom Diogo de Sousa, Bagé, RS.	179
Figura 26 - Mercado Público de Bagé (1900). Fonte: Arquivo do Museu Dom Diogo de Souza, Bagé, RS.	179

Figura 27 - Praça Tamandaré em Rio Grande (1898) – Fonte: Projeto Pelotas Memória	180
Figura 28 - Bonde em Pelotas (séc. XIX) – Fonte: Projeto Pelotas Memória.	180
Figura 30 - Foto antiga do prédio da Beneficência em Porto Alegre, mostrando que o prédio possuía um recuo protegido por um muro com gradil. Fonte: Arquivo da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre.	185
Figura 31 - Gravura que salienta o corpo principal destacado dos corpos laterais. Ignácio Weingartner. Fonte: Arquivo da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre.	186
Figura 32 - Detalhe da escadaria e porta de entrada. Fonte: Foto da pesquisadora.	186
Figura 33 - Foto noturna do prédio destacando platibanda cega, corpo principal com brasão. Fonte: Arquivo da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre. ..	187
Figura 34 - Detalhe das janelas em arco romano. Fonte: Foto da pesquisadora.	187
Figura 35 - Vista geral do prédio. Fonte: Foto da pesquisadora.	188
Figura 36 - Foto da capela da Beneficência Portuguesa de Pelotas. Fonte: Foto da Pesquisadora.	189
Figura 37 - Detalhe do corpo central do prédio. Fonte: Foto da Pesquisadora.	190
Figura 38 - Detalhe do embasamento. Fonte: Foto da Pesquisadora.	191
Figura 39 - Detalhe do brasão existente no frontão. Fonte: Foto da Pesquisadora.	191
Figura 40 - Detalhe do frontão. Fonte: Foto da Pesquisadora.	192
Figura - 41 Foto do vitral. Fonte: Foto da Pesquisadora.	192
Figura 42 - Detalhe do corpo lateral. Fonte: Foto da Pesquisadora.	193
Figura 43 - Detalhe das colunas em par. Fonte: Foto da Pesquisadora.	193
Figura 44 - Vista geral do prédio destacando as aberturas. Fonte: Foto da Pesquisadora.	194
Figura 45 - Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Fonte: Convergência Lusíada. Revista do Real Gabinete português de Leitura. N° 14, 1997.	196
Figura 46 - Mosteiro dos Jerônimos, Lisboa. Fonte: Foto da pesquisadora.	197
Figura 47 - Fachada do prédio da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Rio Grande (1950). Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal de Rio Grande.	197
Figura 48 - Detalhe da platibanda. Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal de Rio Grande.	198
Figura 49 - Gateiras que propiciam ventilação ao porão e embasamento em pedra. Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal de Rio Grande.	198
Figura 50 - Detalhes que remetem à arquitetura gótica. Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal de Rio Grande.	199
Figura 51 - Detalhes das porta-janelas. Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal de Rio Grande.	199
Figura 52 - Molduras das portas de acesso central. Fonte: Arquivo da Biblioteca Municipal de Rio Grande. Arquivo da Biblioteca Municipal de Rio Grande.	200
Figura 53 - Palácio de Queluz. Fonte: Oficina de Turismo de Lisboa -1997.	201
Figura 54 - Fachada do Edifício da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé Fonte: Foto Maria Luiza Pegas.	202
Figura 55 - Pilares do portão de entrada Fonte: Foto Maria Luiza Pegas	203
Figura 56 - Compoteiras fixadas sobre os corrimãos. Fonte: Foto da pesquisadora	203
Figura 57 - Visão lateral da escadaria de entrada. Fonte: Foto da pesquisadora	204
Figura 58 - Escadaria de entrada. Fonte: Foto Maria Luiza Pegas	204
Figura 59 - Patamar superior da edificação. Fonte: Foto Maria Luiza Pegas.	205

Figura 60 - Escadaria de entrada, visualização lateral direita. Fonte: Foto da pesquisadora.	205
Figura 61 - Escadaria de entrada, visualização central. Fonte: Foto da pesquisadora. .	206
Figura 62 - Escadaria de entrada, visualização lateral. Fonte: Foto da pesquisadora. .	206
Figura 63 - Villa Farnesina, Jardins Paladinos em Roma. Fonte: Zanini (1983).	207
Figura 64 - Busto de Luís de Camões. Fonte: Foto da pesquisadora	207
Figura 65 - Visualização lateral da parte superior da fachada. Fonte: Foto da pesquisadora.	208
Figura 66 - Pilastra de fuste canelado Fonte: Foto Maria Luiza Pegas	208
Figura 67 - Pilastra de fuste liso Fonte: Foto Maria Luiza Pegas.....	208
Figura 68 - Pavilhão central. Fonte: Foto Maria Luiza Pegas	209
Figura 69 - Janelas de guilhotina da fachada. Fonte: Foto Maria Luiza Pegas.	210
Figura 70 - Frontão central da fachada. Fonte: Foto Maria Luiza Pegas.	210
Figura 71- Frontão secundário da Fachada. Fonte: Foto Maria Luiza Pegas.	211
Figura 72 - Parte superior da fachada. Fonte: Foto Maria Luiza Pegas.	211
Figura 73 - Platibanda cega da fachada. Fonte: Foto Maria Luiza Pegas.....	212
Figura 74 - Antônio Pereira de Araújo Aguiar. Sócio benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Fonte: Foto de Janaína Schawbach.	266
Figura 75 - Dona Isabel de Fontoura Leitão. Sócia Benemérita. Sócio benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Fonte: Foto de Janaína Schawbach.	266
Figura 76 - Comendador José Vieira Pimenta. Sócio Benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Fonte: Foto da pesquisadora.	267
Figura 77 - Associado Benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Fonte: Foto da pesquisadota.....	281
Figura 78 - Barão de Vila Isabel (?) – Sócio Benemérito da da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande. Fonte: Foto da pesquisadota	281
Figura 79 - Visconde de Ribeiro Magalhães – Presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé em 1896. Fonte: Foto da pesquisadora.	300
Figura 80 - Sócio Benemérito da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Bagé. Fonte: Foto da pesquisadora.	301

